

REVISTA ELETRÔNICA

DOCUMENTO MONUMENTO



ISSN: 2176-5804 - Vol. 37 - N. 1 - Dez/2024

Obras Raras
HEMEROTECA DIGITAL
ACERVOS Mato Grosso
Equipe Profissional IGHD
Preservação de Documentos
História Regional identidade
Acesso à Informação
NDIHR UFMT
Educação
ELIZABETH MADUREIRA
PROJETOS Fontes Históricas
PESQUISA Acervo Fotográfico Ensino
Revista Eletrônica memória
PESSOAS
Extensão



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E
DOCUMENTAÇÃO - IGHD

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

www.ufmt.br/ndihr/revista



Ministério da Educação
Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação



Universidade Federal de Mato Grosso

Reitora

Marluce Souza e Silva

Vice-reitor

Silvano Macedo Galvão

Pró-Reitora Administrativa

Marilda Alves da Silva Santos

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

Liliane Capilé Charbel Novais

Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Vivência

Lisiane Pereira de Jesus

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Luciane de Almeida Gomes

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Léia de Souza Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa

Bruno Bernardo de Araújo

Pró-Reitora de Ensino de Pós-graduação

Elizabeth Figueiredo de Sá

Pró-Reitora de Planejamento

Marta Cristina de Jesus Albuquerque Nogueira

Pró-Reitora do Câmpus do Araguaia

Paula Carvalho Rodrigues

Pró-Reitor do Câmpus de Sinop

Fábio José Lourenço

Pró-Reitora do Câmpus de Várzea Grande

Ilce de Oliveira de Campos

Diretor do Instituto de Geografia, História e Documentação

Carllie Lanzieri Júnior

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

Marcio Antônio Alves da Rocha - Supervisor do NDIHR



REDM

Revista Eletrônica Documento/Monumento

Conselho Editorial

Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD/UFMT)

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)

José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)

Maria Adenir Peraro (IGHD/UFMT)

Otávio Canavarros (IGHD/UFMT)

Conselho Consultivo

Alexandra Lima da Silva (PPGE/UERJ)

Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (Biblioteca Nacional/RJ)

Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)

Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)

Cândido Moreira Rodrigues (IGHD/UFMT)

Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)

Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Equador)

Ignacio Telesca (CONICET-IGHI/Argentina)

Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)

Joana A. Fernandes Silva (UFG)

João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)

Luiza Rios Ricci Volpato (IGHD/UFMT)

Marcelo Fronza (IGHD/UFMT)

Marcus Silva da Cruz (IGHD/UFMT)

Maria de Fátima Costa (IGHD/UFMT)

Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)

Pablo Diener (IGHD/UFMT)

Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)

Renilson Rosa Ribeiro (UFSCAR)

Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)

Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)

Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)

Tiago C. P. dos Reis Miranda

(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)

Vitale Joanoni Neto (IGHD/UFMT)

Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R454 Revista Eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 37, n. 1 (dez 2024) – . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

EDITORAS

Nileide Souza Dourado
Elizabeth Madureira Siqueira

CAPA

Projeto Gráfico: Marcio Antônio Alves da Rocha

APOIO TÉCNICO

Érica Isabel de Melo

DIAGRAMAÇÃO

Marcio Antônio Alves da Rocha

CONTATO

Revista Eletrônica Documento/Monumento
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.
Bairro: Boa Esperança
CEP: 78060-900

Tel.: (0**65) 3615-8473

E-mail:

redm.ighd@ufmt.br

EDITORIAL

[Apresentação do volume nº 37/DEZEMBRO/2024]

A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM, promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, do Instituto de Geografia, História e Documentação - IGHD, da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, apresenta, no Volume 37, n. 1, de dezembro de 2024, edição comemorativa aos festejos dos 54 anos da UFMT, 48 anos do NDIHR e 15 anos da Revista, momento muito especial com a **Seção Artigos, Eventos** e a **Subseção intitulada:**

Autores(as) convidados(as) pela editoria da REDM :

A autora convidada para esse volume da revista é a professora, doutora, *Elizabeth Madureira Siqueira* com o artigo **Falando de Si para os Demais**. Para o enriquecimento da temática sobre a autora homenageada, a editoração da Revista convidou amigos que participaram da trajetória de vida de *Beth Madureira* e/ou da sua produção intelectual, dizendo como e quando a conheceu e discorrendo sobre uma de suas produções. São eles: Alfredo da Mota Menezes (*Franca perdeu, Cuiabá ganhou!*). Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa (*Vivências Compartilhadas*). Fernando Tadeu de Miranda Borges (*O mundo maravilhoso da historiadora e professora da UFMT Elizabeth Madureira Siqueira*). João Carlos Vicente Ferreira (*Beth Madureira e a História do Corpo de Bombeiros de MT.*). Luiza Rios Ricci Volpato (*Modernidade e Educação – comentário sobre a tese de doutorado de Elizabeth Madureira Siqueira*). Maria Teresa Carrión Carracedo (*A História de Mato Grosso como você nunca viu!*). Marli Walker (*Elizabeth Madureira Siqueira: Uma Mulher para inúmeras Revistas*) e Nileide Souza Dourado (*Encontros e reencontros !!*).

Em **Falando de Si para os Demais**, *Elizabeth Madureira Siqueira*, discorreu sobre a sua história de vida, o cotidiano das coisas guardadas e aquelas descartadas durante o seu percurso. Conta ainda sobre sua formação escolar, universitária, na docência no ensino superior na UFMT e sobre sua experiência enquanto pesquisadora, além da sua vinda para Cuiabá e a receptividade recebida. Em seguida, debruça com carinho na sua trajetória profissional junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e à Academia Mato-Grossense de Letras (AML) – “Casa Barão de Melgaço” - ocasião em que pode realizar grandes trabalhos no campo da preservação da memória documental e da historiografia de Cuiabá e Mato Grosso. Encerra a autobiografia elencando os diversos livros publicados nas áreas do Ensino da História, da Educação e da Documentação.

A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM apresenta, no Volume 37, um conjunto de investigações realizadas por professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino, públicas e particulares, sem perder de vista o propósito do debate técnico-científico, essencial para o amadurecimento do conhecimento, versa sobre os mais diversificados temas. Trata-se de revista *on-line*, um meio amplamente democrático e acessível no meio intra e extra-acadêmico, criando e oferecendo aos leitores – alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores – condições para que possam não apenas apreciar os diferentes textos, mas publicar seus trabalhos e investigações científicas. Cumprindo, mais uma vez, com o compromisso da REDM-NDIHR de contribuir com debates essenciais para os respectivos campos de ensino, pesquisa e extensão.

SEÇÃO ARTIGOS:

No primeiro texto da seção artigos, a autora *Loiva Canova* com o texto **FRAÇÕES**



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

DAS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS EM MATO GROSSO E A POLÍTICA INDIGENISTA NO VALE DO GUAPORÉ NO GOVERNO DE ANTÔNIO ROLIM DE MOURA (1752-1764), busca dar visibilidade à política indigenista no Vale do Guaporé durante o governo de Antônio Rolim de Moura, entre os anos de 1752 e 1764, e apresenta alguns dados atuais sobre a questão ambiental em terras indígenas e no estado de Mato Grosso pesquisadas em matérias jornalísticas e parte nas fontes oficiais produzidas pelos agentes do governo português. Em **EDUCAÇÃO E HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE REAVALIAÇÃO SOBRE A “MARCHA PARA O OESTE” NO BRASIL**, a autora, *Maria Arlinda da Silva*, propõe uma reavaliação do conteúdo educacional para melhor refletir sobre as conexões entre os movimentos de colonização. O estudo inclui leituras sobre o tema, visualização de imagens e vídeos, e a identificação da “Amazônia Legal” como espaço de recentíssima colonização. Trata-se de um projeto desenvolvido nas aulas de História de turmas do 1º e 3º anos (Ensino Médio). Já o artigo intitulado **BIBLIOTECA ESCOLAR: PEDRA ANGULAR NO MEIO DO CAMINHO**, de autoria de *Francisca de Figueiredo Arruda Martins Neta*, aborda a importância das bibliotecas escolares no processo de ensino-aprendizagem e sua centralidade cultural para formação cidadã. Sua proposta de análise parte da prática profissional em biblioteca escolar e, assim, de suas problemáticas apreendidas no dia-a-dia, onde estudantes se deparam com a falta de motivação e interesse pela leitura. O artigo **PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS LIGADAS AO AGRONEGÓCIO NO FUTEBOL BRASILEIRO** (*bílingue: português/inglês*) dos autores *Francioly Marcos Batista Siqueira, Francisco Xavier Freire Rodrigues e Frankes Marcio Batista Siqueira*, busca analisar a participação de empresas do agronegócio no futebol brasileiro e suas implicações econômicas e culturais. O estudo fundamenta-se na revisão bibliográfica, numa abordagem que permite a análise aprofundada de diversas fontes de informação para compreender a participação do agronegócio no futebol brasileiro. Procura-se também demonstrar que a interação entre o agronegócio e o futebol brasileiro é complexa e multifacetada, oferecendo tanto oportunidades quanto desafios. **A LITERATURA INFANTIL E JUVENIL DE AUTORIA FEMININA PRODUZIDA EM MATO GROSSO: NOVAS VOZES, NOVAS CONFIGURAÇÕES** é o título do artigo de *Rosemar Eurico Coenga*, resultante de um estudo sobre a literatura infantil e juvenil produzida por mulheres em Mato Grosso, elegendo como marco temporal os anos de 2010 a 2024. Observa o autor que a literatura de autoria feminina se ampliou ao longo do período estabelecido, permitindo viabilizar a dimensão e a qualidade das obras produzidas no cenário mato-grossense. Já o autor, *Jonh Érick Augusto da Silva* com o artigo intitulado **“QUALIFICANDO” E “RECRUTANDO”: A ARREGIMENTAÇÃO DE HOMENS PARA A GUARDA NACIONAL E PARA O EXÉRCITO NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**, procura analisar os significados que as expressões “qualificar” e “recrutar” assumiam para a população do Império do Brasil, especialmente para os habitantes da província de Mato Grosso, durante a segunda metade do século XIX, buscando apreender suas implicações jurídicas, econômicas e sociais. Em **A PEDAGOGIA INCLUSIVA NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CUIABÁ-MT: UM BREVE ESTUDO DA PRÁTICA INCLUSIVA**, do autor *Abilio Anicézio de Oliveira Filho*, objetiva investigar, de forma crítica e participativa, as políticas educacionais direcionadas à formação de jovens e adultos sob a perspectiva da pedagogia inclusiva, promovendo o engajamento nas transformações sociais e preparando para o ingresso no mercado de trabalho. Um estudo de caso realizado no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) em Cuiabá-MT. **MARIO BENEDETTI: ENTRE MEMÓRIAS E DIÁSPORA EM “GEOGRAFÍAS”** é o título do artigo de *Ana Paula Ennes de Miranda Eto*, surge da aproximação de questões ligadas às vivências e experiências daqueles que, imersos em meio a um contexto político-social de ditadura latino-americana do séc. XX, sofreram mudanças bruscas, tolhidos em sua liberdade de permanência em solo nativo, tendo que se deslocarem para outros países. Apresenta rupturas que se desdobram em angústia, nostalgia e, em idealizações utópicas, a esperança do ideal através de projeção ficcional de suas memórias. Em **ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL E A TRANSFORMAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO**, *Elieth Barros Mendes* propõe uma reflexão sobre a alimentação tradicional e suas transformações, a partir de discussão dos fatores que favorecem essas mudanças como o processo de colonização implementado pela Igreja Católica e pelo Estado. Argumenta, ainda, que a pesquisa demonstrou que nesses vários momentos, a transformação da alimentação tradicional e escolar foi resultado de um processo que se iniciou a quinhentos anos, o que exige um esforço para garantir o bem viver dessas comunidades e também os seus direitos constitucionais. **MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE DO CULTIVO DE COMMODITIES NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO** é o título do artigo dos autores *Índio Campos e Dilamar Dallemole*, que procuram abordar as causas e consequências destas anomalias, que estão relacionadas ao desmatamento crescente

das áreas de savanas, à diminuição dos fluxos de umidades, os assim chamados “rios voadores”, para a região em função do desmatamento crescente da Floresta Amazônica e, por fim, à maior frequência e intensidade de períodos de seca na própria Região Amazônica associadas ao processo de aquecimento global do planeta. O artigo (*bilíngue: português/inglês*), dos autores *Mateus Sampaio Maranhão e Allyne de Almeida Ferreira*, intitulado **UM ESTUDO DE CASO DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO/PB**, procura mostrar quais foram os desafios após a implantação do sistema na prefeitura, mostrando suas vantagens e desvantagens, mediante pesquisa com base em levantamento bibliográfico, como artigos publicados entre 2014 e 2023, encontrados em *sites* como; *Sielo; Google acadêmico*, além de entrevista feita através de aplicativo de mensagens instantâneas ao servidor público.

SEÇÃO EVENTOS:

Na **Seção Eventos**, a partir do volume 37, a editoração da Revista fará apresentação de um **Índice dos Artigos Científicos publicados na REDM/NDIHR** – Elaboração da técnica, historiadora do NDIHR, mestre *Eliane Maria Oliveira Morgado*.

Este número da Revista, como já indicado, comemora os 54 anos da UFMT que é homenageada através do Núcleo de Documentação Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pelos seus 48 anos de criação. Além dos já tradicionais Artigos, antecede uma sessão de Homenagem à Profa. Dra. *Elizabeth Madureira Siqueira*, fundadora do NDIHR e do Departamento de História e Editora da Revista Documento/Monumento desde sua instituição.

EDITORAS

Dra. Nleide Souza Dourado

Dra. Elizabeth Madureira Siqueira



REDM

SUMÁRIO

AUTORES(AS) CONVIDADOS(AS):

- 9** Falando de si para os demais - Elizabeth Madureira Siqueira
- 26** Franca perdeu, Cuiabá ganhou! - Alfredo da Mota Menezes
- 28** Vivências compartilhadas - Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa
- 31** O mundo maravilhoso da historiadora e professora da UFMT Elizabeth Madureira Siqueira - Fernando Tadeu de Miranda Borges
- 33** Beth Madureira e a história do Corpo de Bombeiros de MT - João Carlos Vicente Ferreira
- 36** Modernidade e Educação : Comentário sobre a tese de doutorado de Elizabeth Madureira Siqueira - Luiza Rios Ricci Volpato
- 39** A História de Mato Grosso como voce nunca viu! - Maria Teresa Carrión Carracedo
- 45** Elizabeth Madureira Siqueira: uma mulher para inúmeras revistas - Marli Walker
- 45** Encontros e Reencontros!! - Nleide Souza Dourado

SEÇÃO ARTIGOS:

- 49** Frações das problemáticas ambientais em Mato Grosso e a política indigenista no Vale do Guaporé no governo de Antônio Rolim de Moura (1752-1764) - Loiva Canova
- 70** Educação e História: uma proposta de reavaliação sobre a "Marcha para o Oeste" no Brasil - Maria Arlinda da Silva
- 87** Biblioteca escolar: pedra angular no meio do caminho - Francisca de Figueiredo Arruda Martins Neta



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

- 96** Participação das Empresas ligadas ao Agronegócio no Futebol Brasileiro = The Involvement of Agribusiness Companies in Brazilian Soccer - Francioly Marcos Batista Siqueira; Francisco Xavier Freire Rodrigues e Frankes Marcio Batista Siqueira
- 107** A Literatura Infantil e Juvenil de autoria feminina produzida em Mato Grosso: novas vozes, novas configurações - Rosemar Eurico Coenga
- 122** "Qualificando" e "Recrutando": A Arregimentação de Homens para a Guarda Nacional e para o Exército na Província de Mato Grosso na segunda metade do século XIX - Jonh Érick Augusto da Silva
- 136** A Pedagogia inclusiva no contexto de uma Escola de Educação de Jovens e Adultos em Cuiabá-MT: um breve estudo da prática inclusiva - Abilio Anicézio de Oliveira Filho
- 152** Mario Benedetti: Entre Memórias e Diáspora em "GEOGRAFÍAS" Ana Paula Ennes de Miranda Eto
- 164** Alimentação tradicional e a transformação da Merenda Escolar das Escolas Indígenas de Mato Grosso - Elieth Barros Mendes
- 177** Mudanças Climáticas e Sustentabilidade do Cultivo de Commodities no Centro-Oeste Brasileiro - Indio Campos e Dilamar Dallemole
- 193** Um Estudo de Caso das Vantagens e Desvantagens da implantação do ESOCIAL na Prefeitura Municipal de Livramento/PB = A Case Study of the Advantages and Disadvantages of implementing ESOCIAL in the City Hall of Livramento/PB - Mateus Sampaio Maranhão e Allyne de Almeida Ferreira

SEÇÃO EVENTOS:

- 230** Índice dos Artigos Científicos publicados na REDM/NDIHR – Vol. 1, n. 1 dez. 2009 - Eliane Maria Oliveira Morgado



FALANDO DE SI PARA OS DEMAIS

Elizabeth Madureira Siqueira

Doutora em Educação, Mestre em História, associada Emérita do IHGMT, Associada Efetiva da Academia Mato-Grossense de Letras (Cadeira 29) e Curadora da Casa Barão de Melgaço
bethmsiqueira@gmail.com



Contar minha própria trajetória, aos 77 anos de idade, é um privilégio, pois confirmarei o que guardei e o que descartei nesse longo percurso. A tarefa não é fácil, pois vou esbarrar com silêncios não possíveis de serem revelados e momentos de plena revelação. Vou tentar abrir as picadas da memória e avaliar o que é merecedor de ser socializado. Os silêncios, vou levar comigo!!!

Nasci na cidade paulista de Franca, norte do estado de São Paulo, a qual floresceu no período cafeicultor, mas vivenciou sua decadência na primeira metade do século XX, optando por introduzir a indústria de calçado e trazendo para a região muitas fábricas de marcas famosas. Assim, Franca, de uma cidade aristocrática e escravocrata passou a ser um espaço proletário, visto o grande número de trabalhadores das fábricas de calçado.

Pais: Norma Mussi Madureira e João Madureira



Cheguei à vida no dia 16/08/1947, numa zona fabril, convivendo com os trabalhadores de chão de fábrica e com minha família nuclear, composta de dois eméritos professores, meus pais: João Madureira, professor e depois diretor do Grupo Escolar Cel. Francisco Martins; e minha mãe, Norma Mussi Madureira, professora do SESI, na área da costura e bordados. Foi compartilhando com eles e com meu irmão mais velho, Antônio Paes de Madureira Neto, que esbocei os primeiros contornos do meu percurso em Franca. Ali estudei o antigo primário, o ensino médio e o universitário, todos em escola pública.

Lecionei desde os 11 anos, com apoio e orientação de meu pai, pois auxiliava-o nas aulas de preparação para o ingresso na 5ª série, chamado Admissão.



Formatura em História, dez 1969. FFCL de Franca

Magra!!! Às vésperas do casamento.

Logo depois que me formei em História, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca (1969), hoje UNESP/Franca, casei-me com Reinaldo Rodrigues Siqueira (10/01/1970), indo residir em São Paulo, capital. O início da minha docência ocorreu no bairro da Freguesia do Ó, onde alfabetizei uma turma pela *cartilha Caminho Suave*. Minha sala de aula era uma garagem da qual só eu tinha a chave e os alunos, em número de 25, adoravam a escola e vibravam com as atividades que eu introduzia para amenizar o rígido conteúdo. Ali permaneci por 2 anos, ocasião em que entreguei a chave, dando início ao ensino de História também num bairro periférico de São Paulo – Vila Califórnia, situado para além da Vila Alpina e vizinho de São Caetano do Sul. Iniciava as aulas 13h30 e ia até 23h00, quando eu tomava 2 conduções para chegar em casa. Isso me preocupava, pois já tinha meu filho Daniel Madureira Rodrigues Siqueira, nascido em 1972, era ainda bem criança, mas eu contava com a ajuda da serventuária Maria Amaral, uma preta espetacular, que morava em minha residência e só ia para a casa dos pais aos finais de semana. Nossa relação de carinho foi tão grande que ela, quando vim para Cuiabá (1976), me acompanhou e aqui morou por 3 anos.

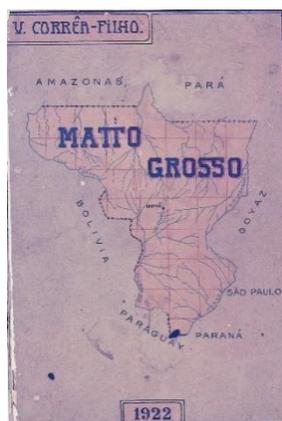
A difícil e inesperada decisão de me mudar para Cuiabá

Nos idos de 1975, meu primo Antônio Mussi, indagou se eu gostaria de sair de São Paulo, capital, para assumir um novo desafio: me mudar para Mato Grosso do Norte ou do Sul. Na viagem para Brasília, ele me fez essa proposta que me causou estranheza. Indaguei – *Como? MT até então é um estado uno*, e ele me explicou que, pelo plano geopolítico do governo militar, a divisão já era uma realidade. Foi a vez da segunda indagação: *O que me espera em cada um*

*destes dois estados? Ao que ele respondeu: o Sul de Mato Grosso seria mais cômodo para mim, pois a Noroeste do Brasil, com muita regularidade, poderia me deixar em Bauru, perto de Franca e de São Paulo capital. Já o MT do Norte era uma tela em branco, pois o processo de colonização estava ainda iniciando. Pensativa, numa reflexão desafiadora, eu lhe respondi: *Prefiro o MT do Norte, pois sendo uma tela em branco, vou projetar meu desenho com total liberdade e criatividade.**



Virgílio Corrêa Filho



Diante a minha decisão, meu primo, que era assessor da mais influente personalidade do governo militar – Ministro João Paulo dos Reis Veloso – poderia, com facilidade, abrir o caminho para minha mudança para o Centro-Oeste, mais especificamente para Cuiabá. Para isso, providenciou uma carta junto ao Departamento de Assuntos Universitários – DAU, encaminhada pelo Ministro Veloso e endereçada ao Reitor da UFMT, à época, Dr. Gabriel Novis Neves. De posse desse documento, rumamos, a família e Maria, para Cuiabá, de ônibus, chegando 2 dias depois. Na viagem, vim lendo *Mato Grosso*, de Virgílio Corrêa Filho, visando compreender melhor a região para onde estava me mudando. Mesmo com as pernas inchadas, procurei o então Secretário de Educação, Louremberg Nunes Rocha, para que ele me auxiliasse no contato com o Reitor da UFMT. Qual não foi minha alegria quando encontrei o prof. Alfredo da Mota Meneses, que conheci no curso de História de Franca, assessorando o Secretário. Um bom presságio de referência, pois era aqui que eu deveria ficar. Logo, fui encaminhada para a UFMT e, conversando com o Dr. Gabriel, entreguei-lhe a carta de recomendação, ao que ele, imediatamente, apertou uma campainha e disse: *Profª. Therezinha Arruda, veja a possibilidade de contratação!!!* Bastante constrangida, antes de sair da sala lhe disse: *Dr. Gabriel, o Sr. não se arrependerá desta contratação, vou dar o melhor para honrar a nascente UFMT.* O mesmo reproduzi para a Profª. Therezinha de Jesus Arruda, que veio com o passar do tempo tornar-se

minha amiga até os últimos dias de sua vida, que acompanhei de perto. Um bem querer e uma admiração mútuos. Therezinha doou seu acervo para a Casa Barão de Melgaço, material já catalogado, aguardando digitalização.

Contratada no regime experimental de 20hs pela UFMT, logo nos anos seguintes tiveram início os concursos de admissão de provas e títulos. A banca era constituída de professores da área e com experiência. De uma lista de 10 pontos, sorteávamos, 24 horas antes, o tema que deveríamos discorrer oralmente. Assim, tendo por base a fase experimental, quando se pode observar a assiduidade, competência e compromisso institucional, o concurso elevou o regime de trabalho, de 20, para 40hs. Logo após o primeiro concurso, fui admitida definitivamente como docente do Departamento de História e pesquisadora do NDIHR, local onde permaneci até 1999, quando me aposentei, pois pude incorporar os anos anteriores de docência, em Franca e em São Paulo.

Meu primeiro contrato com a UFMT foi junto ao Departamento de História e com vínculo também ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, criado ainda na década de 1970 e instituição de relevância no campo da documentação histórica. No Departamento, ministrava aulas para os mais diversos cursos da UFMT, sendo que no NDIHR desenvolvia pesquisa. Assim, ensinar e produzir conhecimento foi minha base de apoio, a qual dei continuidade durante toda a minha vida, inclusive depois de aposentada. Na UFMT ingressei em 1976 e permaneci até 1999, ano em que me aposentei.

Casa Barão de Melgaço: meu segundo abrigo



Casa Barão de Melgaço (aspecto colonial), no início do século XIX. Mosey Freitas, 2002.

Meu primeiro contato com a Casa Barão de Melgaço se deu quando fui indicada para fazer o levantamento e catalogação da biblioteca da instituição, a serviço da UFMT. Ali passei mais de 2 anos, apresentando ao final um relatório bastante substancial. Foi dessa

aproximação que nasceu meu respeito pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e pela Academia Mato-Grossense de Letras, pois na Casa conheci o precioso acervo e pude manter contato quase diário com os integrantes das Instituições, como Rubens de Mendonça, Lenine de Campos Póvoas, Adauto Dias de Alencar, Benedito Pedro Dorileo, Luis-Philippe Pereira Leite, Pedro Rocha Jucá, Dunga Rodrigues, Vera Randazzo e muitos outros. Dessa amizade nasceu o convite para eu integrar o IHGMT, onde ingressei aos 30/05/1987 pelas mãos de Luis-Philippe Pereira Leite, e mais tarde integrei a AML, aos 29/10/1996.



Acredito que tudo tenha sido encaminhado espiritualmente pelo primeiro autor mato-grossense com quem tive contato, Virgílio Corrêa Filho, ocupante, na Academia Mato-grossense de Letras, da Cadeira 29, que tenho a honra de suceder, como terceira titular.



No ano de 1980, ganhei um presente inusitado, meu segundo filho, Eduardo Madureira Rodrigues Siqueira, que chegou em Cuiabá na tarde de 5 de novembro, pelas mãos do Dr. Kamil Fares. Com este presente encerrei meu núcleo familiar. Reinaldo meu marido, conviveu conosco de 1970 até 2017, momento em que se despediu da vida terrena, após 47 anos de ininterrupta convivência. Daniel e seus filhos Maria Júlia (23 anos) e Daniel (3 anos e meio); Eduardo e sua filha Maria Eduarda (11 anos), e noras (Cássia, Juliana e Bianca), constituem hoje minha família nuclear.



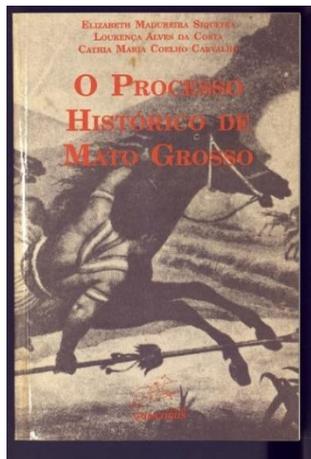
Acervo EMS

Produção Intelectual

Todo conjunto da minha produção tem como centralidade a História, concebida em diversas modalidades.

Produção Didática

Pensar uma História tendo como únicos protagonistas os governantes e seus feitos, significava uma série de exclusões, pois as questões de natureza social, de povoamento, conflitos e universo cultural, nela não estavam incluídos. Necessário seria pensar um modelo que pudesse incluir estes aspectos de uma forma harmoniosa. Assim, abri um projeto cuja proposta foi estudar Mato Grosso tendo por base 4 grandes temas: Sistemas Produtivos, Movimentos Sociais, Fronteira e Abastecimento e a Questão Indígena. No interior de cada temática, respeitou-se a ordem cronológica. Nascia, no final da década de 1990, o livro



Acervo EMS

O Processo Histórico de Mato Grosso (1991, escrito em coautoria com COELHO, K. M. COSTA, L. A.), duas funcionárias da SEDUC-MT. Este foi o primeiro investimento na área didática escrito em inovador modelo analítico, material inédito, visto a forma como foi pensado e estruturado. O livro, trabalhado por temas e problemas, teve muita aceitação em sala de aula, assim como serviu de habilitação para concursos.

A segunda produção foi *Revivendo Mato Grosso* (1997), um material encomendado pela SEDUC-MT e voltado para o Ensino de Jovens e Adultos – EJA – ficando a ilustração a cargo do saudoso amigo e arquiteto Moacyr Freitas, Escrito em linguagem simples, visto ser lido por pessoas que deixaram os estudos e estavam retomando-os, a obra foi um sucesso. A SEDUC-MT convidou-me para apresentar o material para professores.

História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais

1ª edição



2ª Edição



Acervo EMS

O último material didático foi um livro cronológico e muito bem ilustrado e diagramado pela Entrelinhas Editora, *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, foi lançado, em 1ª edição, no ano de 2012. Por se tratar de um material bastante aceito pelas escolas e bibliotecas, a Editora investiu numa 2ª ed. ampliada e atualizada, em 2018.

Outras Produções complementares aos didáticos

Memória da Igreja em Mato Grosso: o arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá: catálogo de documentos históricos (2002), em coautoria com PERARO, M. A. . MORAES, S.). Este material complementar ofereceu um panorama da área religiosa católica, responsável pelo registro de nascimento, casamento, crisma e óbito até a República, quando os Cartórios assumiram essa função. Para constituição do material foi necessário o arranjo, catalogação e microfilmagem de todo acervo, constituindo-se em ganho para os pesquisadores.

Cuiabá: de vila a metrópole nascente (2006, em parceria com CARRACEDO, M. T. C.; ALENCASTRO, A.; CONTE, C. Q.; LACERDA, L. B.). Trata-se de um álbum que retrata a trajetória colonial, imperial e republicana de Cuiabá, escrito por historiadores, jornalistas e estudiosos da Capital.

O Brasil pelos Brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon (2016, coautoria com MACHADO, F. Q. e ÁVILA, L. P.). Falar de Cândido Mariano da Silva Rondon, por si só, já garantiria um material precioso, porém o livro foi pensado para ampliar ainda mais o valor desta personalidade, fazendo fulgurar os investimentos por ele feitos no tratamento

científico do Brasil, ocasião em que o Exército Brasileiro investiu no reconhecimento do território na sua parte até então mais desconhecida, o sertão de Mato Grosso e a Amazônia. Os cientistas trataram de diversos aspectos: fauna, flora, mineralogia, recursos hídricos e nos aspectos antropológicos, reunindo os relatórios de cada uma destas áreas, mas também repassando para o Museu Nacional as peças pesquisadas. O livro conta a trajetória dos cientistas e, ao final, incorpora um DVD contendo a maioria dos Relatórios, hoje raríssimos.

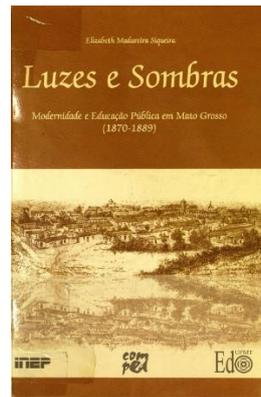
300 anos de Cuiabá: múltiplos olhares (2020, org. em parceria com SENA, E. C. de). Por ocasião das comemorações do tricentenário de Cuiabá, dois historiadores, Ernesto Cerveira de Sena e Elizabeth Madureira Siqueira organizaram um livro que abarcou diversos aspectos da vida cultural e econômica da Capital, para o quê, foram convidados especialistas de diversas áreas.

Dunga Rodrigues: homenagem do IHGMT pelos 112 anos de seu nascimento (Org. 2020). Maria Benedita Deschamps Rodrigues, mais conhecida como Dunga Rodrigues, foi uma cuiabana que dedicou sua vida a escrever crônicas sobre sua terra natal, relatando, como ninguém, o viver cuiabano e revelando aspectos que faz o leitor a compreender melhor sua forma singular de viver. Para isso, foram reunidas as crônicas e textos ainda inéditos e convidadas expressões da literatura e da história de Mato Grosso para fazerem a apresentação dos textos.

No campo da Educação

A Educação foi um importante espaço da minha produção, uma vez que embasou as pesquisas no âmbito da pós-graduação IE/UFMT, quando, há três décadas atrás, foi criado o GEM – Grupo Educação e Memória, tendo à frente o professor Dr. Nicanor Palhares Sá, precursor e estimulador do mestrado e doutorado na Educação da UFMT, Mato Grosso. Como vice-coordenadora deste grupo, dediquei-me a levantar pesquisas sobre a realidade educacional mato-grossense. Fizemos diversos investimentos na organização do campo empírico, visando dar suporte para as dissertações e teses do PPGE. Organizei, com apoio do GEM,

Educação e Memória: Catálogo de documentos relativos à história da educação de Mato Grosso (período Imperial) (1998, coautoria SÁ, N. P.);

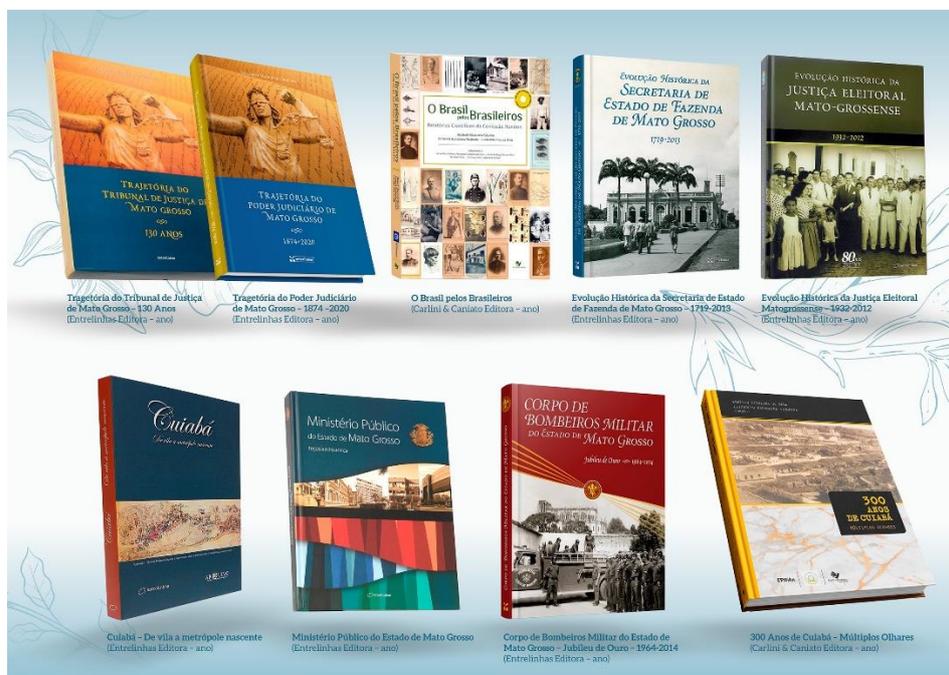


Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso: 1870-1889 (2000); consubstanciando a Tese de Doutorado, defendida em 2000 e premiada pelo INEP como uma das melhores teses sobre Educação brasileira no período imperial.

Leis e Regulamentos da Instrução Pública de Mato Grosso (1990 SÁ, N.P.), material que reuniu virtualmente grande parte da legislação e regulamentos;

Lembranças de professores e alunos mato-grossenses: 1930-1950. (2007, coautoria SÁ, N. P. e GONÇALVES, M.). trabalho realizado a 6 mãos, quando transcrevemos parte das entrevistas realizadas com professores que lecionaram em Mato Grosso, especialmente na zona rural.

Instituições Públicas e Privadas



Observando que as Instituições de Mato Grosso careciam de um esforço de pesquisa e escrita de sua história, ao longo da minha trajetória pude recuperar e publicar:

Academia Mato-Grossense de Letras

Catálogo das Revistas do Centro Mato-Grossense de Letras e da Academia Mato-Grossense de Letras (1999);

UFMT

Cronologia Histórica: comemorando os 35 anos da UFMT (2005);

Universidade Federal de Mato Grosso: 40 anos de contribuição para Mato Grosso 1970-2010 (2010); co-autoria com Nileide Souza Dourado e Roberto Silva

Depois de escrever sobre a trajetória histórica de Mato Grosso, verificamos a necessidade de estudar os fundamentos e a evolução das instituições constitutivas dos demais poderes. Assim, em 2005, propusemos a escrever sobre o Tribunal de Justiça, nos seus 130 anos, e depois prosseguimos para os 146 e finalizamos com os 150, esperando que outras historiadoras futuramente possam prosseguir.

Tribunal de Justiça de MT

- *Trajatória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: 130 anos*, (2005)
- *Trajatória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: 146 anos*, (2021)
- *Trajatória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: 150 anos*, (2024)

Investimentos posteriores fizemos no **TRE-MT**, escrevendo sobre os 78 anos e prosseguindo nos 80 e finalizando com os 90 anos.

Tribunal Regional Eleitoral de MT

- *Evolução Histórica da Justiça Eleitoral Mato-Grossense: 78 anos 1932-2010* (2010);
- *Evolução Histórica da Justiça Eleitoral Mato-Grossense: 80 anos 1932-2010* (2012)
- *Evolução Histórica da Justiça Eleitoral Mato-Grossense: 90 anos 1912-2022* (2023)

Interessante pesquisa se deu no âmbito do Corpo de bombeiros Militar, ao completar 50 anos, seu Jubileu de Ouro. Na ocasião, propusemos um pela Secretaria de Estado de Cultura – SECEL, no amparo à pesquisa e edição da obra. Convivemos num espaço inusitado, entrevistamos atores, compulsamos documentos e imagens capazes de compor a obra, recebida com orgulho pela corporação.

Corpo de Bombeiro Militar de MT

Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso: Jubileu de Ouro 1964-2014 (2013);

No âmbito das Secretarias de Estado, tivemos o privilégio de investir na pesquisa e redação da obra

SEFAZ-MT

Evolução Histórica da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso: 1719-2013. (2014);

Em todos esses trabalhos tive o privilégio de conviver com um outros grupos sociais, trocando saberes e estabelecendo parcerias revestidas de valor humano e fraterno. Foi uma experiência fantástica, ocasião em que ampliei meu círculo de relacionamento, pude presenciar experiências de socorro à população e aprendi a admirar o segmento pela sua atuação humanitária.

PUBLICAÇÃO EM OBRA NACIONAL

No grupo GEM, pude participar de um evento nacional de historiadores da educação, área da História da Educação, e sugeri que outros educadores do Brasil, que não só os do Centro-Sul, participassem do Dicionário, o que foi acatado. Tive o privilégio de escrever sobre uma das mais fascinantes personagens do cenário de Mato Grosso, o Pe. Ernesto Camilo Barreto.

Ernesto Camilo Barreto. In: Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero; Jader de Medeiros Britto. (Org.). *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: INP/COMPED/UFRJ, 2002, p. 306-315.

NO PRELO

Organizei e encontra-se em fase de finalização e busca de apoio a obra *Poética e Prosa de Ubaldo Monteiro: textos raros e inéditos*, a qual mereceu apresentação de diversos intelectuais ligados ao IHGMT e à AML. Este livro nasceu a partir do arranjo do acervo de Ubaldo Monteiro da Silva, ocasião em que verificamos um nicho poético ainda inédito, graças ao trabalho da Curadoria da Casa Barão de Melgaço.

Um *Ebook*, em parceria com Marli Walker, está pronto para ser publicado: *Mulheres em Revista*, uma compilação de todos os artigos femininos estampados nas Revistas do Centro Matogrossense de Letras e da Academia Mato-Grossense de Letras, de 1922 até contemporaneamente. Um trabalho de fôlego e necessário para o ensino das letras femininas em Mato Grosso.

DOAÇÃO DA BIBLIOTECA PESSOAL

No ano de 2020, doe, para compor o acervo da Casa Barão de Melgaço, minha biblioteca pessoal, entregando-a organizada e numerada, incluindo as chamadas: Mato Grosso, História, Educação e Ciências Humanas e Sociais, que está hoje à disposição dos pesquisadores na Casa Barão de Melgaço, no salão anexo ao auditório, espaço revitalizado graças ao projeto Mato Grosso Uno (IHGMT). No total, o acervo bibliográfico perfaz cerca de 2.880 títulos e atualmente me incumbe de adicionar aqueles adquiridos posteriormente.

TRABALHOS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL

Há 35 anos exerço a função de Curadora da Casa Barão de Melgaço, recolhendo, catalogando e digitalizando acervos documentais de relevância para as duas instituições componentes da mesma Casa: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-Grossense de Letras. Trabalho cívico e sem qualquer remuneração, compensava pelo imenso prazer de poder colaborar no levantamento documental da memória mato-grossense.

No ano de 2000, conseguimos, pelo projeto apoiado pela SECEL-MT, criar uma Plataforma Digital e nela colocar, na íntegra, o conjunto de documentos de duas Famílias de intelectuais:

FAMÍLIA MENDONÇA (Estevão e Rubens)



FAMÍLIA RODRIGUES (Firmo e Dunga)



Firmo Rodrigues

Dunga Rodrigues

Trata-se de uma Plataforma disponível no *site familiascasabarao.com.br*, podendo também ser consultada a metodologia adotada, em <https://youtu.be/Wn5RdjB8ZJM>

Nela, os consulentes encontrarão inicialmente os dados biográficos dos titulares, seguido do acervo organizado por Séries: Documentos Pessoais, Documentos de Família, Relações Familiares, Relações Sociais, Produção Intelectual (publicada e inédita), Universo de Interesse, Fotografias e Biblioteca, procedimento adotado pela USP/IEB.

FAMÍLIAS CONCLAMAM A ORGANIZAÇÃO DOS ACERVOS DE IMPORTANTES PERSONALIDADES DE MATO GROSSO

Devido à larga experiência no arranjo e catalogação de acervos, duas Famílias – a de José Vilanova Torres e a de Benedito Sant’Anna da Silva Freire – requisitaram meu tratamento profissional nos dois citados acervos, os quais foram realizados na residência dos titulares. No primeiro deles, o de Vilanova Torres, permaneci por mais de um ano, catalogando peça a peça, incluindo documentos pessoais, documentos de Família, produção intelectual, universo político e empresarial, jornais e fotografias, sob a supervisão das filhas Diana Torres Sgaib e Artemis Torres. Foi um período de grande aprendizagem, visto que consegui traçar o perfil de José Vilanova Torres sob o olhar da documentação, mas também pude usufruir do contato familiar, rico em memória.

O mesmo ocorreu com o acervo de um dos maiores ícones da Literatura e Direito de Mato Grosso, Benedito Sant’Anna da Silva Freire, ocasião em que permaneci 12 meses no trabalho, sob a supervisão da Casa Silva Freire, importante centro de pesquisa sobre a personalidade. Percorremos a documentação escrita e as fotografias, todas relacionadas de forma individual, cujo Catálogo se encontra no *site* da CSF. Grande parte da documentação trabalhada já se encontra digitalizada e será futuramente disponibilizada.

Foram anos de convivência profissional e solidária com membros das duas Família, detentoras do acervo. Com isso, cultivamos amigos, visto que pessoas comprometidas com o universo cultural mato-grossense.

ACERVOS CATALOGADOS E DIGITALIZADOS, A ESPERA DE SUBIR PARA A PLATAFORMA, DEMOCRATIZANDO A PESQUISA E DILATANDO O CONHECIMENTO SOBRE MATO GROSSO

Até a atualidade, prosseguimos na recolha, organização e digitação dos seguintes Acervos Privados que desejamos subir para a Plataforma, disponibilizando farta documentação sobre Mato Grosso. São eles:

ACERVOS INSTITUCIONAIS

IHGMT

CML/AML

INSTITUTO DE PESQUISAS D. AQUINO CORRÊA

ACERVOS PRIVADOS – associados do IHGMT e/ou da AML falecidos

AFRÂNIO CORRÊA - jornalista e produtor cultural

AMIDICIS DIOGO TOCANTINS- bibliófilo

CORSÍNDIO MONTEIRO DA SILVA - juriconsulto e historiador

JOÃO ALBERTO NOVIS GOMES MONTEIRO - médico e presidente da AML

NEWTON ALFREDO AGUIAR - Poeta e literato de Mato Grosso

RAIMUNDO MARANHÃO AYRES - Jornalista e Produtor Cultural

UBALDO MONTEIRO DA SILVA - militar e historiador

RAMIRO NORONHA - auxiliar de Rondon nos trabalhos da Comissão das Linhas Telegráficas de MT ao Amazonas

UBALDO MONTEIRO DA SILVA - militar e historiador

Telegráficas de MT ao Amazonas

CONCLUINDO...

João e Maria

Canção de Chico Buarque, Nara Leão e Sivuca

Agora eu era o herói

E o meu cavalo só falava inglês

A noiva do cowboy

Era você além das outras três

*Eu enfrentava os batalhões
Os alemães e seus canhões
Guardava o meu bodoque
E ensaiava um rock para as matinês*

*Agora eu era o rei
Era o bedel e era também juiz
E pela minha lei
A gente era obrigado a ser feliz*

*E você era a princesa que eu fiz coroar
E era tão linda de se admirar
Que andava nua pelo meu país*

*Não, não fuja não
Finja que agora eu era o seu brinquedo
Eu era o seu pião
O seu bicho preferido*

*Vem, me dê a mão
A gente agora já não tinha medo
No tempo da maldade
Acho que a gente nem tinha nascido*

*Agora era fatal
Que o faz-de-conta terminasse assim
Pra lá deste quintal
Era uma noite que não tem mais fim*

*Pois você sumiu no mundo sem me avisar
E agora eu era um louco a perguntar
O que é que a vida vai fazer de mim?*

[Fonte: Musixmatch]

O que a vida vai fazer de mim?, indagava eu quando cheguei em Mato Grosso nos idos de 1976, mas aprendi a máxima de que *Agora eu era o rei, era o bedel e era também juiz E pela minha lei a gente era obrigado a ser feliz*, e o fomos até hoje. Meu percurso dependia exclusivamente de coragem para abrir novas picadas, entrelaçar e estreitar relações sempre fraternas, bases para se viver a felicidade. Assim fiz, aproximando-me das pessoas com a humildade de um chegante, sempre muito agradecido pelo acolhimento. Vivenciei inúmeros desafios, *enfrentava os batalhões, os alemães e seus canhões*, mas ao final do dia, *guardava o meu bodoque e ensaiava um rock para as matinês*. Cuiabá ofereceu-me a possibilidade de viver dramas e momentos de descontração num único dia.

Como demonstrado, temos certeza de que a “tela em branco” que representava “Mato Grosso do Norte”, em 1975, ganhou novas cores com a minha participação ao longo de 48 anos. Não cheguei aqui em vão. Minha tarefa já estava escrita por forças não visíveis. Em solo mato-grossense fiz muitos amigos nos lugares que atuei e com eles mantenho até hoje uma relação saudável e solidária, levando no peito a saudade dos muitos que já partiram. VIVA MATO GROSSO, VIVA CUIABÁ!!!, *uma princesa que eu fiz coroar, e era tão linda de se admirar que andava nua pelo meu país*. Posso, hoje,

residir em qualquer local, pois acumulei experiências novas, tracei percursos nunca antes pensados, sempre com irrestrito respeito à diversidade. Aos 77 anos, ainda me atiro na vida pela força de um legado rico em mútuo contributo. *Viver... um aprendizado fluente é muito enriquecedor*, máxima que pratico até contemporaneamente.



FRANCA PERDEU, CUIABÁ GANHOU!

Alfredo da Mota Menezes

Estudei em Franca, no Instituto Torquato Caleiro. Fiz ali o antigo científico. Era uma escola de boa qualidade e muito respeitada na cidade. Como a Elizabeth Madureira, vou chamá-la de Beth, diz num gostoso texto, Falando de Si para os Demais, Franca passou da produção de café para a indústria de sapatos. Era e ainda é a mais respeitada na fabricação de sapatos masculinos.

Lembro-me da Beth Madureira, não havia ainda o Siqueira, desde essa época. Era irmã de um jovem da geração da gente, Antônio Paes, que chamávamos de Paeta. Estudei História na mesma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras que ela também cursou. Fiz Direito também em Franca, ao mesmo tempo que o curso de História. Mais tarde vou encontrar a Beth em Cuiabá, já casada com o Siqueira, como era chamado lá. Entra para a UFMT e começa a vida intelectual e acadêmica dessa jovem francana. Começamos quase juntos na UFMT.

Gabriel Novis como reitor, Atílio Ourives e Benedito Pedro Dorileo também na administração. Momento interessante da história regional. Depois de um governo de alguém que era do PSD, Pedro Pedrossian, veio dois governos com membros da antiga UDN, José Frageli e Garcia Neto. Na época se falava que a ex-UDN administrava o estado e o ex-PSD a UFMT.

Deixando antigas ilações de lado, a Beth conta, depois de uma audiência com Gabriel Novis, como se relacionou pela primeira vez com Terezinha Arruda e seu estilo gostoso e autoritário. Uma lembrança de como era aquela colega e amiga.

A UFMT para a Beth foi uma base de apoio no início de vida profissional. A partir dali, ela e outros, deram passos em direções e lugares diferentes em Cuiabá. A base, inclusive para estudos de pós-graduação mais tarde, foi a UFMT. Nos encontramos também no NDIHR ou Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

Beth, como conta em uma pequena biografia, se aproxima de instituições importantes em Cuiabá e no estado, como a Academia Mato Grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Conviveu com parte da intelectualidade de Cuiabá e Mato Grosso como Rubens de Mendonça, Lenine Póvoas, Luís Philipe Pereira Leite.

Ela já começou a se ligar com as coisas daqui, interessantemente, desde o dia que embarcou de ônibus para Cuiabá: veio lendo obra de Virgílio Correra Filho, nome respeitado na literatura do estado. Começou ali, talvez possa ser dito, sua aproximação com a história regional. Chama atenção a decisão de uma jovem que, ao ir para outro lugar, começou a se entrosar lendo a história daqui. Não foi através de conversas ou jornais ou qualquer outro tipo de informação: foi com um livro de história mesmo.

Ela é hoje um dos maiores nomes em pesquisas e publicações sobre a história de Cuiabá e de Mato Grosso. Os fatos sugerem que foi amor desde o primeiro contato entre ela e as coisas deste estado.

A produção intelectual e acadêmica da Beth é conhecida e aplaudida. Seus livros são base de pesquisas e estudos sobre história de Mato Grosso, além de serem muito utilizados em salas de aulas. A jovem francana se apaixonou pelo processo histórico do estado e suas diferentes obras mostram isso. Não publicava ou publica livros somente sobre nomes ou personagens regionais, conta a história em sua maior amplitude, olhando também para os acontecimentos sociais, políticos e econômicos de um determinado momento.

Beth se entrosou tanto com as coisas de Mato Grosso, se mostrou tão competente nessas análises e estudos, que diferentes instituições do estado a procurava e ainda procuram para que ela estudasse e escrevesse sobre trajetórias diferentes. Seus trabalhos sobre a Justiça Eleitoral, Corpo de Bombeiros, Tribunal de Justiça, Secretaria de Fazenda, mostram isso.

É interessante pontuar também que, quando uma instituição queria um trabalho de recuperação e organização de seu acervo documental, a procurada era e ainda é a francana que decidiu abraçar com força a história, cultura, costumes de Cuiabá e do estado, longe de onde ela nasceu, Franca do Imperador, como é conhecida.

Cuiabá e Mato Grosso ganharam e muito com a vinda da Elizabeth Madureira Siqueira para cá. Os fatos mostram claramente isso. Franca perdeu, Cuiabá ganhou.



ALFREDO DA MOTA MENEZES, Professor Titular do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD), da Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT) aposentado. Graduado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca(FFCLF). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca(FDF). Mestre em História da América Latina pela Tulane University. Doutor e Pós-Doutor em História da América Latina, pela Tulane University. Professor visitante no Departamento de História da Tulane(EUA). Publicou os livros: A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980 (Papyrus, 1987); Do Sonho à Realidade: a Integração Econômica

Latino Americana (Alfa Ômega, 1990) e a Morte de Totó Paes: Política no Interior do Brasil (Carlini & Caniato, 2007), entre outras publicações(pox@terra.com.br).



VIVÊNCIAS COMPARTILHADAS

Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa

O processo histórico de Mato Grosso, em coautoria com Lourença Alves da Costa e Cathia Maria Coelho Carvalho, foi quem me apresentou à professora e pesquisadora Elizabeth Madureira Siqueira. Recém-chegada a Cuiabá, depois de viver entre os povos indígenas Nambikwara e Potiguara, precisaria adentrar ainda mais na historiografia mato-grossense. Não tenho em lembrança dos pormenores de como o livro chegou às minhas mãos, mas a data “fev. 1993” está registrada em suas primeiras páginas.

Depois da leitura de *O processo histórico de Mato Grosso*, motivada pela vasta bibliografia disponibilizada ao final do livro, iniciei pesquisas no âmbito do “estado da arte”, mapeando produções acadêmicas sobre colonização e povos indígenas em Mato Grosso, quando a leitura se incumbia também de tornar cada vez mais breve o caminho até à professora Elizabeth Madureira Siqueira.

Em 1996, o esperável dia havia chegado. Em sala de aula, durante a disciplina de “Metodologia do Ensino da História”, ofertada no curso de Especialização da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) intitulado “Metodologia da Pesquisa em História”, pude conhecer pessoalmente a professora Elizabeth Madureira Siqueira. A partir desse momento, a professora Beth, como passei a chamá-la diante da amizade que se delineava entre nós, com regularidade se fez presente em meu itinerário de pesquisas acadêmicas.

Mais tarde, na UFMT, enquanto cursava o mestrado em História, reencontrei a Profa. Beth na curadoria dos acervos da Casa Barão Melgaço, facultando-me o acesso ao acervo documental, naquele momento em fase de sistematização. Esse fato propiciou uma lufada na abordagem da dissertação diante à originalidade das fontes nos estudos sobre o povo Nambikwara. No ano 2000, tive a felicidade de contar com a participação da professora Beth em minha banca examinadora de mestrado.

Minha proximidade acadêmica com a professora Beth, fundada durante os estudos de pós-graduação na UFMT, se alicerçou com meu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). Foi quando passei a chamá-la de Beth. O convívio na instituição me propiciou momentos ímpares como, por exemplo, o testemunho da acomodação dos acervos documental, bibliográfico, iconográfico, mobiliário e de objetos de uso pessoal de Maria Benedita Deschamps Rodrigues, mais conhecida como Dunga Rodrigues, recém-chegados na casa Barão de Melgaço. Beth, a cada peça de “Dunguinha”, como a chama, contava histórias de forma tão vívida que me fez sentir muito próxima da pianista, jornalista, cronista, professora e escritora. Em outra ocasião, foi-me atribuída a tarefa de realizar um inventário das fontes primárias do acervo da Casa Barão pertinentes aos povos indígenas, em formato de catálogo de pesquisa, um instrumental destinado a expor a diversidade de peças documentais e seu acesso rápido que, posteriormente, foi publicado na revista institucional. Beth, ao assumir a direção da Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, indicou meu nome para compor seu Conselho Editorial, na representatividade da Comunidade (gestão 2009-2011), anos em que assisti a transferência da editora para o atual imóvel e o aumento quantitativo de publicações. Uma verdadeira explosão editorial!

O desenrolar de inúmeros acontecimentos acadêmicos apadrinhou nossa amizade. Na ordenação que somente o tempo conhece, passamos a nos encontrar com regularidade em sua residência, a discutir sobre minhas escritas de doutoramento. O passo a passo dessa etapa foi acompanhado por sua afetividade e agudeza, com direito a quitutes saborosos regados a café, atendendo cuidadosamente ao meu sabor alimentar. Em meio aos contratempos da escrita da tese, pude contar com o afeto da amiga Beth que acalentou a dor da perda de minha mãe.

Os dias seguem... Diferentes e iguais. De longe e de perto, nossa amizade conserva-se entrelaçada pela partilha de afetividades e pelos fios da pesquisa e da escrita da história de Mato Grosso.

RESENHA

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; MACHADO, Fernanda Quixabeira; ÁVILA, Luciwaldo Pires de. *O Brasil pelos brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon*. Cuiabá: Carlini Caniato Editorial, 2016. 144 p.

O Brasil pelos brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon (2016), de autoria de Elizabeth Madureira Siqueira, Fernanda Quixabeira Machado e Luciwaldo Pires de Ávila, publicada pela editora Carlini Caniato, consiste em uma obra fundamental ao conhecimento do vasto território brasileiro. O livro, uma homenagem do Governo do Estado de Mato Grosso ao sesquicentenário de nascimento do indigenista Cândido Mariano da Silva Rondon, é iniciado com *Cândido Mariano da Silva Rondon*.

Textos que discorrem sobre o mato-grossense de Mimoso, Santo Antônio de Leverger, seu percurso desde seu nascimento, em 5 de maio de 1955, à sua morte, em 19 de janeiro de 1958, suas contribuições científicas para o Brasil, sua família e a produção científica rondoniana – os relatórios científicos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, conhecida também pelo nome de Comissão Rondon, e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, compostos por: *Etnografia* [19--]; *Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo*, de 1922; *Missão Rondon – apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas*, de 1907 a 1915; *Relatório apresentado à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra e à Diretoria Geral dos Télégraphos*, de 1915; *Semana do Índio: 19 de abril de 1944*; *A etnografia e a etnologia do Brasil em revista*, de 1946; *Índios do Brasil: do Centro ao Nordeste e Sul*, volume 1, de 1946; *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil*, de 1948; *Esboço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios Ariti (Parici)*, de 1948; *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Maro Grosso, apresentados às autoridades do Ministério da Guerra*, em 1949; *Índios do Brasil: cabeceiras do Xingu, rio Araguaia e Oiapoque*, volume 2, 1953; *Índios do Brasil: Norte do Rio Amazonas*, volume 3, 1953; *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915*, de 1916. Na *Parte I: Conhecendo os cientistas*, a obra apresenta a participação e produção científica de etnógrafos e etnólogos integrantes da Comissão Rondon. Cândido Mariano da Silva Rondon, João Barbosa de Faria, Luiz Bueno Horta Barbosa e José Maria da Gama Malcher destacam-se na contribuição de estudos etnográficos sobre diversos povos indígenas, à época tão desconhecidos para a sociedade brasileira. Indubitavelmente, uma contribuição de caráter humanístico, social, intelectual e científico que também concorreu ao combate às ideias preconcebidas, estereotipadas, etnocêntricas e discriminatórias.

O livro também destaca a participação e produção científica de médicos, sanitaristas, botânicos, zoólogos, minerólogos, geólogos, astrônomos, fotógrafos e cineastas que participaram dos trabalhos da Comissão Rondon. O estudo fornece informações sobre o registro imagético dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Rondon, submetido à rigorosa responsabilidade do Tenente Thomaz Luiz Reis, com o intuito de disponibilizar à sociedade brasileira informações da Comissão Rondon diante ao contato com os povos indígenas.

A *Parte II: as representações do Brasil e de Mato Grosso* se propõe a fazer uma exposição do território brasileiro, com ênfase no Estado de Mato Grosso. Nela são relatadas as atuações de José Barbosa de Sá, Felipe José Nogueira Coelho, José Manoel de Siqueira, Antônio Pires da Silva Pontes, Francisco José de Lacerda e Almeida, Miguel Antônio Ciera, Alexandre Rodrigues Ferreira, Ricardo de Almeida Serra, Joaquim José Ferreira, Álvaro Loureiro da Fonseca Zuzarte, Barão de Langsdorff, Hercules Florence, Francis Castelnau, Bartolomé Bossi, Herbert Smith, Karl von den Steinen, Joaquim Ferreira Moutinho, Augusto João Manuel Leverger, João Severiano da Fonseca e suas respectivas produções científicas que contribuíram significativamente para enxergar o vasto território brasileiro ainda desconhecido para grande parte da civilização ocidental.

Na *Parte III: Metodologia da publicação*, o livro disponibiliza ao leitor os caminhos trilhados pela autora em 2015-2016 que a conduziu à reunião da produção rondoniana, dentro da esfera de ação

da Comissão Rondon: – localização e recolhimento das publicações junto às instituições públicas e aos acervos privados; – digitalização das publicações da Comissão Rondon para a reprodução do acervo bibliográfico em DVD acoplado no interior da segunda capa: *O Brasil pelos Brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon. Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, v. 1. Relatórios 1 a 56. Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais. Relatórios 57 a 81. Expedição Roosevelt-Rondon. Relatórios 82 a 86.* O DVD possui “aplicativo executável para Windows que representa semelhança ao manuseio de um livro físico sendo folheado, com imagens que se movem e som característico”. A obra de Elizabeth Madureira Siqueira, *O Brasil pelos brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon*, apresenta a valiosa produção da Comissão Rondon de modo que o leitor, de posse das publicações, adentre já possuindo conhecimentos relativos ao processo histórico de Mato Grosso, seus personagens indígenas e não indígenas e à política indigenista instituída pelo Serviço de Proteção aos Índios, em 1910. Nos dias de hoje, é raríssima a oportunidade de se ter em mãos o conjunto da produção científica da Comissão Rondon. A reunião de 87 publicações da produção dos cientistas integrantes dos trabalhos de implantação das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas em um único DVD é, sem dúvida, extraordinário. Raras são as instituições públicas que possuem um número tão expressivo dessas publicações que registram uma fração da história do Brasil, da etnografia dos povos indígenas no início do século XX.

Tornar acessível os aludidos estudos aos interessados em obter conhecimentos sobre a política indigenista efetivada por Cândido Mariano da Silva Rondon iniciada nos primeiros anos do período republicano consiste no corpulento mérito da obra. A publicação reúne em um DVD a maior parte dos volumes da mencionada coleção, publicada no Rio de Janeiro na primeira metade do século passado, com tiragem limitada, esgotada em pouco tempo. Democratizar o acesso ao conhecimento é o fundamento da proposta dos autores.



ANNA MARIA RIBEIRO F. MOREIRA DA COSTA, Doutora em História pela (UFPE), Mestrado em História pela (UFMT). Graduação em História pela (UFRJ). Realizou estágio de Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pesquisadora da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (1982 a 2015). Professora do Univag - Centro Universitário de Várzea Grande-MT (2002-2021). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso desde 2003. Membro do grupo de Pesquisa Núcleo e Estudos Rurais e Urbanos (biênio 2023-2025). Colaboradora do jornal Circuito Mato Grosso, desde 2012.(anna-edu@hotmail.com)

Urbanos (biênio 2023-2025). Colaboradora do jornal Circuito Mato Grosso, desde 2012.(anna-edu@hotmail.com)

O MUNDO MARAVILHOSO DA HISTORIADORA E PROFESSORA DA UFMT

ELIZABETH MADUREIRA SIQUEIRA

REDM
ISSN: 2176-5804

Fernando Tadeu de Miranda Borges

O livro em cd “*Universidade Federal de Mato Grosso – 40 anos de história (1970-2010)*”, organizado por Elizabeth Madureira Siqueira, Nileide Souza Dourado e Roberto Silva Ribeiro, na gestão da reitora Profa. Dra. Maria Lúcia Cavalli Neder, com o selo da EdUFMT, sob a coordenação do Prof. Dr. Marinaldo Divino Ribeiro, apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia - Fundação de Pesquisa de Mato Grosso (SECITEC/FAPEMAT), refaz em detalhes a trajetória da UFMT, os esforços empreendidos, as conquistas alcançadas.

Trata-se de um livro de consulta importante para pessoas de todas as idades que se interessam pela educação superior em Mato Grosso, pelo resgate de seus grandes atores, pela concepção mental da época, pelas políticas públicas implantadas, pela criação dos cursos em centros de ciências específicos, pelo movimento da política e da economia de 1970 a 2010, e pela construção de estratégias de planejamento. Um livro que precisaria ser ampliado pelo fato de a UFMT, em 2020, ter completado cinquenta anos e desta vez impresso e digitalizado, uma vez que os livros são portavozes do pensamento.

A historiadora Elizabeth Madureira Siqueira, filha de João Madureira e Norma Mussi Madureira, nasceu em 16 de agosto de 1947, na cidade de Franca, São Paulo, e se tornou cuiabana por acaso, quando seu primo, que foi Ministro do Planejamento no Brasil, no período de 31 de outubro a 19 de março de 1979, economista João Paulo dos Reis Veloso, confidenciara-lhe, em 1975, que Mato Grosso seria dividido: Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul, recomendando que fosse morar no sul de Mato Grosso pela proximidade com Franca, contudo, o coração de Elizabeth Madureira Siqueira tocou mais forte por Cuiabá que possuía uma Universidade Federal recém-criada, a Uniselva, com um projeto amazônico que encantava o país. E foi assim que, em 1976, veio para o Centro Geodésico da América do Sul, trazendo junto uma grande companhia que foi o livro “*Mato Grosso*”, do historiador cuiabano Virgílio Corrêa Filho, clássico da história econômica regional, o que por sua vez comprova o interesse de historiadores da época pela história econômica e pela formação econômica do país, e neste ponto um parênteses, as primeiras professoras do antigo departamento de história da UFMT tinham um forte interesse pela história econômica, evidenciada nas pesquisas.

É interessante observar que Elizabeth Madureira Siqueira que veio para Cuiabá lendo o livro “*Mato Grosso*” de Virgílio Corrêa Filho, logo ao chegar se tornou professora da UFMT, tendo sido recebida pelo reitor fundador Gabriel Novis Neves e orientada pela historiadora Therezinha de Jesus Arruda, e em pouco tempo se tornou uma brilhante estudiosa da história mato-grossense, e depois, em 2011, coautora do livro sobre os 40 anos da UFMT. Elizabeth Madureira Siqueira é membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, cadeira n. 29, que teve como um dos ocupantes o historiador Virgílio Alves Corrêa Filho, seu acompanhante espiritual na viagem de Franca a Cuiabá.

A minha relação de amizade com a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira começou na UFMT e se fortaleceu por ocasião da entrada na Academia Mato-Grossense de Letras, para ocupar a cadeira 33, que teve como último ocupante o historiador Lenine de Campos Póvoas. Elizabeth Madureira Siqueira foi a grande entusiasta para que eu pertencesse ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (Patrono Coronel Octayde Jorge da Silva) e na Academia Mato-Grossense de Letras, aliás, minha madrinha nas duas instituições centenárias de Mato Grosso e fonte inspiradora na fase do necessário amadurecimento acadêmico e profissional.

A função de curadora da Casa Barão de Melgaço tem sido exercida com maestria pela historiadora Elizabeth Madureira Siqueira, que se notabilizou também na história da educação, na história institucional, na história de grandes personagens ligados à região. O esmero nos cuidados

com os acervos da Casa Barão, com a produção da revista da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso levaram-na a incorporar de corpo e alma esta terra calorosa que Dom Francisco de Aquino Corrêa nomeou no poema “*Canção Mato-Grossense*” de “terra noiva do sol, linda terra”.

O historiador Virgílio Correa Filho, mentor intelectual de Elizabeth Madureira Siqueira, permanece vivo na Casa Barão e foi o condutor dessa mato-grossense de coração, professora da UFMT, e que preserva nos seus escritos a cultura e a tradição herdada de Rondon. Os *40 anos da Universidade Federal de Mato Grosso (1970-2010)* foi escrito em retribuição ao lugar que a acolheu tão bem e de braços abertos. O mundo maravilhoso de Elizabeth Madureira Siqueira dialogará com o futuro e deve suscitar interesses. Que seus encantos em livros tragam novos e interessantes pesquisadores para a Terra do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.



FERNANDO TADEU DE MIRANDA BORGES, Professor Titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, graduado em Economia(UFMT), Especialista em Economia Regional e Urbana, Mestre em Economia e Doutor em História Social(USP), Membro da Academia Mato-Grossense de Letras, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Membro da Sociedade de Amigos de Rondon, vice-presidente do Conselho Regional de Economia de Mato Grosso, concentra suas pesquisas na História Social e Econômica de Mato

Grosso e possui livros e artigos publicados. (ferbormi@uol.com.br)



BETH MADUREIRA E A HISTÓRIA DO CORPO DE BOMBEIROS DE MT

João Carlos Vicente Ferreira

Temos a sorte de termos um grande livro que nos apresenta os antecedentes mais fundamentais sobre a espetacular história do *Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso*, e que assim lega uma memória, um testemunho às gerações futuras, sobre uma instituição que ilustra como nenhuma outra, o espírito de serviço público e de dedicação cidadã que deve adornar a nossa sociedade, para conquistar verdadeiramente o grau de sociedade civilizada e buscar o verdadeiro desenvolvimento humano.

Esse trabalho deve-se à professora Elizabeth Madureira Siqueira – a Beth Madureira -, com cujos textos, de outras publicações, várias gerações de mato-grossenses se familiarizam com seu ponto de vista sobre a educação, a história, a memória, e as ciências sociais e políticas de nosso Estado. É relatora eminente e qualificada.

Beth Madureira é filha de João e Norma Mussi Madureira, ambos professores. Nascida na cidade paulista de Franca, muito provavelmente, por certa influência de seus pais, optou pelos trilhos do ensino, da didática e do conhecimento. Certamente, por isso, Beth é professora comprometida com esse propósito, defendendo também a educação pública durante toda a sua vida e sempre dando exemplo brilhante de virtudes cívicas e pedagógicas.

Suas habilidades e trabalho fazem dela o protótipo da educadora e memorialista de final do século XX e começo do XXI, vinculando suas ações a dois dos pilares fundamentais da nossa educação e memória, a Universidade Federal de Mato Grosso e a Casa Barão de Melgaço. Esta obra a retrata novamente, na íntegra, pois nela não há apenas uma enumeração histórica, um relato frio de dados e processos, mas uma busca intencional para que o leitor conclua, além do conteúdo meramente descritivo, que a história dos Bombeiros em Mato Grosso é, nem mais nem menos, a história da vocação do serviço público no nosso país, a história da dedicação apaixonada à raça humana, a história do heroísmo na prestação de um serviço aos outros.

É, portanto, essa história que a historiadora Elizabeth Madureira apresenta nessa obra, uma história de futuro que, todos esperamos, se baseará para a juventude mato-grossense. Os Bombeiros de Mato Grosso contribuíram para estabelecer, como testemunho fiel, que a verdadeira dedicação é aquela que nasce generosamente no simples desejo de servir e de fazer do ser humano um fim em si mesmo e não um meio para alcançar outros fins da natureza.

Ávida por conhecimento ampliado, Elizabeth sempre se prendeu à leitura – de todas as formas –, pois, percebeu desde cedo a importância de termos repertórios comuns a vários temas que nos são úteis ao longo de nossas vidas. Por sua se iniciou ao ensino ainda em idade púbera. Aos 11 anos era auxiliar de seu pai, o professor João Madureira, contribuindo em aulas de preparação de alunos que pretendiam ingresso no antigo ginásial para cursarem a 5ª série, que, nas décadas de 1950/60, eram chamadas de Curso de Admissão. Era uma espécie de vestibular aplicado entre os cursos do primário e o ginásial.

Em suas obras Elizabeth aprecia situar o seu leitor com sólida base histórica, em ‘Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso’, a nossa autora não faz diferente. Nos leva à ancestralidade da descoberta do fogo através da mitologia grega e seu personagem principal: ‘Prometeu’, filho de Jápeto e Climene, irmão de Atlas e Epimeteu, e que fora admitido no Olimpo por ajudar Júpiter na luta contra dos titãs.

De lá para cá passeamos por temas relacionados à descoberta do fogo e sua utilidade advinda da mitologia indígena brasileira e chegando até o ano de 1964, data da criação do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, fruto do ideal do tenente Hamylton Sá Corrêa.

Nessa viagem ao tempo a pesquisadora nos mostra com esmero e capricho o resultado de seu trabalho disposto em ordem cronológica, da criação até o ano em que Corporação teve inaugurada a 1ª Companhia do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Mato Grosso, com 42 bombeiros. Isso foi no ano de 1967, e seis anos depois foi criado o Comando geral e mais três destacamentos da

Corporação, em Cuiabá, Campo Grande e Corumbá, então as principais cidades que compunham o chamado Mato Grosso Uno.

Elizabeth se apaixonou pela bela e deslumbrante história de Mato Grosso desde o dia em que resolveu deixar sua terra e se embrenhar nas matas e cerrados antes desbravados por Cândido Rondon, um de seus biografados, ao longo de sua vitoriosa carreira de escritora, pesquisadora e historiadora. O ano de sua vinda à Mato Grosso foi 1976, por indicação do seu primo Antônio Mussi, que falara sobre o novo Eldorado brasileiro. Por ser alto funcionário do governo federal já sabia da futura divisão territorial de Mato Grosso, então lhe disse que teria que optar pelo norte ou sul. Beth fora advertida pelo parente de que a prosperidade imediata estava no sul e o norte ainda uma tela em branco: *“Prefiro o norte, pois sendo uma tela em branco, vou projetar meu desenho com total liberdade e criatividade”*.

Na bagagem de viagem de São Paulo à Cuiabá, além dos sonhos, vieram seu marido Reinaldo Rodrigues Siqueira e o filho Daniel, nascido em São Paulo. O segundo filho, Eduardo, é nascido em Cuiabá. Na UFMT fez amigos e uma carreira vitoriosa. Na Casa Barão de Melgaço, pertence oficialmente às duas instituições: Academia Mato-Grossense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual foi presidente mais de uma vez. Também faz parte de várias outras instituições, incluindo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Beth tem um estilo de escrever consagrado. Sempre buscou boas parcerias, tanto em pesquisas, quanto em escritas e, também, nas editorias. Todas exitosas.

Na obra sobre os 50 anos do Corpo de Bombeiros temos informações preciosas e detalhadas sobre a história da Corporação. Cuiabá em 18 de março de 1974: o rio Cuiabá atingiu 10,87 metros depois de fortes chuvas, que protagonizaram a maior enchente da capital mato-grossense. A Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros se debruçaram sobre colossal cheia no histórico rio das bandeiras, ocorrida há cinquenta anos, que retirou do mapa três bairros cuiabanos e deixou vinte e quatro mil desabrigados.

Com base em suas pesquisas a historiadora Beth Madureira informa nessa obra parte do complexo trabalho de rescaldo e resgate a que se submetem os homens do Corpo de Bombeiros. Os bombeiros são rotineiramente expostos a uma série de riscos de segurança e saúde em cenas de incêndio. Além de trabalhar na presença de fogo e materiais explosivos, os bombeiros devem lidar com temperaturas extremas relacionadas ao clima, demandas físicas envolvendo posturas incômodas ou cargas pesadas, ambientes de trabalho que incluem superfícies escorregadias e objetos pontiagudos, exposição a agentes químicos e biológicos, uma potencial falta de oxigênio adequado, riscos de queda, objetos em queda e qualquer número de ameaças adicionais à saúde e segurança.

Informações sobre ferimentos de bombeiros — como e onde ocorrem, as atividades realizadas no momento do ferimento e outras informações relevantes — são essenciais para identificar fatores de risco, desenvolver programas de prevenção e orientar decisões de recursos para bombeiros, além de informar outras áreas de intervenção.

O ano de 2001 marca a entrada das três primeiras mulheres no quadro do Corpo de bombeiros Militar de Mato Grosso, informação retratada com galhardia pela historiadora Beth Madureira, que inscreveu na história os nomes das pioneiras oficiais: Luciana Bragança Brandão da Silva, Vivian Rizziolli Corrêa e Tarciana Nogueira Ramos, que junto com muita delicadeza demonstraram profissionalismo, dedicação, força física e comprometimento com o juramento que fizeram à Corporação.

Sem dúvida, estamos aqui a realçar o valor do livro que a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira produziu e que destaca uma história analisada com simplicidade narrativa, mas com intuição poderosa e uma descrição completa das situações. Estamos aqui indicando o livro a outras pessoas para estimulá-las no estudo e na leitura, para que todos possam explorar seus ideais, detalhes, formas e múltiplas ilustrações que tornam vívida a narrativa personalizada de uma história maravilhosa.

Mas há também aqui uma mensagem de emoção e reconhecimento que não pode ser deixada apenas ao estudo formal das ideias e capacidades expressivas da autora. É uma história de 60 anos de honra e glória; é a história de uma instituição mato-grossense de serviço público, que é, afinal, uma instituição de farda que educa e incentiva com o seu exemplo e a sua tarefa cotidiana.

A História do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso é um livro que desperta emoções e que tem como objetivo subjacente, mais do que descrever, educar no propósito de desenvolver o espírito de serviço público.

Portanto, obrigado Beth Madureira por nos permitir construir conhecimento e emoção, por nos permitir olhar para o passado e para o futuro do serviço público representado pelos cavaleiros do fogo. Obrigado por nos encher desta visão fraterna e profundamente humanista que destaca o trabalho dos bombeiros, mas que destaca o quanto realmente nos falta para sermos efetivamente uma sociedade humana, na qual a generosidade das pessoas possa ser extrovertida através do serviço público, para construir a realidade de um futuro melhor.

Obrigado Beth Madureira por ter aprendido com você e ter merecido uma pouco de sua atenção e amizade ao longo de décadas de convívio.



JOÃO CARLOS VICENTE FERREIRA, Publicitário, pesquisador, roteirista e escritor-de-ofício. Trabalha na área cultural desde o ano de 1989. Atuou como Secretário de Estado de Cultura de Mato Grosso (2004-2008). Foi diretor do jornal O Estado de Mato Grosso no período 1994/1995. É editor da revista Lume MT com sede em Santo Antônio de Leverger, estado de Mato Grosso. Membro Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, efetivo da Academia Mato-Grossense de Letras e Sócio Benemérito da Academia Brasileira de Belas Artes. Publicou vários livros, entre eles Cidades de Mato Grosso – Origem de seus Nomes (2008); Eti-

mologia Toponímica de Mato Grosso (2011) e Filinto Müller a Verdade por trás da Mentira (2023). (joãocarlosvicenteferreira@gmail.com)

MODERNIDADE E EDUCAÇÃO

Comentário sobre a tese de doutorado de Elizabeth Madureira Siqueira



REDM
ISSN: 2176-5804

Luiza Rios Ricci Volpato

A professora Elizabeth Madureira Siqueira, nascida em Franca – SP transferiu-se para Cuiabá em 1976. Logo após sua chegada foi contratada como professora pesquisadora pelo Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, dando início a uma profícua carreira acadêmica. Fez parte da equipe de docentes responsável pela implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR e do Curso de História. Além das atividades docentes atuou também na área administrativa, como a chefia do Departamento de História, Coordenação do NDIHR, Diretoria da Editora da Universidade e membro do Conselho Diretor da UFMT.

No exercício de suas atividades acadêmicas, desenvolveu vários projetos de pesquisa, elaborou e publicou importantes trabalhos, entre os quais, merece destaque especial o livro *Luzes e sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870 – 1889)*

Existem textos que já nascem clássicos e este livro da professora Elizabeth pode ser incluído nessa categoria. Sua primeira versão foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como tese de doutorado aprovada com distinção e louvor, sendo encaminhada para publicação. Publicado em 2000 em coedição do INEP/COMPED/EdUFMT, contou com prefácio do professor Nicanor Palhares de Sá.

Apoiada em ampla bibliografia, a pesquisa que sustenta o trabalho percorreu vasta documentação contida principalmente no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. O período histórico analisado pelo texto guarda características especiais, pois está contido entre o final da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864 – 1870) e a Proclamação da República (1889), etapa considerada como “o ocaso da monarquia”, quando membros das elites política e intelectual buscavam modernizar o País para que o mesmo pudesse participar do grupo das “nações civilizadas”. Para isso, objetivavam superar a herança do passado colonial tornando sua população apta a acessar as luzes do conhecimento.

O título do livro indica seu objeto de pesquisa, qual seja, analisar como as “luzes” do conhecimento produzido na Europa chegavam ao Império sediado na América e mais especificamente em uma província interiorana. Superar as “sombras” da ignorância era a principal missão do novo processo educacional a ser implantado no País.

Dando início às reflexões teóricas que permeiam o texto, a Autora discute o conceito de Modernidade, evidenciando o percurso que o texto irá seguir. Tendo como modelo o projeto de modernização vivido pelas nações europeias no final do século XIX, no qual a Educação da juventude exercia papel fundamental, a elite brasileira busca adequar a esse modelo, o projeto pedagógico a ser adotado pelo Governo Imperial.

Com uma redação clara e fluida, a Autora analisa os processos educacionais vigentes nos países europeus, destacando o prussiano, o francês e o inglês. Considera, a seguir, como essas vertentes foram incorporadas pela elite intelectual brasileira, num período em que a formação bacharelesca era confrontada por uma concepção científica do conhecimento.

A França era o modelo cultural para a elite brasileira e, por sua vez, a Corte do Rio de Janeiro o era para o interior do Império. Assim, o estudo analisa as vertentes pedagógicas vigentes tanto no país europeu como no centro do poder no Brasil, buscando entender como esse modelo iria se espalhar para áreas interioranas do Império.

Seguindo essa linha de reflexão, o estudo analisa a elite intelectual mato-grossense, sua composição local e a intervenção do Governo Central exercida através dos presidentes da província e demais autoridades governamentais enviadas ao interior do Brasil. O projeto era bastante ambicioso:

transformar a população, majoritariamente rústica e analfabeta, em cidadãos de uma sociedade moderna, processo no qual a Educação teria papel fundamental e deveria ter, portanto, ampla abrangência, o que exigia que fosse pública, sob as diretrizes do Estado Imperial.

O processo de pesquisa realizado traz à luz características desse novo projeto que abrange desde a proposta pedagógica, passando pelas instalações das escolas, formação e seleção de docentes e da clientela. Além do *currículum* tido como moderno e adequado, novas preocupações passam a merecer atenção das autoridades, como comportamento pessoal e social de professores e alunos. Nesse contexto a higiene passa a ter papel de destaque. A nação moderna deveria ter cidadãos saudáveis, portanto, aspecto até então negligenciado, passa a ter relevância no novo projeto.

Rico em detalhes o estudo, analisa a procedência e formação das autoridades educacionais de Mato Grosso e o conceito de Educação que advogavam, evidenciando as diferentes vertentes teóricas que defendiam. Contempla o processo de seleção de docentes e a composição dos quadros de professores, tanto de Cuiabá como do interior da Província, e destaca a feminilização do magistério.

Até então, o magistério se constituía em espaço de atuação de professores, que exerciam além da docência outras atividades profissionais e políticas. Com as novas concepções que se implantavam, foi, paulatinamente, sendo exercido por mestras, com formação específica para este mister. Ao analisar este aspecto da modernização da Educação em Mato Grosso a Autora chama a atenção para as diversas facetas desse processo. A entrada da mulher no espaço de trabalho não alterava apenas esse aspecto da estruturação social, mas também atingia facetas da autoridade masculina: para reivindicar uma vaga como docente a candidata deveria apresentar autorização do marido ou pai.

O livro ilustra, com ampla documentação, um caso específico dessa situação, trazendo à luz o esforço da docente em conseguir sua nomeação e o posicionamento de autoridades tanto contra como a favor de sua reivindicação.

Cabe lembrar, que finda a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o Governo Central do Império teve que enfrentar novas questões que se apresentavam. Entre essas questões se destaca a extinção da escravidão e a conseqüente preparação da população para o trabalho. A elite, até então era composta por senhores de terras e escravos, bacharéis e políticos e com a nova ordem capitalista passaria a ser composta por empresários. Tal mudança exigia um novo projeto educacional para os meninos, futuros homens de negócios, e para as meninas, que seriam suas esposas e deveriam estar aptas a formar seus filhos para as funções que exerceriam na vida adulta.

O novo projeto visto por uns como elemento fundamental para a modernização do País era visto por outros com críticas e resistências. Essa divergência de opiniões gerou debates que foram registrados em atas da Assembleia Provincial, relatórios de autoridades educacionais e em pronunciamentos dos presidentes da Província.

O livro da professora Elizabeth Madureira Siqueira contempla esse acalorado debate, apresentando os defensores e críticos tanto de uma como de outra posição.

Percorrendo os mais diversos espaços da vida cultural e intelectual do período, o livro faz uma análise densa da vida em Mato Grosso nas últimas décadas do período monárquico.

Assim pela riqueza de aspectos analisados e pela relevância de sua discussão teórica, o estudo torna sua leitura obrigatória para pesquisadores da Educação em Mato Grosso e, indo além, para a compreensão do viver numa província interiorana num período tão relevante da história do

Brasil, qual seja, momento em que a elite buscava transformar o Império do Brasil em uma nação civilizada e desenvolvida dentro dos padrões europeus.

Parte integrante do processo de aprofundamento das relações capitalistas no Brasil, a consolidação da sociedade de classes se expressava de forma muito ampla em todo universo social. As alterações na maneira de produzir, distribuir e consumir produtos se engendravam em novas concepções de vida e constituição social. Para essa nova sociedade era necessária a formação de um novo modelo de habitante para o País, ou seja, o cidadão culto e ilustrado, próprio para a sociedade civilizada.

O livro da professora Elizabeth Madureira de Siqueira permite acompanhar como esse modelo educacional elaborado na Corte do Rio de Janeiro foi sendo implantado em uma região interiorana do Brasil, sendo encorpado por uns e rejeitado por outros, mas lentamente se tornando hegemônico em uma região tão diversa das existentes no litoral, onde o viver cotidiano preservava costumes dos escravizados e de seus descendentes e dos povos originários, antigos habitantes da região. O estilo de vida próprio da região, passa a ser rejeitado pela nova ordem que tinha a sociedade europeia como paradigma.

Com riqueza de detalhes apropriados na vasta documentação pesquisada e apoiado em consistente argumentação teórica o texto discute vários aspectos desse processo de modernização da sociedade mato-grossense e do papel que a Educação aí desenvolve, fazendo com que o mesmo se torne leitura indispensável para a pesquisa do viver em Mato Grosso no período em questão.



LUIZA RIOS RICCI VOLPATO, Mestre e Doutora em História/USP; Psicóloga/Unic; Professora Titular aposentada do Departamento de História da UFMT: autora de diversos artigos, capítulos, prefácios e dos livros *A conquista da terra no universo da pobreza – formação da fronteira Oeste do Brasil (1719 -1819)*, São Paulo, HUCITEC, Brasília INL, 1987; *Entradas e bandeiras*, São Paulo, Global, 1985; *Cativos do sertão vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850 -1888*, São Paulo, Editora Marco Zero,

Cuiabá, Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993. (ric.vol@terra.com.br)

A HISTÓRIA DE MATO GROSSO COMO VOCÊ NUNCA VIU!



Maria Teresa Carrión Carracedo

“Ignorar o que aconteceu antes de termos nascido equivale a sermos sempre crianças...”. Cícero (106-43 a.C.)

No início da noite de 15 de outubro de 2002, o amplo Salão Social do Sesc Arsenal, no bairro do Porto, em Cuiabá, começou a ficar repleto de professores da Universidade Federal de Mato Grosso e de outras instituições de ensino superior, alunos, pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, políticos, personalidades da cena artística e cultural, amigos, familiares e muitos autores. Em evento prestigiado, com mais de quatrocentos convidados presentes, a Entrelinhas Editora lançava o livro “História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais”, da professora doutora Elizabeth Madureira Siqueira. Era Dia do Professor.

Em inédita campanha publicitária para um livro, outdoors espalhados pela cidade e publicidade nos jornais diários, com ousadia prometiam no lançamento: “A História de Mato Grosso como você nunca viu: Didática, Ilustrada e Atual!”... E de fato, os leitores encantados e perplexos, tiveram acesso a um livro com texto primorosamente elaborado, preciso e de fácil assimilação, fartamente ilustrado com centenas de estampas policromadas, com design gráfico personalizado, impressão cuidadosa em papéis especiais, encadernação costurada a linha, em duas edições. Uma de luxo, com tiragem de três mil exemplares em capa dura com sobrecapa, para bibliotecas e colecionadores, e outra de dez mil exemplares em acabamento tipo brochura, com capa cartonada, para as escolas. A promessa na divulgação do lançamento foi cumprida!



Vários *outdoors* foram espalhados pela cidade, em ação inédita de divulgação para um livro publicado em Mato Grosso. Fotos de divulgação da autora com as duas edições do livro “História de Mato Grosso”



Lançamento do livro “História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais”, no Salão Social do Sesc Arsenal



Autora e editora: o livro resultou de estudos e pesquisas da professora Elizabeth Madureira Siqueira por mais de 20 anos

O livro nasceu como uma publicação de referência da Entrelinhas Editora que iniciava a sua coleção didática sobre Mato Grosso, já tendo lançado, no ano 2000, o Atlas Geográfico de Mato Grosso e um kit de mapas de grande formato, de Leodete Miranda e Lenice Amorim para as escolas – uma novidade a nível de Brasil, que não contava com publicação similar. Posteriormente ao lançamento do livro de História, a editora completou a coleção com o lançamento do livro “Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente” (2005), organizado pelas professoras Gislaene Moreno e Tereza Higa com a colaboração de Gilda Maitelli e envolvendo 11 professores doutores da UFMT, USP e UnB; “Cultura mato-grossense: festas de santos e outras tradições” (2006), de Roberto

Loureiro; e “Diversidade Sociocultural em Mato Grosso” (2008), organizado pela professora Maria Fátima Roberto Machado. Todos os livros da coleção contaram com um processo de edição de alto custo, totalmente financiado pela Entrelinhas, que não teve um centavo de apoio financeiro institucional durante todos os 10 anos de desenvolvimento, até a publicação, envolvendo dezenas de profissionais da edição, da imagem e do design editorial. Isso nos permitiu total independência no processo de elaboração da coleção didática.

A autora, com entusiasmo e capacidade de produção extraordinárias, nos proporcionou e facilitou grande aprendizado durante todo o processo de edição do livro. Como editora, fui presenteada com uma excelente experiência de relacionamento colaborativo – com uma autora entusiasmada pelo processo. Que não perdeu a paciência diante das dificuldades e do tempo que se estendia e que respondia imediatamente às nossas necessidades. O resultado não poderia ser outro. Encontramos muitas dificuldades na pesquisa iconográfica para ilustração do livro, realizada em bibliografia rara, museus, bibliotecas, instituições de pesquisa e bancos de imagens, tarefa que hoje seria muito facilitada pela internet e pela disponibilização de referências, imagens e catálogos por bibliotecas brasileiras, americanas e europeias:

As dificuldades encontradas na pesquisa de imagens para a ilustração desta obra mostraram como as referências sobre Mato Grosso estão espalhadas em museus pelo Brasil e pelo mundo, e como é precária a atual organização do pequeno acervo fotográfico existente em Mato Grosso. Em plena era tecnológica, que permite alguns "milagres" na recuperação de imagens e sua armazenagem a custos relativamente baixos, fragmentos visuais da memória mato-grossense correm o risco de se perder.

Três anos de pesquisas foram necessários para conseguir reunir as imagens aqui publicadas. O enorme vazio sobre o Período Colonial – onde nem mesmo os retratos dos capitães-generais sobreviveram à subtração dos bens históricos e culturais mato-grossenses – foi preenchido pelo trabalho de pesquisa de Paulo Pitaluga e pintura do arquiteto Moacyr Freitas, que idealizou os principais momentos desse período histórico.

Estávamos muito felizes por lançar o livro da professora Elizabeth Madureira Siqueira – os colaboradores da editora vibravam. Levamos três anos no processo de edição e pudemos estreitar o relacionamento com a autora. O desenvolvimento de projeto gráfico, a pesquisa iconográfica, diagramação e revisão da obra foram exaustivos. Muitos fotógrafos, designers, revisores participaram do processo de produção. Muitas instituições foram contactadas para colaborar com imagens para ilustrar a obra. Dividido em cinco unidades, eis a estruturação realizada pela professora Elizabeth Madureira Siqueira na primeira edição, que apresento no prefácio:

A Unidade 1 dedica-se a mostrar que, por todo o espaço mato-grossense são encontrados indícios milenares da ocupação humana alicerçada nas relações dos [nativos] com a natureza, atestando a enorme riqueza e possibilidades artístico-culturais e estéticas desse patrimônio que precisa ser conhecido, compreendido e socializado.

As Unidades 2 (Colônia) e 3 (Império) mostram o processo de reconhecimento, conquista, ocupação e exploração do território – que começa com os espanhóis, no início do século XVI. Com a importante contribuição do “olhar estrangeiro”, embora etnocêntrico em sua essência, é possível acompanhar o processo histórico de Mato Grosso até o século XIX.

A Unidade 4 (República), em pouco mais de 100 anos, mostra a rápida transformação social, cultural, política e tecnológica do período, começando quando o transporte urbano em Cuiabá era feito através do bonde puxado a burros, chegando até os dias

de hoje, tempos da aviação comercial, indústria automobilística, globalização, comunicações via satélite e fortes contrastes socioculturais.

A última Unidade [5] oferece informações e reflexões sobre temas contemporâneos: o processo de colonização de Mato Grosso, a questão energética e dos transportes e um importante panorama cultural atual.

A partir do lançamento, vendemos em média 1.000 livros por ano, para alunos, professores e pesquisadores. Como era a época em que ainda existia o vestibular elaborado pela própria UFMT e Unemat, como sistema de ingresso nas universidades, os alunos do Ensino Médio estudavam História, Geografia e Literatura de Mato Grosso! Após a adoção do Enem na UFMT, sistema unificado adotado em todo o Brasil pelo Governo Federal, a venda dos livros da nossa coleção didática sobre Mato Grosso, incluindo História, Geografia e Atlas Geográfico, despencaram vertiginosamente. As escolas deixaram de trabalhar conteúdos de interesse do Estado de Mato Grosso. Essa é a situação que encontramos até esta data, 2024.

Percebemos ao longo dos anos, tristemente, que o sistema de ensino em Mato Grosso não estava preocupado em formar cidadãos que conhecem o seu território, suas fragilidades, potencialidades, sua trajetória histórica, o seu ambiente, arte, literatura, suas riquezas culturais... que o particularizam em um cenário global. O sistema de ensino até hoje praticado conduz os jovens para um objetivo tido como prático, e na minha visão sem compromisso com uma formação humanista: passar no vestibular e garantir uma vaga no ensino superior. É só o que importa!

Mas voltando um pouco no tempo, a nossa história com a professora Elizabeth Madureira Siqueira começa uns cinco anos antes do lançamento do livro, quando fui insistente no convite para que ela viesse a escrever um livro didático sobre a História de Mato Grosso. Ela já tinha publicado outro livro, com uma inovadora e interessante abordagem temática – e não cronológica como era o nosso projeto –, intitulado “O processo histórico de Mato Grosso”, em 1990, pela editora Guaicurus, tendo como coautoras Lourença Alves da Costa e Cátia Maria Coelho Carvalho. “Sistemas produtivos”, “Movimentos sociais”, “Fronteiras e abastecimento”, “A questão indígena” são as quatro unidades temáticas tratadas no livro que se destinava a estudantes e professores de História. Entretanto, o projeto da Entrelinhas era uma coleção didática, cronológica, que pudesse atender aos últimos anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio e exigiria outra abordagem da autora.

Foi necessário insistir no convite por quase um ano, para que a proposta fosse aceita, no momento em que conquistamos a sua confiança em nosso projeto. Desafio posto, para a minha total surpresa, quando a professora Elizabeth abraçou a ideia, foi com entusiasmo desmedido e incrível velocidade na concepção, elaboração do plano da obra, organização, estruturação e escrita!... – Algo que a caracteriza, eu descobriria depois, no processo de edição e publicação de muitas outras obras institucionais. – Sua grande experiência no assunto, acesso e conhecimento dos acervos institucionais e particulares, o acompanhamento das últimas pesquisas acadêmicas na área de História de Mato Grosso, permitiram que em poucos meses a professora Elizabeth nos entregasse os textos originais para a edição. Registrei isso no prefácio da primeira edição:

Este livro foi publicado para atender ao espírito curioso e investigativo de alunos que desejam estudar o passado, compreender o presente e visualizar o futuro de Mato Grosso, em busca das condições necessárias para se inserir criticamente na condução do processo histórico contemporâneo. Pelo seu caráter de síntese, ele oferece o mais amplo panorama sobre a História de Mato Grosso. É o ponto de partida para investigações mais profundas.

Atendendo com entusiasmo ao convite da Entrelinhas, a Prof Dra. Elizabeth Madureira Siqueira, uma das mulheres mais dinâmicas e produtivas com quem tivemos o prazer de trabalhar, pôs-se a escrever o seu melhor e mais abrangente texto didático sobre a História de Mato Grosso, resultado de 20 anos de pesquisas sobre

documentos e historiografia regional, dando luz, inclusive, a alguns estudos e contribuições recentes de mestres e doutores em História.

Assim, História de Mato Grosso – Da ancestralidade aos dias atuais, vem disponibilizar à sociedade, informações inéditas quanto ao seu conteúdo, forma didática de apresentação e ilustração.

Resultado do minucioso processo de edição, além desse público, o livro terminou por alcançar um público geral, incluindo os que fazem concursos públicos no Estado. Quinze anos depois, em 2017, a editora lançou a segunda edição de 3 mil exemplares, atualizada e ampliada, com 288 páginas, no mesmo Salão Social do Sesc Arsenal, reforçando o seu compromisso com a identidade mato-grossense.

A professora Elizabeth Madureira Siqueira empenhou-se igualmente para revisar, atualizar e ampliar a nova edição, agora aprimorada. O livro que já era muito bom, ficou melhor! As ilustrações idealizadas pelo arquiteto Moacyr Freitas, publicadas na primeira edição para ilustrar diversos temas, foram substituídas por imagens de época e documentos históricos identificados em nova pesquisa iconográfica realizada, e que valorizaram a obra.



A autora com a “família Entrelinhas” no lançamento da segunda edição, revista, atualizada e ampliada no Salão Social do Sesc Arsenal



A autora Elizabeth Madureira Siqueira e a historiadora Luiza Volpato, que prestigiou, também, o lançamento da segunda edição

Outros tempos. A História, Geografia e a Literatura de Mato Grosso já não eram minimamente valorizadas pelo sistema estadual de ensino e escolas particulares, em que pese o que determina a legislação, desde a Constituição Federal de 1988, que fixa “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabeleceu uma

Base Nacional Comum “a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.”

Depois de 22 anos do lançamento de “História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais”, até hoje o Sistema Estadual de Ensino não disponibilizou o livro da professora Elizabeth Madureira Siqueira nem mesmo nas bibliotecas escolares existentes, insuficientes para atender a comunidade escolar. O mesmo ocorre com o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, gerenciado pela Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, com a missão de atender as comunidades em todo o Estado. Em reunião com gestores da Secretaria de Estado de Educação, como editora tive que ouvir de dirigentes, na presença do secretário de Estado de Educação à época, que os alunos de suas escolas fotocopiavam o livro, uma vez que não tinham acesso a ele!

Espero que um dia essa publicação receba o devido reconhecimento e seja disponibilizada para a sociedade mato-grossense.



MARIA TERESA CARRIÓN CARRACEDO, Jornalista, editora, profissional de propaganda e marketing e designer gráfico editorial; licenciada em Geografia pela UFMT (1989); bacharel em Propaganda e Marketing pela Universidade de Cuiabá, Unic (2004); ‘Máster en Edición’, pela Universidade de Salamanca, Espanha (2010); editora dos selos Entrelinhas, Central de Texto e Aroe, desde a sua fundação, em 1993, com publicações jornalísticas, literárias, didáticas, culturais, de arte, técnicas, acadêmicas e científicas em seu portfólio. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de

Mato Grosso e do Conselho Curador do Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMT. (guadalquivir11@gmail.com).

ELIZABETH MADUREIRA SIQUEIRA: UMA MULHER PARA INÚMERAS REVISTAS



Marli Walker

Conheci de fato Elizabeth Madureira Siqueira assim que tomei posse na Academia Mato-Grossense de Letras, quando ela planejava reunir em volume único todos os textos publicados por mulheres na revista da Instituição. Antes disso, conhecia de vista a renomada pesquisadora de quem sempre ouvira as melhores menções e referências. Qual foi minha surpresa e admiração ao conhecer, aos poucos, o dinamismo e entusiasmo da professora Beth, como é conhecida e referida carinhosamente pelos mais próximos. A partir de então, em meio a muito trabalho, reuniões e trocas intelectuais e afetivas, tive o privilégio de conseguir certa intimidade que me permite, hoje, chamá-la de Bethinha. O uso do diminutivo, entretanto, longe de atenuar o tamanho do monumento vivo que é Elizabeth Madureira Siqueira, foi uma conquista lenta, pautada no compromisso que me impus ao ter a honra de dividir com ela a imensa tarefa que propôs a confeira. “*Mulheres em revista* será o título do livro que vamos produzir”, disse-me, determinada. A partir de então, iniciamos um minucioso trabalho que consistiu em visita pormenorizada a todas as revistas pela AML, desde o ano de 1921, quando a Casa era o *Centro Matogrossense de Letras*, até 1931, já *Academia Mato-Grossense de Letras*, chegando até 2021. Com o propósito de dar visibilidade às autoras mulheres que tiveram textos publicados no interior da revista, iniciamos a tarefa de selecionar e apresentar as autoras e seus escritos, fizessem elas parte da Instituição, ou fossem escritoras convidadas para contribuir com o periódico.

Com a familiaridade de quem desenvolveu tese de doutoramento sobre a escrita da mulher em Mato Grosso, deparei-me, então, com textos já conhecidos e um grande número de escritos ainda inéditos para mim. A cada edição, iniciando pela mais antiga, uma nova surpresa se impunha. Embora soubesse que, quando se trata de publicações feitas por mulheres, tanto no estilo literário quanto acadêmico, Mato Grosso seguiu o mesmo ritmo lento observado em todo o Brasil e no resto do mundo, pude vivenciar algumas surpresas no manuseio de arquivos mais antigos.

Vale sublinhar que a maior parte dos textos publicados na revista são escritos por homens, pois a própria Instituição se consolidou a partir do sistema patriarcal. No caso da fundação do *Centro Matogrossense de Letras*, composto apenas por homens em sua célula embrionária, sabemos que um representante do clero católico, congregação religiosa centrada no masculino, Dom Francisco de Aquino Corrêa, fundou e presidiu a casa com José de Mesquita em seus primórdios. Meses depois de instituído o primeiro grupo fundador, Ana Luiza da Silva Prado foi admitida na agremiação, ocupando o cargo de tesoureira. A participação de Ana Luiza na Instituição apresenta um histórico conturbado em função de sua mudança para Campo Grande, na época pertencente a Mato Grosso. Somente em 1947 proferiu seu discurso de posse, quando foi readmitida ao quadro efetivo da AML, na Cadeira nº 27. Uma década depois da fundação do Centro, a segunda mulher a ser eleita foi a poeta e professora Maria de Arruda Müller, em janeiro de 1931. Em seguida, há uma lacuna de cinco décadas, quando só então a cronista e historiadora Vera Iolanda Randazzo passa a ser a terceira mulher a ocupar uma cadeira na Instituição, em 1982.

De lá para cá, paulatinamente, as mulheres foram sendo eleitas para participar da confraria fundada em 1921. Entretanto, ainda não houve um período, por menor que fosse, em que as mulheres estivessem em proporção equânime à masculina. Em pleitos recentes, tentei organizar junto de Elizabete e outras acadêmicas, incluindo alguns escritores homens, um movimento que abraçasse a ideia de que o ingresso de mulheres escritoras tornaria a Instituição mais equitativa em relação ao gênero e, ao mesmo tempo, engendraria uma espécie de reparação histórica na admissão de mulheres em espaços públicos, configurando um quadro mais moderno e inclusivo.

Nesse contexto, em conversas com Elizabeth Madureira Siqueira, nas inúmeras reflexões que realizamos no decorrer dos trabalhos com a produção da obra *Mulheres em revista*, reconheci nela a intelectual compromissada com o advir dos tempos, atenta às transformações sociais e às lutas políticas empreendidas por mulheres ao longo de décadas. Empossada na AML em 1995, a historiadora é dona de uma lucidez admirável. Sua agilidade em transitar entre os mais diversos temas e o conhecimento abrangente sobre os

fatos de que dispõe, situam-na no rol daquelas poucas pessoas com quem se pode sentar para tomar um café e abordar qualquer assunto sem que se caia em vazios ou lacunas.

Em pouco tempo, vi diante de mim uma mulher ciente de que o valor da nossa proposta de publicação não se resumia apenas ao aspecto histórico em reunir em volume único as publicações assinadas por mulheres nas revistas da AML, mas, sobretudo, na relevância em dar à mulher escritora uma voz que pudesse ressoar em uníssono e assim reverberar com maior vigor. Afinal, indagava eu em nossas conversas, “em que medida a produção hegemônica masculina retrata ou representa aquilo que a mulher queria e ainda quer dizer, escrever, o que trazia e ainda traz como anseios, desejos, vivências e maneiras de ver e sentir o mundo?”. Pude ver em seus olhos, algumas vezes, a luz da descoberta de um novo modo de enxergar, sentir e indagar sobre o que nos diferencia socialmente daqueles que historicamente ocuparam os espaços públicos, onde o poder pelos meios de produção e criação intelectual é exercido das mais diversas formas.

Nosso desejo com a confecção da obra é que leitores/as e pesquisadores/as tenham acesso prático e direto à produção textual da mulher em Mato Grosso, dos mais variados gêneros e estilos. Confere-se, ainda, a partir coletânea extraída da revista, a possibilidade para observar e discutir os mais variados aspectos da vida social na qual as mulheres estavam inseridas e em que condições lhes foi possível romper tradições seculares para se posicionarem como seres intelectualmente capazes. Trata-se de uma edição histórica em vários sentidos, dentre os quais destaco o encontro de gerações entre Bethinha e eu, no qual o respeito pela trajetória de cada uma pautou as reuniões e discussões sobre os melhores métodos a serem seguidos e objetivos estabelecidos para consolidar tão acentuada tarefa.

Por fim, celebro o projeto *Mulheres em revista* como festejo, da mesma forma, a aproximação com essa mulher extraordinária que é Elizabeth Madureira Siqueira. A dedicação e atenção dispensada a cada detalhe da pesquisa, sua disposição juvenil para resgatar, catalogar, organizar e repartir o conhecimento com a comunidade acadêmica e leitores interessados. Muito mais que datas e memórias, Beth cataloga a vida de uma sociedade e seu lento caminhar entre o antigo e o novo, desvelando aos olhos de quem queira ver aquilo que é essencial em todos os tempos: o desejo de evoluir e construir uma sociedade mais equânime e justa. A propósito de fechamento deste texto, acentuo que não será necessário dar ao tempo a tarefa de nos dizer quem é a mulher que alinhava passado, presente e futuro com lucidez e espírito crítico aguçado. Ela é Elizabeth Madureira Siqueira, ontem, hoje e amanhã, modelo e inspiração, semente, árvore frondosa e raízes profundas. Sou grata pela partilha e sombra acolhedoras.



MARLI WALKER, Poeta, romancista e pesquisadora. Doutora em Literatura pela UnB, é professora do IFMT, campus Octayde Jorge da Silva, Cuiabá. Publicou diversos livros de poesia, romance e discursos. Dentre os livros publicados, "*Apesar do amor*" foi selecionado pelo MEC para o PNLD 2018. (marli.walker@cba.ifmt.br)

ENCONTROS E REENCONTROS!!

Nileide Souza Dourado

Elizabeth Madureira Siqueira ou *Beth Madureira* como é conhecida e reverenciada por todos, é, sem dúvida, a historiadora, professora, escritora, a mulher de muita relevância e representação cultural no estado de Mato Grosso, em especial na cidade de Cuiabá, tornando-se, portanto, a exímia pesquisadora sobre a História de Cuiabá e Mato Grosso. Ressalvo que a historiadora Beth Madureira, entre outras contribuições, também se consagra na área de organização e instrumentalização de fontes documentais de instituições públicas e privadas do Estado.

O prazer e a alegria é imensa ao fazer parte dessa singela homenagem à professora, doutora, Elizabeth Madureira Siqueira, ocasião em que apresento em *Falando de Si para os Demais*, um breve olhar sobre a sua obra primeira, *O Processo Histórico de Mato Grosso*, produção historiográfica que dilatou o processo de produção da escritora Beth Madureira e às abordagens históricas, produtivas, sociais, questões indígenas, fronteiriças em diferentes temporalidades e territorialidades de Mato Grosso.

A ideia da escrita desse texto está, também, em mostrar um pouco das histórias, memórias e trajetórias históricas vivenciadas no cotidiano com Elizabeth Madureira Siqueira, em diferentes lugares.

Desse modo, as circunstâncias de nossos *encontros e reencontros* me oportunizou conhecer essa “linda mulher”, paulista forte e cuiabana por opção, dona de uma riquíssima história de vida que segue por muitas trilhas, com capacidade de dotar o espaço e os lugares que a rodeiam de significados especiais, portanto, digna de ser homenageada e sempre lembrada por todos.

Conheci *Beth Madureira*, a professora, no curso de graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), nas aulas da disciplina História Antiga. Lembro bem daquele tempo! *Ela sentada no meio da sala de aula, todo o alunado em círculo, ela usando uma saia rodada, fumando um cigarro e jogando a fumaça para o alto!* Eu viajava no tempo e ficava imaginando os lugares apontados pela sua narrativa, especialmente quando a temática da aula era sobre o *Egito – o mundo antigo!* Foi sem dúvida, uma das melhores professoras de história do referido curso, para mim.

Depois disso, os nossos *encontros e reencontros* aconteceram em lugares diversos, como em palestras, cursos de extensão, no lançamento de seus livros, aniversários, festas e em comemorações.

Já o contato com a pesquisadora Beth Madureira e as fontes históricas de Mato Grosso aconteceu nos diferentes ambientes do *Núcleo de Documentação e Informação Histórica – NDIHR*, do Instituto de Geografia, História e Documentação, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e em seguida, como membro do *Conselho Editorial da Editora da UFMT (EdUFMT)* e tendo Elizabeth Madureira como Presidente da EdUFMT. Anos depois, nos reencontramos no *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)*, acolhida como congreira da mencionada casa pela então Presidente, Professora, Dra. Elizabeth Madureira Siqueira. Desse modo, os nossos caminhos continuaram se cruzando e, a próxima parada foi no *GEM – Grupo de Pesquisa Educação e Memória*, do Instituto de Educação (IE) – Programa de pós-graduação em Educação, cujo ingresso no referido grupo, aconteceu a convite da professora Beth Madureira, membro fundadora do GEM/IE/UFMT. Nesse período de estudos no GEM /IE, participei do certame público - Edital e consegui me ingressar no curso de Doutorado em Educação/UFMT, sendo acolhida pela grande historiadora Beth Madureira durante todo o processo acadêmico, contando com orientações e discussões de peso sobre a história da educação em Mato Grosso colonial, que resultou na minha tese de doutorado.

Hoje, continuamos os nossos *encontros e reencontros* em participação de bancas de TCC, Mestrado, Doutorado, no IHGMT e na editoração da *Revista Eletrônica Documento e Monumento – REDM - do NDIHR/IGHD/UFMT*.

O livro de referência nesse texto é *O Processo Histórico de Mato Grosso*, das autoras *Elizabeth Madureira Siqueira, Lourença Alves da Costa e Cathia Maria Coelho*, publicado pelas editoras: UFMT e Guaicurus: Cuiabá/1990, obra pioneira de nossa homenageada, trata de uma produção de caráter extremamente didático, sistematizada, pensada e elaborada para estudantes e professores de História, cujas centralidades temáticas apresentadas estão intimamente interligadas, no seu tempo, espaço e sujeitos sociais envolvidos, abarcando desde as modalidades produtivas, sociais, fronteiras e abastecimentos, embricando em cada uma delas, a governabilidade. Este texto é um tributo, uma forma de agradecimento à amiga Beth Madureira, pela sua dedicação, amor, carinho e respeito ao povo cuiabano, mato-grossense e pelo muito que fez e faz em prol da nossa historiografia regional.



NILEIDE SOUZA DOURADO, Historiadora do NDIHR/IGHD/ UFMT. Doutora em Educação pela UFMT. Publicou artigos, livros e capítulos de livros sobre a história dos movimentos populacionais para Mato Grosso; a Educação, na Capitania de Mato Grosso(período colonial); a organização e instrumentalização de fontes históricas. Experiência na área de história, com ênfase em ensino de história, atuando em temas como: História de Mato Grosso; História Local; Cotidiano, Identidades, Memória e Patrimônio. Editora a Revista Eletrônica Documento Monumento/NDIHR. Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História/ProfHistória/UFMT(2016-2022) É professora aposentada da SEDUC/MT e membro do IHGMT. (douradonileide@gmail.com).

REDM
ISSN: 2176-5804

FRAÇÕES DAS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS EM MATO GROSSO E A POLÍTICA INDIGENISTA NO VALE DO GUAPORÉ NO GOVERNO DE ANTÔNIO ROLIM DE MOURA (1752-1764)

Loiva Canova

Doutora em História pela UFPR

Professora do Departamento de História da UFMT/Cuiabá

loiva.canova@ufmt.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é dar visibilidade à política indigenista no Vale do Guaporé durante o governo de Antônio Rolim de Moura, entre os anos de 1752 e 1764, e apresentar alguns dados atuais sobre a questão ambiental em terras indígenas e no estado de Mato Grosso pesquisadas em matérias jornalísticas. Para tratar da política indigenista e da presença indígena em Vila Bela da Santíssima Trindade e no seu termo, o Mato Grosso, leu-se parte das fontes oficiais produzidas pelos agentes do governo português.

Palavras-chave: Mato Grosso. Antônio Rolim de Moura. Colonização.

ABSTRACT

The objective of this article is to give visibility to the indigenist policy in the Vale do Guaporé during the rule of Antônio Rolim de Moura, between the years 1752 and 1764, and to present some current data on the environmental issue in indigenous lands and in the state of Mato Grosso researched in journalistic articles. To deal with the indigenist politic and the indigenous presence in Vila Bela da Santíssima Trindade and in its territory, the Mato Grosso, some of the official sources produced by the Portuguese government agents were read.

Keywords: Mato Grosso. Antônio Rolim de Moura. Colonization.

APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA E AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS EM MATO GROSSO

Em Mato Grosso, terceiro maior estado em extensão territorial do Brasil, existem atualmente 42 etnias e uma população indígena de aproximadamente 52 mil pessoas. Assim como ocorre nacionalmente, a diversidade étnica e cultural no Mato Grosso não está circunscrita somente aos povos indígenas, pois há diversas comunidades tradicionais que igualmente apresentam maneiras próprias de ser e de viver. Há inúmeras comunidades quilombolas, ribeirinhas e pantaneiras coexistindo com outros grupos migratórios com especificidades culturais distintas. As comunidades tradicionais, sobretudo, estão assentadas em áreas de colonização setecentista, visto que o Mato

Grosso tem uma história oficial que remete ao período da colonização portuguesa, no início do século XVIII. De acordo com Carlos Alberto Rosa e Elizabeth Madureira Siqueira, a história de Mato Grosso resulta, portanto, de um processo histórico multiétnico, multicultural, intercontinental e de longuíssima duração, considerando que estudos científicos comprovam a presença humana nas terras, datada de mais de 27 mil anos em centenas de sítios arqueológicos espalhados pelo estado (Rosa, 2001; Siqueira, 2002).

Na atualidade, ainda, como em outros tempos, maiormente, os povos indígenas, assim como as demais comunidades tradicionais, enfrentam grandes ameaças à reprodução de suas práticas culturais. São duramente atingidos pela ação de empresários do agronegócio, por madeireiros, por garimpeiros, que lidam de forma gananciosa e fatídica à natureza e às populações que dela tiram sua sobrevivência. Nós, brasileiros, sabemos quantos crimes são cometidos pelos empresários do agronegócio, por políticos inescrupulosos que exploram a natureza, afetando assim toda a humanidade. A propagação dos crimes ambientais, os desmatamentos e as queimadas de todos os biomas causam gigantescas mudanças climáticas. O uso abusivo de agrotóxicos mata a biodiversidade, contamina as águas subterrâneas e causam doenças, como o câncer, aos consumidores dos alimentos produzidos nessas áreas. Muitos assassinatos de indígenas e de seus apoiadores têm ocorrido no Brasil, e a grande maioria desses crimes infelizmente segue impune (Cintra, 2022).

De acordo com Ailton Krenak (2020a), “o poder do capital entrou em um grau de acúmulo que não há mais separação entre gestão política e financeira do mundo”, e a natureza, segundo o que disse inadvertidamente o deputado estadual Amador Tut em entrevista para o documentário, “vai ter que conviver com o homem”, como se ela, a natureza, fosse agente histórico (BOCA-LIVRE, 2012). Desmatamento provocado por madeireiros, assoreamento de rios e contaminação da água pelo uso de mercúrio por garimpeiros, produção extensiva dos pecuaristas e fazendeiros, além de interesse na grilagem de terras e outras práticas ilícitas, que determinam o esbulho histórico e recorrente de partes dos territórios indígenas, são as causas da degradação da vida e dos ecossistemas do estado em questão. Práticas destrutivas do meio ambiente têm sido noticiadas em muitas plataformas digitais, dentre elas os documentários gravados e disponibilizados há décadas que podem ser acessados no canal do YouTube. Por exemplo, temos informações sobre o que foi feito pelos garimpeiros e pelos madeireiros na Terra Indígena Sararé, demarcada em 1980. Enquanto os garimpeiros invadiam o território indígena do Sararé, os madeireiros roubavam sistematicamente as reservas florestais do Vale do Guaporé. A madeira mais visada pelos ladrões na Terra Indígena foi o mogno. O mais significativo roubo de madeira, conforme relatado no documentário a partir de informações dos

técnicos da Funai, ocorreu em janeiro de 1990, e foi atribuído ao senhor Sebastião Bronsky Afonso, responsável por retirar da TI Sararé 7 mil metros cúbicos de mogno, o equivalente a 700 mil dólares na época (Boca-Livre, 2012).

Há também as ações legitimadas pelo Estado através da construção de usinas hidroelétricas e rodovias, que definiram novas geografias para os povos indígenas, porque, por causa delas, houve muitos e muitos crimes, incidindo na permanência física dos povos ancestrais. Para tais palavras, é importante conhecer as reflexões de Ailton Krenak:

Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade - alguns de nós fazemos parte dela (Krenak, 2020a, p. 7).

O estado de Mato Grosso é um dos maiores exportadores de grãos (principalmente milho e soja) e de carnes, o que vem comprometendo gravemente não só a diversidade étnica e cultural, mas também o modo de vida das comunidades tradicionais e o ecossistema do cerrado, da floresta amazônica e do pantanal, gravemente atingidos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, pelo desmatamento, pelo fogo incontrolável e criminoso e pela falta de investimento dos governos em instituições e no setor pessoal que trabalham com o meio ambiente e demais causas da preservação ambiental. Por esses dias, infelizmente, lemos a notícia de que mais de 100 milhões de abelhas morreram em decorrência do uso de agrotóxicos nos municípios de Sinop e Sorriso (Jornal Hoje, 2023)¹. São cidades localizadas em Mato Grosso, ricas em desenvolvimento econômico (do famigerado slogan divulgado pela rede Globo de televisão: o agro é pop, agro é tech, agro é tudo!) e largamente noticiadas pelo uso de venenos despejados de aviões pelos produtores de algodão e demais produtores agrícolas da soja e do milho.

Em Mato Grosso, é histórico o avanço do agronegócio sobre as terras indígenas e unidades de conservação, como também na destruição da biodiversidade. O uso descontrolado de agrotóxicos, por exemplo, gera vários problemas de saúde aos moradores das comunidades tradicionais e povos indígenas, assim como para não indígenas. Visto que o estado de Mato Grosso é um dos protagonistas

¹ Para mais informações sobre o assunto, ler as pesquisas desenvolvidas pelo médico Wanderlei Pignati, que comprovam as doenças causadas pelo uso de agrotóxicos (Fávaro, 2019).

mundiais do uso de agrotóxicos em lavouras de soja, milho e de outras culturas (Pignati, *et al.*, 2021). Para evocar uma memória absurdamente cruel do que se diz sobre a questão indígena e os seus territórios, lê-se o que aqui se apresenta. Há o que dizer quanto a alguns empresários, garimpeiros e pistoleiros de Mato Grosso que ganharam fama mundial:

[...] Em 1963, aconteceu aquilo que nem o bandido mais cruel de um filme de televisão poderia planejar: durante uma festa religiosa da tribo, os índios foram surpreendidos pela chegada de um avião que, em voo rasante, dinamitou toda a aldeia. Não se sabe ao certo quantos índios morreram naquele ataque, que ficou conhecido como o massacre do Paralelo Onze. Mas sabe-se que os seus autores foram garimpeiros e pistoleiros contratados por uma empresa, que pretendia explorar riquezas da região. E, além da dinamite e do tiroteio, os assassinos ainda jogaram na aldeia muitos pacotes de açúcar com arsênico (Carvalho; Ahouagi, 1987, p. 48).²

O episódio ficou conhecido como o Massacre do Paralelo 11, o mais truculento dos massacres contra indígenas nas matas da Amazônia brasileira. Foram mortos cerca de 3.500 Cinta Larga, envenenados por arsênico. O assassinato em massa dos Cinta Larga foi cometido por pistoleiros a mando de empresários, encobertos por funcionários do então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), entre eles o major da Aeronáutica Luiz Vinhas Neves (Capozzoli, 2004).

No Massacre do Paralelo 11, como ficou conhecido um dos mais horrendos episódios de que se tem notícia até hoje no Brasil, incluiu roubo, estupro, grilagem, assassinato, suborno, tortura e outras agressões que chocaram o então ministro do Interior, general Albuquerque Lima, que mandou demitir um dos principais envolvidos no incidente, o então chefe do SPI, major Luiz Vinhas Neves, responsável pela chacina dos Cinta Larga. Com a ajuda de funcionários do SPI, fazendeiros deram aos indígenas alimentos misturados a arsênico. Em algumas aldeias, foram atirados de aviões muitos brinquedos contaminados com vírus da gripe, do sarampo e da varíola. O Massacre do Paralelo 11 foi um dos mais sangrentos confrontos acontecidos nas matas da Amazônia brasileira (Capozzoli, 2004).

A mando do seringalista Antônio Mascarenhas de Junqueira, os assassinos, liderados por Chico Luiz, invadiram a reserva indígena, armados de metralhadoras e winchester-44, uma arma potente, além de pistolas 38. “Os índios não tinham como se defender sob a fuzilaria deflagrada pelo disparo de Ataíde, mas o grupo só atravessou o rio quando se deu conta de que todos estavam mortos” (Capozzoli, 2004).

² Sobre a citação, deve-se substituir os termos “índios” por “indígenas” e “tribo” por “povo”. A obra foi trazida para o texto com o fim de mostrar ao leitor que a literatura foi destinada ao público infantojuvenil na década de 1980.

Esses e muitos outros crimes hediondos são históricos em Mato Grosso e no restante do país. Recentemente assistimos atônitos ao enredo trágico e assustador das denúncias jornalísticas sobre os Yanomami em Roraima. Mais crimes contextualizados contra os povos indígenas enredados em governos de caráter fascista que nada fizeram para defender a Amazônia e os povos que nela habitam. Segundo o jornal *O Globo*, no dito governo de Jair Messias Bolsonaro, as mortes de Yanomami por desnutrição cresceram 331% entre os anos de 2019 e 2022 (BBC News, 2023).

Claro está o que escreveu a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha: “A partir de meados do século XIX, com efeito a cobiça se desloca do trabalho para as terras. Um século mais tarde, deslocar-se-á novamente o solo, passando para o subsolo indígena” (Cunha, 1992, p. 16). É evidente que os indígenas que perderam a vida, que foram envenenados, que morreram por intoxicação são vítimas dos interessados nas riquezas minerais guardadas no subsolo de suas terras. De modo parecido também fizeram os dirigentes de Portugal na era da conquista colonial em Mato Grosso. Onde havia minério, fundava-se um povoado, interagindo, escravizando ou destruindo os povos que nele estavam. Um pouco desse enredo é apresentado por meio de leituras de fontes oficiais da conquista e da problematização das políticas indigenistas aplicadas naquele período pelos dirigentes da Coroa portuguesa nas terras de Mato Grosso, quando foi oficializada a criação da capitania em 1748.

Estudar a temática indígena em terras mato-grossenses é dar visibilidade a uma diversidade cultural construída há milhares de anos. Uma questão que toda a humanidade precisa entender é que a terra é tudo para os povos indígenas. Ela é fonte de alimentos, espaço de experiência milenar e de organização social, cultural e cosmológica. Cada montanha, cada cachoeira, cada rio, cada ecossistema tem valor e é carregado de significados, frequentemente sagrados. Portanto, preservar e demarcar os territórios indígenas é sobretudo reconhecer oficialmente que os indígenas têm direito à vida e à sua cosmologia, que é um direito histórico e milenar a ser defendido e reconhecido pelo estado brasileiro em obediência à constituição (Rompimento, 2015; Ashaninka, 2023). Para explicitar mais enredo na importância da questão ambiental, trago as palavras de Ailton Krenak:

Quando falo de humanidade não estou falando só do *Homo sapiens*, me refiro a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre: caçamos baleia, tiramos barbatana de tubarão, matamos leão e o penduramos na parede para mostrar que somos mais bravos que ele. Além da matança de todos os outros humanos que a gente achou que não tinham nada, que estavam aí só para nos suprir com roupa, comida, abrigo. Somos a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições –, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade (Krenak, 2020a, p. 7).

Tratando-se dessa humanidade que exclui outras, após o início da expansão e invasão dos territórios indígenas, muito se tem pesquisado com o fito de apresentar a atuação dos conquistadores. Disso posto, é fundamental insistir na importância de tratar da diversidade cultural construída há 27 mil anos, na parte mais central da América do Sul e na região mais oeste da conquista, que próximo dos 300 anos da atuação do império português na fronteira sincretiza europeus e seus descendentes, africanos e indígenas e se consolida ao longo do processo da colonização a identidade da sociedade mato-grossense (Rosa, 2001, p. 1-27).

A intenção neste texto, portanto, é reforçar estudos sobre a importância histórica e milenar dos povos indígenas na capitania de Mato Grosso. Não é exagero insistir que os povos indígenas do nosso país foram partícipes da construção da nação brasileira e continuam protagonizando a riqueza da sua diversidade em aspectos sociais, culturais, políticos, educacionais, filosóficos e ambientais. Consiste em entender que o nosso país resulta da ocupação milenar dos povos ancestrais, pois os indígenas habitavam e lutam incessantemente pelos direitos históricos do reconhecimento de seus territórios, muito antes da colonização europeia. Militar sobre essas questões, sobre a existência de milhares de povos, na América do Sul, antes da conquista, torna-se um dever de cidadãs e cidadãos, com o compromisso com as questões humanitárias e ambientais.

Destarte, o intento deste artigo é também o de apresentar a importância da atuação dos indígenas no processo histórico da colonização em Mato Grosso. O sentido político é reforçar e continuar informando a sociedade sobre a contribuição histórica desses povos e o respeito que merecem nas relações estatais e privadas, muitas vezes estabelecidas de forma autoritária. Maiormente, aviltante dos direitos à vida de povos que construíram patrimônios culturais à nação e, em particular, ao Estado de Mato Grosso.

O conceito desenvolvido de memória subterrânea de Michael Pollak, a fim de versar o silenciamento do genocídio registrado em diferentes períodos da história do Brasil contra os povos indígenas, serviu-nos para a problematização dos argumentos postos no artigo, principalmente porque reverbera em ações de políticas de exclusão em nossos tempos. Ao buscar a história dos indígenas no período colonial, observamos a violência e a negligência das instituições religiosas e do Estado português contra os senhores das terras ancestrais, com um apagamento recente dessa memória. Logo, a História oficial do Brasil que congela memória do indígena num passado distante e o apaga baseada na ideia de assimilação e mestiçagem é posta em negação. De acordo com Michael Pollak (1989, p. 3), memória é fruto de construção social e individual. Baseando-se no conceito de “memória coletiva” de Maurice

Halbwachs, o autor argumenta que esse tipo de memória é seletivo, por isso passível de alteração, tendo como propósito a coesão social de um grupo ou país. Recentemente, foi noticiado que, no estado de São Paulo, uma estação de metrô na capital tinha a promessa de receber o nome de Paulo Freire, o maior educador e o intelectual mais reconhecido da Pedagogia revolucionária do país e do mundo, mas logo foi anunciado que o nome da estação seria Fernão Dias, um sertanista do século XVI que está registrado nos anais da história como um truculento especialista na caça humana, da “sub-humanidade”, como diz Ailton Krenak, os indígenas (Justiça, 2023).

Nada de novo no enredo de um estado administrado pelos protagonistas da extrema direita, que enreda a memória de figurantes do bandeirismo, a fim de coalizar as forças do patriotismo de caráter fascista e antidemocrático. É sobre isso que o texto de Pollak versa. Não nos esqueçamos dos cruéis assuntos do passado humano, que tem o ensejo de reavivar as memórias dos feitos da devassa sangüinária provocada no passado e perpetuada por alguns gestores do estado brasileiro.

Ainda, é fundamental pensar no conjunto das representações construídas sobre os povos indígenas. Para tal, usou-se no texto os conceitos de Roger Chartier (1990), que singulariza em sua obra *A história cultural: entre práticas e representações*, apontamentos acerca das construções e referências à categorização dada aos povos indígenas, e entende-se a dinâmica do real arquitetada por um grupo dominante, capaz de tornar seus discursos e suas práticas sociais, e com elas transformar a realidade histórica.

Através das narrativas oficiais lidas em um conjunto de fontes, é possível comprovar que o grupo dominante dos colonizadores se apropriou do poder de coagir, estabelecendo domínio sobre os povos indígenas, e promoveu a adequação de seu modo de viver, inserindo-os numa nova relação político-social. As imagens sobre os indígenas foram construídas nas correspondências oficiais, e os governantes, no desempenho do poder político, tratavam de escrever os acontecimentos de seus espaços administrativos com evidências das estratégias de atuação do poder reverberando em ordens e decisões.

O texto está dividido em partes sequenciadas, assim dispostas. Na primeira parte, “*Um panorama histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade*”, o assunto versa brevemente sobre a história da região, com a consulta de obras amplamente divulgadas e conhecidas na produção historiográfica das academias mato-grossenses. O segundo item, intitulado “*Fragments da política indigenista no Vale do Guaporé no governo de Antônio Rolim de Moura*”, trata da questão indígena e informa brevemente sobre algumas ações do governador em relação aos indígenas no Guaporé com o intuito de dar visibilidade ao trabalho que ali desempenharam em meados do século XVIII. Há uma

breve conclusão para fechar algumas ideias transitórias e uma lista de fontes dispostas no fim do texto, como deve ser.

A maioria dos autores e autoras representa a produção de profissionais do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, que construiu suas pesquisas sobre o recorte espacial, o Mato Grosso, no tempo histórico do período colonial, e a temática indígena é o assunto de maior relevância desse texto.

UM PANORAMA HISTÓRICO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

A primeira capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, é uma espacialidade da conquista que resultou das ações expansionistas de sertanistas, de mineradores e demais interessados na busca por riquezas. A conquista se dava pelo interesse nas aventuras pelo sertão, partindo de São Paulo, em ações de invasão dos territórios indígenas. Almejavam o sequestro dos povos nativos, para venda e uso da mão de obra escravizada em diferentes setores produtivos, serviços e finalidades institucionais. Assim feito, estendiam a conquista para longínquas terras, incentivando progressivamente a busca pela mão de obra indígena na conquista e na colonização na fronteira Oeste das terras sul-americanas do período setecentista. Para exemplificar o enredo, lê-se no excerto oficial:

Com aquele empenho com que os naturais da serra acima, chamados de paulistas, por ter a sua capital de São Paulo, costumavam curvar os sertões à conquista dos gentios, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do outro, por cujo respeito se foram descobrindo e habitando os sertões interiores deste Brasil, e daí se seguiram os descobrimentos das minas. Saiu da Vila do Cuiabá Fernando Paes de Barros, com seu irmão Artur Pias, naturais de Sorocaba e, sendo o gentio Pareci naquele tempo o mais procurado e já quase extinto, depois de conquistarem alguns nas suas vastas campanhas, [...] arrancharam-se em um ribeirão que deságua no rio Galera – o qual corre da nascente buscar o rio Guaporé – [...]. Fazendo experiência de ouro, tiraram nela três quartos de uma oitava, na era de 1734 (Amado; Anzai, 2006, p. 39).

Após os achados auríferos na fronteira oeste, nas proximidades do Rio Guaporé e de seus afluentes, o Sararé e o Galera, e de muitos povoados fundados por mineradores e outros interessados na extração mineral, Vila Bela da Santíssima Trindade foi criada em 1752, portanto completou, em 2023, 271 anos, devidamente registrados nas fontes oficiais da conquista portuguesa nas terras de Mato Grosso. É um marco da efeméride da colonização dos portugueses do período da história colonial. Sua trajetória está registrada ainda nos tempos das viagens monçoeiras, do sonho do ouro e

da caça aos indígenas, cuja mão de obra muito serviu à agricultura em terras mato-grossenses e em outras capitanias, a exemplo a de São Paulo.

Em meados do século XVIII, Portugal preocupava-se com a manutenção das zonas auríferas coloniais para equilibrar a economia frente às demais nações europeias. O desmembramento da capitania de Mato Grosso e Cuiabá da de São Paulo ocorreu em 1748, após o avanço dos sertanistas e monçoeiros impulsionados pela procura de indígenas para escravizar e de ouro para enriquecer nas minas do Cuiabá e posteriormente no vale do Guaporé, ou nas minas do Mato Grosso, lá formando os primeiros núcleos populacionais com a presença dos povos indígenas e dos não indígenas.

A história da administração na região também marcada pela vinda do Governador Antônio Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso se deu entre os anos de 1751 e 1764. Em sua gestão, ele foi responsável por principiar a administração na fronteira, que precisava ser definida, pois disputavam com os espanhóis as terras conquistadas. A região do Mato Grosso, conhecida pelos colonizadores desde o início dos anos trinta do setecentos, no vale do Guaporé, constituiu uma nova frente de colonização, que determinou uma política de ocupação portuguesa na bacia daquele rio. Na margem direita do rio, em 1752, Antônio Rolim de Moura fundou, em 19 de março, dia do patriarca São José, a capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. Essas terras integrariam um espaço ainda indefinido, entre as possessões espanholas e lusitanas na América, o que levou o Conselho Ultramarino português a tornar a Capitania de Mato Grosso o antemural da colônia (Volpato, 1987, p. 34-41).

Antônio Rolim de Moura foi um dos responsáveis pela demarcação da fronteira amazônica, estimulou a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e foi um dos executores das políticas que redesenharam a fronteira Oeste da Amazônia. É nesse contexto de enfrentamento como administrador de extensa área do Extremo-Oeste³ colonial e chefe da comissão portuguesa de limites com os territórios espanhóis que Antônio Rolim de Moura governou a recém-criada capitania de Mato Grosso. Foi cuidadosamente escolhido pelo rei de Portugal para governar parte da unidade administrativa do império português no ultramar. Nas leituras historiográficas locais foi considerado um homem culto, gozando de prestígio junto à administração portuguesa pelos laços de parentesco com a casa de Bragança, serviu com presteza às ordens da rainha de Portugal, em margens

³ Por Extremo-Oeste entendemos a região mais ocidental do Estado do Brasil, em meados do século XVIII, isto é, aquele espaço geográfico do Oeste compreendido pela Capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso, de limites mal definidos à época. Era a região delimitada pelos rios Madeira, Guaporé, Paraguai e afluentes contravertentes deste e do Rio Grande (Paraná), até o Grande Salto (Sete Quedas). O Rio Paraná era o divisor da nova Capitania de São Paulo, enquanto outro Rio Grande (Araguaia) separaria as Capitanias de Goiás e Mato Grosso, caso fossem confirmadas as circunscrições administrativas. Para mais informações, conferir: CANAVARROS, 2004, p. 13.

bastantemente dilatada do império português. Foi governador da Bahia e também segundo vice-rei do Brasil, residindo no Rio de Janeiro por alguns anos. Depois de permanecer no Brasil por mais de duas décadas, retorna a Portugal e lá falece, em 8 de dezembro de 1782 (Moura, 1982; Canova, 2011).⁴

De acordo com Ana Mesquita Martins Paiva, a descoberta de minério em áreas limítrofes com a América Espanhola exigiu de Portugal e de seus representantes governamentais ações políticas no sentido de garantir as posses das terras a serem conquistadas, o que explica o interesse dos portugueses em fomentar o ingresso de pessoas no noroeste da capitania, “por meio da instalação de efetivo povoamento, montagem de contingente militar e viabilização de condições para o desenvolvimento comercial”. Paralelamente ao avanço português para a região do Guaporé, os espanhóis se deslocavam para o oriente. Concomitantemente ocorria no sentido sul/norte a ocupação do poderio jesuíta, que formava um cordão de forças entre as Américas Luso-Espanholas (Paiva, 1982, p. 10).

Antônio Rolim de Moura, governador nomeado pelo rei de Portugal para assumir a governança da capitania de Mato Grosso, com experiência militar nas terras de Portugal, deveria usar de tática e perspicácia no confronto com os vizinhos castelhanos e estimular a política de povoamento nos circuitos das aldeias missionárias espanholas, com o intento de garantir a posse das terras para os lusos pelo lado ocidental.

De sua parte, o governador desempenhou a tarefa de remeter a Portugal informações sobre o território que administrava, mostrando as potencialidades econômicas dos recursos naturais, e estabeleceu um inventário das informações do novo domínio ultramarino. Nesse conjunto de elementos, havia aquelas que garantiam a sua projeção, enquanto executor do plano político de conquista ultramarina, com o caráter de fazer-se um destacado e “virtuoso” governador do Império. Além dessas tantas demandas, de pôr em execução as diretrizes políticas que foram designadas pela rainha de Portugal, Dona Mariana d’Áustria, foi responsável por articular a política indigenista em terras mato-grossenses. Dentre essas políticas estava a fundação de missões jesuíticas, a política de proteção aos indígenas considerados mansos, a política de repressão aos povos tidos como resistentes à “civilização”, a política populacional que também teve nos indígenas o alvo de intenções de torná-los “guardiões da fronteira”, ou “muralhas dos sertões” e trabalhadores do sistema produtivo, que os fez vítimas de milhares de vidas, dentre outras políticas, que estão expostas no texto (Silva, 1995, p. 21-30; Meireles, 1989; Canova, 2011, p. 188-204).

⁴ Para mais estudos sobre a história de Antônio Rolim de Moura e a sua administração, ver CANAVARROS, 2004; FERREIRA, 2021.

FRAGMENTOS DA POLÍTICA INDIGENISTA NO VALE DO GUAPORÉ NO GOVERNO DE ANTÔNIO ROLIM DE MOURA

A política indigenista acionada pelos colonos vem sendo praticada antes da criação da capitania de Mato Grosso, datada de 1748. Certamente ganhou força e maior consistência no decorrer dos anos 1730, em especial a partir de 1734, após a descoberta do ouro na região do Guaporé, acontecimento fundamental para definir a política da Coroa portuguesa no que tange às estratégias para ampliar e garantir suas possessões nas terras espanholas.

Nas terras que medeiam entre o Cuiabá e o Mato Grosso se encontrou há alguns anos a nação dos índios Parecis, mui próprios para domesticar-se, com muitos princípios de civilidade e outras nações de que se poderiam ter formado aldeias numerosas e úteis, e com sumo desprazer soube, que os sertanejos do Cuiabá não só lhes destruíram as povoações, mas que totalmente têm dissipado os meus índios com tratamentos indignos de se praticarem por homens cristãos. Por serviço de Deus e meu e por obrigação da humanidade deveis pôr o maior cuidado em que se tornem a cometer semelhantes desordens castigando severamente aos autores d'elas, encarregando aos ministros que pela sua parte emendem e reprimam rigorosamente tudo o que n'este particular se houver feito ou ao diante se fizer contra repetidas ordens que têm emanado n'esta matéria (Moura, 1982, p. 133).

A política indigenista, nesse caso, alçou interesse em tornar os indígenas escravos do sistema produtivo. Os indígenas foram tidos como aliados dos colonizadores, foram convertidos ao evangelho cristão e levados à civilização, muitos vivendo sob si. Em Mato Grosso, os Pareci foram alvo de caçadores de mão de obra para servirem como escravos na produção agrícola do termo do Cuiabá e de São Paulo.

Uma fonte lida na tese do historiador Otávio Canavarros registra que um padre de nome Lourenço de Toledo Taques, “presbytero do habito de São Pedro”, com cargo mor na cidade de São Paulo, veio das minas do Cuiabá em 1730 e, depois de “haver acabado o tempo das provisoens [...], conduziu em sua companhia quatro pessoas do gentio Parecis”, quatro meninas, chamadas *Quitéria*, *Paschoa*, *Escholastica* e *Ludovico*, todas com menos de doze anos. Sentindo-se “penalizado”, o padre resgatou-as na praça da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá a troco de ouro e por serviço de capela de missas. Depois de vê-las no comércio de indígenas em Cuiabá, o padre comprou-as, e, dizendo-se condoído, trouxe-as ao grêmio da igreja e se fez seu instrutor na fé “[...] que presentemente se achão para as batizar, por se acharem admiravelmente instruídas na fé e capazes de sacramento comprá-las” (Canavarros, 2004, p. 79).

Maria de Lourdes Bandeira afirma que esses sertanistas de notável crueldade e violência, competentes na invasão e destruição de aldeias, acumulavam dados e informações que lhes permitiam classificar os povos indígenas de acordo com suas condições de resistência, avaliar os efetivos populacionais para cálculo de lucros e traçar planos eficientes de assalto e captura. Eram especialistas que trabalharam em busca das riquezas do sertão, deixando rastros de sangue por onde passavam, dada a ação violenta que praticavam contra os indígenas, os quais escravizavam e vendiam em praças públicas, a exemplo de Cuiabá e de São Paulo, onde posteriormente trabalhariam na produção agrícola (Bandeira, 1988, p. 81). Abaixo a narrativa oficial confere que:

Continuandose neste anno do Gentio Paresi de onde eraó trazidos muitos indivíduos desta nascam que como escravos se vendiaó: chegaraó a esta vila vindos do dito sertão o Licenciado Pais de Barros seo Irmaó Artur Pais, seus sobrinhos João Martins Claro e José Pinheiro todos naturais da vila de Sorocaba e apresentaraó hum cruzado de ouro e amostra das minas de Mato grosso Lavado com hum prato de estanho no lugar adonde se acha a capela de Santa Anna (Sá, 1975, p. 24).

Referências a respeito dos assuntos postos acima são recorrentes nas fontes, especialmente dos conteúdos da escravidão, dos assaltos, das mortes provocadas por epidemias e das violências contra os indígenas. A dubiedade, a hipocrisia, a oscilação em relação à política indigenista do período são os adjetivos empregados pelos estudiosos a respeito das ações da política da Coroa portuguesa em relação aos povos ancestrais (Perrone-Moisés, 1992, p. 115). A política de proteção aos indígenas considerados mansos e dóceis foi necessária para o governo português, e assim que Antônio Rolim de Moura inicia sua administração, tem por intuito “proteger” um dos grupos mais atingidos pelas ações de apresamento e posterior escravização, levadas a cabo pelos colonos. Pois que a rainha de Portugal, Dona Mariana d’Áustria, entre muitas diretrizes políticas para executar em Mato Grosso, ordenou a fundação de aldeia jesuítica para os indígenas tidos como mansos. A política de “proteção” pretendia fazê-los guardiões das terras conquistadas, obedecendo a uma das mais importantes estratégias políticas, a política de povoamento:

E como chegamos a este ponto, e me consta o zelo com que Vossa Excelência protege estes miseráveis tão perseguidos de todos, me é preciso dizer a Vossa Excelência que em várias ocasiões têm sido vendidos em praça pública. E ainda que pouco tempo há examinando essa matéria, declarei a maior parte por livres, sempre me ficou a respeito de alguns bastante dúvida por me apresentarem uns papelinhos a que chamam registros, e que eu verdadeiramente ignoro a fé que têm, e as circunstâncias em que a merecem principalmente ouvindo agora a João Moura, que somente o Gentio Mura é nessa capitania reputado por cativo. Pelo que desejo que Vossa Excelência me diga os que hei de ter nesta comboeira poder resolver-me sempre com segurança nesta matéria. Daqui também farão a mesma diligência de introduzir nesta capitania por cativos os que puderem. Porém é certo que nestas só o estão declarados

por Sua Majestade o Caiapó, e Paiaguá, mas destes em todo o meu Distrito são raríssimos, e nessas minas me não consta haja alguns, nem que para baixo tenham rodado (Carta, 30 de janeiro de 1754, 1982, p. 123).

A política indigenista, no que seguiu, parte da exigência dos homens da colônia em declarar os indígenas que estavam sob o poder dos escravagistas e conceder a licença para sertanistas sequestrarem os indígenas em suas aldeias, ou em seus territórios, vive-se no período colonial “um caldeirão de interesses” (Perrone-Moisés, 1992, p. 115-132). Vê-se que o governador, por vezes, atendia às orientações da rainha de Portugal, o de proteger os indígenas considerados mansos dos interessados em seu comércio, e por vezes atendia à demanda dos seus pares, como conferem as ações determinadas abaixo:

E para evitar do modo possível os diferentes caminhos, que buscam para contraírem as repetidas ordens, que há a este respeito, não deixo de cá sair pessoa alguma sem que me declare assim os escravos, como os índios, que leva em sua companhia, para que pelo mesmo despacho se conheça o que lhe permito, e assim todo aquele que for achado sem o dito despacho, ou com mais, ou menos índios do que dele consta, me fará Vossa Excelência grande favor se proceder contra ele. E lá se acha um Bento Oliveira com bastantes que daqui levou, enganando-se para isso, que não sei se a esta hora terá traçado a maior parte por fazenda, sendo eles dos que estavam determinados para uma aldeia, que já tem o seu princípio. A respeito dos que lá vierem sem a permissão de Vossa Excelência me dirá como quer que eu me haja (Carta, 30 de janeiro de 1754, 1982, p. 123).

No governo de Antônio Rolim de Moura a questão do povoamento no Guaporé necessitava de investimentos e de políticas populacionais. Parte da política de povoamento com o intuito de assegurar as especializações da conquista foi a utilização da população indígena que deveria ser trazida para a “civilização” por meio de atrativos, oferecendo-lhes quinquilharias e ferramentas. Soma-se a esse contexto as investidas do governador em desenvolver políticas de casamentos entre as diferentes etnias. Para tais políticas e incentivos populacionais, deveria descender de indígenas com os negros e os brancos, novos sujeitos capazes de ações condizentes à “civilização”. Assim se tornariam “menos inúteis à República” (Canova, 2011; Rosa, 2001).

A leitura das fontes oficiais da conquista, no caso de Mato Grosso, faz emergir imagens significativas dos indígenas, “puros” não serviam para nada, e sugeria que os indígenas deveriam misturar-se aos pretos e mais pessoas de cor branca, para que os filhos viessem a servir aos objetivos dos portugueses, que eram o de guarnecer a fronteira, trabalhar como soldados, como remadores, como roceiros e outros afazeres:

Em quanto a aumentar esta vila com índios, na vizinhança dela, e daqui até o Cuiabá, já não há mais do que uns restos muito diminutos das aldeias, que os sertanistas

assolaram, e extinguíram antigamente, e sobre os que ainda existem rio abaixo exponho a Vossa Excelência em uma conta, qual seja a minha tenção. Mas senhor os índios puros só por si não são capazes de fazer povoação; porque é uma gente sem dependências, sem paixões, sem ambição, e sem discurso, e assim não há neles por onde possa ligar-se a sociedade civil, de sorte que só misturando-se com negros, ou com brancos, é que os filhos destes casamentos saem já menos inúteis a República. Também posso segurar a Vossa Excelência que a simples persuasão é um meio bem débil para os reduzir, se a esta se não ajunta algum temor, ao que de ordinário somente se sujeitam. Porém sem o socorro dos índios se tem esta Vila ido sempre adiantando (Carta, 14 de junho de 1756, 1982, p. 31-32).

Para além das diretrizes políticas sugeridas pelo governador de casamentos interétnicos, Antônio Rolim de Moura recebeu incumbência da rainha de Portugal de fundar missões (Instrução Real, 19 de janeiro de 1749). Por esse motivo, descreve a existência de muitos indígenas aptos para a política de aldeamento e as relações estabelecidas entre os interessados na margem oeste da conquista, no Vale do Guaporé. Porém, suas informações indicam as dificuldades do crescimento populacional nas aldeias em razão das epidemias, que vitimaram milhões de indígenas em toda a América.

A aldeia de São José, localizada nas proximidades de Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira a ser fundada naquela região, foi mais uma das ações do governo com o intuito de assegurar as terras em área de mineração e ter os indígenas como sujeitos das ações missionárias, práticas e ações de religiosos que antecedem a política do “Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrário”. Nas palavras de Rita Heloísa de Almeida, o Directório significa “um documento jurídico que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos indígenas, entre os anos de 1757 e 1798 [...], um instrumento jurídico criado para viabilizar a implantação de um projeto de civilização dos índios na Amazônia” (Almeida, 1997, p. 14-15).

Somente de gente é que se aumentava pouco, em razão das epidemias que quase todos os anos há pelo tempo das águas, das quais houve ano que morreram mais de 90 dentro de 3 meses, o que tem feito que a gente seja ainda pouca nela, sem embargo de se lhe haverem metido algumas 600 almas desde que começou. Fácil seria continuar a recrutá-la porque antes que o dito Padre se retirasse para cá, se havia descoberto por sua via, e tomado conhecimento e amizade com umas poucas de nações novas de muitos milhares de almas. Porém, como a experiência tem mostrado, que a maior parte que se tiram das suas terras, cá para a borda de Rio morrem dentro de pouco tempo por causa das epidemias [...] pujança (Cópia da Carta, 27 de março de 1759).

A política do aldeamento foi uma das ações do governador empreendida para fomentar o contato entre os colonizadores e os povos indígenas. O aldeamento foi a realização do projeto de

colonial, pois “garantia a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante mão de obra para o desenvolvimento da colônia” e oferta de mão-de-obra para diversos serviços (Perrone-Moisés, 1992, p. 120). Para cumprir tal finalidade, foi fundada em 1754 a Aldeia de São José, depois Leomil, em 1769, mas teve vida mais ou menos curta. Ao que tudo indica, o período áureo dessa povoação foi durante a administração do padre jesuíta Agostinho Lourenço, que saiu de Portugal junto com Antônio Rolim de Moura, quando o governador foi nomeado para administrar a capitania de Mato Grosso, aliás, não apenas ele saiu de Portugal em expedição para o Brasil, o padre Estevão de Castro também acompanhou sua vinda junto com mais de 180 homens. Era um exército de homens comprometidos com o reconhecimento da nova capitania e na atuação junto aos indígenas. Na expedição monçoeira vinda do Sul para a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, os dois jesuítas o seguiram. O padre Estevão de Castro se dirigiu à missão de Santana, fundada por Rolim de Moura no ano de 1752, para aldear indígenas do distrito do Cuiabá. O outro, Padre Agostinho Lourenço, seguiu para o Guaporé, para lá instituir outra missão, a de São José. Quando da sua expulsão, em 1759, “se achava a mesma aldeia com engenhos de moer cana, teares de tecer algodão, muita planta e criação e um total de 30 cabeças de gado”. Daquela data em diante, o aldeamento foi definhando e perdendo sua pujança (Cópia da Carta, 27 de março de 1759).⁵

Ao analisar o incentivo e instruções do secretário da Marinha e Ultramar destinadas ao governador, entende-se que, para aldearem indígenas na capitania, os sacerdotes deveriam usar de persuasão para que aqueles bem servissem à política da fronteira e aprendessem a falar o português. Aprender a falar a língua portuguesa representava maior segurança das terras em conquista e uma futura política da vassalidade, posta nas leis do *Directorio*, a fim de fazerem dos indígenas “trabalhadores úteis” e fiéis vassalos da Coroa.

Para a construção das relações econômicas portuguesas estabelecidas na região, os indígenas foram incorporados como mão de obra, inseridos em atividades econômicas vitais à exploração e defesa das terras coloniais. A prova disso estava na composição étnica das guarnições de soldados pedestres da fronteira. O governador explica como era composta essa microssociedade, na qual também se incluiu indígenas considerados hábeis à guerra; pois que assim os Bororo também foram requisitados. Importantes agentes nos trabalhos de defesa da região do Guaporé, envolvidos nos conflitos com os padres espanhóis, os servidores lutaram pelos interesses lusos, por terra e por água.

Os princípios legislativos “em favor dos indígenas” acentuavam os objetivos dos agentes coloniais, facilitando a inserção indígena no mundo dos supostamente “civilizados”. No Termo do

⁵ Para mais informações, ler LUCIDIO, 2004; CANOVA, 2012.

Mato Grosso, havia indígenas que eram donos de si, possuidores de escravo e venda. Há também reconhecimento de “atributos” indígenas; quando Rolim de Moura exemplifica algumas inclusões de indígenas na burocracia e no comércio colonial, alguns não eram tão inúteis, desprovidos de paixões e, ao que sugere, incompetentes à “República”:

Nestas minas [Mato Grosso] se acha um índio Pareci casado, que vive sobre si com roça, e criações, sem ter, nem necessitar de administração de ninguém. No Cuiabá também há outro, que não só vive sobre si, mas tem um escravo seu em uma venda por sua conta. E o Padre Agostinho Lourenço me contou, que não sei, que Padre Espanhol lhe segurara, que no Peru havia um letrado com escritório público, que era índio puro. Pelo que se me não oferece dúvida que Vossa Excelência vença a dificuldade de os reduzir a viverem como homens racionais, principalmente aplicando-lhe os meios aptos para esse fim com tanta descrição, e atividade, e zelo (Carta, 14 de dezembro de 1758, 1982, p. 203).

Conforme aponta Jovam Vilela da Silva, na “segunda metade do século XVIII, no governo de D. José I, a mestiçagem foi incentivada por intermédio de casamentos interétnicos e que a edição do Directorio regulamentou juridicamente” (Silva, 1995, p. 166). Como também a Lei concedia ao indígena um tratamento específico, visando preparar trabalhadores que estivessem a serviço da Coroa, povoando e protegendo as terras da fronteira. Segundo Alessandra Resende Dias Blau, “houve um grande incentivo, a partir da segunda metade do século XVIII, aos casamentos mistos, e eram premiados com doações diversas, como armas e dinheiro, os soldados que se casassem com índias”, com a finalidade de torná-los guardiães da fronteira (Blau, 2007, p. 16).

É importante frisar, no entanto, que a política do *Directório* não provocou transformações radicais no que diz respeito ao apresamento e escravização dos indígenas. Como afirma Rita Heloísa de Almeida, embora essa política tenha regulamentado “as condições em que se fazia legítima a liberdade dos indígenas, ainda deu margem à continuidade de certas práticas de escravidão”, como mencionado anteriormente. A autora acrescenta ainda que, “aparentemente, este regimento suscita rupturas, mas [...] continua e consolida as ações colonizadoras anteriores” (Almeida, 1997, p. 15).

As nações indígenas representavam também a própria continuidade do projeto colonial na fronteira oeste da colônia portuguesa. Para a região de Mato Grosso, se não fossem os indígenas, certamente a população que vinha de outros lugares não teria sobrevivido devido às inúmeras dificuldades advindas do processo de expansão pelo cerrado, pelo pantanal e pela floresta amazônica. Tal dependência se manifestava de diversas formas, dentre as quais se destacavam aquelas pertencentes ao universo do trabalho. Compunha a força de trabalho empregada em atividades vitais para o sucesso da colonização: os indígenas remavam, pegavam em armas e formaram milícias; no caso dos Bororo, serviam como guardiões na fronteira e de guias para o reconhecimento do território.

A política era de aliança com os povos indígenas. Produziam alimentos em pontos estratégicos, lugares por onde passavam comerciantes e autoridades coloniais. Os colonos também se apropriaram dos seus saberes e técnicas constitutivos do universo cultural indígena. Atentamente, pesquisas apresentam muitas facetas da diversidade de saberes de que os conquistadores foram se apropriando dos indígenas. Nesse sentido, relações de reciprocidades entre os povos indígenas e os colonos foram fundamentais para a implantação e execução da expansão portuguesa em Mato Grosso; agregaram as relações de parcerias, produção e convivência, e para aqueles inimigos, a política foi de guerra justa, tão bem expressa com os Paiaguá na bacia do Rio Paraguai e os Mura na bacia Amazônica.

Para fechar mais um dos assuntos postos no decorrer dessas linhas, deixamos a fala de Ailton Krenak, que desde os anos 70 do século passado tem sido incansável na luta pela vida dos povos indígenas e pela mãe terra:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja a natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo o que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2020b, p. 8).

A mensagem apresenta o ativismo das lideranças. Muitas lideranças indígenas do Brasil, a exemplo que ali temos, Raoni Metuktire, Ailton Krenak, Davi Kopenawa Yanomami, Sonia Guajajara, Daniel Munduruku, para dizer alguns nomes, têm sido ativistas e pensadores sobre o futuro funesto do nosso planeta, problemáticas apontadas na parte introdutória do texto. Para mais, é necessário perseverar que as políticas dos colonizadores não estão engessadas em um passado secular, continuam invadindo e destruindo parte da humanidade, e uma delas é a indígena. A invasão dos seus territórios e a exploração das riquezas minerais e vegetais têm posto o seu modo de viver e ser em condições sub-humanas. Ailton Krenak diz:

O Brasil não existia, o Brasil é uma invenção. A invenção do Brasil, ela nasce exatamente da invasão. Inicialmente feita pelos portugueses, depois continuada pelos holandeses e depois continuada franceses, num modo sem parar onde as invasões nunca tiveram fim, as invasões nunca tiveram fim, nós estamos sendo invadidos agora, ... (Guerras do Brasil, 2019).

Assim posto, conclui-se que os povos indígenas estão em constante luta pelo reconhecimento da sua humanidade, em constante luta pelo direito à vida e pelas gerações futuras, em constante luta para manter a sua língua mãe e seus territórios. Estiveram no início da conquista como agentes históricos, fazendo suas escolhas, travando negociações com os diferentes invasores de suas terras, e continuam resistindo para continuar existindo como povo cultural e etnicamente diferente, diante das

ações dos grileiros de terras e de fazendeiros, que se apropriam das riquezas vegetais e minerais dos seus territórios. O coletivo denominado indígenas tem uma realidade a ser vivida diariamente, a resistência. Continuam trabalhando noite e dia para manter os direitos constitucionais defendidos historicamente pelas vozes indígenas e mais ativistas em 1988.

REFERÊNCIAS OFICIAIS DA CONQUISTA

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela: 1734-1789*. Cuiabá: Carlini e Carniato Editorial; EdUFMT, 2006. (Coleção Documentos Preciosos).

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a sua Majestade, D. José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30 de janeiro de 1754. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências)**. Cuiabá: EdUFMT, 1982, v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Diogo Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de julho de 1756. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências)**. Cuiabá: EdUFMT, 1982, v. 2.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1758. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências)**. Cuiabá: EdUFMT, 1982, v. 3.

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Thomé Joaquim da Costa Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de março de 1759. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 240, [f. 151v-153].

Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

INSTRUÇÃO REAL enviada pela rainha de Portugal ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Pasta 23, n. 1391.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: UnB, 1997.

ASHANINKA: semeadores da floresta. 2023. Vídeo (51min47s). Documentário Jornalismo TV Cultura. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4FASeSES_A0. Acesso em: 16 ago. 2023.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**: estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BLAU, Alessandra Resende Dias. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

BOCA-LIVRE no Sararé. 2012. Vídeo (27min23s). Maurizio Longobardi. Disponível em: <https://youtu.be/XtgKA9YFD-c>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CANOVA, Loiva. **Antonio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia Portuguesa na América (1751-1764)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CANOVA, Loiva. A missão de Santana no governo de Antonio Rolim de Moura. **Revista Ultramares**, Maceió, v. 1, n. 1, 2012.

CAPOZZOLI, Ulisses. Cintas-largas, garimpeiros e o Massacre do Paralelo 11. **Observatório da Imprensa**, ed. 273, 20 abr. 2004. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/ciencia/cintaslargas-garimpeiros-e-o-massacre-do-paralelo-11/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CARVALHO, André; AHOUAGI, Eliana. **Os índios do Brasil**. Belo Horizonte: Lê, 1987.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CINTRA, Caroline. Violência contra indígenas: 2021 teve maior número de casos em 9 anos, diz Cimi. **G1**, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/08/17/violencia-contra-indigenas-2021-teve-maior-numero-de-casos-em-9-anos-diz-cimi.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FÁVARO, Thaís. “Agrotóxicos: MT é campeão em câncer e má formação”, alerta Wanderlei Pignati. **Abrasco**, Rio de Janeiro, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opinio/agrotoxicos-mt-e-campeao-em-cancer-infantjuvenil-e-ma-formacao-fetal-alerta-wanderlei-pignati/41596/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FERREIRA, Débora dos Santos. **“Eu general do mato já não estranho viver a sertanista”**: a trajetória de d. António Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso através e suas cartas (1751-1764). 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Guerras do Brasil. Ep. 1: As guerras da conquista. 2019. Vídeo (28min38s). MPA Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1C7eQB16_pk&t=237s. Acesso em: 16 ago. 2023.

JUSTIÇA de SP impede o metrô de mudar nome de estação de Paulo Freire para Fernão Dias. **Carta Capital**, 26 maio 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/justica-de-sp-impede-o-metro-de-mudar-nome-de-estacao-de-paulo-freire-para-fernao-dias/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras, 2020b.

LUCIDIO, João Antônio Botelho. **A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII**. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 2004. (Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História: Vila Bela da Santíssima Trindade, MT. Relatório final, fase 2).

MAIS de 100 milhões de abelhas são mortas em MT devido aplicação errada de agrotóxico. *Jornal Hoje*, Cuiabá, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/07/19/cerca-de-600-colmeias-sao-intoxicadas-em-mt-apos-aplicacao-errada-de-agrotoxico.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MOURA, Carlos Francisco. **Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja: biografia**. Cuiabá, UFMT – Imprensa Universitária, 1982. Coleção Documentos Ibéricos, série: Capitães - Gerais, 1.

PAIVA, Ana Mesquita Martins de. **A ocupação da fronteira oeste da colônia**, no período de Antônio Rolim de Moura. 39 f. Monografia (Curso de Especialização: Mato Grosso: História e Historiografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, 1982.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PIGNATI, Wanderlei Antonio; CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari; LEÃO, Luís Henrique da Costa; PIGNATI, Marta Gislene, MACHADO, Jorge Mesquita Huet (Organizadores). **Desastres sócio-sanitários-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. 1. ed, São Paulo: Outras Expressões, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 17 ago. 2023.

Rompimento de barragens em Mariana: povo indígena Krenak chora pela morte do Rio Doce. 2015. Vídeo (7min41s). Josimar Salum. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4w7amaRR5Ic>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ROSA, Carlos Alberto. Apostila 3: **História e historiografia de Mato Grosso**. Disciplina “História e historiografia de Mato Grosso”, ministrada pelo professor Dr. Carlos Alberto Rosa, aula de 21 de maio de 2001. Mimeografado.

SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Editora UFMT/Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores: política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII**. Cuiabá: UFMT, 1995.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOB BOLSONARO, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%. **BBC News**, São Paulo, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/post/2023/02/17/sob-bolsonaro-mortes-de-yanomami-por-desnutricao-cresceram-331.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719- 1819**. São Paulo: HUCITEC, Brasília, DF: INL, 1987.

EDUCAÇÃO E HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE REAVALIAÇÃO SOBRE A “MARCHA PARA O OESTE” NO BRASIL



REDM
ISSN: 2176-5804

Maria Arlinda da Silva

Doutora em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Professora da Educação Básica do Estado de Mato Grosso (SEDUC) e do Centro Universitário Invest (UNIVEST)
mariaarlinda@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma prática pedagógica baseada em uma tese de doutorado que analisa a “Marcha para o Oeste” no Brasil, um processo de colonização iniciado na década de 1940 sob o governo de Getúlio Vargas e retomado nos anos 1970 durante os governos militares. A pesquisa foca nos impactos dessas políticas na Amazônia Legal, especialmente em Mato Grosso, e nas consequências para a reocupação territorial da região. O estudo revela lacunas significativas no material didático do 3º ano do Ensino Médio, que aborda a “Marcha para o Oeste” dos EUA no século XIX, sem correlacioná-la à história brasileira. O artigo propõe uma reavaliação do conteúdo educacional para melhor refletir as conexões entre os movimentos de colonização. A metodologia inclui leituras sobre o tema, visualização de imagens e vídeos, e a identificação da “Amazônia Legal” como espaço de recentíssima colonização. O projeto foi desenvolvido nas aulas de História de turmas do 1º e 3º anos entre 17 e 20 de abril de 2023, utilizando duas aulas por turma, em sete etapas. Como resultado, observou-se que a Marcha para o Oeste no Brasil foi influenciada pela experiência dos EUA, e que Mato Grosso passou por mudanças significativas e formação de numerosas cidades a partir desse processo.

Palavras-chave: Marcha para o Oeste. Colonização. Mato Grosso.

ABSTRACT

This article presents a pedagogical practice based on a doctoral thesis that analyzes the "March to the West" in Brazil, a colonization process initiated in the 1940s under Getúlio Vargas and resumed in the 1970s during the military governments. The research focuses on the impacts of these policies in the Legal Amazon, especially in Mato Grosso, and the consequences for the territorial reoccupation of the region. The study reveals significant gaps in the educational material for the 3rd year of high school, which addresses the "March to the West" in the U.S.A. in the 19th century without correlating it to Brazilian history. The article proposes a reevaluation of educational content to better reflect the connections between the colonization movements. The methodology includes readings on the theme, visualization of images and videos, and the identification of the "Legal Amazon" as a site of recent colonization. The project was developed in History classes for 1st and 3rd-year students from April 17 to 20, 2023, using two lessons per class, in seven stages. As a result, it was observed that the March to the West in Brazil was influenced by the U.S.A. experience, and that Mato Grosso underwent significant changes and the formation of numerous cities as a result of this process.

Keywords: March to the West. Colonization. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O ensino de História no Brasil enfrenta desafios contínuos em relação à atualização e contextualização dos conteúdos didáticos, especialmente no Ensino Médio. É fundamental que os materiais didáticos promovam uma compreensão crítica e comparativa dos eventos históricos, capacitando os estudantes a interpretar a história de forma ampla e interconectada.

Este artigo visa abordar essas necessidades, apresentando uma prática pedagógica desenvolvida a partir de uma tese de doutorado em História. O foco é auxiliar no preenchimento de lacunas presentes no material didático do 3º ano do Ensino Médio, estabelecendo conexões entre a “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos no século XIX e a história brasileira, bem como a influência desse movimento na nossa realidade.

O presente trabalho é fruto de um projeto de intervenção exigido pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, conforme estabelecido no artigo 8º da Instrução Normativa 002/2022/GS/SEDUC/MT, publicada no Diário Oficial de 25 de fevereiro de 2022. Essa exigência surgiu no contexto do meu retorno como professora da Educação Básica, após uma Licença para Qualificação Profissional durante o curso de Doutorado em História na Universidade Federal de Mato Grosso, realizado de março de 2018 a dezembro de 2022.

De acordo com as orientações da Instrução Normativa mencionada, o projeto de intervenção deveria ser desenvolvido a partir de uma problemática identificada na escola, vinculada à pesquisa de doutorado. Identificou-se, assim, uma lacuna no material estruturado (material didático) ao tratar da “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos no século XIX, sem incluir elementos que relacionassem esse evento com a “Marcha para o Oeste” ocorrida na história do Brasil no século XX.

Minha pesquisa de doutorado, intitulada “O projeto Terranova: entre o ideal e a prática no processo de colonização recente em Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980”, explorou temas relacionados à “Marcha para o Oeste” no Brasil durante a década de 1940, sob o governo de Getúlio Vargas, e sua retomada durante os governos militares na década de 1970. Esses movimentos resultaram em projetos de colonização recentes, com foco na Amazônia Legal, onde o Estado de Mato Grosso teve papel central. Essa abordagem foi necessária para estabelecer a conexão entre esses dois momentos históricos do século XX no Brasil e a “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos no século XIX. Embora o material didático mencionado abordasse a temática, não explorava as possíveis relações entre as histórias dos Estados Unidos e do Brasil.

Para responder à problemática identificada e realizar essa conexão, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Explorar a “Marcha para o Oeste” como um movimento de expansão territorial nos Estados Unidos no século XIX;
- Identificar a “Marcha para o Oeste” no Brasil no século XX, durante os governos de Getúlio Vargas na década de 1940 e os governos militares na década de 1970;
- Comparar as semelhanças e diferenças entre a “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos no século XIX e no Brasil no século XX;

- Analisar a “Marcha para o Oeste” no Brasil como uma estratégia estatal para desmobilizar movimentos sociais que reivindicavam reforma agrária e melhores condições de vida para as populações rurais e urbanas;
- Investigar os grupos sociais que habitavam as regiões amazônicas antes do processo de colonização recente, como indígenas, posseiros e garimpeiros;
- Identificar as áreas escolhidas no Brasil para a implementação da “Marcha para o Oeste” e reocupação¹ no século XX, especialmente a região conhecida como Amazônia Legal;
- Examinar os projetos de colonização recentes no Brasil (século XX) como resultado da “Marcha para o Oeste” e seu impacto na formação de inúmeras cidades na Amazônia Legal, com foco no Estado de Mato Grosso.

Ao estabelecer conexões entre esses eventos e a história brasileira, o estudo visa demonstrar como ideias e práticas originárias de contextos distintos podem influenciar diferentes realidades. A influência da “Marcha para o Oeste” na construção de identidades e políticas expansionistas, tanto nos EUA quanto no Brasil, oferece uma oportunidade rica para um ensino mais contextualizado e reflexivo.

Este artigo, portanto, tem como objetivo principal apresentar e discutir as práticas pedagógicas desenvolvidas para abordar esse tema, oferecendo uma perspectiva comparativa e crítica que enriquece o conteúdo didático disponível. Através da análise dos materiais produzidos e das metodologias empregadas, pretende-se fornecer uma ferramenta valiosa para educadores que buscam uma abordagem mais integrada e crítica no ensino de História.

A estrutura do artigo é a seguinte: inicialmente, revisão da literatura sobre a “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos (conforme abordado no material didático) e suas implicações históricas; em seguida, detalhamento das práticas pedagógicas desenvolvidas e os materiais didáticos elaborados; finalmente, discussão e aplicação desses materiais em sala de aula e suas possíveis contribuições para o ensino de História no Brasil.

METODOLOGIA

¹ Usaremos aqui o conceito de reocupação com base no referencial teórico JOANONI NETO, Vitale e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latinoamericanos*, v. 26, p. 144-156, 2017, que nos traz a discussão sobre a Amazônia, mesmo com um contingente populacional pequeno em relação ao espaço, já estava ocupado nas décadas de 1940, 1960 e 1970, por diversos grupos sociais como indígenas, garimpeiros, posseiros, entre outros. Nesse espaço temporal foi criado incentivo para direcionar a migração de agentes históricos de diferentes regiões do Brasil para a Amazônia. Em especial região Sul e Sudeste e região Nordeste. Isso para ressaltar que os respectivos governos das décadas supracitadas, Getúlio Vargas e Governos Militares, que se referiam a essa região como “espaços vazios”, desconsiderando os povos que lá estavam.

A metodologia se propôs a leituras de textos sobre as temáticas propostas, visualização de imagens como fotos, mapas e vídeos sobre a “Marcha para o Oeste” em diferentes tempos e espaços, identificação da “Amazônia Legal” como palco colonização recente/reocupação.

O projeto foi desenvolvido nas aulas de História entre os dias 17 a 20 de abril de 2023, com turmas dos 1º anos A, B, C, D e 3º anos A, B, C, D, E, F, utilizando duas aulas por turma.

O desenvolvimento do projeto de intervenção se deu em sete etapas: **1)** 1ª Etapa: Em sala de aula foi apontada por meio de mapas a localização dos Estados Unidos da América e sua “Marcha para o Oeste”, como expansão territorial no século XIX; **2)** 2ª Etapa: Apresentação de mapa do espaço denominado Amazônia Legal, como palco da “Marcha para o Oeste” no Brasil no século XX nos governos de Getúlio Vargas e Governo Militares; **3)** 3ª Etapa: apresentação de vídeos sobre diferentes projetos de colonização na região Amazônia. (Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR-163 e Os homens do Presidente); **4)** 4ª Etapa: Foi apontada a organização espacial no norte de Mato Grosso a partir da BR-163 e Projetos de colonização; **5)** 5ª Etapa: Apresentação de diferentes Programas e funções do Governo Federal na década de 1970 como incentivo para promover a reocupação da Amazônia Legal; **6)** 6ª Etapa: Apresentação de imagem de indígenas Kreen-akarôre pedindo esmola na BR-163 (1973), resultado de uma política de colonização que desconsiderou os povos indígenas locais; **7)** 7ª Etapa: Apresentação de mapas de Mato Grosso e suas transformações ao longo das décadas de 1970, 1980 e início de 1990.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No século XIX os Estados Unidos da América deram início a uma política de expansão territorial. O governo estadunidense negociou territórios, como foi o caso da Flórida, vendida pelos Espanhóis e estimulou a ocupação de terras a oeste, em direção ao oceano Pacífico, reconhecendo a posse das terras conquistadas para aqueles que se aventurassem em áreas desconhecidas e se tornassem produtivas, por meio da lei *Homestead Act* (1862) o movimento ficou conhecido como *Marcha para o Oeste*.² Tal processo de ocupação contínuo no momento foi defendido pela expressão norte-americana de *Fronteira em Movimento*. Para Turner, (Knauss, 2004) a *frontier* seria constituída da dita *terra livre* em processo de *ocupação* ou *colonização*, de modo que o autor argumentava que a constante interação com a fronteira criou uma sociedade democrática, individualista e inovadora nos Estados Unidos. Para Turner, a fronteira representava uma terra livre onde os americanos podiam recomeçar e um espaço de oportunidades e criação de uma sociedade mais igualitária.

² Nos Estados Unidos esse processo foi fundamental para dizimação dos contingentes populacionais Indígenas. E construção no Imaginário popular dessas populações como selvagens ou peles vermelhas, muito explorada pelo cinema Hollywoodiano. Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62561278>. Acesso em 10/03/2023.

Diferentemente de Turner, (Musumeci, 1988), problematiza a ideia de que a fronteira é uma força unilateralmente benéfica ou simplificadora. Ela explora como as fronteiras (especialmente na América Latina) são arenas de conflito, exclusão e complexidade social. Em vez de um espaço de liberdade, as fronteiras são marcadas pela violência, disputas territoriais e marginalização de populações indígenas e locais. Musumeci, foca em como as identidades locais e regionais são moldadas por uma complexa teia de relações sociais, econômicas e culturais, muitas vezes ignoradas na tese de Turner, que se concentra mais no contexto anglo-americano. Nesse sentido, a autora pressupõe que a fronteira passa a ser “essencialmente, uma estrutura social dinâmica e relativamente ‘em aberto’ associada à ocorrência de movimentos de ocupação ou reocupação de terras” (Musumeci, 1988, p.65), processo colonizador que custou a vida de milhões de indígenas.

Sob essa perspectiva estadunidense, o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, na década de 1940, implementou a *Marcha para o Oeste*, respaldada na obra de mesmo nome do intelectual Cassiano Ricardo (Ricardo, 1970). O autor defendia a ideia de exaltação da figura do bandeirante como herói nacional, capaz de efetivar a formação de uma identidade nacional, avançando para o interior do Brasil. O bandeirantismo, na concepção de Ricardo, revestia-se do espírito civilizatório, levando a tecnologia e o desenvolvimento econômico às regiões amazônicas e promovendo a construção de uma grande nação, que se daria, sobretudo, sob o comando de um líder forte, o *chefe das bandeiras*. No caso, o Presidente da República, Getúlio Vargas.

A partir de 1964, o Governo Militar retomou a proposta da *Marcha para o Oeste* iniciada por Getúlio Vargas, intensificando o projeto de reocupação da Amazônia Legal³ por meio de grandes projetos de colonização implantados na região Centro-Oeste e na Amazônia, em sua maioria, por empresas privadas. Para viabilizar o avanço da *fronteira agrícola*,⁴ o Governo Federal construiu rodovias federais e criou programas de crédito e incentivos fiscais oferecidos às empresas que desenvolvessem projetos agropecuários, minerais, madeireiros e de colonização na Amazônia.

³ Em 1953, por meio da Lei 1.806, de 06.01.1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), foram incorporados à Amazônia Brasileira: o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16ª latitude Sul). A partir desse dispositivo legal (Lei 1.806/53), a Amazônia brasileira passou a ser chamada de “Amazônia Legal”

⁴ Denomina-se fronteira agrícola uma área ocupada do ponto de vista do capital, entendida como uma relação social de produção. Portanto, a fronteira agrícola, não se refere a uma área estática, mas que se movimenta conforme o interesse do capital. Na década 1970 a Amazônia Legal foi eleita como fronteira agrícola. Ou seja, esta região serviria para a expansão da agricultura brasileira, sob o discurso oficial de que eram “espaços vazios” e, portanto, funcionaria como regulador da intensificação da agricultura, condicionando assim o seu desenvolvimento extensivo/intensivo. A concepção de fronteira agrícola de Graziano de Silva é uma parte do que ocorreu ao longo do processo de expansão da fronteira no Brasil, tendo como protagonistas os agentes históricos ligados ao Capital. GRAZIANO DA SILVA, José. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ed. 1982. Cap. 06. Logo, fronteira agrícola pode ser alinhada e inserida à concepção mais ampla de fronteira de Martins, uma vez que se fez a partir de ações desses agentes sociais que entram em contato e em conflitos com outros. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009, p. 132.

A integração física seria concretizada através da construção das rodovias Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus, que interligaram a Amazônia às outras regiões do Brasil. O projeto de integração nacional foi fundamental para a compreensão do lugar que Mato Grosso ocupou no processo de expansão das fronteiras agrícolas, sobretudo com a construção da rodovia BR-163 interligando Cuiabá, em Mato Grosso e Santarém no Pará.

Nessa perspectiva, os espaços amazônicos, palco da reocupação, foram tratados como *espaços vazios* ou *vazios demográficos*, tanto no governo varguista quanto no governo dos militares, desconsiderando os povos que lá já habitavam. Invisibilizar os povos indígenas e outros povos tradicionais da história também era um elemento importante para incentivar diferentes agentes históricos a migrarem em direção à região amazônica. Seria colocado no imaginário do migrante que ele não teria que disputar pela terra. Bastaria ter a coragem para desbravar a selva como os bandeirantes de outrora o fizeram e teriam o direito à terra. Atualmente, só no estado de Mato Grosso residem 43 povos indígenas.⁵ Apesar dessa falsa argumentação de *vazio demográfico*, havia diferentes agentes históricos nesse espaço, sobretudo aqueles pertencentes a povos indígenas, segundo Delgado *et al.* (2022, p.27). Portanto, o território mato-grossense foi construído historicamente sobre diferentes territórios indígenas, o que resultou em um total de 141 municípios, sendo que “49 possuem parte de seus territórios demarcados como Terra Indígena (TI), dentre os quais é possível destacar 10 municípios que possuem mais de 30% de seu território demarcado como TI”. (Delgado *et al.*, 2022, p.322)

Nesse sentido, na analogia entre o *bandeirante* e o imigrante que participou da *Marcha para o Oeste*, Vargas criou a imagem do pioneiro como bandeirante moderno e símbolo da grandeza da nação, que ressurgiu com força renovada nos governos militares. Sendo assim, o *espírito bandeirante* destacado na obra de Cassino Ricardo, a *Marcha para o Oeste*, foi aplaudido pelo governo Vargas, em 1940, e pelos governos militares, na década de 1970, de acordo com Guimarães Neto (2002). Ele serviu como fio condutor dos discursos oficiais de tais governos no processo de reocupação da região amazônica, que ocorreu, principalmente, por meio dos projetos de colonização.

Guimarães Neto (2002, p. 50), apresenta o *espírito bandeirante* como um fantasma que vagueia a história do Brasil e que foi incorporado às falas oficiais para dar ordem aos soldados da nação.

⁵ ISA. [Informação]. Povos Indígenas no Brasil. 2021. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 20/02/2021. BRASIL. FUNAI. [Informação]. Demarcação. Terra Indígena. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 07/04/2021.

O fantasma do *espírito bandeirante* continua presente nas narrativas contemporâneas, no que se refere aos processos de colonização em Mato Grosso. Essa imagem fantasmagórica continua perpassando pela história de Mato Grosso e do Brasil embasada no discurso oficial da década de 1970, em que o moderno bandeirante, revestido de um caráter civilizatório, deveria ocupar os *espaços vazios*, levar o desenvolvimento econômico e o progresso ao interior dos espaços amazônicos. A ideia que já vinha no discurso de Vargas, *integrar os espaços vazios*, foi apoiada pelo regime militar e readaptada sob a condição de *integração e segurança nacional* no que se referia à reocupação da Amazônia.

A política de colonização recente no Brasil foi pautada no discurso oficial de *ocupar e modernizar*⁶ os ditos *espaços vazios* da fronteira agrícola por intermédio de empresas agropecuárias e de projetos de “colonização”, em sua maioria, conduzidos pelo capital privado, ao qual foi confiada a missão de levar o “progresso”⁷ ao Brasil. Portanto, os espaços amazônicos, deveriam ser incorporados ao mercado capitalista, tanto nacional, como internacional. (Oliveira, 2005). Com a Ditadura Militar (1964 a 1985) o governo investiu no discurso de unidade nacional e de um “Brasil Potência”, para justificar a aliança com o capital e o domínio de seu vasto território de forma manipuladora e autoritária. (Fialho; Trevisan, 2019). Nesse sentido, o Governo Federal utilizou a colonização como estratégia para a exploração econômica das terras na Amazônia e para a reocupação por novos agentes históricos, de forma dirigida e controlada para ocupar os espaços com pouca densidade populacional.

Logo, os projetos de colonização na Amazônia serviram de estratégia governamental para conter as tensões sociais e desmobilizar movimentos que reivindicavam a necessidade de uma reforma agrária. (Oliveira, 2005, p.72). De acordo com Barrozo (2014), a colonização em terras públicas na Amazônia foi denominada de reforma agrária pelo governo militar, fato que abortou a reforma agrária proposta pelos movimentos sociais ao longo das décadas de 1950 e 1960.

⁶ A palavra modernizar usada no discurso oficial dos governos militares estava, de certa forma, associada às políticas do Governo Vargas, no entanto, durante os governos militares, teve as suas especificidades. A partir de 1960, o Brasil propaga, por meio de seus governantes, profundas mudanças no setor agrícola e no meio rural cuja proposta principal era a modernização na agricultura, que assumiu duas dimensões: primeiro, a subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, que se traduziu, fundamentalmente, pela adoção de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial nos processos da produção agrícola; segundo, a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que se beneficiaram de políticas públicas de incentivo a essa expansão. Discutiremos, no decorrer da tese, as consequências dessas ações governamentais principalmente nas décadas de 1970 e início da década de 1980 e a relação delas com os projetos de colonização na Amazônia. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 25-44, 2014.

⁷ Discurso ideológico utilizado pelos governos militares, na década de 1970, para incentivar a migração de diferentes agentes históricos para as áreas de colonização recente, na região amazônica. Contudo, subjacente a esse discurso estava a expansão e legitimação do capitalismo na Amazônia, camuflando as reais condições de vida da maioria da população, como problemas de saúde, educação, meio ambiente e trabalho, ofuscada pelo discurso ufanista do “progresso para todos”. SOUZA, Edison Antônio de. Sinop: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 44.

É importante ressaltar a significativa participação do poder público na atuação das colonizadoras privadas em Mato Grosso, que “[...] criou condições para a sua efetiva penetração e expansão no território mato-grossense, ou seja, em última instância, teve uma participação fundamental do poder público” (Souza, 2004, p. 81). Assim, com a proposta de oferecer terras mais extensas, *mais férteis* e por menor preço na fronteira, o Governo Federal favoreceu aos interesses da oligarquia rural, facilitando “[...] o aumento das dimensões de suas propriedades ao mesmo tempo em que, através de políticas fiscais, buscou a transformação dos latifúndios tradicionais em “modernas” empresas capitalistas voltadas para a produção de produtos de exportação” (Castro *et al*, 1994, p. 20).

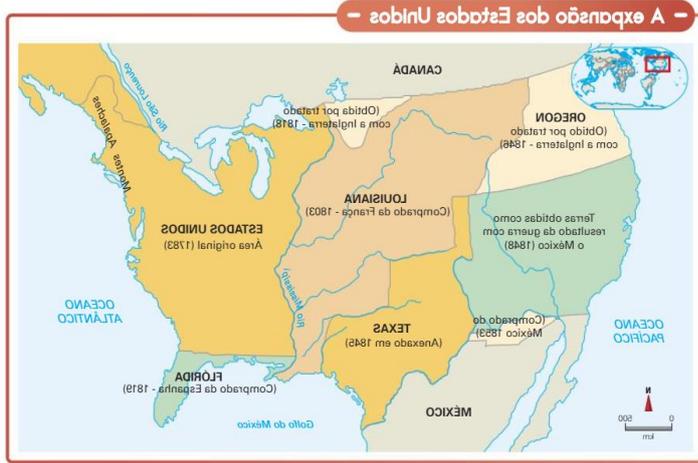
O empresário iria ocupar grandes extensões de terras na região amazônica e usufruir dos benefícios de créditos e incentivos fiscais disponibilizados pelo Governo Federal. Ficava clara a preferência dada ao capital privado para a execução dos projetos de colonização. O governo autoritário justificou e estimulou a colonização particular na Amazônia em nome do *progresso* e do *bem-estar social*. Ficaria o capital privado incumbido de desenvolver, de levar *progresso*, de *civilizar* os espaços amazônicos o qual contribuiria para o *engrandecimento da Pátria*, conforme discurso oficial do Governo.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do projeto de intervenção foi realizado em 7 etapas e em cada uma, foi realizada uma avaliação direta com o objetivo de identificar as dificuldades durante o processo de ensino e aprendizagem.

1ª Etapa: Em sala de aula foi apontada por meio de mapas a localização dos Estados Unidos da América e sua *Marcha para o Oeste*, como expansão territorial no século XIX. Bem como a falta do conteúdo que relacionou a *Marcha para o Oeste* dos Estados Unidos no século XIX, a ocorrida no Brasil no século XX. Conforme figuras abaixo:

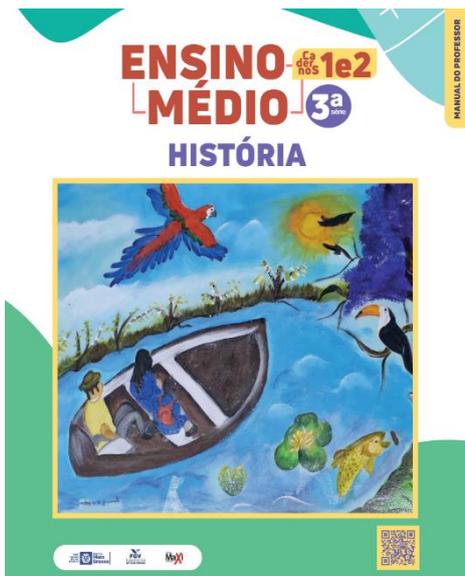
Figura 1 – A expansão dos Estados Unidos da América



Fonte: ALBUQUERQUE, Renato. Manual de História Regional do Brasil. São Paulo: FAE, 1997. p. 29. Adaptado.

Fonte: MACHADO, 2023.

Figura 2 – Livro Didático (Material Estruturado)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Maxi : Ensino médio : 3ª série : 1º semestre : História :
 Caderno do professor / obra coletiva. -- 1. ed. -- São Paulo
 : SOMOS Sistemas de Ensino, 2023.
 (Trajetórias - Formação Geral Básica)

ISBN 978-65-6067-208-6

1. História (Ensino médio)

23-5101 COD 907

Angélica Ilacqua – Bibliotecária – CRB-8/7057

2023
 1ª edição
 1ª impressão
 De acordo com a BNCC.


ABDR
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Impressão e acabamento

Os Estados Unidos no século XIX

A expansão territorial

Na época de sua independência (1776), o território dos Estados Unidos estava limitado às Treze Colônias. No início do século XIX, motivado por interesses econômicos e pela instabilidade provocada pelas investidas militares napoleônicas que causaram instabilidade financeira em vários países europeus, como a Espanha, o país deu início a uma política de expansão territorial.

O governo estadunidense negociou territórios, como foi o caso da Flórida, vendida pelos espanhóis, e estimulou a ocupação de terras a oeste, em direção ao oceano Pacífico, reconhecendo a posse das terras conquistadas para aqueles que se aventurassem em áreas desconhecidas e as tornassem produtivas, por meio da lei *Homestead Act* (1862). O movimento de expansão ficou conhecido como "marcha para o Oeste".

O expansionismo foi justificado pela doutrina conhecida como "Destino Manifesto", por meio da qual parte significativa dos estadunidenses acreditava ser um povo destinado por Deus a construir uma grande nação com a expansão desse território até o oceano Pacífico.

Para garantir o povoamento, o governo estadunidense desenvolveu uma infraestrutura, responsabilizando-se pela integração comercial, com destaque para a abertura de estradas, a construção de ferrovias e instalação de cabos telegráficos.

Vá além

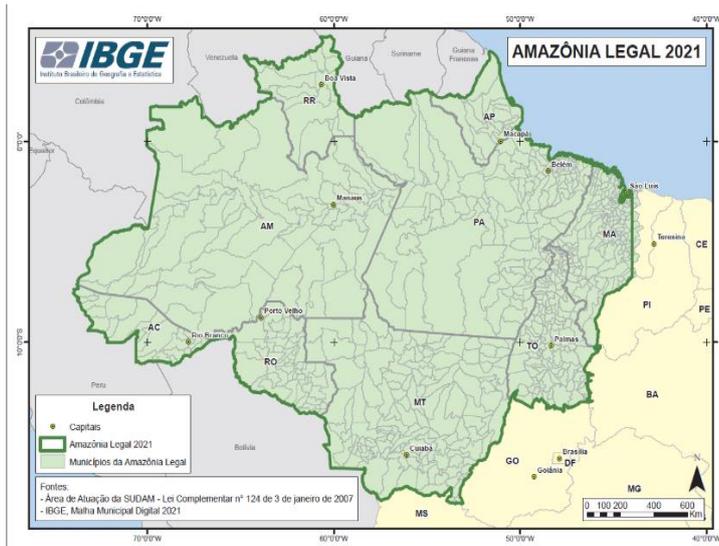
No Brasil, em 1850, era aprovada a Lei de Terras, que dificultava o acesso à terra para quem não pudesse pagar por ela. Dessa forma, enquanto os Estados Unidos favoreceram a entrada de imigrantes para a ocupação do território, o Brasil, na mesma época, dificultou o acesso à terra aos imigrantes, pois os queria como mão de obra para a lavoura cafeeira e ao mesmo tempo manter a concentração fundiária.

Esse processo colonizador custou milhões de vidas aos indígenas que habitavam as regiões atingidas e uma colossal devastação ambiental. Os colonos, por sua vez, lotavam as carroças em busca de terras.

Fonte: Arquivo da autora

2ª Etapa: Foi mostrado o mapa do espaço denominado Amazônia Legal, como palco da "Marcha para o Oeste" no Brasil no século XIX nos governos de Getúlio Vargas e dos Governo Militares.

Figura 3 – Mapa da configuração da Amazônia Legal



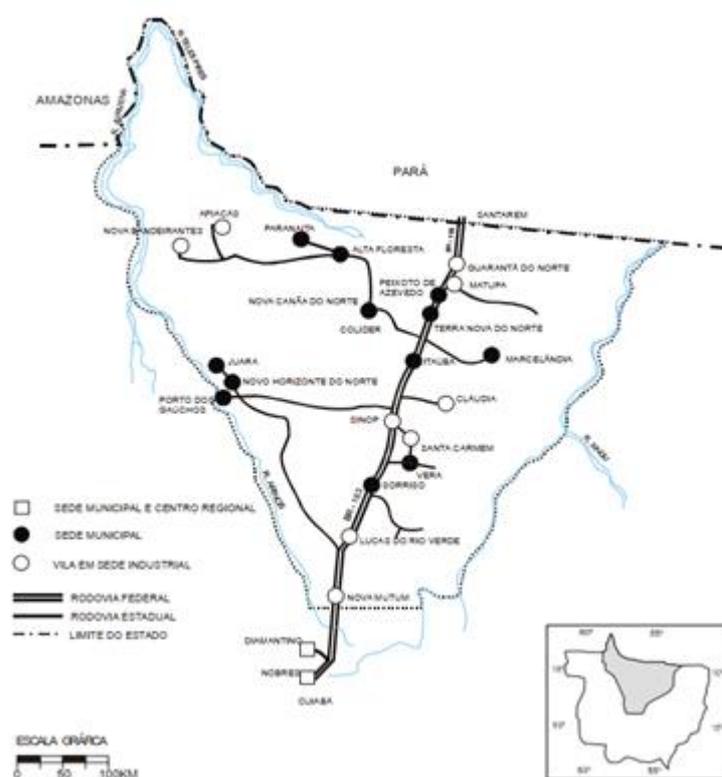
Fonte: IBGE/2021⁸

3ª Etapa: Foi apresentados vídeos sobre diferentes projetos de colonização na região Amazônia.

- Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR-163.
- Os homens do Presidente.

4ª Etapa: Foi apresentado, por meio de mapa, a organização espacial no norte de Mato Grosso a partir da BR-163 e Projetos de colonização.

Figura 4 – Mapa espacial do Norte Mato-grossense – Área de influência da BR-163



Fonte: ARRUDA, 1997.

5ª Etapa: Foi apresentado aos estudantes, por meio de tabela, os diferentes programas Planos, Programas e funções do Governo Federal na de 1970 como incentivo para promover a reocupação da Amazônia Legal.

Tabela 1 – Programas de Governo Federal para incentivar a colonização

⁸ https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819_amazonialegal.html?=&t= acesso-ao-produto, acesso em 03 de setembro de 2022.

1970	PIN – Plano de Integração Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> – Financiar obras de infraestrutura: construção de estradas e viabilizar a colonização às suas margens; – Integração das áreas amazônicas e nordestinas à nacional.
1971/78	PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.	<ul style="list-style-type: none"> – Promover o acesso do homem à terra; – Criar condições de emprego da mão de obra no campo; – Fomentar as agroindústrias nas regiões de atuação da SUDAM e da SUDENE. – Produção de forrageiras, fibras, criação de animais e produção de alimentos. – Atender a projetos de colonização particular, empréstimos fundiários, financiamentos da agroindústria e assistência técnica à modernização das propriedades rurais, através do BASA e do Banco do Brasil.
1972/74	PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.	<ul style="list-style-type: none"> – Integrar a Região Centro-Oeste as demais áreas consideradas desenvolvidas, colocando infraestrutura para atividades agropecuárias, abertura de estradas vicinais e saneamento básico. Estava em consonância com o I PND.
1974	POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia.	<ul style="list-style-type: none"> – Promover a ocupação de “espaços vazios” na Amazônia Legal; – Promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, sob a coordenação do Ministério do Interior, em 15 áreas selecionadas na Amazônia Legal, apoio aos colonos, orientando aplicações dos investimentos em projetos de infraestrutura econômica e sociais, além de ordenar a ocupação espacial de acordo com a vocação e condições ecológicas regionais.
1975	POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.	<ul style="list-style-type: none"> – Transformar os cerrados em área de expansão de frentes comerciais a partir do Centro-Oeste e Oeste de Minas Gerais. Sua meta era incorporar 3,7 milhões de hectares ao setor produtivo nas áreas de agricultura, pecuária e florestas. Suas ações preconizavam apoio à infraestrutura (armazenamento, estradas rurais, eletrificação e assistência técnica etc.)
Até 1987	POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Noroeste do Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> – Promover a adequada ocupação demográfica e econômica de pequenos produtores da região, favorecendo a redução das disparidades de desenvolvimento, assegurar a preservação do sistema ecológico e proteção das comunidades indígenas.

Fonte: SOUZA, 1999.

6ª Etapa: Foi apresentado aos estudantes, imagem de indígenas Kreen-akarôre pedindo esmola na BR-163 (1973), resultado de uma política de colonização que desconsiderou os povos indígenas locais.

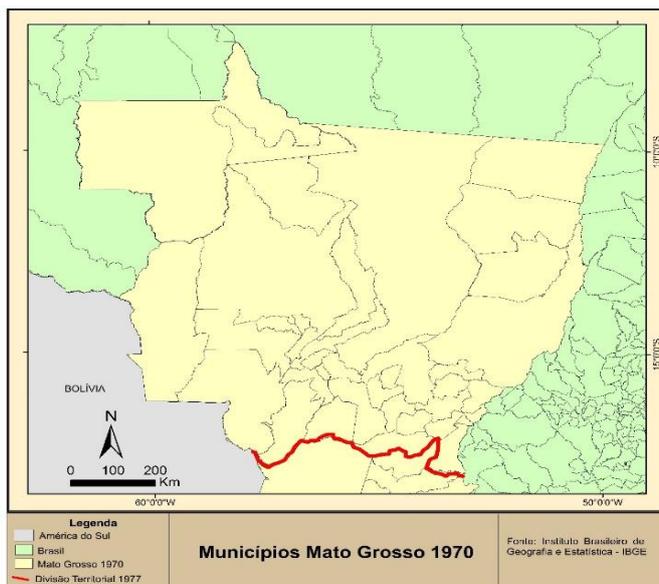
Figura 5 – Kreen-akarôre pedindo esmola na BR-163 (1973)



Fonte: SANTANA, 2010.

7ª Etapa: Foi apresentado aos estudantes, mapas de Mato Grosso e suas transformações ao longo das décadas de 1970, 1980 e início de 1990.

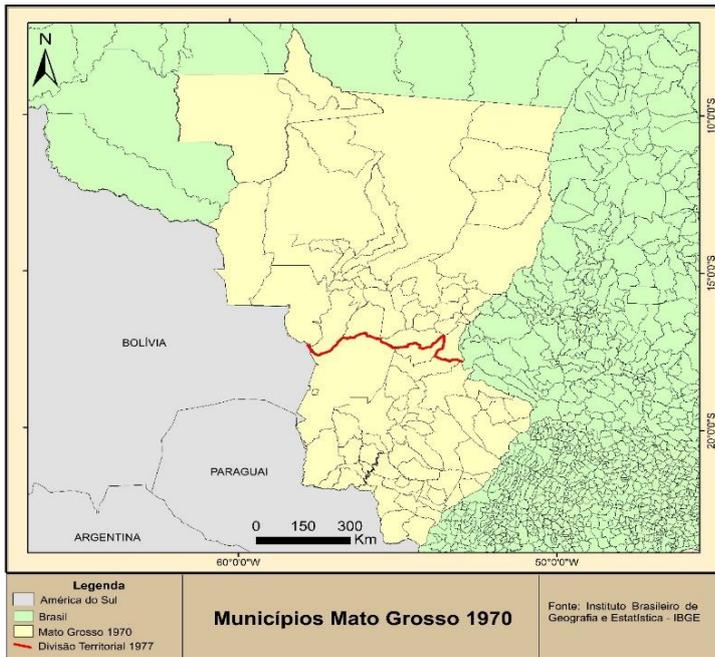
Figura 6 - Municípios de Mato Grosso na década de 1970



Fonte: NASCIMENTO⁹. Arquivo da autora, 2023.

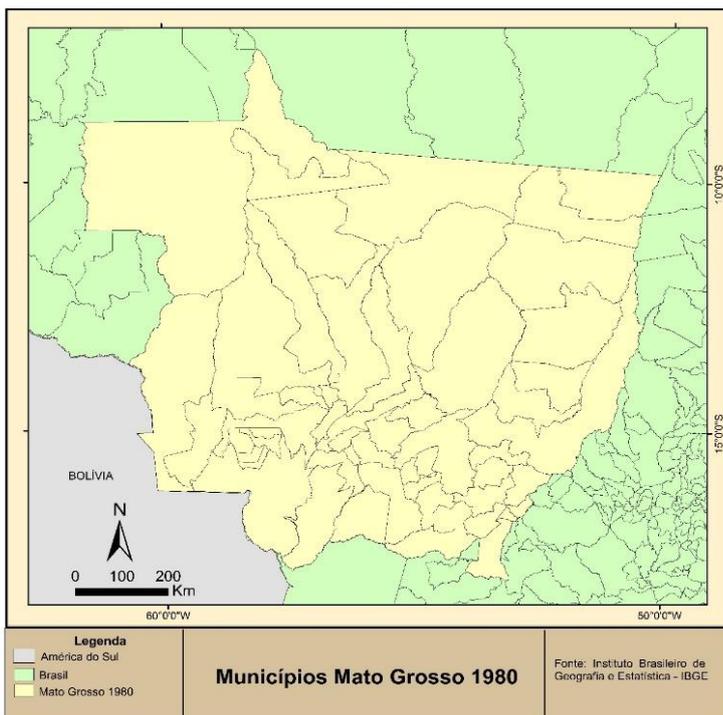
Figura 7 - Municípios de Mato Grosso na década de 1970

⁹ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios: 1970 [Adaptado]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2023.



Fonte: NASCIMENTO¹⁰. Arquivo da autora, 2023.

Figura 8 - Municípios de Mato Grosso na década de 1980

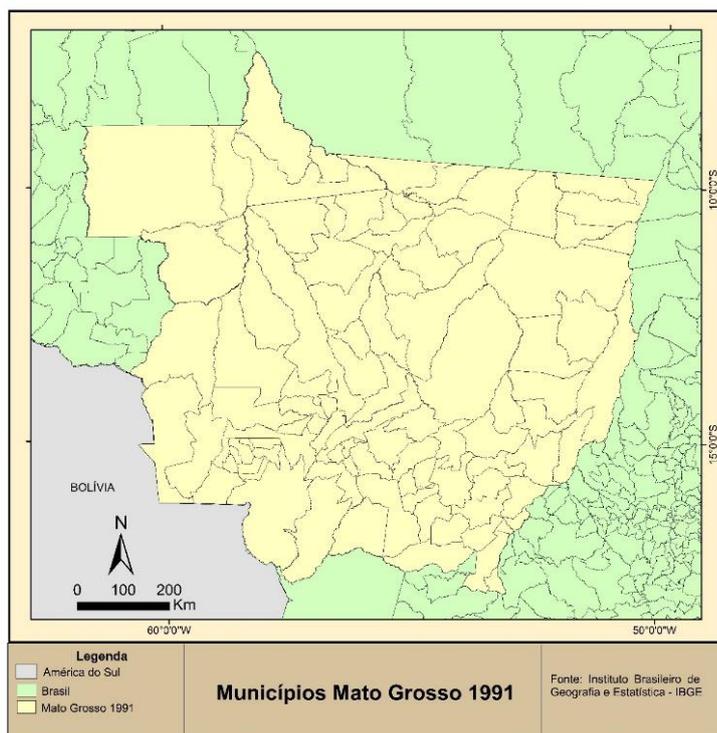


Fonte: NASCIMENTO¹¹, Arquivo da autora, 2023.

¹⁰ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios: 1970 [Adaptado]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2023.

¹¹ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios: 1970 [Adaptado]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2023.

Figura 9 - Municípios de Mato Grosso na década de 1990



Fonte: NASCIMENTO¹², Arquivo da autora, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática pedagógica apresentada neste artigo revela a importância de uma abordagem comparativa e crítica no ensino da História, especialmente ao tratar de eventos com repercussões tanto no cenário nacional quanto internacional. A *Marcha para o Oeste*, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, serviu como um movimento de expansão territorial que teve profundas implicações sociais, culturais e econômicas. No Brasil, esse movimento foi instrumentalizado pelo governo, primeiramente sob Getúlio Vargas na década de 1940 e, posteriormente, pelos governos militares na década de 1970, como uma estratégia de colonização que desconsiderava as populações indígenas e tradicionais que já habitavam a Amazônia Legal.

A pesquisa identificou lacunas significativas no material didático utilizado no ensino médio, que aborda a *Marcha para o Oeste* nos Estados Unidos sem correlacionar de forma adequada com os eventos ocorridos no Brasil. A intervenção pedagógica proposta buscou preencher essas lacunas ao estabelecer conexões claras entre as duas *Marchas*, proporcionando aos alunos uma compreensão

¹² IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios: 1970 [Adaptado]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2023.

mais ampla e interconectada dos processos históricos. A metodologia aplicada, que incluiu o uso de mapas, vídeos e a análise de projetos de colonização, permitiu aos estudantes uma visão crítica sobre as políticas expansionistas e suas consequências para a formação territorial e social do Brasil, com ênfase no estado de Mato Grosso.

Os resultados indicam que a *Marcha para o Oeste* no Brasil, tanto durante o governo de Getúlio Vargas quanto no período dos governos militares, foi significativamente influenciada pela *Marcha para o Oeste* ocorrida nos Estados Unidos. Em particular, o estado de Mato Grosso experimentou profundas transformações, incluindo a formação de inúmeras cidades, como consequência direta desse processo de colonização. Esses resultados demonstram que os estudantes foram capazes de compreender as similaridades e diferenças entre os processos de colonização nos dois países, além de identificar as motivações políticas e econômicas que impulsionaram essas iniciativas em cada contexto. A análise crítica dos materiais didáticos e o foco nas mudanças históricas e sociais resultantes desses movimentos ressaltam a necessidade urgente de uma atualização contínua dos conteúdos educacionais. Isso é essencial para assegurar que tais conteúdos reflitam de forma mais precisa as complexidades e interconexões dos eventos históricos, proporcionando aos alunos uma visão mais abrangente e contextualizada da história.

Conclui-se que a inclusão dessas perspectivas comparativas no ensino de História não apenas enriquece o aprendizado dos estudantes, mas também promove uma reflexão mais profunda sobre a formação da identidade nacional e os impactos das políticas de colonização no Brasil. Este artigo, portanto, contribui para o debate sobre a reformulação dos currículos escolares, incentivando uma educação mais contextualizada e comprometida com a compreensão crítica da história.

REFERÊNCIAS

BARROZO, João Carlos. **A colonização em Mato Grosso como “portão de escape” para a crise agrária no Rio Grande do Sul**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, v. 32, n. 2, 2014.

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: A nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

DELGADO, Juliana Cristina da Rosa, JOANONI NETO, Vitale, IORIS, Antônio Augusto Rossotto (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil contemporâneo, riscos e desafios**. Compreendendo as vulnerabilidades e as múltiplas interações 1. ed. - Curitiba: Appris, 2022.

FIALHO, Átila Rezende; TREVISAN, Ricardo. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos. In: **Anais XVIII - ENANPUR**, Natal, 2019.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ed. 1982.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde:** política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002. 2002.

JOANONI NETO, Vitale e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Amazônia e a política de Integração Nacional:** o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latino-americanos*, v. 26, p. 144-156, 2017.

KNAUSS, Paulo. **Oeste americano:** quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004.

MACHADO, Bárbara Tostes Maxi. **Ensino Médio 3ª série História:** Caderno do Professor. 1ª Ed. São Paulo. SOMOS Sistema de Ensino 2023.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta.** São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Amazônia revelada:** os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste.** 2Vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

SOUZA, Edison Antônio de. Sinop: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: EdUFMT, 2004.



BIBLIOTECA ESCOLAR: PEDRA ANGULAR NO MEIO DO CAMINHO

Francisca de Figueiredo Arruda Martins Neta

Pedagoga, especialista em alfabetização e letramento

Professora da rede pública municipal de Cuiabá-MT

aguapecba@hotmail.com

RESUMO

O artigo aborda a importância das bibliotecas escolares no processo de ensino-aprendizagem e sua centralidade cultural para formação cidadã. Para tanto, a proposta parte da prática profissional em biblioteca escolar e, assim, de suas problemáticas apreendidas no dia-a-dia, onde estudantes se deparam com a falta de motivação e interesse pela leitura, a escassez de materiais diversificados e a ausência de projeto pedagógico orgânico que articula o espaço da biblioteca com as propostas curriculares da unidade escolar. A rigor concebo que as bibliotecas são espaços vitais para o desenvolvimento pedagógico, cultural e para autonomia intelectual. Para efetivar esses propósitos, as políticas públicas na educação são fundamentais para promover a integração curricular, a formação de leitores, o apoio à infraestrutura, a realização de atividades extracurriculares e a participação da comunidade, garantindo que as bibliotecas cumpram seu papel essencial na educação e no desenvolvimento cultural.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Políticas Públicas. Formação de Leitores.

SUMMARY

The article addresses the importance of school libraries in the teaching-learning process and their cultural centrality for citizenship formation. To this end, the proposal is based on professional practice in a school library and, thus, on its day-to-day problems, where students are faced with a lack of motivation and interest in reading, the scarcity of diverse materials and the absence of organic pedagogical project that articulates the library space with the school unit's curricular proposals. Strictly speaking, I believe that libraries are vital spaces for pedagogical and cultural development and intellectual autonomy. To achieve these purposes, public policies in education are fundamental to promote curricular integration, reader training, infrastructure support, extracurricular activities and community participation, ensuring that libraries fulfill their essential role in education and in cultural development.

Keywords: School Library. Public Policies. Reader Training.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O artigo analisa a importância da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem, destacando suas funções sociais, culturais e institucionais. Partindo-se de minha experiência no âmbito de uma biblioteca pública escolar pude identificar as mais diversas dificuldades enfrentadas pelos alunos, a saber, falta de interesse pela leitura, escassez de materiais diversificados e a ausência de um planejamento pedagógico que integre a biblioteca as propostas curriculares das unidades escolares.

Assim, procurei desenvolver algumas reflexões e considerações com o propósito de contribuir para desvelar a problemática da aprendizagem no contexto extraclasse, posto que entendo a biblioteca como um espaço vital para o desenvolvimento pedagógico educacional, pois o é complementar e suplementar a consecução de qualquer trabalho com componentes curriculares.

Uma das constatações foi verificar que muitos alunos têm dificuldades em decodificar textos e em compreender o que leem o que é um obstáculo significativo para o desenvolvimento de suas habilidades de leitura. Não obstante, observa-se que a biblioteca, muitas vezes, não é utilizada de forma eficaz pela maioria dos professores que não levam com frequência os alunos para atividades de leitura e pesquisa. Além disso, a biblioteca carece de recursos tecnológicos e digitais, limitando seu papel como um espaço de letramento informacional.

Abordarei no curso deste artigo algumas dessas questões com vista a compreender e, também, apontar algumas possibilidades de superação de obstáculos e desafios, considerando que sem um enfrentamento sistemático por parte dos envolvidos a biblioteca escolar deixará de ser um espaço de aprendizado e desenvolvimento cultural para os alunos, tornando-se, na pior das hipóteses, num mero depósito de livros.

Tendo como pressuposto fundamental que as bibliotecas escolares desempenham um papel complementar e suplementar nos projetos pedagógicos e educacionais verificou que, além do acervo de livros e materiais, elas funcionam como espaços de aprendizagem ativa, pois promovem a formação de leitores críticos ao desenvolver autonomia intelectual, bem como a preparação básica para gerar habilidades de pesquisa. Assim, para elaboração de projetos pedagógicos a biblioteca pode oferecer acessos a inúmeros recursos que enriquecem o conteúdo das aulas, auxiliando alunos e professores a explorar temas com maior profundidade e diversidade.

Segundo Vitória Ribeiro Nascimento (2022), a biblioteca escolar tem a função de atuar como instrumento auxiliar da escola para o bom desenvolvimento acadêmico dos alunos, de seu hábito de leitura e de sua competência e letramento informacional. Para tanto, destaca que o sentido e significado da biblioteca escolar envolver um conjunto de ações e partícipes, ou seja, "(...) faz-se mister o envolvimento de segmentos da sociedade, através de professores, bibliotecários, pais, alunos, políticos, bem como, das universidades, na criação de mecanismos que resultem no aprimoramento e modernização das bibliotecas e de seus agentes disseminadores da informação. (2022, p.91).

Por outro lado, devemos compreender que os espaços culturais e formativos de uma biblioteca incentiva e impulsiona, sobremaneira, atividades de interdisciplinaridade, possibilitando que os alunos se envolvam em atividades práticas e projetos que interligam várias áreas do conhecimento. Além disso, as bibliotecas atuam como locais de integração social e cultural, onde valores de cidadania, respeito e cooperação são promovidos. Em resumo, contribui significativamente para o

desenvolvimento integral dos alunos, tornando-os protagonistas de seu processo educativo e facilitando a execução de práticas pedagógicas mais dinâmicas e colaborativas.

Nessa perspectiva, urge implementar um projeto pedagógico de leitura que visa transformar a biblioteca em um ambiente mais acolhedor e estimulante, onde os alunos possam compartilhar informações, produzir conhecimento e desenvolver suas habilidades de leitura de forma ativa. Para isso, faz-se necessário enfatizar políticas públicas que incentivem a leitura e a formação de professores para que possam orientar os alunos no uso da biblioteca, visto que se trata aqui de um espaço dinâmico que demanda um planejamento minucioso que integre a biblioteca ao processo educativo.

A ideia-força deste estudo é entrelaçar e elaborar uma reflexão sobre as bibliotecas escolares com as políticas públicas, destacando-se a necessidade de um suporte governamental que promova a formação de leitores, a capacitação de educadores, a democratização do acesso à leitura e a integração da comunidade escolar, posto que tais interconexões são fundamentais para garantir que as bibliotecas escolares cumpram seu papel na educação de qualidade e no desenvolvimento cultural da sociedade.

Portanto, nosso olhar se lançará para o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece diretrizes que regem as bibliotecas nas instituições de ensino básico. Sendo assim um importante indicador de como as bibliotecas escolares devem estar alinhadas com as políticas públicas que visam melhorar a qualidade da educação, reforçando a ideia de que a biblioteca é um recurso essencial para a realização dessas diretrizes. Nesse contexto, abordarei ainda: o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), que enfatiza a “democratização do acesso ao livro” sem um compromisso efetivo com a qualidade da educação, considerando que a biblioteca escolar deve ser um espaço que não apenas oferece acesso a livros, mas que também promova práticas de leitura significativas que contribuem para o letramento efetivo dos alunos; as políticas de capacitação de professores e bibliotecários para que possam desempenhar um papel ativo na mediação da leitura. Isso sugere que a formação contínua e o suporte profissional são essenciais para que as bibliotecas escolares cumpram sua função educacional de maneira eficaz; integração entre a escola e a comunidade, ou seja, a centralidade da biblioteca para envolver pais, professores e bibliotecários no processo educativo, o que é fundamental para o sucesso das iniciativas de leitura; e, por fim, as bibliotecas escolares como “linhas de frentes” para a difusão das diversidades, inclusões e promotora da equidade no acesso à informação e à cultura.

PLANOS E DIRETRIZES PARA PROMOÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES NOS CONTORNOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento fundamental que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação no Brasil, incluindo a atuação das bibliotecas nas instituições de ensino básico. Entre as metas do PNE, muitas apontam a importância das bibliotecas escolares. Na

meta nº 7, por exemplo, focar na melhoria da qualidade da educação básica em todos os níveis, e as bibliotecas escolares são vistas como parceiras estratégicas nesse processo, oferecendo recursos informacionais que complementam o currículo escolar, estimulam a leitura e apoiam o projeto.

No contexto da escola pública, onde os desafios são maiores devido a questões de desigualdade social, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) entende que as bibliotecas têm um papel ainda mais estratégico. De maneira geral, o PNLL, focado especificamente na democratização do acesso ao livro e no estímulo à leitura, traz diretrizes para a formação de leitores e mediadores, como professores e bibliotecários, que podem interferir no hábito da leitura. O PNLL enfatiza a importância das bibliotecas escolares como ambientes de acolhimento e incentivo ao desenvolvimento da leitura, realizando dinâmicas e atividades dentro das escolas. O plano fomenta ações para a formação de acervos de qualidade, a criação de programas de leitura e a inclusão de conteúdos digitais, o que complementa as metas do PNE.

Nessa perspectiva, o PNLL incentiva a criação de políticas e ações para que as bibliotecas nas escolas públicas recebam acervos diversificados, incluindo obras de literatura, pesquisa, ciências e tecnologias, e também que sejam promovidos programas de incentivo à leitura. Além disso, esse Plano sustenta a necessidade fomento à formação de mediadores de leitura, como professores e bibliotecários, que possam incentivar os estudantes e orientá-los na descoberta do prazer de ler.

A conjugação política entre o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) em relação às bibliotecas escolares ocorre por meio de uma integração estratégica e intersetorial, que envolve diferentes esferas governamentais e instituições para garantir a implementação de políticas públicas externas para o acesso ao livro, incentivo à leitura e melhoria da escola pública.

As diretrizes do PNE e PNLL dependem de uma atuação conjunta entre o Ministério da Educação (MEC), responsável pelas políticas educacionais, e o Ministério da Cultura (MinC), que coordena as políticas de leitura e valorização do livro, que gera uma colaboração fundamental para viabilizar a criação de programas de financiamento, como editais específicos e parcerias entre o governo federal, estados e municípios, que visam melhorar as bibliotecas escolares. Além disso, esse alinhamento pode incluir a formação e capacitação de professores e bibliotecários como mediadores de leitura, um ponto essencial do PNLL.

Nesta direção, as bibliotecas escolares convertem-se em espaços promotores da leitura, da pesquisa e do acesso à informação. Isso implica que as bibliotecas não são apenas depósitos de livros, mas sim centros de aprendizado que devem ser integrados ao processo educativo. As ações interministeriais implicadas nessas políticas públicas integram e articulam a participação das comunidades escolares e da sociedade civil na implementação e uso das bibliotecas. Políticas como o Programa Mais Educação, por exemplo, incentivam que a biblioteca escolar seja utilizada em

atividades extracurriculares, como oficinas de leitura, grupos de estudos e atividades culturais. Isso permite que as bibliotecas ampliem seu papel dentro das escolas e fortaleçam seu vínculo com a comunidade. Há ainda a Lei 14.837/24, sancionada recentemente que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), cujo objetivo é promover a universalização de bibliotecas em toda a rede pública de ensino do país até 2028. No escopo dessa nova Lei, a biblioteca escolar é destacada como “equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo”.

A criação do SNBE é um passo importante para melhorar a qualidade da educação pública, pois valoriza as bibliotecas como essenciais no desenvolvimento educacional e cultural dos estudantes. Essa lei reforça o papel das bibliotecas escolares como "equipamentos culturais", necessários para democratizar o acesso à informação e promover a leitura, habilidades fundamentais para a formação de cidadãos críticos e inovadores, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

PROMOÇÃO DA LEITURA E FORMAÇÃO DE LEITORES

Uma biblioteca escolar representa muito mais que um simples depósito de livros; ela é um espaço de aprendizagem dinâmico, interativo e multifuncional, que contribui significativamente para o desenvolvimento dos alunos, integrando-se ao projeto pedagógico da escola e promovendo a formação integral. A Formação de Leitores é uma das mais importantes percepções agudas dos elaboradores dessas políticas públicas, pois se enfatiza nesse documento a importância da formação de leitores. Isto faz com que o sentido e significado das bibliotecas escolares sejam algo muito mais ativo e dinâmico ao se desenvolver programas de leituras. A propósito, incentivar o gosto pela leitura desde a infância é fundamental para contribuir na formação de uma cultura leitora na escola e na comunidade.

Enquanto ambientes de apoio à prática pedagógica, onde os alunos podem ampliar os conhecimentos adquiridos na sala de aula, as bibliotecas escolares oferecem recursos que possibilitam a pesquisa e incentivam a leitura crítica, habilidades fundamentais para a construção do pensamento independente. No contexto de uma sociedade complexa em que conhecimentos e inovações são pedras angulares da contemporaneidade, as bibliotecas atuam como “laboratório de ideias”, onde os alunos são incentivados a explorar temas diversos, desenvolver projetos interdisciplinares.

A literatura evidencia-se como fundamental na formação do pensamento crítico, reflexivo e de questionamento do mundo através do trabalho pedagógico com textos literários e letramento desde a educação infantil, propiciando de maneira privilegiada a inclusão no mundo da escrita, na experiência de vivenciar e produzir narrativas, o contar e recontar histórias, trabalhar com os diferentes suportes

da diversidade de gêneros textuais (orais, escritos e multimodais), dentre outros aspectos com esses as crianças terão a ampliação do seu universo discursivo.

Portanto, a biblioteca configura-se em um espaço alternativo de interação e socialização entre alunos, professores e informação, em que prazer e aprendizagem se integram através da leitura e da escrita fundamentadas em relações lógicas de pensamento do aluno que une de forma diferente os elementos gráficos e descobre o funcionamento da língua e se apodera do sistema representativo da escrita e alcança a sua base conceitual, repetir modelos, técnicas e métodos antigos de alfabetização não permite o acesso à sociedade do conhecimento a suplantar as defasagens dos processos de ensino – aprendizagem. “o papel da escola e do professor não é divulgar informações, mas sim instigar o conhecimento. A escola da informação e da memorização deve dar lugar à escola do conhecimento e da descoberta”. (Cruz, 2008, p. 1027)

Na esteira dessas questões destacadas, situamos ainda a relevância das bibliotecas para impulsionar processos de inclusão e diversidade. A rigor, está no cerne do PNE a ênfase em abordagens que garantam que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições socioeconômicas. Nesse sentido, as bibliotecas escolares devem ser espaços inclusivos que atendam às diversas necessidades dos alunos, oferecendo materiais e recursos que reflitam a diversidade cultural e social da comunidade.

Nessa direção, as atividades lúdicas no espaço da biblioteca se relacionam às linguagens artísticas como o teatro de bonecos, de sombra, contação e projeção de histórias infantis, as rodas de leituras divertidas, a elaboração e produção de conto, poesia, de desenho, como transmodais, músicas, cantos, exposições, reescrita de histórias e produções autorais, etc., trabalhos com a cultura digital e comunicação, internet, documentários, jornais e revistas infantis bem como todo o tipo de livros, desde os livros informativos aos livros recreativos, passando pelos livros literários, entre outros, de acordo com o planejamento do professor.

Rememorando a psicogênese piagetiana, o mestre suíço destaca que o desenvolvimento cognitivo está atrelado à capacidade de criar símbolos, o qual depende da imitação, do jogo, do sonho e da representação. Nos primeiros anos escolares, as crianças estão em plena fase do jogo simbólico, a literatura pode ser importante aliada no desenvolvimento cognitivo, pois ativa a função simbólica, o imaginário, a linguagem, a compreensão do mundo por meio do faz de conta.

O aspecto lúdico não se encontra somente nas brincadeiras, mas na maneira de raciocinar e representar, estabelecendo relações com as pessoas e os objetos em seu universo diário. O lúdico na educação infantil estimula o desenvolvimento cognitivo e motor da criança. No segundo ano, o jogo inicia e perde a importância a partir dos sete anos, quando surge a imitação exata do real e o seu uso possibilita soletrar e alfabetizar. As crianças dos sete aos dez anos expandem suas capacidades de reflexão e memória, transitando do concreto para o raciocínio abstrato. Por exemplo, possui noção de

número e letra. Domina completamente a motricidade. Começa a definir individualmente seus interesses. Aprender a perder um jogo, a aceitar as regras de conviver em grupo. Para esta fase, os melhores brinquedos se acham nos jogos de raciocínio, memória e competição, instrumentos musicais, teatro, etc. Antes de ler as crianças passam por estímulos para interpretar os diversos textos que veem como escritas na rua, em cartazes, placas, faixas, livros, gibis, rótulos de embalagens, etc..

Acerca dessa questão, Silvana Beatriz Bueno; Gisela Eggert Steindel (2006), refletindo sobre a biblioteca conjugada com a proposta da brinquedoteca, enfatiza que há nessa integração a geração de “mediadores do livro, objeto prazeroso de saber e lazer no ambiente escolar”. A estratégia de integração dos espaços aparentemente diversos e diferentes é uma evidência exemplar como o podemos explorar o lúdico do livro através da parceria entre biblioteca e brinquedoteca. Assim, as autoras demonstraram a possibilidade de um mútuo compartilhamento de informações e práticas entre o espaço da biblioteca e brinquedoteca. Revelaram a premência de parcerias, de comunicação, de integração planejada entre estes dispositivos de instrução e formação. “Portanto, ao se tornarem lugares de diálogo e prática cultural, as bibliotecas escolares se destinam a apoiar atividades didático-pedagógicas pautados nos objetivos da instituição escolar, enquanto espaço educacional, cultural e recreativo”. (Cf. 2006, p.14)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca escolar emerge como um elemento crucial no contexto educacional, desempenhando um papel estratégico na consecução da escolaridade e vai muito além do simples armazenamento de livros. Este espaço deve ser visto como um ambiente dinâmico e interativo, capaz de fomentar a leitura, a pesquisa e a formação de cidadãos críticos e com autonomia intelectual. A integração da biblioteca com as práticas pedagógicas e a colaboração entre educadores, bibliotecários, alunos e a comunidade são fundamentais para maximizar seu potencial.

A leitura é imprescindível para a aprendizagem dos alunos em todas as disciplinas escolares, fonte inesgotável de conhecimento e prazer. O processo resultante do ato de leitura nos remete à produção de sentidos que podem ser apreendidos por meio das interpretações escritas feitas pelos leitores. Logo, cabe à escola pública garantir aos estudantes acesso à biblioteca escolar de qualidade, com vários materiais diversos e serviços, cooperando com o currículo escolar no atendimento às necessidades de conhecimento dos alunos, dos professores e dos demais elementos da comunidade escolar em relação às consultas e leituras.

Os desafios enfrentados, como a falta de interesse pela leitura e a escassez de recursos, exigem uma abordagem proativa e inovadora. É imperativo que as políticas públicas sejam implementadas

para garantir que as bibliotecas escolares sejam adequadamente equipadas e que os educadores recebam a formação necessária para orientar os alunos no uso eficaz desses espaços. Além disso, a parceria entre a biblioteca e outros ambientes de aprendizagem, como a brinquedoteca, pode enriquecer a experiência educacional, promovendo um aprendizado lúdico e colaborativo.

Por conseguinte, é de suma importância que a biblioteca escolar deve ser reconhecida como um pilar essencial da educação, contribuindo significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos. Ao investir na modernização e na integração das bibliotecas ao currículo escolar, estaremos não apenas promovendo a leitura, mas também preparando os alunos para se tornarem protagonistas de seu próprio processo educativo e cidadãos engajados na sociedade. A transformação da biblioteca em um espaço acolhedor e estimulante é um passo vital para a construção de uma educação de qualidade e para a formação de uma sociedade mais informada e participativa.

Finalmente cumpre destacar que as políticas públicas têm um papel essencial na salvaguarda das bibliotecas escolares, garantindo que elas cumpram sua função como espaços de formação cidadã e apoio ao desenvolvimento educacional, como preconizam tanto o Plano Nacional de Educação (PNE) quanto o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). Ambas as iniciativas apoiam a importância das bibliotecas na democratização do acesso ao conhecimento e formação de leitores críticos. Ao alinhar o PNE e o PNLL, o governo federal e outros agentes públicos se comprometem com ações que vão desde a atualização e ampliação dos acervos até a formação e capacitação de profissionais para atuarem nessas bibliotecas, como professores-mediadores e bibliotecários. Essa parceria também busca que cada biblioteca escolar tenha condições de desenvolver projetos de leitura e atividades culturais, promovendo-se como um espaço vivo e ativo.

As metas e diretrizes do PNE/PNLL e, agora, no âmbito do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), sistematizam as políticas públicas para o setor e é de extrema importância garantir financiamento e apoio técnico para as bibliotecas escolares, pois, conforme preconiza o SNBE, a ação governamental deverá atuar fortemente na distribuição de livros para as escolas públicas, na ampliação dos acervos escolares e a atualização desses. Essa política de distribuição de materiais, alinhada tanto aos objetivos do PNE/PNLL, deve consolidar as bibliotecas escolares como locais de acesso gratuito ao conhecimento e à cultura através de programas de incentivo à leitura. Além de promover a capacitação de professores e bibliotecários para atividades culturais e educativas. Nesse novo paradigma, espera-se que a biblioteca seja, efetivamente, um centro de aprendizado, pesquisa e participação ativa da comunidade, onde as famílias e a sociedade civil são fundamentais para o fortalecimento das bibliotecas como espaços de formação plural.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. LEI Nº 12.244 DE 24 DE MAIO DE 2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em 29 out. de 2024.
- BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 29 out. de 2024.
- BRASIL. LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 23 set. de 2024.
- BUENOS, Silvana Beatriz, e STEINDEL, Gisela Eggert, **A biblioteca e a brinquedoteca: mediadores do livro, objeto prazeroso de saber e lazer no ambiente escolar.** Ciências & Cognição. Rio de Janeiro, v. 8, 2006. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212006000200003. Acesso em: 29 out. 2024.
- CRUZ, José Marcos de Oliveira. Processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1023-1042, set./dez. 2008.
- NASCIMENTO, Vitória Ribeiro. A importância da função pedagógica na biblioteca escolar brasileira. **Ensaio Geral**, n. 2 (2022), p. 69-96. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/file:///C:/Users/aluiz/Downloads/50737-Texto%20do%20Artigo-179939-1-10-20211029.Pdf>
- PIAGET, Jean. **As Formas da Dialética. Psicologia E Educação:** ed.Casa do Psicólogo, 1996.

PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS LIGADAS AO AGRONEGÓCIO NO FUTEBOL BRASILEIRO

Francioly Marcos Batista Siqueira

Doutorando em Estudo de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso
(UFMT)

Professor do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
francioly.marcos@ifmt.edu.br



Francisco Xavier Freire Rodrigues

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Professor Titular da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea -
ECCO/IL- UFMT
francisco.rodrigues@ufersa.edu.br

Frankes Marcio Batista Siqueira

Doutor em Estudo de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Professor do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
frankes.siqueira@ifmt.edu.br

RESUMO

A relação entre o agronegócio e o futebol brasileiro destaca a interseção de dois setores fundamentais, impulsionando a economia e reforçando identidades culturais, mas também levantando questões sobre a concentração de poder econômico e o impacto na diversidade esportiva. A parceria proporciona recursos vitais aos clubes, mas requer uma gestão equilibrada para manter a integridade do esporte. Diante do exposto o estudo tem como objetivo geral analisar a participação de empresas do agronegócio no futebol brasileiro e suas implicações econômicas e culturais. A metodologia deste estudo é fundamentada na revisão bibliográfica, uma abordagem que permite a análise aprofundada de diversas fontes de informação para compreender a participação do agronegócio no futebol brasileiro. A revisão bibliográfica é adequada para este tipo de pesquisa porque proporciona uma visão abrangente das interações entre os setores agrícola e esportivo, além de oferecer subsídios teóricos e empíricos necessários para a análise crítica do fenômeno em questão. Em suma, a interação entre o agronegócio e o futebol brasileiro é complexa e multifacetada, oferecendo tanto oportunidades quanto desafios. Para que essa relação continue a ser benéfica para todas as partes envolvidas, é crucial que seja gerida com responsabilidade e transparência.

Palavra-chave: Futebol. Agronegócio. Brasil.

ABSTRACT

The relationship between agribusiness and Brazilian football highlights the intersection of two key sectors, boosting the economy and reinforcing cultural identities, but also raising questions about the concentration of economic power and the impact on sporting diversity. The partnership provides vital resources to clubs, but requires balanced management to maintain the integrity of the sport. Given the above, the study's overall objective is to analyze the participation of agribusiness companies in Brazilian football and its economic and cultural implications. The methodology of this study is based on a literature review, an approach that allows for in-depth analysis of various sources of information to understand the participation of agribusiness in Brazilian football. The literature review is suitable for this type of research because it provides a comprehensive view of the interactions between the agricultural and sports sectors, in addition to offering the theoretical and empirical support necessary for the critical analysis of the phenomenon in question. In short, the interaction between agribusiness and Brazilian football is complex and multifaceted, offering both opportunities and challenges. For this relationship to continue to be beneficial for all parties involved, it is crucial that it be managed responsibly and transparently.

Keywords: Football. Agribusiness. Brazil.

INTRODUÇÃO

A relação entre o agronegócio e o futebol brasileiro é um fenômeno contemporâneo que evidencia a interseção de dois setores fundamentais da economia e cultura nacional. O agronegócio, historicamente, tem sido uma das forças motrizes da economia brasileira, contribuindo significativamente para o PIB do país e posicionando o Brasil como um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo. Paralelamente, o futebol é não apenas um esporte, mas uma paixão nacional que permeia o cotidiano de milhões de brasileiros, desempenhando um papel central na identidade cultural do país. A combinação desses dois elementos, aparentemente distintos, revela-se um campo fértil para a investigação acadêmica, especialmente no contexto atual de globalização e intensificação das relações comerciais.

Nas últimas décadas, o envolvimento de empresas ligadas ao agronegócio com o futebol brasileiro tem se intensificado, manifestando-se de várias formas, desde patrocínios de equipes até investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de jovens talentos. Esta dinâmica não apenas fortalece a visibilidade das marcas do agronegócio, mas também proporciona recursos vitais para os clubes de futebol, muitos dos quais enfrentam desafios financeiros significativos. A interdependência entre esses setores gera um impacto econômico substancial, refletindo-se em contratos multimilionários, melhoria das condições dos estádios e facilidades para os torcedores, além de maior competitividade das equipes brasileiras em cenários nacionais e internacionais.

A presença do agronegócio no futebol brasileiro não se limita apenas ao aspecto econômico, ela possui também dimensões culturais e sociais que merecem uma análise aprofundada. O apoio financeiro proveniente do agronegócio contribui para a construção de narrativas que reforçam identidades regionais e nacionais. Por exemplo, o patrocínio de equipes de futebol por grandes empresas agrícolas pode ser visto como uma forma de reafirmação de valores tradicionais e de conexão com o interior do país, onde o agronegócio é predominante.

Diante do exposto o estudo tem como objetivo geral analisar a participação de empresas do agronegócio no futebol brasileiro e suas implicações econômicas e culturais.

A justificativa deste estudo reside na crescente influência do agronegócio no futebol brasileiro, um fenômeno que reflete a interconexão entre dois setores vitais para a economia e a cultura do país. Com a expansão do agronegócio como uma das principais forças econômicas do Brasil, sua presença no esporte mais popular do país torna-se um campo de estudo relevante para entender as dinâmicas de patrocínio, investimento e impacto cultural. Além disso, ao dialogar com teóricos da cultura, como Pierre Bourdieu, busca-se aprofundar a compreensão das implicações

sociais e simbólicas dessa interação, contribuindo para debates acadêmicos e práticos sobre o papel do agronegócio no futebol profissional.

Este artigo está organizado em três seções. A primeira seção, discute a influência econômica do agronegócio no futebol brasileiro, em seguida as dimensões culturais e sociais da parceria entre agronegócio e o futebol, e ainda, os desafios e controvérsias na interação entre agronegócio e futebol. Por fim, as Considerações Finais, sintetizam os principais achados e sugerem caminhos para futuras pesquisas.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é fundamentada na revisão bibliográfica, uma abordagem que permite a análise aprofundada de diversas fontes de informação para compreender a participação do agronegócio no futebol brasileiro. A revisão bibliográfica é adequada para este tipo de pesquisa porque proporciona uma visão abrangente das interações entre os setores agrícola e esportivo, além de oferecer subsídios teóricos e empíricos necessários para a análise crítica do fenômeno em questão. Por meio da consulta a uma ampla gama de fontes, incluindo artigos acadêmicos, livros, jornais, revistas especializadas e relatórios de organizações, busca-se construir um panorama detalhado e atualizado sobre o tema.

O processo de revisão bibliográfica envolveu várias etapas. Primeiramente, foi realizada uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Google Scholar, utilizando palavras-chave relacionadas ao agronegócio, futebol brasileiro, patrocínios esportivos e influência cultural. Essa busca inicial resultou em um grande número de artigos, que foram então selecionados com base em sua relevância e contribuição para o entendimento das interações entre os setores estudados. Critérios como a atualidade das publicações, a credibilidade dos autores e a pertinência dos resultados apresentados foram considerados na seleção das fontes. Além disso, foram incluídas na revisão publicações não acadêmicas, como reportagens de jornais e revistas, para captar as percepções e narrativas contemporâneas sobre o tema.

INFLUÊNCIA ECONÔMICA DO AGRONEGÓCIO NO FUTEBOL BRASILEIRO

A influência do agronegócio no futebol brasileiro tem se intensificado ao longo dos anos, refletindo a importância econômica deste setor no país. O investimento de empresas do agronegócio em clubes de futebol se manifesta de diversas formas, desde patrocínios de camisas até a construção de infraestruturas modernas. Esses investimentos são cruciais para a sustentabilidade financeira dos

clubes, muitos dos quais enfrentam sérias dificuldades econômicas. O apoio financeiro do agronegócio permite que os clubes melhorem suas instalações, invistam em novos talentos e aumentem sua competitividade tanto em nível nacional quanto internacional (Santana-Stacciarini; Rodrigues-Stacciarini, 2018).

De acordo com a Veja (2022), cerca de 85% dos clubes do Campeonato Brasileiro têm parcerias com empresas ligadas ao agronegócio. Essas parcerias não se limitam aos patrocínios tradicionais; incluem também acordos de marketing e colaborações em projetos sociais. Empresas como a Ambev, Seara e BRF são exemplos de corporações do agronegócio que investem fortemente no futebol. Esses investimentos não apenas ajudam os clubes a melhorarem suas infraestruturas e a desenvolverem jovens talentos, mas também aumentam a visibilidade das marcas patrocinadoras. O futebol, sendo o esporte mais popular do Brasil, oferece uma plataforma excepcional para que as empresas do agronegócio ampliem seu alcance e se conectem com um público mais amplo.

Além dos patrocínios, as empresas do agronegócio também investem em projetos que visam desenvolver o futebol de base e apoiar iniciativas comunitárias. Essas ações são fundamentais para a formação de novos atletas e para o fortalecimento das comunidades locais. A criação de academias de futebol patrocinadas por empresas agrícolas, por exemplo, oferece a jovens talentos a oportunidade de treinar e se desenvolver em condições adequadas, aumentando suas chances de sucesso no esporte. Estas academias também desempenham um papel importante na educação e na inclusão social, promovendo valores como disciplina, trabalho em equipe e perseverança. Assim, o agronegócio não só contribui para a profissionalização do futebol, mas também para a promoção de um impacto social positivo (Veja, 2022).

A Globo Rural (2022) destaca que o impacto econômico das parcerias entre agronegócio e futebol vai além dos benefícios diretos para os clubes. A injeção de capital proveniente dessas empresas contribui para o desenvolvimento econômico das regiões onde os clubes estão localizados, gerando empregos e impulsionando o comércio local. Além disso, os eventos esportivos patrocinados por empresas do agronegócio atraem turistas e movimentam a economia local, criando um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento. A visibilidade obtida através do patrocínio esportivo também pode ajudar as empresas do agronegócio a expandirem seus mercados e fortalecerem suas marcas, criando uma relação de benefício mútuo entre os setores.

Ainda de acordo com Globo Rural (2022), os clubes que receberam investimentos significativos do agronegócio ilustram a profundidade do impacto econômico dessa relação. Clubes como o Palmeiras, patrocinado pela Crefisa, e o Flamengo, apoiado pela MRV Engenharia, demonstram como o capital do agronegócio pode transformar a gestão e a performance esportiva. O Palmeiras, por exemplo, viu um crescimento substancial em sua receita e na capacidade de atrair

jogadores de alto nível, resultando em conquistas importantes tanto no cenário nacional quanto internacional. O Flamengo, por sua vez, tem utilizado os recursos obtidos através de seus patrocinadores para modernizar suas instalações e investir em tecnologia, elevando o padrão de treinamento e preparação de seus atletas. Esses exemplos ilustram como o agronegócio pode ser um motor de inovação e desenvolvimento no futebol brasileiro.

A exemplo dessa relação futebol – agronegócio, podem ser citados, clubes de futebol do estado de Mato Grosso.

Após a década de 1950, o Centro-Oeste, em especial o estado de Mato Grosso, começa vivenciar mudanças expressivas economicamente e socialmente, resultado do avanço da produção agrícola sobre áreas do Cerrado, as chamadas fronteiras agrícolas. Essas mudanças produzem transformações no espaço geográfico no estado. Novos municípios são criados resultado da força da expansão do agronegócio, que resultam na fundação de importantes clubes no interior do estado. Podemos destacar alguns clubes que tiveram sua formação com vínculo as empresas do setor Agropecuário ou são patrocinados por empresas ligadas ao setor. Merecem destaque:

- União Esporte Clube de Rondonópolis fundado em 1973, clube este fundado na principal cidade polo agropecuário do sul de Mato Grosso.
- Sinop Esporte Clube fundado em 1977, a cidade na qual foi formado o clube é o principal polo agropecuário do norte de Mato Grosso.
- Sociedade Esportiva e recreativa Juventude fundado em 1982 na cidade de Primavera do Leste. A cidade é fortemente influenciada pela agricultura sobretudo o plantio de soja e algodão, sendo um dos destaques no setor em Mato Grosso.
- Sorriso Esporte Clube fundado em 1985. A cidade de Sorriso está entre os maiores PIBs (Produto Interno Bruto) do agronegócio do Brasil.
- Nova Mutum Esporte Clube fundado em 1988. A cidade é um pujante polo agropecuário do norte de Mato Grosso.
- Luverdense Esporte Clube fundado em 2004. A cidade de Lucas do Rio Verde se transformou em uma grande área de beneficiamento e processamento de carnes do estado.

No entanto, a dependência dos clubes em relação aos patrocinadores do agronegócio também levanta algumas questões críticas. A concentração de poder econômico nas mãos de grandes corporações pode gerar um desequilíbrio competitivo, favorecendo clubes que conseguem atrair maiores investimentos e marginalizando aqueles com menos recursos (Petersen; Almeida, 2021). Além disso, a influência dos patrocinadores pode afetar a governança dos clubes, levando a decisões que priorizam interesses comerciais em detrimento do bem-estar dos atletas e da integridade do esporte. A transparência e a regulamentação dessas parcerias são, portanto, essenciais para garantir

que os benefícios econômicos sejam acompanhados de práticas éticas e sustentáveis (Santana-Stacciarini; Rodrigues-Stacciarini, 2018).

DIMENSÕES CULTURAIS E SOCIAIS DA PARCERIA ENTRE AGRONEGÓCIO E FUTEBOL

A relação entre o agronegócio e o futebol brasileiro vai além das implicações econômicas, abrangendo também significativas dimensões culturais e sociais. As empresas do agronegócio, ao se envolverem com o futebol, não apenas patrocinam clubes e eventos, mas também participam ativamente da construção de narrativas culturais que reforçam identidades regionais e nacionais. Essas narrativas são frequentemente construídas através de campanhas publicitárias e ações de marketing que utilizam símbolos e valores associados ao agronegócio para promover equipes de futebol. Ao fazer isso, essas empresas não apenas fortalecem sua presença no mercado, mas também contribuem para a formação da identidade cultural dos clubes e das comunidades que eles representam (Matias; Athayde, 2021).

Pierre Bourdieu oferece uma estrutura teórica valiosa para entender essas interações culturais. Em sua teoria dos campos, Bourdieu descreve como diferentes campos sociais, como o esporte e a economia, interagem e se influenciam mutuamente. O conceito de capital simbólico¹ é particularmente relevante neste contexto, pois ajuda a explicar como o agronegócio utiliza o futebol como uma plataforma para acumular não apenas capital econômico, mas também prestígio e reconhecimento social. As campanhas publicitárias que associam as marcas do agronegócio a clubes de futebol populares são um exemplo claro dessa acumulação de capital simbólico. Essas campanhas frequentemente destacam valores como a força, a resiliência e a tradição, que são comuns tanto ao agronegócio quanto ao futebol, reforçando assim as identidades regionais e nacionais (De Maros et al., 2020).

Exemplos específicos ilustram como essa relação se manifesta na prática. Empresas como a Ambev, Seara e BRF, ao patrocinarem clubes de futebol, não apenas aumentam sua visibilidade, mas também criam uma conexão emocional com os torcedores. Essa conexão é muitas vezes fortalecida através de ações de marketing que celebram as raízes regionais e a cultura local. Por exemplo, campanhas publicitárias que destacam a história e as tradições de uma região agrícola, ao mesmo tempo em que promovem o clube de futebol local, ajudam a criar uma identidade compartilhada que une a comunidade em torno de valores comuns. Esses esforços não são apenas estratégias de

¹ O conceito de **capital simbólico** em Pierre Bourdieu refere-se ao prestígio e legitimidade social que um indivíduo ou grupo possui, baseado na percepção e nos valores simbólicos de uma cultura, e não em bens materiais ou financeiros.

marketing eficazes, mas também desempenham um papel crucial na formação da identidade cultural dos torcedores e das comunidades (Petersen; Almeida, 2021).

Além das campanhas publicitárias, as empresas do agronegócio também participam de iniciativas sociais que têm um impacto significativo nas comunidades locais. Patrocínios de academias de futebol e projetos comunitários são exemplos de como o agronegócio pode contribuir para o desenvolvimento social e cultural. Essas iniciativas fornecem a jovens talentos a oportunidade de treinar e se desenvolver em um ambiente de apoio, promovendo não apenas o esporte, mas também a educação e a inclusão social. A participação em tais iniciativas ajuda a construir uma imagem positiva para as empresas do agronegócio, reforçando seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento comunitário (Matias; Athayde, 2021).

No entanto, é importante considerar as possíveis contradições e desafios dessa relação. A influência das grandes corporações do agronegócio no futebol pode levar a uma homogeneização cultural, onde a diversidade e a pluralidade das identidades regionais são subordinadas aos interesses comerciais. Além disso, a dependência financeira dos clubes em relação aos patrocinadores do agronegócio pode criar situações de vulnerabilidade, onde decisões estratégicas e operacionais são fortemente influenciadas pelos interesses das empresas patrocinadoras. Isso pode resultar em conflitos de interesse e comprometer a integridade do esporte. A análise crítica dessas dinâmicas é essencial para garantir que a relação entre agronegócio e futebol seja equilibrada e beneficie todas as partes envolvidas (De Maros et al., 2020).

A interação entre agronegócio e futebol no Brasil exemplifica uma complexa teia de relações econômicas, culturais e sociais. As empresas do agronegócio, ao patrocinarem clubes de futebol, não apenas aumentam sua visibilidade e acumulam capital econômico e simbólico, mas também desempenham um papel significativo na construção de identidades culturais e na promoção do desenvolvimento comunitário. No entanto, é crucial que essa relação seja gerida com transparência e responsabilidade, para evitar os potenciais desequilíbrios e garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma justa e sustentável. A compreensão profunda dessas dinâmicas é fundamental para aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas por essa parceria, ao mesmo tempo em que se mitigam os riscos associados (Matias; Athayde, 2021).

DESAFIOS E CONTROVÉRSIAS NA INTERAÇÃO ENTRE AGRONEGÓCIO E FUTEBOL

A interação entre o agronegócio e o futebol brasileiro, embora benéfica em muitos aspectos, não está isenta de desafios e controvérsias. Um dos principais problemas é a concentração de poder econômico nas mãos de grandes corporações do agronegócio, o que pode criar um desequilíbrio

competitivo no futebol. Clubes que conseguem atrair investimentos significativos de empresas agrícolas podem melhorar suas infraestruturas, contratar jogadores de alto nível e se destacar em competições, enquanto aqueles que não conseguem tais patrocínios podem ficar em desvantagem. Essa disparidade financeira pode afetar a competitividade do campeonato, resultando em um cenário esportivo menos equilibrado e, possivelmente, menos emocionante para os torcedores (Matias; Athayde, 2021).

Outro desafio importante é a vulnerabilidade dos clubes devido à dependência de grandes patrocinadores. A sustentabilidade financeira de muitos clubes de futebol brasileiros está fortemente ligada aos investimentos do agronegócio. Essa dependência pode gerar uma situação de risco, onde a retirada do patrocínio ou a falência de uma empresa patrocinadora pode ter um impacto devastador nas finanças e na operação do clube. Além disso, os patrocinadores frequentemente exercem influência significativa sobre as decisões estratégicas dos clubes, o que pode levar a conflitos de interesse. A autonomia dos clubes pode ser comprometida quando as decisões são ditadas pelas necessidades comerciais das empresas do agronegócio, em vez de pelos melhores interesses do esporte e dos atletas (Barbosa; Ferrer, 2015).

As questões éticas e sociais também são uma fonte de controvérsia na relação entre agronegócio e futebol. O impacto ambiental das atividades agrícolas patrocinadoras é uma preocupação crescente. Muitas das grandes empresas do agronegócio estão envolvidas em práticas que têm um impacto significativo no meio ambiente, como desmatamento, uso intensivo de pesticidas e exploração de recursos naturais. Essas práticas podem estar em contradição com os valores promovidos pelo esporte, como sustentabilidade e fair play. Além disso, a promoção de empresas do agronegócio através do futebol pode ser vista como uma forma de "greenwashing", onde as empresas tentam melhorar sua imagem pública através do patrocínio esportivo, sem necessariamente fazer mudanças significativas em suas práticas ambientais (Barbosa; Ferrer, 2015).

A transparência e a governança dos clubes em relação aos seus patrocinadores são essenciais para mitigar esses desafios. É fundamental que os clubes implementem políticas claras e rigorosas de governança que garantam a transparência nas relações com os patrocinadores. Isso inclui a divulgação pública de todos os contratos de patrocínio, a implementação de códigos de conduta e ética, e a realização de auditorias regulares para garantir o cumprimento das normas. A governança transparente não apenas protege a integridade do clube, mas também aumenta a confiança dos torcedores e da comunidade em geral (Matias; Athayde, 2021).

Além disso, a regulação e o controle da interação entre agronegócio e futebol são necessários para garantir que essa relação seja justa e equilibrada. Órgãos reguladores do esporte, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), precisam estabelecer diretrizes claras sobre o patrocínio

e a influência das empresas do agronegócio nos clubes. Essas diretrizes devem incluir limites para a concentração de patrocínios, requisitos de transparência e mecanismos para proteger a independência dos clubes. A implementação de tais medidas ajudaria a equilibrar a relação entre agronegócio e futebol, garantindo que os benefícios econômicos sejam acompanhados por práticas éticas e sustentáveis (De Maros et al., 2020).

A análise crítica dessas dinâmicas é crucial para entender plenamente as implicações da interação entre agronegócio e futebol. Embora os investimentos do agronegócio tenham proporcionado recursos vitais para o desenvolvimento do futebol brasileiro, é necessário abordar os desafios e controvérsias associados a essa relação. A gestão cuidadosa e responsável dessa interação pode garantir que os benefícios econômicos sejam sustentáveis e que o esporte mantenha sua integridade e valores. Em última análise, a parceria entre agronegócio e futebol deve ser equilibrada, transparente e orientada para o bem-estar de todas as partes envolvidas, incluindo clubes, atletas, torcedores e a sociedade em geral (Barbosa; Ferrer, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise desenvolvida ao longo deste estudo, torna-se evidente que a participação de empresas do agronegócio no futebol brasileiro possui implicações significativas tanto no âmbito econômico quanto cultural. O investimento dessas empresas tem proporcionado recursos essenciais para a sustentabilidade financeira dos clubes, permitindo melhorias em infraestrutura, a contratação de jogadores de alto nível e o desenvolvimento de jovens talentos. Essa injeção de capital tem sido vital para a competitividade dos clubes brasileiros em cenários nacionais e internacionais, demonstrando uma relação mutuamente benéfica entre o agronegócio e o futebol.

No entanto, essa interação não está isenta de desafios e controvérsias. A concentração de poder econômico nas mãos de grandes corporações do agronegócio pode gerar um desequilíbrio competitivo, favorecendo clubes que conseguem atrair maiores investimentos e marginalizando aqueles com menos recursos. Além disso, a dependência financeira dos clubes em relação aos patrocinadores do agronegócio levanta questões sobre a autonomia e governança dos clubes, bem como sobre os potenciais conflitos de interesse que podem surgir. É essencial que políticas claras e rigorosas de transparência e governança sejam implementadas para garantir que essas relações sejam geridas de maneira ética e sustentável.

Do ponto de vista cultural, a parceria entre o agronegócio e o futebol contribui para a formação de identidades regionais e nacionais, reforçando valores tradicionais e promovendo uma conexão emocional com os torcedores. Campanhas publicitárias e ações de marketing que utilizam símbolos e valores do agronegócio ajudam a construir narrativas que unem a comunidade em torno de uma

identidade compartilhada. No entanto, também é necessário considerar as possíveis contradições entre os valores do esporte e as práticas do agronegócio, especialmente no que diz respeito às questões ambientais.

Em suma, a interação entre o agronegócio e o futebol brasileiro é complexa e multifacetada, oferecendo tanto oportunidades quanto desafios. Para que essa relação continue a ser benéfica para todas as partes envolvidas, é crucial que seja gerida com responsabilidade e transparência. A implementação de políticas robustas de governança, regulação e práticas éticas é fundamental para assegurar que os benefícios econômicos sejam sustentáveis e que o esporte mantenha sua integridade. Assim, a parceria entre o agronegócio e o futebol brasileiro pode alcançar seu pleno potencial, promovendo o desenvolvimento econômico e cultural de forma equilibrada e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jonismar Alves; FERRER, Gabriel Real. O agronegócio da soja e as violações do direito à cidadania e ao desenvolvimento rural: um estudo de caso das comunidades locais de Santarém-PA, Brasil. **Conpedi Law Review**, v. 1, n. 12, p. 34-53, 2015.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: **Perspectiva**, 2003.

DE MATOS, Lucas Ramos et al. **Human ecology in the MST**: know-how in the form of resistance in an agrarian settlement in the Brazilian Amazon. 2020.

GLOBO RURAL. Agronegócio no futebol: empresas patrocinam clubes do Brasileirão. **Globo Rural**, São Paulo, 12 out. 2022. Disponível em: <https://globorural.globo.com/negocios/noticia/2022/10/agronegocio-no-futebol-empresas-patrocinam-clubes-do-brasileirao.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2024

MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **Nas entrelinhas do futebol: espetáculo, gênero e formação coleção academia & futebol-volume 2**. Editora CRV, 2021.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, S. G. Articulação Nacional de Agroecologia. **DICIONÁRIO DE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO**, p. 131, 2021.

SANTANA-STACCIARINI, João Henrique; RODRIGUES-STACCIARINI, José Henrique. AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: FORMAÇÃO, AVANÇOS E PERSPECTIVAS (Original). **REDEL. Revista Granmense de Desarrollo Local**, v. 2, n. 3, p. 55-68, 2018.

VASCONCELOS, R. L. **Futebol e agronegócio**: a relação entre os clubes de futebol e as empresas do setor agropecuário. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

VEJA. 85% dos clubes do Brasileirão têm parcerias com empresas ligadas ao agro. **Veja**, São Paulo, 3 out. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/85-dos-clubes-do-brasileirao-tem-parcerias-com-empresas-ligadas-ao-agro>. Acesso em: 26 jul. 2024.



REDM
ISSN: 2176-5804

A LITERATURA INFANTIL E JUVENIL DE AUTORIA FEMININA PRODUZIDA EM MATO GROSSO: NOVAS VOZES, NOVAS CONFIGURAÇÕES

Rosemar Eurico Coenga

Doutor em Estudos Literários pela Universidade de Brasília - UnB. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade de Cuiabá – UNIC

rcoenga@gmail.com

RESUMO

Este artigo é resultado de um estudo sobre a literatura infantil e juvenil produzida por mulheres em Mato Grosso elegendo como marco temporal os anos de 2010 a 2024. O estudo desenvolveu-se por meio dos mecanismos de localização, recuperação, seleção, ordenação e análise da produção literária de autoria feminina, com base no método de configuração textual discutido por Mortatti (2000). Para fundamentar nossas discussões teóricas destacamos: Coelho (1993), Pondé (2018), Velho (2009), Rolon (2014). A análise dos dados permitiu identificar vinte e duas autoras e quarenta e quatro obras com alta produtividade e uma variedade expressiva de temas relativos à infância e à adolescência, tanto de abordagem verista como lúdica. Focalizam ainda uma tendência marcada pela identidade regional e, nesse sentido, pode atuar como importante leitura literária de qualidade para pequenos e jovens leitores. Também se observou que a literatura de autoria feminina se ampliou ao longo do período estabelecido. Ademais, permitiu viabilizar a dimensão e qualidade das obras produzidas no cenário mato-grossense.

Palavras-chave: Autoria feminina. Historiografia literária. Literatura infantil e juvenil.

ABSTRACT

This article is the result of a study on children's and youth literature produced by women in Mato Grosso, choosing the years 2010 to 2024 as a time frame. The study was developed through the mechanisms of location, retrieval, selection, ordering and analysis of literary production by female authorship, based on the textual configuration method discussed by Mortatti (2000). To support our theoretical discussions we highlight: Coelho (1993), Pondé (2018), Velho (2009), Rolon (2014). Data analysis allowed us to identify twenty-two authors and forty-four works with high productivity and a significant variety of themes related to childhood and adolescence, both with a veristic and playful approach. They also focus on a trend marked by regional identity and, in this sense, can act as an important quality literary reading for young and young readers. It was also observed that literature written by women expanded throughout the established period. Furthermore, it made possible the size and quality of the works produced in the Mato Grosso scenario.

Keywords: Female authorship. Literary historiography. Children's and Young adult literatura.

INTRODUÇÃO

Ao longo de nosso percurso acadêmico temos trilhado pesquisas em torno dos estudos que entrelaçam o tripé leitura, literatura e literatura infantil e juvenil. No que diz respeito à literatura produzida em Mato Grosso, notamos, em nossa prática docente, pouca visibilidade de nomes

expressivos da produção literária local. Nesse percurso, observamos um crescimento de obras endereçadas ao público infantil e juvenil produzida por mulheres. Diante desse panorama desenvolvemos um trabalho sobre autoria feminina nos livros para crianças e jovens produzidas a partir de 2010 a 2024.

Então nos questionamos: Quem são essas autoras? O que fazem? O que escrevem? Que obras produziram? Temos notado o fato que essas mulheres vêm conquistando espaço e projeção local e nacional, principalmente nos últimos anos, com uma produção com qualidade estética. Este estudo, por exemplo, nasce de nossa inquietude enquanto professor –pesquisador de desenvolver um estudo em torno sobre o papel da mulher na história da produção literária em Mato Grosso endereçada a crianças e jovens.

Além disso, nosso trabalho tem como objetivo específico identificar as principais autoras, obras, destacando suas qualidades estéticas e temas recorrentes nos textos literários encontrados.

Este trabalho está dividido em quatro seções: a primeira consiste na reflexão sobre a presença da autoria feminina a partir de estudos de Pondé (2018) e Coelho (1993). Na segunda seção nos debruçamos na historiografia já existente sobre a literatura infantil e juvenil mato-grossense, atentando para a postura teórico-crítica das pesquisas de Angela Fontana de Souza Velho (2009) e Renata Beatriz Rolon (2014). Merece destaque as pesquisas mencionadas em razão de iniciarem esse processo de esquadramento e sistematização acerca da literatura infantil e juvenil em Mato Grosso.

Em decorrência disso, na terceira seção, explicitamos o método de análise da configuração textual, apresentamos as principais autoras, suas profissões, editoras, obras e temáticas. A cartografia da literatura infantil e juvenil de autoria feminina que apresentamos neste estudo, consiste em apontar a importância da escritura feminina e sua recepção no cotidiano escolar. Para elaboração do mapeamento dos livros de autoria feminina publicados na contemporaneidade utilizamos os catálogos de duas principais editoras: Tanta Tinta e Entrelinhas, seguida das editoras: Gesto, Defanti, Umanos e Studiopress. E, por fim, nas considerações finais apresentamos os novos olhares e configurações em torno da produção literária de autoria feminina no Estado de Mato Grosso.

A PRESENÇA DA AUTORIA FEMININA NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

A produção literária dirigida a crianças e jovens produzida por mulheres, no Brasil, vem passando por grandes transformações, desde meados da década de 1970. De acordo com essa perspectiva teórica, Coelho (1993), em sua obra *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*, ressaltando o amadurecimento da problemática da mulher em termos de literatura, diz:

Entre os fenômenos mais significativos deste último quarto de século, no âmbito da literatura e da crítica, está sem dúvida o crescente interesse que desde os anos 70

vem despertando não só a produção literária das mulheres, mas também a de literatura infantil e juvenil e da negritude. Muito mais que simples moda, esse triplo interesse arraiga um fenômeno cultural mais amplo: a inegável emergência do *diferente*; das vozes divergentes; a descoberta da alteridade ou do Outro, via de regra, sufocadas ou oprimidas pelo sistema de valores dominantes (Coelho, 1993, p. 11).

A presença da literatura de autoria feminina segundo a autora se deve, em grande medida, o amadurecimento crescente de sua consciência crítica. Segundo Coelho:

O amadurecimento crítico resulta, na literatura, a presença cada vez mais nítida de uma nova consciência feminina que tende, cada vez mais com força e lucidez, a romper os limites do seu próprio Eu (tradicionalmente voltado para si mesmo em outra vivência quase autofágica) para mergulhar na esfera do Outro – a do ser humano partícipe deste mundo em crise. Daí o que eu-que-fala, na literatura feminina mais recente, se revele cada vez mais claramente como Nós. O que quer dizer que, nestes últimos anos, os problemas limitadamente ‘femininos’ têm-se alargado no sentido de se revelarem ilimitadamente ‘humanos’ (Coelho, 1993, p. 16).

Outra pesquisadora, Glória Pondé, na obra *O renascimento de Vênus: a mulher na literatura infantil* propõe a trabalhar com a escritura feminina na literatura infantil brasileira contemporânea porque entende tratar de uma produção duplamente marginal, considerando que tanto mulheres quanto crianças pertencem a grupos minoritários. Entende que a natureza da “ficção infantil emancipadora tem um compromisso com a formação da cidadania pela linguagem” (Pondé, 2018, p. 14).

Nessa ordem de ideias, compreende que “a literatura infantil trava um diálogo com o tecido cultural, não devendo, pois, ser considerada arte menor, pelo fato de ser descentrada” (Pondé, 2018, p.18). Analisa a escritura feminina, com destaque a obra de Marina Colasanti cotejada com a de Lygia Bojunga Nunes e outras escritoras emblemáticas da pós-modernidade, na concepção de texto e de leitor implícito, principalmente na representação da mulher.

Na esteira dessas considerações, Pondé enfatiza que:

A literatura infantil, enquanto cultura híbrida e linguagem de formação, pode contribuir para a fabricação de novas práticas sociais, políticas, estéticas e analíticas que nos permitam sair dos grilhões da fala vazia. Além disso, por ser um discurso que circula entre a escola e a família, pode ajudar, institucional e individualmente, na formação de uma subjetividade mais sensível e solidária, compatível com o mundo de amanhã (Pondé, 2018, p. 146).

Interessa-nos diretamente à discussão aqui proposta, pensar a contribuição da literatura infantil de autoria feminina para a construção de uma nova mentalidade, a fim de aspirar uma sociedade mais justa, sensível e solidária.

A CRÍTICA E A LITERATURA INFANTIL E JUVENIL EM MATO GROSSO

Ao assumirmos nosso estudo sobre a produção literária endereçada a crianças e jovens, voltamos nosso olhar sobre as pesquisas: *O outro lado de uma mesma história: a produção literária*

destinada ao público infanto-juvenil no Estado de Mato Grosso (1980 – 2009), (2009), de Angela Fontana Velho (2009) e *No fundo do mato virgem nasceu uma literatura: história e análise de obras direcionadas para crianças e jovens em Mato Grosso* (2014), de Renata Beatriz Rolon.

Angela Fontana Velho Souza (2009), foi quem dedicou a primeira pesquisa, dedicada a historiografia da literatura infantil e juvenil produzida em Mato Grosso. Em seu estudo busca desenhar o mapa da produção literária mato-grossense para crianças e jovens desde a década de 80 a contemporaneidade, traçando uma descrição panorâmica de como esse campo se floresceu em Mato Grosso. A fim de dar visibilidade a essa produção organizou um registro completo dos autores, obras e temas.

Renata Beatriz Rolon (2014), focaliza em sua pesquisa a formação do campo literário endereçado a crianças e jovens, em Mato Grosso, e perfaz o surgimento de um cânone contemporâneo. Suas análises centram a partir das obras pioneiras da produção local, com destaque as seguintes obras e autoras: *Uma aventura em Mato Grosso* (1984), de Dunga Rodrigues, *As meninas e o sabiá* (1987), de Maria das Graças Campos, e posteriormente, a obra *A cidade sem sol* (2000), de Lucinda Persona, tidas como marco da produção endereçada a crianças e jovens no Estado.

Analisando o contexto histórico da literatura infantil em Mato Grosso, Angela Fontana Souza (2009), destaca que a literatura infantil e juvenil mato-grossense passou por um período de preparação, até finalmente concretizar-se nos anos de 1980, decorrente de um contexto histórico-social marcado pela promoção e divulgação da leitura e do livro infantil destacando: a inclusão da disciplina Literatura Infantil na matriz curricular dos cursos de Letras e Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso, as ações das bibliotecas públicas: Estevão de Mendonça e Saber com Sabor, desenvolvendo um importante trabalho voltado a atividades que favoreçam o incentivo à leitura, dentre outros projetos desenvolvidos: o PRALER, as caixas de leitura e o cantinho de leitura em sala de aula. Para a pesquisadora, um forte impulso dessa nova literatura se deve “ao desenvolvimento econômico e segue ganhando mais espaço com o incentivo da Lei Hermes de Abreu, criada em 12 de dezembro de 1991, que favoreceu o investimento de empresas em projetos culturais” (Velho, 2009, p. 50).

O MÉTODO DE ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO TEXTUAL

Para a consecução do instrumento de pesquisa (Mortatti, 2000), utilizamos como recorte temporal a produção literária contemporânea publicados a partir dos anos 2000. Essas produções integram o catálogo das editoras Tanta Tinta e Entrelinhas. Nesse levantamento, chamou-nos atenção a presença significativa de mulheres na literatura infantil e juvenil mato-grossense desde a década de 1980 tendo ampliado nos dias atuais. No caso do método de análise que resultou este trabalho, adotamos o método de análise da configuração textual proposto por Mortatti (2000), caracterizado como:

Conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. É, portanto, a análise integrada desses aspectos que propicia ao investigador: reconhecer e interrogar determinado texto como configuração “saturada de agoras” e objeto singular e vigoroso; e dele produzir uma leitura possível e autorizada, a partir de seus próprios objetivos, necessidades e interesses (Mortatti, 2000, p.31).

A partir dessa compreensão, os documentos examinados foram aqui discutidos como configurações textuais: “Uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.” (Mortatti, 2000, p. 30).

A partir dessa compreensão, os documentos aqui analisados foram tratados como configurações textuais, por meio dos dados coletados apresentamos as autoras, suas profissões, os títulos encontrados, a quantidade de obras que cada uma teve publicado e as editoras.

A PRODUÇÃO LITERÁRIA CONTEMPORÂNEA ENDEREÇADA A CRIANÇAS E JOVENS EM MATO GROSSO

A partir dos anos 2000, as produções literárias endereçadas a crianças e jovens começam a se intensificar e vão surgindo novas vozes femininas expressando uma multiplicidade de temas. Atualmente, graças às pesquisas iniciadas por Angela Fontana Velho e Renata Beatriz Rolon, o estudo sobre a literatura infantil e juvenil vem sendo resgatada do esquecimento. É, pois, nesse campo de publicações que emergem o prosseguimento e ampliação, nos anos 2000, Velho (2009), resgatou a produção literária feminina até 2008.

Destacamos algumas que nos parece básicas no conjunto da literatura infantil e juvenil de autoria feminina. São elas: *Clarinha, a nuvenzinha sapeca* (2000), de Elizete Nunes, *Os alegrinhos* (2000), de Maria Auxiliadora de Paula Macieski, *Pintou sujeira* (2001) e *Vovó Naná nana Nina* (2002), de Elizete Nunes, *O gato Mingau* (2002), de Zélia dos Santos Diniz, *O Aprendiz* (2002), de Miriam Botelho dos Santos, *Candimba* (2002), de Heliara Costa e Wander Antunes, *Uma chance para Margarida* (2003) e *Rio de sonhos* (2003), de Maria do Carmo Alves de Souza, *O galo que pingava ouro* (2003), de Sebastiana Moreira de Souza Alves, *A borboleta urbana* (2003), de Maria Auxiliadora de Paula Macieski, *A árvore a cidade* (2005) e *João Ninguém* (2005), de Maria do Carmo Alves de Souza, *A gata Bana visita o Pantanal* (2005), de Maria de Lourdes Figueiredo Bastos da Silva Ramos, *Tonho da Onça* (2006), de Olga Carvalho de Souza e Laís Maria da Cunha Fagundes,

Anedotas que papai contou (2006), de Cidinha Carvalho, *Cabelo ruim?* (2006), de Neuza Baptista Pinto, *Cidadão, o cachorro feliz* (2006), de Dolores Cruz Roselli, *As aventuras de Zumbellha* (2007), de Marli Batista dos Reis Santos, *As aventuras do robô Tagarela* (2008), de Scheila Couto, *Dona Treleleca e seu Trelelequinho* (2008), de Danusa Soares Lenzi, *Bugrinho, que menino é esse?* (2008), de Daniela Silva Freire, *Conferência no cerrado* (2008), de Durval de França e Cristina Campos. No caso, dos poucos estudos sobre a literatura de autoria feminina produzida em Mato Grosso, aqui nos concentramos em mapear as escritoras mais contemporâneas. Como marco temporal estabelecemos o ano de 2010 a 2024 em razão do surgimento de novas escritoras.

Nessa esfera de criação, destacam-se: Sueli Batista dos Santos, Marli Terezinha Walker, Lucinda Nogueira Persona, Maria Cristina de Aguiar Campos, Divanize Carbonieri, Marta Helena Cocco e Luciene Carvalho, alcançaram consagração, ocupando posições na Academia Mato-Grossense de Letras, recebendo elogio da crítica e do público. A produção literária para crianças e jovens cresceu em número e prestígio, apresentando os mais variados estilos e temas.

Por outro lado, as obras endereçadas ao público infantil e juvenil tem ganhado projeção nacional, a exemplo disso, *Apesar do amor* (2016), de Marli Walker e *Sabichões* (2016), de Marta Cocco, foram selecionados para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Ministério da Educação. Considerando-se a seleção para o programa governamental, constata-se o reconhecimento de novas vozes no campo literário.

A iniciativa do Coletivo Literário Maria Taquara – Mulherio das Letras/MT tem sido o ponto de partida de diversos experimentos encabeçados apenas por mulheres que tem por objetivo incentivar e divulgar a produção de suas integrantes. O projeto teve ampla divulgação nas redes sociais e originado a partir da iniciativa e curadoria de Divanize Carbonieri e Marli Walker. Integram ainda o Coletivo Val Baminger Oliveira, Silviane Ramos Lopes, Janete Manacá, Andreza Pereira, Talita Figueiredo, Livia Bertges, Haya Del Bel, Sheila Dias da Silva, Maria Thereza Azevedo, Márcia Romero Marçal, Thereza Helena, entre outras, as quais reuniram-se para fomentar a participação da mulher na literatura e na arte do Estado e de defender a necessidade de políticas públicas para o fomento a leitura, da literatura e das bibliotecas nos diversos níveis governamentais.

Além da interação virtual, já foram promovidas oficinas on-lines de escrita criativa em suas mais variadas linguagens: poesia, poesia visual, slam, crônicas, contos, narrativas curtas, entre outras, contemplados com o Prêmio Estevão de Mendonça da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Governo do Estado de Mato Grosso. Além disso, é preciso considerar à visibilidade as premiações literárias no cenário nacional, tendo sido finalista do Prêmio Jabuti as escritoras Patty Wolf e Divanize Carbonieri, ao Prêmio Jabuti, com as respectivas obras *Como pássaros no céu de Aruanda* (2022) e *Passagem estreita* (2019).

Em face do exposto e com base no mapeamento das obras a partir dos catálogos de livros identificamos as editoras Entrelinhas, Tanta Tinta, Umanos, Gesto, Defanti e Studiopress que publicaram obras de literatura infantil e juvenil produzidas por mulheres. Do total das editoras encontradas, destaca-se com maior quantidade de obras a editora Tanta Tinta e Entrelinhas, tendo a Tanta Tinta 30 títulos, seguida da Entrelinhas com 14 obras. Cabe mencionar ainda as editoras que, no mapeamento das obras encontradas, publicaram o total de 7 obras. São elas: Editora Gesto, com 3 obras, Defanti com 1 obra, Studiopress com 1 obra e 2 obras pela Editora Umanos.

Entre as editoras instaladas em solo cuiabano destacamos a Editora Carlini & Caniato com o selo editorial Tanta Tinta que pertence a Ramon Carlini e Elaine Caniato que atuam no mercado editorial desde 1998. A editora Entrelinhas que funciona sob o comando da editora Maria Teresa Carrión Carracedo atuante no mercado desde 1993. As duas editoras ao longo dos últimos anos consolidaram no mercado e tem contribuído para a publicação de obras de teor educacional, didática, e mais especificamente, a literatura e cultura mato-grossense.

Ambas as editoras possuem um conjunto de obras publicadas endereçadas ao público infantil e juvenil. Essa produção é constituída, então, de obras de diversos gêneros, sobressaindo a prosa e a poesia.

Essa expansão da produção literária endereçada a crianças e jovens tem relação com a movimentação literária produzida pela crítica especializada, e, em especial, as instituições de ensino superior, dentre as quais citamos a Universidade Federal de Mato e a Universidade do Estado de Mato Grosso, e em decorrência delas, detém-se no estudo de autores/as, obras, revistas e editoras.

Com efeito, percebemos, também aqui, o papel do Estado e Município, que tem dado destaque a institucionalização de políticas culturais que têm-se materializado em ações e programas voltados ao financiamento de propostas de projetos artísticos e culturais. Apresentamos, portanto, abaixo o quadro relacionando as autoras e as editoras pelas quais publicaram seus livros.

Quadro 1: Autoras, obras e editoras

Autora	Ilustrador	Título	Gênero	Editora	Ano
Anna Maria Ribeiro Costa	Ruth Albernaz	Vovô Clóvis: o espalhador de livros	Prosa	Entrelinhas	2023
Anna Maria Ribeiro Costa e Rosemar Eurico Coenga	João Batista Conrado	Ikuipá: na boca do Pari	Prosa	Entrelinhas	2022
Daniela Freire	Daniele Dias	Jeri Kurireu: o menino que se	Prosa	Entrelinhas	2017

		reinventou			
Lais Amicucci Soares Martins	Márcio Aurélio Santos	Varinhas mágicas	Poesia	Entrelinhas	2010
Lucinda Persona	Zeilton Mattos	Os bichos escrevem	Poesia	Entrelinhas	2024
Nina Ricci	Daniela Monteiro	Casa coração	Prosa	Entrelinhas	2020
Patty Wolff	Patty Wolff	Thehcitura	Prosa	Entrelinhas	2022
Patty Wolff	Patty Wolff	Como pássaros no céu de Aruanda	Prosa	Entrelinhas	2021
Valdirene Baminger Oliveira e Belle John	Dani Dias	Tereza natureza e Sofia tecnologia	Prosa	Entrelinhas	2020
Daniela Monteiro		Tempo passarinho	Poesia	Entrelinhas	2024

Fonte: Elaborada pelo autor

Quadro 2: Autoras, obras e editoras

Autora	Ilustrador/a	Título	Gênero	Editora	Ano
Rosana Caldas		Arco-íris	Poesia	Tanta Tinta	2010
Cristina Campos	Ruth Albernaz	Bicho-grilo	Poesia	Tanta Tinta	2016
Cristina Campos	Vanessa Prezoto	Papo cabeça de criança travessa	Prosa	Tanta Tinta	2017
Cristina Campos	Rick Milk	O voo de Tilha	Prosa	Tanta Tinta	2023
Divanize Carbonieri	Simone Matias	O insight dos insetos	Poesia	Tanta Tinta	2021
Divanize Carbonieri	Vanessa Prezoto	Vira e mexe, um pet	Poesia	Tanta Tinta	2021
Iraci Romagnolli Dias	Terezinha Helena da S.Ferreira	Bichonário do Pantanal	Prosa	Tanta Tinta	2012
Iraci Romagnolli Dias	Terezinha Helena da S.Ferreira	Conhecendo a fauna do Pantanal de A Z	Prosa	Tanta Tinta	2010
Iraci Romagnolli Dias		Bichos, gente e ambiente	Prosa	Tanta Tinta	2013
Iraci Romagnolli	Vanessa Prezoto	Serelepiando com poesias	Poesia	Tanta Tinta	2014

Dias					
Iraci Romagnolli Dias	Vanessa Prezoto	O circo do Bagre Zé pelo Pantanal	Poesia	Tanta Tinta	2016
Marta Cocco	Vanessa Prezoto	Sabichões	Poesia	Tanta Tinta	2016
Marta Cocco	Marcelo Velasco	Doce de formiga	Poesia	Tanta Tinta	2014
Marta Cocco	Queila Miranda	Meu corpo é uma fabricazinha	Prosa	Gesto	2020
Marta Cocco		Escrituras animais	Poesia	Gesto	2020
Marta Cocco		As coisas cansadas das mesmas coisas	Prosa	Gesto	2021
Marta Cocco	Marcelo Velasco	Lé e o elefante de lata	Prosa	Tanta Tinta	2013
Neusa Baptista Pinto		Bia, Tatá e Ritinha em cabelo ruim? Como assim?	Prosa	Tanta Tinta	2020
Marli Walker		Apesar do amor	Poesia	Tanta Tinta	2021
Neide Silva	Sebastião Silva	Cigamiguinho	Prosa	Tanta Tinta	2020
Neide Silva	Sebastião Silva	Iribi sabiá	Prosa	Tanta Tinta	2020
Neide Silva	Sebastião Silva	Sabina, a sapinha bailarina	Prosa	Tanta Tinta	2020
Neide Silva	Neide Silva	Elvis e Lola: um mundo coelhado	Prosa	Tanta Tinta	2020
Neide Silva	Neide Silva	O reino que ruiu	Prosa	Tanta Tinta	2021
Neide Silva	Sebastião Silva	A boneca de rubi	Prosa	Tanta Tinta	2023
Neide Silva	Neide Silva	Kaike	Prosa	Tanta Tinta	2019
Tatiana Silva Santos	Camila Carrosine	Tsurus	Prosa	Quase oito	2020
Tatiana Silva Santos	Bruna Lubambo	Mungunzá	Prosa	Pallas	2022
Tatiane Silva Santos	Camila Carrossine	Astroblema	Prosa	Tanta Tinta	2024

Fonte: Elaborada pelo autor

Outras editoras

Quadro 3: Autoras, obras e editoras

Autora	Ilustrador/a	Título	Gênero	Editora	Ano
Maria das Graças Campo	Gilvane Souza	Joãozinho que virou estrela	Prosa	Defanti	2016
Sueli Batista	Célio Maximiniano	A chalana de Nhô	Prosa	Studiopress	2021
Nilda Ramos	Rimara	Julinho, o perfumista	Prosa	Above	2014
Nilda Ramos	Adriano Ferreira	A lenda da lixeira	Prosa	Umanos	2023
Alicce Oliveira	João Paulo de O. Carmo	Troa	Prosa	Umanos	2020

Fonte: Elaborada pelo autor

A historiadora Anna Maria Ribeiro é doutora pela Universidade Federal de Pernambuco e pós-doutoramento em Etnologia Indígena pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem publicação de artigos voltados a etno-história indígena. É autora das obras: *Vovô Clóvis: o espalhador de livros* publicado em 2022, conta a história de Clóvis Matos conhecido como Papai Noel Pantaneiro, criador do projeto Inclusão Literária. O outro livro publicado em 2023 intitula *Ikuipá: na boca do Pari* (2023) escrita com o professor doutor Rosemar Eurico Coenga. Esta obra narra o personagem lendário, como o Minhocão do Pari e as aventuras do menino Branco pelos rios Cuiabá e Paraguai.

Daniela Freire possui graduação em Psicologia e doutorado na área de Educação. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso. Das duas obras publicadas, *Buginho, que menino é esse?* narra a biografia do poeta Silva Freire voltada para criança, filha do poeta reconstitui fragmentos do poeta de vanguarda mato-grossense. Em *Jeri Kurireu: o menino que reinventou* apresenta aos jovens leitores a biografia de Cândido Mariano da Silva Rondon, engenheiro militar, responsável pelas construções de linhas telegráficas no estado de Mato Grosso, Acre e Amazonas e idealizador de serviço de proteção indígena.

No campo da poesia, destacam-se Lais Amicucci Soares Martins, que publicou *Varinhas mágicas* (2010), desde jovem dedicou-se a escrever poemas voltados a sua visão de mundo, à família, seus desejos e preocupações. Destacam-se também as poetisas Lucinda Persona que publicou *Os bichos escrevem* e Daniela Monteiro com a publicação de *Tempo passarinho*, ambas produções de 2024. Poeta e professora aposentada, Lucinda Persona faz parte da Academia Mato-grossense de Letras. Fez sua estreia no gênero poesia em 1995 com o livro *Por imenso gosto*. Em 1997, foi atraída pela literatura infantil e juvenil com as obras *Ele era de outro mundo* (1997) e *A cidade sem sol* (2000). Em *Os bichos escrevem* explora a fauna aliando fantasia poética e humor.

A bióloga Daniela Monteiro, professora reside em Cuiabá desde 1987. Em *Tempo passarinho*, a palavra tempo e seus múltiplos sentidos são o mote principal. É também multi-artista tendo já

ilustrado o *Casa Coração*, de Nina Ricci e *Cachorrinho*, de Amanda Cezarino, ambos endereçado ao público infantil e juvenil.

A obra *Casa coração* de Nina Ricci que implica uma funda comunhão sensorial através dos buracos da fechadura. A obra predomina, como problemática, o tempo da quarentena. No rastro desse isolamento a personagem Eli sobrevêm uma viagem para lugares distantes e desconhecidos.

Patty Wolf é artista visual, escritora e ilustradora nasceu em Cacoal (RO), foi criada e mora em Cuiabá (MT). Tem participado de diversas exposições. Estreou na literatura em 2021 com a *Como pássaros no céu de Aruanda*, finalista na categoria conto do Prêmio Jabuti, apresenta ao leitor uma narrativa sobre os filhos da diáspora com imagens de Aruanda. Com *Thehcitura* apresenta as tramas históricas do povo Nambiquara do cerrado. Em linhas gerais, evidencia nas obras dar visibilidade as culturas indígena e africana, que vem à tona por conta da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008.

Influenciada pela tecnologia que se funde nos dias atuais nos meios escolares e as queimadas no Pantanal, as autoras Valdirene Baminger Oliveira e Belle John, ambas professoras levaram a escrever *Tereza Natureza Sofia Tecnologia* (2020), narrativa que apresenta duas personagens Tereza, uma menina que ama a natureza e Sofia, sua vizinha, que vive conectada ao celular. A obra tem como advertência a proteção ao meio ambiente.

Em 2010, a juíza do trabalho Rosana Maria de Barros Caldas, publicou a obra *Arco-íris: poemas infantis*, com 27 poemas que se volta para o mundo das cores, dos sonhos e das virtudes.

Maria Cristina de Aguiar Campos possui doutorado na área de Educação, professora aposentada do Instituto Federal de Mato Grosso e ocupa a cadeira nº 16 da Academia Mato-grossense de Letras. Tem dedicado a estudos críticos na área de Literatura: pesquisa da produção do Intensivismo em Mato Grosso; da obra inédita do escritor Ricardo Guilherme Dicke. Como escritora de literatura infantil e juvenil, estreou com a obra *Conferência no cerrado* (2008), de Durval de França e Cristina Campos. Publicou *Papo cabeça de criança travessa* (2017), o texto se desenvolve por meio de registro etnográfico de “tiradas” evocadas pelo olhar da criança. Em *O voo de Tilingha* (2024), apresenta a personagem Tilingha menina enjoada para comer, tem como assunto a boa alimentação. No âmbito do gênero poético publicou *Bicho-grilo* (2016), resultante da escrita entre Chapada dos Guimarães e Cuiabá. Expressa nos poemas uma poesia feita de paisagens, beleza e ambiências do cerrado.

A autora Divanize Carbonieri, nasceu no município de Sorocaba-SP. Mudou-se para Cuiabá-MT em 2011 e atualmente é docente associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Autora de obras para o público adulto, dentre elas: *Entraves* (2017), *Grande depósito de bugigangas* (2018), *A ossatura do rinoceronte* (2020), *Furagem* (2020) e *Carga de cavalaria: haicais encavalados* (2021), além das

coletâneas de contos *Passagem estreita* (2019) e *Nojo* (2020). Publicou duas obras direcionadas ao público infantil: *O insight dos insetos* (2021) e *Vira e mexe, um pet* (2021), expressa o universo temático recorrente na poesia dedicada ao público infantil, como o próprio título indica. A autora, com apenas dois livros, oferece-nos poemas de grande valor, e explora o universo dos bichos aliando fantasia poética, humor e afeto pelos animais e insetos.

Outro nome que merece destaque é da autora Iraci Conceição Romagnoli Dias, nasceu em Tupi Paulista, interior de São Paulo e faleceu em 2016, aos 53 anos. Graduada em Pedagogia e atuava na Educação Infantil. Em nossas buscas encontramos cinco obras: *Serelepiando com poesias* (2014) e *O circo do Bagre Zé pelo Pantanal* (2016). A primeira obra trata especificamente da presença da fauna, flora e dos biomas do cerrado. Já *O circo do Bagre Zé pelo Pantanal* tem como temática as diversidades de peixes do Pantanal. Em *Bichonário do Pantanal* (2012), *Conhecendo a fauna do Pantanal de A Z* (2010) e *Bichos, gente e ambiente* (2013), nestas três últimas obras, o pequeno leitor pode ter contato com informações que envolvem o Pantanal e o meio ambiente.

A autora Marta Helena Cocco nasceu em Pinhal Grande - RS. Mudou-se para Mato Grosso em 1992. É Formada em Letras e Zootecnia. Doutora em Letras pela Universidade Federal de Goiás. É docente no curso de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso – câmpus de Tangará da Serra. Ocupa a cadeira nº 18 da Academia Mato-grossense de Letras. Publicou os seguintes livros endereçados a crianças e jovens: *Lé e o Elefante de Lata* (2013), *Doce de Formiga* (2014), *Sabichões* (2018), *Meu corpo é uma fabricazinha?* (2020), *Escrituras animais* (2020) e o livro de contos *Não o presta pra nada* (2015). Detêm obras premiadas pelo Prêmio Mato Grosso de Literatura e o Prêmio Estevão de Mendonça. As obras: *Lé e o Elefante de Lata*, *Doce de Formiga*, *Sabichões* (2018) e *Escrituras animais*, a autora explora a temática dos bichos. Com isso, os animais que atravessam as obras aqui mencionadas são retratadas pelo viés do humor, da inventividade e do caráter lúdico. A obra *Meu corpo é uma fabricazinha?* Mostra aspectos relacionados a descoberta do corpo e da construção da identidade da criança.

Neusa Baptista Pinto possui graduação em Comunicação Social e mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso. Criadora de projetos educacionais com foco na diversidade racial, por intermédio do Projeto Pixaim, com base em seus livros: *Cabelo Ruim? A história de três meninas aprendendo a se aceitar* (2007) e *Bia, Tatá e Ritinha em: Cabelo Ruim? Como assim?* (2020). Nesta obra a autora narra a história de Bia, Tatá e Ritinha, colegas de escola que juntas sofrem preconceitos por causa do cabelo crespo. A obra destaca formas de aceitação e descoberta de novos penteados frente as discriminações vivenciadas.

Na safra de escritoras estreadas em 2006, destacamos a poeta, romancista e pesquisadora Marli Terezinha Walker possui doutorado na área de Literatura. É docente do Instituto Federal de Mato Grosso e ocupa a cadeira nº 2 da Academia Mato-grossense de Letras. Publicou os livros de

poesia: *Pó de serra* (2006/2017), *Águas de encantação* (2009), *Apesar do amor* (2016), *Jardim de ossos* (2020) e o romance *Coração Madeira* (2020); *Inferno e paraíso na poética de Adriane Rocha* (2009) e *Mulheres silenciadas e vozes esquecidas: três séculos de poesia feminina em Mato Grosso* (2021).

Em 2018 a obra *Apesar do amor* (poemas) foi selecionada para o Plano Nacional do Livro Didático, Ministério de Educação e Cultura. Abrange no conjunto de sua obra temas como o amor, a fartura, a fome, desigualdade social, o processo de colonização, evidencia-se relevância da autora no cenário literário mato-grossense.

Neide Silva mora em Cuiabá, Mato Grosso, onde nasceu e cresceu. Tendo iniciado a sua carreira de escritora de literatura infantil a partir da inspiração em seu filho. É psicóloga, artista plástica e autora das seguintes obras: *Kaike* (2019), *Cigamiguinho* (2020), *Iribi sabiá* (2020), obra selecionada no edital da Prefeitura de São Paulo para ser adotado nas escolas e bibliotecas do município, além de *Sabina, a sapinha bailarina* (2020), *Elvis e Lola: um mundo coelhado* (2020), *O reino que ruiu* (2021) e *A boneca de rubi* (2023), nas quais presentificam a temática da ambição, autoritarismo, diferenças, desejos e solidariedade. A autora afirma que por meio de sua escrita possa servir de melhoria no aprendizado e desenvolvimento das crianças.

Tatiane Silva Santos, natural de Jundiá – SP é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e docente da Universidade do Estado de Mato Grosso. Atua no programa de pós-graduação em Letras. É autora do livro de poesia *Eu não estou contando essa história* (Penalux, 2023), além dos infantis *Tsurus* (Quase Oito, 2020), *Mungunzá* (Pallas, 2022) e *Astroblema* (Tanta Tinta, 2024). A autora em suas narrativas trabalha a lenda dos mil pássaros de origami em *Tsurus*. Em *Astroblema* mostra a formação geológica da região onde mora. *Mungunzá*, escrito com muita criatividade e inspirado no doce de canjica (mungunzá), pois ela surgiu na tradição cultural africana, recupera pela voz da professora muitas palavras de origem africana.

Maria das Graças Campos, professora aposentada, com doutorado na área de Educação, publicou seu primeiro livro *As meninas e o sabiá* em 1987 e foi a primeira obra de literatura infantil produzida em Mato Grosso. Foi pioneira na publicação de obras endereçada a crianças e jovens com qualidade estética. Publicou em 2016 a obra *Joãozinho que virou estrela*. A preservação ambiental integra o projeto literário da autora e traz à tona importantes reflexões pertinentes às questões ambientais e sociais dos tempos atuais.

Sueli Batista dos Santos, nasceu em São Paulo, é jornalista, empresária, ocupa a cadeira de nº 34 da Academia Mato-grossense de Letras, presidiu a Academia Mato-grossense de Letras. Na literatura infantil publicou o livro *A Chalana de Nhô É* em 2021, aprovada pela Lei Aldir Blanc, através da Secretária Municipal de Cultura. A obra traz uma importante discussão sobre questões

como a preservação do meio ambiente, valorização da cultura, entre outras discussões a temática da diferença.

Nilda Ramos, é professora aposentada da rede pública de ensino, estreou na literatura infantil com a obra *Julinho, o perfumista* em 2014. A ideia de escrever a obra nasceu de sua experiência como professora e a obra narra as dificuldades de ser diferente, dilema comum entre os adolescentes. Baseada na lixeira árvore nativa do cerrado publicou *A lenda da lixeira* que retoma questões de identidade feminina como o direito a escolha do casamento. Nessa história, fica clara a intenção de Nilda Ramos em debater questões sociais e ecológicas.

Alicce Oliveira, graduada em Pedagogia, atriz, atua como contadora de histórias. Em 2009 recebeu o Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz, com o projeto de circulação ‘Contos do Mato’. Idealizadora dos eventos “Contos do Mato-Encontro Nacional de Contadores de Histórias. Tem diversos projetos aprovados em editais municipal e estadual. Tendo iniciado a carreira de escritora de literatura infantil com a obra *Troa* (2020), a motivação desse texto surgiu em meio a uma tarde de temporal, com raios e trovões. Ainda, segundo, a contadora de histórias, a obra personifica os elementos da natureza observados durante a tempestade que se formava.

No rol das obras mato-grossenses, deparamos com ilustrações, em sua maioria, realizadas também por artistas locais, sobressaindo nomes como Sebastião Silva, Marcelo Velasco, Ricardo Leite, Rick Milk, Ruth Albernaz, Patty Wolf, Márcio Aurélio dos Santos, Zeilton Matos, João Batista Conrado, Adriano Ferreira, dentre outros.

No elenco das profissões encontradas de autoras de literatura infantil e juvenil, prevalece de professora, atuam desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, ocupam-se de outras profissões Psicóloga, Jornalista, Escritora, Artista.

A partir das obras levantadas do total das 22 autoras de literatura infantil e juvenil, dessas em sua maioria já publicaram mais de um título tendo também já publicado obras para o público adulto. A incursão e trajetória de mulheres no universo da literatura infantil e juvenil tem sido relevante para a promoção da literatura produzida em Mato Grosso como forma de dar visibilidade as autoras e suas obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, detivemos nosso olhar no mapeamento da produção literária endereçada a crianças e jovens de autoria feminina produzida em Mato Grosso, com o propósito de apresentar um panorama das autoras, obras e temáticas presentes nas obras encontradas. No período estudado (2010-2024), tem-se notícia de 44 (quarenta e quatro) narrativas encontradas produzida por mulheres. Observamos que as autoras elencadas neste trabalho produzem uma escrita voltada para diferentes temáticas desde questões ideológicas, assuntos voltados com a fauna, flora, questões identitárias,

preservação ambiental, assuntos lúdicos e fantásticos, como: valorização da fantasia infantil, do contador de histórias e da leitura. A partir desse breve painel, é possível observar um marcador regional permanente na literatura infantil e juvenil produzida em Mato Grosso. Isso se dá pela incorporação de temáticas históricas e geográficas, bem como os hábitos e costumes locais. Aparecem temas humanísticos (existenciais e sentimentais). Além dos temas citados, verifica-se a ocorrência de temas informativos.

Também foi possível identificar uma prevalência de autoras professoras que atuam desde a Educação Básica ao Ensino Superior, algumas vinculadas a Universidade Federal de Mato Grosso e Universidade do Estado de Mato Grosso, além de trabalhos como jornalista, psicóloga, artistas e advogadas. Ocupam lugar privilegiado dentro de suas funções, também conquistam um novo espaço dentro no Estado e no cenário nacional. Essa representatividade nos traz novas vozes em suas escritas.

REFERÊNCIAS

COELHO, Nelly Novaes. **A Literatura Feminina no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Siciliano, 1993.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização: São Paulo/1876-1994**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PONDÉ, Gloria. **O renascimento de Vênus: a mulher na literatura infantil**. São Paulo: Editora SESI, 2018.

ROLON, Renata Beatriz R. **No fundo do mato virgem nasceu uma literatura: história e análise de obras direcionadas para crianças e jovens em Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Língua Portuguesa). Programa de Pós-Graduação Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

VELHO, Angela Fontana. **O outro lado de uma mesma história: a produção literária destinada ao público infanto-juvenil no Estado de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

“QUALIFICANDO” E “RECRUTANDO”: A ARREGIMENTAÇÃO DE HOMENS PARA A GUARDA NACIONAL E PARA O EXÉRCITO NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Jonh Érick Augusto da Silva¹

Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS/UFMT) / Professor da educação básica na rede estadual de Mato Grosso
jonhaugusto@gmail.com



RESUMO

Em uma sociedade hierarquizada e atravessada pela escravidão, como era a brasileira no século XIX, ser qualificado para a Guarda Nacional atestava o pertencimento do indivíduo à “boa sociedade”, composta por um seleto grupo de cidadãos ativos que possuíam rendas e propriedades para votar e serem votados. Em contrapartida, ser recrutado como praça no Exército significava pertencer ao mundo daqueles que, por nada possuírem, eram vistos pelas autoridades imperiais como “viveiros de criminosos ociosos”. Nesse sentido, este texto tem como objetivo analisar os significados que as expressões “qualificar” e “recrutar” assumiam para a população do Império do Brasil, especialmente para os habitantes da província de Mato Grosso, durante a segunda metade do século XIX, buscando apreender suas implicações jurídicas, econômicas e sociais.

Palavras-chave: Qualificar. Recrutar. Guarda Nacional.

ABSTRACT

In a hierarchical society marked by slavery, such as Brazil in the 19th century, being qualified for the National Guard attested to an individual's belonging to the "good society," composed of a select group of active citizens who owned income and property, allowing them to vote and be voted for. In contrast, being recruited as a soldier in the Army meant belonging to the group of those who, having no possessions, were seen by imperial authorities as "breeding grounds of criminal idleness." In this context, this paper aims to analyze the meanings of the terms "qualify" and "recruit" for the population of the Brazilian Empire, especially the inhabitants of the province of Mato Grosso, during the second half of the 19th century, seeking to understand their legal, economic, and social implications.

Keywords: Qualify. Recruit. National Guard.

De acordo com Reinhart Koselleck (2006), é por meio das palavras que o fazer e o sofrer humanos são experimentados e transmitidos. Desta forma, a semântica que envolve os conceitos “fornece uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje” (Koselleck, 2006, p. 103). Ao consultarmos o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2005) para o significado da palavra “qualificar”, encontramos duas acepções: a

¹ Esse texto é parte da dissertação de mestrado intitulada: “A Guarda Nacional na fronteira oeste do Império do Brasil (1850-1864)”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, sob a orientação da profa. Dra. Maria Adenir Peraro.

primeira se refere às qualidades de classificar, enquanto a segunda diz respeito ao ato de emitir juízo de algo ou alguém. De igual modo, ao buscarmos a definição de “recrutar”, o mesmo dicionário a descreve como a ação de arrolar ou alistar para o serviço militar. Como se pode perceber, tanto “qualificar” quanto “recrutar” possuem hoje significados distintos, o que não era diferente no século XIX, quando, mais do que simples verbos, carregavam consigo toda uma carga jurídica, econômica e social. Assim, este texto tem por objetivo analisar as principais distinções que os termos “qualificar” e “recrutar” assumiam para a população do Império do Brasil, especialmente para os habitantes da província de Mato Grosso, durante a segunda metade dos oitocentos, buscando apreender suas implicações jurídicas, econômicas e sociais.

Em uma sociedade hierarquizada e marcada pela escravidão, como a brasileira no século XIX, fazer parte da Guarda Nacional significava, teoricamente, pertencer ao conjunto dos cidadãos ativos, cuja propriedade lhes conferia o direito de participar da vida política do Império, votando e sendo votados. Criada em 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional era uma força paramilitar composta por todos os cidadãos ativos, maiores de 18 anos e menores de 60 anos, alistados por meio dos conselhos de qualificação. Estavam isentos do serviço ativo obrigatório os empregados públicos, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, estudantes de cursos jurídicos, de medicina, de seminários episcopais, de escolas públicas, além dos empregados dos arsenais, oficiais nacionais, além de senadores, deputados, membros dos conselhos gerais, presidentes de províncias e conselheiros de Estado.

Conforme a legislação, o trabalho prestado ao Estado pelos guardas nacionais era gratuito, e o principal objetivo da instituição consistia em manter a ordem do território nacional, combatendo as insurreições, sedições, rebeliões e todo tipo de “desordem”. Na província de Mato Grosso, as primeiras unidades foram criadas em 1832, mas, devido à participação de seus membros nos movimentos que culminaram no 30 de maio de 1834, as companhias foram suspensas, sendo reorganizadas apenas em 1836.

Os cidadãos alistados para a Guarda Nacional se apresentavam como um grupo privilegiado, pois possuíam tanto liberdade quanto propriedade, o que os diferenciava de outros grupos sociais, como os cidadãos não ativos, que, por não possuírem nada, constituíam um segmento socialmente desprestigiado. Nas palavras de Ilmar Mattos (1987), “os atributos de liberdade e propriedade existiam de modo articulado nesta sociedade, de tal forma que o último fundava o primeiro” (Mattos, 1987, p. 115). Contudo, é importante esclarecer que, ao nos referirmos à propriedade, não falamos apenas dos grandes latifúndios, mas também das pequenas propriedades ligadas ao abastecimento dos centros urbanos, ou ainda da posse de um determinado ofício, como lavrador, carpinteiro, latoeiro, sapateiro etc.

Nesse sentido, os conselhos de qualificação se revestiam-se de grande importância política, pois eram responsáveis por confirmar o *status* de cidadão, concedido pela Constituição Imperial a todos aqueles maiores de 18 e menores de 60 anos, cuja renda lhes permitia votar nas eleições primárias. De acordo com André Atila Fertig (2003), através do processo de qualificação

a Guarda Nacional promovia a hierarquização da sociedade imperial, conferindo condições de cidadania aos que eram investidos em cargos e postos superiores e incorporando de maneira subalterna ou excluindo aqueles que poderiam ameaçar o projeto imperial bragantino (Fertig, 2003, p. 56).

Ciente da importância política que esses espaços possuíam, o governo imperial, a partir de 1850, centralizou nas mãos dos presidentes de província a organização dos conselhos. Dessa forma, o Decreto n. 722, de 25 de outubro de 1850, estabelecia que

O Conselho de Qualificação constará de cinco dos actuaes Officiaes da Guarda Nacional, quer effectivos, quer reformados, sendo a sua nomeação feita no Município da Corte pelo Governo, e nas Provincias pelos Presidentes, que poderão delegar esta faculdade aos Commandantes Superiores, se o julgarem convenientes (Brasil, 1850, p. 191).

Integrar os conselhos de qualificação era uma função de grande importância política e de prestígio social para os cidadãos do século XIX, uma vez que lhes cabia a tarefa nomear os homens que fariam parte tanto do serviço ativo quanto da reserva da Guarda Nacional. Sintomática da relevância desses espaços é a recomendação proferida pelo presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, em 1860, solicitando ao comandante superior da instituição “as convenientes ordens para que o alistamento da Guarda Nacional seja feita com o devido escrúpulo e rigor eliminando-se os indivíduos que não reunirem todos os requisitos da Lei” (Mato Grosso, 1860, p. 27).

Se ocupar algum posto nesses espaços já era de grande importância social, o que dizer da posição de presidente do conselho de qualificação? Esse cargo era *sine qua nom* para todos aqueles que almejavam se tornar uma liderança política, pois oferecia ao seu detentor a oportunidade de formar uma rede de alianças, construída por meio da proteção contra o recrutamento para o Exército. Como nos lembra Sérgio Buarque de Holanda (2006),

[...] toda a estrutura administrativa [...], elaborada durante o Império, e depois já no regime republicano, comportava elementos estreitamente vinculados ao velho sistema doméstico, ainda em pleno viço, não só nas cidades como nas fazendas. Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do ‘privado’ e do ‘oficial’ [...] Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresentava-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferia, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem as especializações das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (Holanda, 2006, p. 100, grifo nosso).

Como se pode observar no trecho acima, os detentores de posições públicas, entre eles os presidentes dos conselhos de qualificação, não faziam distinção entre o que era oficial e o que era particular. Desse modo, não era incomum que eles instrumentalizassem politicamente a Guarda Nacional, qualificando seus aliados, mesmo sem os requisitos necessários, enquanto deixavam seus inimigos à mercê dos recrutadores do Exército. Acreditamos que tal prática foi constante ao longo do século XIX, uma vez que, nas fontes arroladas no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), são recorrentes solicitações como a do presidente da província Augusto Leverger, recomendando investigações acerca da prática de chamar para o serviço indivíduos que não estavam devidamente qualificados. Segundo o ofício

Passando ás mãos de V. S. para sua intelligencia e execução, a inclusa copia authentica do Aviso do Ministerio da Justiça de 16 de junho ultimo, muito lhe recommendo que, nos corpos e companhias avulsas, que estão sob seo commando, faça V. S. cessar o abuso se alistar e chamar para o serviço, a titulo de addidos, indivíduos que não estão devidamente qualificados Guardas Nacionaes, se acaso, procedendo V. S. as necessárias investigações, vier no conhecimento de que nos mesmos corpos e Companhias se tem dado o referido abuso. (Mato Grosso, 1854, não paginado, grifo nosso).

Inferimos que os indivíduos “indevidamente qualificados” mencionados por Leverger não possuíam os atributos necessários para serem cidadãos do Império e pertencerem ao grupo de homens que compunham a “boa sociedade”. No entanto, por estarem sob a proteção de algum oficial, foram alistados para integrar os quadros da milícia. É importante esclarecer que, assim como no Exército, a vida de um soldado do serviço raso da Guarda Nacional era pesada e onerosa, pois eles eram retirados de suas atividades cotidianas sem receber nenhuma compensação financeira. Porém, como aponta Jeanne Berrance de Castro (1979), enquanto o recrutamento era visto como um flagelo, o alistamento na Guarda Nacional constituía um dever cívico.

Mesmo diante desse “dever para com o Império”, a documentação evidencia inúmeros apelos por dispensa do serviço ativo na instituição, como o realizado em 1851 pelo escrivão Manoel Apolidogino de Araújo Ramos e com o agente do mercado Bernardo Pinto de Araújo. Após suplicarem ao presidente da província Augusto Leverger, ambos foram dispensados de todo o serviço da Guarda Nacional, conforme podemos observar na correspondência abaixo:

Ao Tene Corl Commante Interº da Legião da G. N.
De Vm. as precisas ordens para que Manoel Apolidogino de Araujo Ramos e Bernardo Pinto de Araujo sejam dispensados de todo o serviço da Guarda Nacional em quanto forem aquelle Escrivão, e este Agente do Mercado do 2º Districto desta cidade (Mato Grosso, 1851, p. 29).

Conforme a legislação, o cargo de presidente dos conselhos de qualificação deveria ser ocupado pelo “official mais graduado d’entre os presentes, e dada a igualdade de graduação o mais

antigo no posto, ou o mais velho em idade” (Brasil, 1850, p. 191). É comum encontrar na documentação do período, manifestação de gratidão daqueles nomeados para presidência dos conselhos, como a de João Viegas Moniz, responsável pelo alistamento na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Diamantino

Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor

De posse do officio de V. Ex^a datado de 24 de março ultimo em que declara ter V. Ex^a no dia 15 do mesmo dignando-se honrar-me com a nomeação de Presidente e aos Cidadãos Sabino Fidelis Correa da Costa e Salvador da Costa e Faria, para membros do Conselho de Qualificação dos Guardas Nacionaes desta Parochia, acompanhado de um exemplar do Decreto numero 722 de 25 de outubro de 1850 com os mappas e modelos a que se refere, e bem assim dous livros para matricula dos Guardas Nacionaes para que eu a vista do artigo 8^o do citado Decreto faça aviso aos outros membros, e espeça editaes anunciando a reunião do mesmo Conselho (Mato Grosso, 1851, não paginado).

Os primeiros sinais de que os conselhos de qualificação se reuniram na província de Mato Grosso, após a centralização legal ocorrida em 1850, surgiram em 15 de março de 1851, quando o presidente Augusto Leverger, em consonância com o Artigo 1^o do Decreto n^o 722, de 25 de outubro de 1850, ordenou que os conselhos se reunissem em casa paróquia da província. Segundo Leverger

[...] em cumprimento do Art^o 1^o do Decreto n^o 722 de 25 de outubro de 1850, que contém as instruções para a execução da Lei n^o 602 de 19 de setembro do mesmo ano, que deo nova organização a Guarda Nacional do Império, [o presidente da província] ordena que em cada Parochia da Provincia se reúna o Conselho de Qualificação de que trata o mencionado Art^o, e em cada município o Conselho de Revista na forma do Art^o 43, observadas as suas regras, para fazerem o novo alistamento e qualificação dos Guardas Nacionais [...] (Mato Grosso, 1851, p. 9).

Os trabalhos dos conselhos de qualificação em Mato Grosso tiveram início tardiamente, quase um ano após a promulgação do Decreto n^o 722, de 25 de outubro de 1850. Ao comunicar o Ministério da Justiça sobre a expedição das ordens para a reunião dos conselhos, Leverger justificou que a demora ocorreu “por ter sido preciso mandar imprimir o citado Decreto para ser remetido hum exemplar a cada Presidente de Conselho” (Mato Grosso, 1851, p. 115). Outra questão mencionada como responsável pelo atraso foi “grande distancia e difficuldade das communições com a Corte [sendo] raro que, em menos de seis mezes, esta Provincia receba qualquer esclarecimento que solicite do governo Imperial” (Mato Grosso, 1851, p. 115).

Quando ordenou a formação dos conselhos de qualificação, o presidente da Província nomeou todos os oficiais que deveriam integrá-los. Analisando brevemente alguns dos contemplados, percebemos que muitos mantinham fortes vínculos com o grupo político dos conservadores, ao qual Augusto Leverger, embora se declarasse apartidário, possuía estreitas ligações. Essa afirmação pode ser confirmada através da composição do conselho da freguesia da Sé, em Cuiabá, para onde foram nomeados entre outros, os seguintes oficiais: para presidência o Tenente Coronel Luiz Moreira Serra,

que, embora não fosse deputado provincial, estava ligado aos conservadores, sendo, nos dizeres de Leverger, “ negociante e capitalista; [que] tem por vezes durante a minha administração emprestado a Tesouraria dezenas de contos de reis, por mezes, e sem exigir premio algum,” (Mato Grosso, 1851, p. 121). Para membros, foram indicados: o Major André Gaudie Ley Junior, que, além de ocupar o cargo de Coletor Geral da Província, era também negociante e proveniente de uma família ligada aos conservadores, e o Tenente Celestino Correa da Costa, figura importante do Partido Conservador, eleito deputado provincial em 1854.

Outra freguesia onde a qualificação era controlada pelos conservadores foi Santo Antonio do Rio Abaixo, para onde Leverger nomeou seu genro, o fazendeiro e dono de engenho Cesário Correa da Costa, filho de Antonio Correa da Costa, ex-presidente da província e líder de uma família considerada um dos pilares dos conservadores em Mato Grosso. É importante ressaltar que muitos dos oficiais nomeados para esses conselhos tiveram seus nomes confirmados para o Estado-Maior do Comando Superior da Guarda Nacional provincial mantendo a mesma patente ou até sendo promovidos.

Por sua vez, os liberais não ficaram de fora, fazendo sentir sua presença na freguesia de São Gonçalo de Pedro II, para onde foram nomeados como membros o Capitão João de Souza Osório, homem de posses que participava do mais alto círculo social em Cuiabá, tanto por sua condição econômica abastada quanto pelo prestígio de sua família, pois era irmão de Albano de Souza Osório, político de proa ligado ao Partido Liberal. Outro nomeado foi o Tenente Thomaz Antonio Miranda Rodrigues, político liberal eleito nas décadas de 1850 e 1860 como deputado provincial. Contudo, a presidência do conselho dessa freguesia coube ao Capitão Antonio Luiz Brandão, ligado aos conservadores.

Uma freguesia em que os liberais ocuparam todos os postos no conselho foi a de Nossa Senhora do Rosário de Poconé, tradicional reduto liberal da Província. Para essa localidade, foram nomeados os seguintes cidadãos: como presidente, o fazendeiro e Capitão Gabriel Alves da Cunha e, como membros, o Capitão João Nunes Bueno do Prado e o Tenente João Valério da Cunha. É interessante observar que todos os membros desse conselho eram parentes² pertencentes à família de Manoel Alves Ribeiro, líder incontestado do Partido Liberal em Mato Grosso até o início da década de 1850. Sobre o parentesco no século XIX, Richard Graham (1997) afirma que

² A família em questão descendia de André Alves da Cunha, um dos fundadores, em 1781, do arraial de São Pedro d'El Rey, que mais tarde se tornaria a cidade de Poconé. Segundo Quelce Yamashita (2010), diversas uniões consanguíneas surgiram na família Alves da Cunha. Dos 21 processos de solicitação de impedimento de parentesco para a contratação de matrimônio, localizados pela pesquisadora na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Poconé, nove são de descendentes de André Alves Cunha.

As famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumularam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos e, através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias [...]. Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendiam-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento (Graham, 1997, p. 39).

Como podemos observar, a família constituía um importante manancial de capital político. Todavia, não era apenas a família consanguínea que desempenhava esse papel, mas também aquela forjada por outros vínculos, como o compadrio e o casamento. Conforme aponta Ernesto Cerveira de Sena (2009), essas eram práticas bastante comuns entre os membros da elite mato-grossense, servindo tanto para “marcar a adesão e o reforço de elementos às elites, quanto para sua manutenção” (Sena, 2009, p. 11).

Retomando a formação dos conselhos de qualificação para a Guarda Nacional, inferimos que a nomeação de oficiais ligados aos liberais estava relacionada ao movimento político anunciado desde 1843, mas que só ganharia força em 1853, conhecido como Conciliação. Esse movimento buscava arrefecer a tensão entre conservadores e liberais, que embora tivessem suas divergências, não era incomum ouvir nas ruas ou ler nos pasquins o seguinte provérbio: “*não há nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder*, sendo Augusto Leverger o baluarte dessa política na Província. Uma questão nos chama atenção no provérbio citado: por que o luzia deveria ser parecido com um saquarema e não o contrário? Não poderia um conservador agir de modo semelhante a um liberal? Esse provérbio traz consigo uma forte carga hierárquica, que se torna evidente ao analisarmos o movimento da Conciliação, realizado sob a égide dos conservadores, com Honório Hermeto de Carneiro Leão à frente do Conselho de Ministros do Império.

Através da formação dos conselhos de qualificação, é possível desnudar a trama política na qual a Guarda Nacional estava envolvida, bem como sua subserviência aos interesses dos potentados locais. Segundo Leverger, embora os conselhos tivessem o objetivo de reorganizar a instituição, eles acabaram por transformar a milícia em um instrumento de manejos eleitorais, pois

Com raríssimas exceções, os Officiaes incumbidos da qualificação, não se importando com a observância da Lei, alistão, sem distincção, o maior possível numero de individuos sobre quem possuem exercer influencia para levarem ás mezas parochiaes as listas que se lhes distribuem. Attenda V. Ex^a a que não alludo a huma ou outra das parcialidades que se alcunhão políticas. Em ambas nota-se igualmente a incúria de huns e o mesquinho espírito de partido de outros (Mato Grosso, 1866, p. 12).

No entanto, não foram apenas os conselhos de qualificação os responsáveis pela instrumentalização política da Guarda Nacional. A própria organização da instituição contribuía para

que isso acontecesse, pois, após a formação dos corpos, os soldados ficavam sob o comando de um determinado chefe local, devendo a ele obediência política em troca de proteção contra o recrutamento para o Exército ou Armada. Foi o que aconteceu em 1860, na Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, situada na região sul da província, onde o Major Comandante da Seção do Batalhão daquela Vila “mandara espalhar o boáto de que fará jurar bandeira áquelle que nas próximas eleições se manifestar contra a sua opinião política” (Mato Grosso, 1860, p. 84). Em resposta a essa prática, o presidente Antonio Pedro Alencastro, recomendava ao Major “que de nenhum modo empregue a sua autoridade e influencia official contra a liberdade do voto” (Mato Grosso, 1860, p. 84).

Mais uma vez é importante frisar que ser qualificado para a Guarda Nacional era um empecilho para o recrutamento do Exército. Conforme aponta Fábio Faria Mendes (2010)

A qualificação na Guarda Nacional isentava os seus membros do serviço ativo no exército. Mesmo quando provisões legais neste sentido foram eliminadas pela lei, em 1850, na prática a Guarda Nacional continuaria representando a principal rede de proteção contra o recrutamento. A possibilidade de evadir-se do serviço ativo nas linhas representava poderoso incentivo para o alistamento na Guarda Nacional, onde o serviço era eventual e local e a disciplina muito menos rígida. Em muitos lugares, a Guarda existia apenas “no papel”, mas ainda assim servia como justificativa de imunidade ao serviço ativo (Mendes, 2010, p. 56).

Evidencias das palavras acima podem ser encontradas nas falas de José Apolinário Oliveira, encarregado pelo recrutamento na Freguesia de Nossa Senhora de Brotas, em 1853. De acordo com sua correspondência, mesmo após diversas diligências, ele conseguiu recrutar apenas três homens para o Exército, visto que os demais moradores

[...] estão todos na esperança de serem qualificados na Guarda para se verem livres, e não estando ainda qualificados, portanto espero que V. Ex^a me esclareça a respeito destes que por motivo da Guarda Nacional querem escapar do Recrutamento, finalmente se forem todos qualificados não tenho quem possa mandar recrutado findo o prazo porém V. Ex^a mandará o que for justo (Mato Grosso, 1853).

Como já foi exposto, muitos guardas nacionais eram indevidamente qualificados pelos conselhos de qualificação, cujos oficiais eram movidos por interesses privados em detrimento do público. Foi o que aconteceu no povoado de Barras, pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, onde o responsável pelo recrutamento, Francisco Paula Corrêa relatou que

O Conselho de Qualificação da Guarda Nacional neste Districto, não procedéo em regra e por isso acham-se qualificados todos os indivíduos deste Districto em cujo número de pessoas que não estão em circumstancia de serem Guardas, trabalham os membros, somente para o fim de aumentar números de guardas a fim de ter lugar a Patente de Major neste Districto, e por isso não fizeram nem huma apprehensão na relação que de Ordem de V. Ex^a remetti ao Presidente do mesmo; recebendo estas

informações do juiz de paz membro que então era do conselho; contudo acham-se dadas as precisas providências, e pesso a V. Ex^a esclarecimento se posso mandar recrutar todo aquele guarda mal Qualificados e impropriamente alistados, para minha intelligencia e pontual execução (Mato Grosso, 1851).

Percebemos, através do ofício supracitado, as dificuldades enfrentadas por Francisco de Paula Corrêa diante da necessidade de localizar homens recrutáveis para o Exército. Nota-se também que os embaraços decorriam de questões pessoais, uma vez que o presidente do conselho de qualificação atuava apenas com o intuito de aumentar números de guardas para obter a patente de major, que, além de conferir *status* e prestígio social ao seu detentor permitia a reverência dos demais membros da sociedade por meio do posto de comandante de uma Seção de Batalhão³.

Contudo, para compreender as dificuldades enfrentadas pelos recrutadores, é necessário esclarecer que, desde o período colonial e, posteriormente, no Império, o recrutamento militar forçado era descrito como uma verdadeira “caçada humana” ou, como pontuado por Mendes (2010), um verdadeiro jogo de “gato e rato”, no qual os recrutadores usavam todos os ardis para preencher as fileiras do Exército. Isso porque

Ser soldado no Brasil Imperial significava estar sujeito a longos anos de disciplina brutal e arbitrária, trabalho pesado, privação e risco de toda sorte. A disciplina militar no exército e na armada seguiria sendo rígida, até 1874, pelo código do Conde de Lippe, e a punição mais comum era o castigo das ‘prançadas’ de espada. Contrastados às terríveis realidades do serviço nas linhas, os apelos à virtude cívica e à honra militar faziam pouco sentido (Mendes, 2010, p. 44).

Pelas Instruções de 1822, eram passíveis de recrutamento os indivíduos com “nenhuma publica ocupação, ou legal industria [e os] viveiros de criminosa ociosidade” (Brasil, 1822, p. 56), ou seja, o recrutamento era um instrumento coercitivo utilizado pela “boa sociedade” para disciplinar e punir a população livre pobre. Essa assertiva fica explícita na correspondência enviada, em abril de 1850, ao presidente da província, Coronel João José da Costa Pimentel, pelo então secretário da polícia de Cuiabá, Ayres Augusto d’Araujo, onde relata que

[...] o Cirurgião Mor João Baptista Teixeira estando pelas 10 horas da noute em huma janella de huma casa da rua da Mandioca, ahi soffrera huma bordoadá, que lhe dera o paizano José Victoriano da Silva com a qual levemente lhe offendeo a parte superior da face direita. O autor deste crime é José Victoriano da Silva, o qual entrando pela casa de Severina Peixoto, pode evadir-se das deligencias do Comandante da Policia, ficando preso somente Benedito da Silva Pinto, irmão do

³ Segundo Fernando Uricoechea (1987), a unidade organizacional básica da Guarda Nacional era a *companhia*, formada por um contingente de 100 a 140 homens, sob o comando de um oficial com patente de capitão. Os distritos com menos de 60 ou 70 milicianos, tinham apenas *seções de batalhão*, sob o comando de um major. Quatro a oito companhias formavam um *batalhão*, cujo comando ficava a cargo de um tenente-coronel. A maior unidade da Guarda Nacional, até a reforma de 1850, era a *Legião* formada por um contingente de aproximadamente 1.000 guardas sob o comando de um coronel. Com a reforma da Guarda Nacional, a Legião foi substituída pelo Comando Superior.

José Victoriano como cúmplice. O crime perpetrado por ambos, é puramente particular, e a penna correspondente, quando houvesse procedência de queixa do offendido, é insignificante, para corrigir a estes dous indivíduos, que segundo conta, não turbulentos, pelo que julgo mais conveniente, que V.EX^a mandasse assentar praça em Benedito da Silva Pinto, que se acha preso na Policia, e que me autorizasse a proceder da mesma forma com o paizano José Victoriano da Silva, logo que fosse preso (Mato Grosso, 1850, grifo nosso).

Como vemos acima, Ayres Augusto d’Araujo sugere ao presidente da província que a pena mais conveniente para os agressores de João Baptista Teixeira seria o recrutamento no Exército, o que explicita as intenções disciplinadoras e coercitivas das forças de linha. Contudo, após investigações, o secretário de polícia chega à conclusão de que,

o dito Pinto não só não teve parte no acontecimento da noute de 7 do corrente, mais ainda tem a seu favor a circunstancia de ser guarda nacional Qualificado, fardado e que alguns serviços tem prestado no Quartel militar desta Capital, pelo que não o julgando em circunstancias de assentar praça, o mandei por em liberdade (Mato Grosso, 1850, grifo nosso).

Diferentemente dos qualificados para a Guarda Nacional, que pertenciam, como já tivemos oportunidade de ver, à “boa sociedade” e, conseqüentemente, ao mundo do governo, ser recrutado para o Exército como simples praça era atestar o pertencimento do indivíduo ao mundo da desordem, constituído, sobretudo, pela população livre e pobre. Segundo o ministro da Justiça, Conde de Lages

A Lei das Guardas Nacionaes deixa para o recrutamento do Exército somente aquellos indivíduos que tem de renda menos de duzentos mil reis; os Conselhos de Qualificação muitas vezes são illudidos, e qualificação os de menor renda; e depois das isenções da Lei, e do abuso dos Conselhos, qual he a maça de recrutados? He aquella que geralmente fallando, he tão distituida de educação primaria, que torna até difficultosa a nomeação de Officiais inferiores (Brasil, 1837, p. 6).

Embora o documento acima seja anterior ao período por nós estudado, seu conteúdo reflete uma prática constante ao longo do século XIX, a saber: enquanto para Guarda Nacional concorriam os indivíduos possuidores de alguma renda — às vezes menor do que a prevista em lei, é verdade — restava ao Exército, segundo o Conde de Lages, uma massa de recrutados “que geralmente fallando, he tão distituida de educação primaria, que torna até difficultosa a nomeação de Officiais inferiores” (Brasil, 1837, p. 6).

As Instruções de 1822 estabeleciam que todos os homens brancos livres, solteiros e também pardos libertos, com idade entre 18 e 35 anos, estavam sujeitos ao recrutamento. No entanto, como afirma Mendes (2010), várias profissões eram isentas, como feitores, tropeiros, artesões, cocheiros, marinheiros, pescadores, um filho de cada lavrador, certo número de empregados em cada estabelecimento comercial e estudantes. Eram dispensados ainda irmãos maiores responsáveis por órfãos menores, bem como um filho para sustentar cada viúva. Todavia, é preciso salientar que a lei

nem sempre correspondia à realidade vivida, aliás, este era um traço inerente à execução das leis e decretos durante o período imperial.

O estabelecimento legal de isenções não alterou o caráter arbitrário do recrutamento, o que motivou um grande fluxo de petições endereçadas ao presidente da província de Mato Grosso, solicitando dispensa do serviço militar. Para ilustrar, citamos o caso de José Pedro da Silva, que, tendo sido recrutado na Freguesia de Nossa Senhora de Brotas em 1850, pediu sua dispensa alegando “ser filho único de viúva [e] tem a seu cargo a sustentação de sua mãe já idosa e doente, e também a de huma irmã orphã de onze annos de idade de nome Marcelina” (APMT, 1850). Percebe-se que a petição se ampara em argumentos de cunho moral, destacando a dedicação do declarante ao sustento de sua família, não sendo ele um “viveiro de criminosa ociosidade”, como era comum pensar dos recrutados para o Exército no século XIX. Não sabemos se a alegação foi um estratagema para fugir ao serviço nas forças de linha ou se realmente cabia a José Pedro a responsabilidade mencionada; fato é que o pedido foi atendido pelo presidente da província, João José da Costa Pimentel.

A arregimentação de homens para o Exército era realizada, segundo Hendrik Kraay (1999), por autoridades civis, que muitas vezes utilizavam a Guarda Nacional para atingir o número de recrutas determinado pelo presidente da província. Foi isso que ocorreu em 1851, quando Augusto Leverger encarregou o comandante interino da Guarda Nacional, Manoel Antunes de Barros, do recrutamento nos distritos da Sé e de São Gonçalo de Pedro II, em Cuiabá. Segundo Leverger,

Recommendando-me o Governo Imperial por Aviso circular do Ministério da Guerra de junho ultimo que com o maior empenho fizesse activar o recrutamento; delle encarrego a V.m. nos Districtos da Sé e de Pedro 2º cumulativamente com os respectivos sudelegados e com o coman^{te} da Força Policial, esperando que V.m. empregará todo o seu zelo nesta parte do serviço publico, a que muito importa atender (Mato Grosso, 1851, p. 76).

Como já mencionamos, o processo do recrutamento durante o século XIX era uma verdadeira caçada humana, que, nas palavras de Mendes (2006), tinha o efeito de uma praga, visto que

vilas e cidades inteiras são abandonadas. Põe-se em movimento no recrutamento forçado um jogo de gato-e-rato: os recrutadores usam de todos os expedientes e ardis para completar suas cotas, e os recrutáveis potenciais, de sua parte, realizam esforços desesperados de evasão ou adequação às circunstâncias de isenção (Mendes, 2006, p. 125).

A citação acima é bastante elucidativa quanto às consequências nefastas do recrutamento militar. A prática de abandonar cidades e vilas para escapar à ação dos agentes recrutadores podia ser vislumbrada em várias regiões do Império, e não era diferente na Província de Mato Grosso. Em 1853, o responsável pelo recrutamento na Freguesia de Nossa Senhora de Brotas, José Apolinário de Oliveira, afirmava que “a noticia da vinda delles [guardas nacionais] não pode pegar as pessoas que

pudesse ser recrutadas, não posso dilatar mais os ditas praças no lugar por motivo que estão todas que possa-se recrutar pelas matas” (Mato Grosso, 1853).

Devido às dificuldades associadas ao Exército, o recrutamento também era utilizado como arma nas disputas políticas entre os potentados locais. Em fevereiro de 1864, o jornal “A Imprensa de Cuiabá” denunciou que

O Recrutamento no Brasil é uma perfeita caçada, e a maior parte das vezes é feito segundo o capricho e má vontade da autoridade incumbida d'elle, e especialmente quando essa autoridade é um chefe de partido, que a todo custo anhela trinfar. As intrigas, as inimizades, as paixões políticas, as eleições, e estas hoje principalmente, são a causa de taes e taes indivíduos serem recrutados, ou deixarem de ser aquelles que se achão nas condições de ser [...]. E que arma terrível não é o cargo de recrutador nas mãos de um chefe de partido, em uma localidade pequena? (A Imprensa de Cuiabá, 1864, não paginado).

Embora o periódico acima fosse o porta voz dos conservadores em Mato Grosso e as críticas ao recrutamento fossem, na verdade, direcionadas aos liberais da Província, a notícia revela uma situação nada incomum no século XIX. A arregimentação de homens para o Exército era realizada, segundo Grahan (1997), muitas vezes por capricho e inimizades, sendo o cargo de recrutador um instrumento poderoso na formação de redes políticas. Dito de outra forma, o encarregado pelo recrutamento militar poderia influenciar as eleições locais ao decidir recrutar ou não os votantes e eleitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo do texto, ser qualificado para a Guarda Nacional atestava o pertencimento do indivíduo ao mundo da “boa sociedade”, composto pelos cidadãos ativos que possuíam rendas e propriedades, podendo votar e ser votados. Fazer parte dos conselhos de qualificação para a Guarda Nacional era uma função *sine qua nom* para todos aqueles que ambicionavam ascender politicamente, pois oferecia ao seu detentor a oportunidade de estabelecer uma rede de alianças políticas, através da proteção contra o recrutamento nas forças de linha. Em oposição, ser recrutado como simples praça no Exército significava pertencer ao mundo daqueles que, por nada possuírem, eram vistos pelas autoridades imperiais como “viveiros de criminosos ociosidade”. No entanto, um exame atento da documentação revela que os encarregados pelo recrutamento, assim como os membros dos conselhos de qualificação, dispunham de uma importante arma política, o que abre novas possibilidades para refletir acerca da história política de Mato Grosso no século XIX.

REFERÊNCIAS

A Imprensa de Cuiabá. Cuiabá, 1857-1863. NDIHR/UFMT- microfilme- rolo 2.

BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1837, pelo Respectivo Ministro e Secretario de Estado **Conde de Lages**

_____. **Coleção das Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis> Acesso em 03/10/2024

_____. **Colleção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1822.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis> Acesso em 03/10/2024

_____. **Colleção das Leis do Império do Brazil,** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis> Acesso em 03/10/2024

CASTRO, Jeanne Berrance. **A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850.** São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio:** dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2005.

FERTIG, André Átila. **“Clientelismo Político em Tempos Belicosos: a Guarda Nacional na Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)”.** Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

GRAHAN, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial. **Diálogos.** Maringá, v. 3, n. 3, p. 113-151. Semestral. 1999.

MATO GROSSO. Correspondência enviada ao ministro da Justiça Eusébio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara em 31 de Dezembro de 1851 pelo presidente da Província Augusto Leverger. In: **Registro da Correspondência oficial deste governo com o Ministério da Justiça (1847-1854).** APMT. Nº 98/Estante 6. p. 115.

_____. Correspondência enviada pelo presidente da Província de Mato Grosso Antonio Pedro de Alencastro ao Comandante Superior da Guarda Nacional Coronel Manoel Antunes de Barros em 11 de abril de 1860. In: **Registro da Correspondência entre a Presidência e o Comando dos Batalhões da mesma Guarda (1852-1865).** APMT. Nº 131/Estante 06. p. 27.

_____. Correspondência enviada pelo presidente da Província de Mato Grosso Augusto Leverger ao Chefe interino do Estado Maior da Guarda Nacional Manoel Antunes de Barros em 9

de outubro de 1854. In: **Registro da Correspondência entre a Presidência e o Comando dos Batalhões da mesma Guarda (1852-1865)**. APMT. Nº 131/Estante 06. p. 60.

_____. Correspondência enviada pelo presidente da Província Augusto Leverger ao Coronel Comandante Interino da Legião da Guarda Nacional em 15 de março de 1851. In: **Livro destinado ao Registro da Correspondência entre a Presidência da Província e os Comandantes Militares, Guarda Nacional e Arsenal de Guerra**. APMT. Nº 116/Estante 6. p. 9.

_____. Correspondência enviada pelo presidente da Província Antonio Pedro de Alencastro ao Major Comandante da Seção de Batalhão da Guarda Nacional de Miranda em 7 de julho de 1860. In: **Registro da Correspondência entre a presidência e o comando dos Batalhões da mesma Guarda (1852-1865)**. APMT. Nº 131/Estante 06. p. 84.

_____. Correspondência enviada por João Viegas Moniz ao presidente da Província Augusto Leverger em 11 de abril de 1851. In: **Livro destinado ao Registro da Correspondência entre a Presidência da Província e os Comandantes Militares, Guarda Nacional e Arsenal de Guerra**. APMT. Nº 116/Estante 6. p. 23

_____. Ofício enviado ao Presidente da Província Augusto Leverger pelo encarregado do recrutamento na freguesia de Brotas José Apolinário de Oliveira em 15 de agosto de 1853. APMT. Lata 1853-B

_____. Ofício enviado ao Presidente da Província Augusto Leverger por Francisco de Paula Corrêa em 16 de outubro de 1851. APMT. Lata 1851-B

_____. Ofício enviado ao Presidente da Província Coronel João José da Costa Pimentel pelo Secretario da Polícia de Cuiabá Ayres Augusto d'Araujo em 8 de abril de 1850. APMT. Lata 1850-A

_____. Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, **Chefe d'Esquadra Barão de Melgaço**, ao entregar a administração da mesma Província em 8 de maio de 1866. p. 12.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre Anarquizadores e Pessoas de Costumes: a dinâmica política nas fronteiras do império: Mato Grosso (1834-1870)**. Cuiabá: Carlini e Caniato; EdUFMT, 2009.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX**. São Paulo: Difel, 1987.

YAMASHITA, Quelce dos Santos. **Práticas Matrimoniais na Província de Mato Grosso: o discurso moderno e os casamentos consangüíneos (1850-1889)**. Cuiabá: UFMT, 2010. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, 2010.

A PEDAGOGIA INCLUSIVA NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CUIABÁ-MT: UM BREVE ESTUDO DA PRÁTICA INCLUSIVA

Abilio Anicézio de Oliveira Filho

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Mestre em Ciências da Educação da Instituição Agência Educacional Brasileira (AEBRA) em 2019

Técnico em Administração na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

bilanil.50@gmail.com



REDM
ISSN: 2176-5804

RESUMO

Este artigo teve como objetivo investigar, de forma crítica e participativa, as políticas educacionais direcionadas à formação de jovens e adultos sob a perspectiva da pedagogia inclusiva, promovendo o engajamento nas transformações sociais e preparando para o ingresso no mercado de trabalho. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, utilizou uma abordagem bibliográfica e um estudo de caso realizado no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) em Cuiabá-MT. Buscou-se entender como as estratégias pedagógicas inclusivas eram aplicadas na prática e em que medida correspondiam às diretrizes curriculares da educação de Jovens e Adultos (EJA). Os resultados apontaram que, apesar dos grandes desafios enfrentados, o CEJA vem desenvolvendo programas inclusivos e estruturas pedagógicas que favorecem a aprendizagem contínua, incentivando o desenvolvimento de um senso crítico ao longo da vida.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Pedagogia Inclusiva. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The article aims to investigate the educational policies adopted for the training of young people and adults from the perspective of inclusive pedagogy, in a critical and participatory way in social changes, with competence to enter the job market. The bibliographical research of an exploratory and descriptive nature of a case study in the youth and adult education center in Cuiabá-MT, as a way of understanding how pedagogical strategies occur in practice from the perspective of inclusion, contemplate what they suggest the curricular guidelines in EJA. The results showed that the EJA education center, despite facing major challenges, has been developing inclusive programs with pedagogical structures that include permanent learning with the guarantee of developing critical thinking throughout life.

Keywords: Educational Policies. Inclusive Pedagogy. Youth and Adult Education.

INTRODUÇÃO

Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que enfrenta intensos desafios para conquistar seu espaço na educação básica brasileira. Esse público, formado por indivíduos que, por circunstâncias de vida, como pobreza e falta de oportunidade, tiveram suas trajetórias interrompidas, buscam hoje retomar seus estudos e alcançar novos horizontes

oportunizadas pelas políticas educacionais inclusivas. No entanto, essas políticas ainda apresentam resultados pouco expressivos em relação aos seus objetivos de transformação social e pessoal.

Dentro desse contexto, o conceito de *inclusão* ganha relevância. Nesse estudo, a inclusão é vista como um processo que possibilita ao aluno desenvolver sua autonomia e capacidade crítica, participando ativamente na transformação social. A educação inclusiva tem como meta formar cidadãos que, independentemente de suas origens, sejam solidários, acolhedores e aptos a lidar com as constantes mutações do mundo contemporâneo.

O reconhecimento histórico formal da Educação de Jovens e Adultos como parte da Educação Básica aconteceu a partir da Constituição Federal de 1988 consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96. Desde então, as orientações curriculares para a Educação Básica têm enfatizado a necessidade de atender à realidade do aluno da EJA, cuja experiência de vida e bagagem cultural merecem ser valorizadas em um contexto pedagógico. As políticas educacionais inclusivas buscam responder a novas demandas sociais e econômicas, desenvolvendo estratégias pedagógicas que estimulem o aluno a pensar, criar, questionar e sugerir a partir de vivências cotidianas e diferentes valores culturais, como defendido pela educação inclusiva (Mato Grosso, 2010).

Nesse sentido, buscando desvelar essa realidade, este estudo objetiva identificar e analisar a prática da inclusão no contexto da EJA, investigando como, na prática, as políticas educacionais inclusivas são implementadas e se atendem às expectativas e necessidades, tanto pessoais quanto profissionais, dos alunos. Pretende-se compreender como essas práticas contribuem para que os estudantes intervenham criticamente e participem das mudanças sociais, além de adquirirem habilidades para o mercado de trabalho e para uma vida social plena.

A pesquisa é baseada em um estudo de caso desenvolvido em um centro educacional de EJA, tendo como sujeitos os professores que atuam há décadas na área. Esses profissionais compartilham suas percepções sobre os reais significados de inclusão e integração e discutem o acesso à educação por grupos menos favorecidos, incluindo trabalhadores operários, pessoas desempregadas, estrangeiros, pessoas com deficiência (PCDs) e egressos do sistema prisional. São indivíduos que, devido às circunstâncias singulares, afastaram-se da escola e, por isso, tiveram seus direitos de acesso à educação interrompidos.

EJA E OS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS INCLUSIVOS

A educação, por se constituir como um processo evolutivo de inclusão social, visa o desenvolvimento cognitivo do aluno e parte da premissa de que, independentemente de sua condição

social, o indivíduo busca entender a sociedade em seu tempo, bem como as causas que influenciaram seu atraso cultural e condição de iletrado.

Em se tratando de alunos analfabetos, é essencial que o professor estimule a criticidade por meio de conteúdos de aprendizagem que estejam conectados à realidade desses estudantes, permitindo que eles compreendam por si mesmos suas atuais condições e fortaleçam suas capacidades de inclusão.

Nesse sentido, Vieira Pinto (1993, p. 85) afirma:

É evidente que se necessita aprender os elementos básicos do saber letrado, as primeiras letras, a escrita, os rudimentos da matemática, mas este saber, ainda que fundamental e indispensável, só vale por seu significado instrumental, por aquilo que possibilita ao educando para chegar a saber. É o saber para chegar a saber, para o mais saber. Por consequência, é preciso que a sociedade tenha preparado todo elenco de oportunidades de saber para ser adquirido pelo alfabetizando depois de determinada sua alfabetização. Do contrário, a simples alfabetização é um nojo sem finalidade, um luxo social que não recompensa a comunidade dos elevados custos que apresenta.

Esse trecho de Vieira aborda a importância da alfabetização não apenas como um fim em si mesma, mas como um meio para o desenvolvimento de um saber mais amplo e significativo. Destaca que, embora o aprendizado dos elementos básicos da leitura, escrita e matemática seja essencial, seu valor está no papel instrumental que desempenha, possibilitando ao indivíduo o acesso a conhecimentos mais complexos e à construção de um saber contínuo. Assim, a alfabetização deve ser vista como um ponto de partida para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, não apenas como um processo isolado. Caso contrário, a simples aquisição da leitura e escrita, sem a continuidade das oportunidades educacionais, perde seu valor prático e se torna um esforço em vão, com impactos negativos para a sociedade, que não se beneficia do potencial pleno da formação do indivíduo. A reflexão sugere que a sociedade deve oferecer uma sequência de oportunidades de aprendizagem para garantir que a alfabetização se traduza em um caminho para o conhecimento mais abrangente e transformador.

Nesse contexto, a alfabetização de adultos deve pautar-se em métodos criativos, respeitando as diferenças de experiências e hábitos individuais que passam a ser valorizados como elementos simbólicos, capazes de facilitar a compreensão do sujeito sobre o mundo em que está inserido. Neste aspecto, o papel do educador é abrir portas para que o aluno interaja ativamente no campo do conhecimento, não de forma funcional, como um mero espectador e decodificador de letras, mas como alguém que desenvolve consciência crítica e relaciona o aprendizado com os objetos e fatos do mundo. Esse processo permite que o conhecimento adquirido seja aplicado em práticas sociais significativas para o próprio aluno.

Caso contrário, a sociedade estaria se empenhando em vão, já que o simples ato de ler e escrever, em si mesmo, constitui apenas uma habilidade mecânica, um jogo de decifração, um reconhecimento de sinais gráficos arbitrários. A alfabetização só adquire valor quando conecta o aluno ao conhecimento que contribui para sua autonomia e inclusão social.

Na opinião de Vieira (1993), o adulto é um elemento central social na produção e organização social, e o caminho para a inclusão não pode ignorar essa posição. Excluir o adulto da educação é perpetuar estigmas e desigualdades, desconsiderando o valor que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) traz ao desenvolvimento social.

Lisita e Souza (2003) destacam que a escola inclusiva propõe um modelo que respeita as diferenças e contribui para reduzir a exclusão social. Esse modelo reconhece a importância de acolher aqueles que foram historicamente marginalizados, seja por questões de gênero, raça, religião, cultura, ou por deficiências físicas ou mentais. Essa perspectiva enfatiza a escola inclusiva como um modelo educacional que vai além da simples integração de estudantes com necessidades específicas, propondo, na verdade, um ambiente que respeita e valoriza as diferenças. Ao reconhecer a importância de acolher aqueles que foram historicamente marginalizados, seja por questões de gênero, raça, religião, cultura ou deficiências, o modelo inclusivo busca promover a igualdade de oportunidades e a justiça social no contexto educacional.

Esse movimento implica um compromisso com a transformação das práticas pedagógicas, para que a escola se torne um espaço de aprendizado acessível e significativo para todos, independentemente das suas condições ou características. Esse tipo de abordagem, portanto, não apenas visa a integração de diferentes grupos, mas também propõe uma mudança cultural nas instituições de ensino, estimulando a conscientização sobre a diversidade e combatendo as barreiras sociais que perpetuam a exclusão. A educação inclusiva, nesse sentido, assume um papel central na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, oferecendo a todos os indivíduos as condições necessárias para o pleno desenvolvimento de seu potencial.

No caso específico da EJA, muitos alunos se enquadram na chamada *exclusão cultural*, o que criou um estigma, rotulando esses jovens e adultos como *diferentes* ou como pessoas sem condições cognitivas favoráveis para acompanhar e questionar o processo de desenvolvimento social. Esse estigma desconsidera a capacidade desses alunos de participar da sociedade, apenas porque não dominam a linguagem padrão culta instituída pelo Estado por meio de literaturas políticas educacionais. Para Lisita e Souza (2003), os conceitos de *inclusão e exclusão* não podem ser explicados senão vinculados a desigualdades sociais, que sustentam a formação hierárquica das classes sociais.

Nesse viés, Vieira Pinto (1993) acrescenta que é um erro concentrar todos os recursos apenas na alfabetização de crianças, ignorando a educação de adultos sob pretexto dos resultados futuros. Esse desprezo fere a dignidade do adulto, que poderia contribuir de forma significativa para o avanço educacional e o desenvolvimento das gerações futuras.

Diante do exposto, fica claro que o currículo e a diversidade em sala de aula representam pilares fundamentais para o processo de inclusão social na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao mesmo tempo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA oferecem o arcabouço legal necessário para orientar a construção e implementação de práticas pedagógicas inclusivas, que atendam à realidade e às necessidades desse público específico, como será apresentado nas próximas sessões.

O CURRÍCULO E A DIVERSIDADE EM SALA DE AULA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DO ALUNO DA EJA

A literatura educacional brasileira apresenta uma pluralidade de definições para o currículo, cada uma baseada em valores e concepções específicas. Em termos amplos, o currículo pode ser considerado um programa de ensino, uma matriz curricular ou um conjunto de conteúdos, sendo a base para todas as ações desenvolvidas na escola (Silva, 2006).

Atualmente, o currículo escolar enfrenta questões associadas ao domínio econômico e cultural, que são amplamente discutidas em congressos e seminários nacionais. Essas discussões frequentemente levantam críticas sobre o que a escola vem desenvolvendo em suas atividades nas salas de aula (Fernandes, 1977).

O currículo pode ser entendido tanto como um conjunto de prescrições, que estipula o que deve ser ensinado e quando, quanto como um conjunto de atividades desenvolvidas na escola, incluindo conteúdos de formação que nem sempre são oficialmente determinados. (Forquim, 1996).

Nesse sentido o currículo consiste no conjunto de competências ou disposições adquiridas na escola por meio de experiência, impregnação e familiarização, que não estão explicitamente previstas no currículo oficial, mas são essenciais para atender às necessidades de sua comunidade escolar. Depreende-se que currículo oficial ou formal é o produto de uma cultura acumulada ao longo do tempo.

Ainda Forquim (1996, p. 187), afirma que:

A escola é o espaço institucional privilegiado que tem o objetivo de transmitir os conhecimentos, os valores, as crenças e os hábitos produzidos e acumulados na humanidade. [...] maior compreensão de que aspectos relacionados à escolha dos conteúdos do ensino e de sua incorporação aos programas escolares pode possibilitar um olhar mais crítico para questões até então restritas apenas ao plano pedagógico.

Percebe-se que o currículo tradicional não atende às expectativas e realidades de clientela da EJA. A construção curricular exige tomada de decisões em relação à seleção, organização e distribuição de conteúdos, que influenciam a formação de toda a população. Cenário comum quando se trata da EJA, historicamente marginalizada no contexto educacional regular, essas decisões têm implicações ainda mais profundas. Nesse contexto, a escola como uma instituição fundamental na transmissão dos conhecimentos e valores acumulados ao longo da história da humanidade. Ao destacar a importância da escolha dos conteúdos a serem ensinados, Forquim sugere que o currículo escolar não é neutro, mas reflete decisões sociais, culturais e políticas que impactam profundamente a formação dos indivíduos. A crítica implícita aqui é que, muitas vezes, os conteúdos escolares são escolhidos de forma a privilegiar determinadas perspectivas, em detrimento de outras que também fazem parte da realidade social e cultural. Essa reflexão aponta para a necessidade de uma maior consciência crítica sobre como os programas educacionais são estruturados e como eles podem, ou não, atender às necessidades e realidades dos estudantes.

Ao ampliar o olhar sobre a seleção dos conteúdos, o currículo escolar pode ser um espaço de reflexão e transformação, indo além da mera instrução técnica para se tornar um campo de questionamento e compreensão mais profunda das questões sociais. Isso implica que a educação deve ser um processo dinâmico e reflexivo, capaz de considerar não apenas os saberes acumulados, mas também as relações de poder, as desigualdades e as diversidades que caracterizam a sociedade. Nesse contexto, a escola se torna um espaço não só de aprendizado, mas de formação crítica e cidadã.

Hohlfeldt (2003), em seu artigo *A comunicação enquanto diálogo em Paulo Freire e Luiz Beltrão*, destaca que o termo *marginalizado* implica o reconhecimento da condição de exclusão. Segundo o autor, esse rótulo, convencionalmente imposto, ignora o contexto cultural, social e histórico dos alunos.

Na visão de Freire (1980, p. 43) “Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos”. Para ele, o mundo humano se caracteriza, assim, por ser um espaço de troca e comunicação entre as pessoas. Ele acreditava que a falta de comunicação é um dos principais fatores que contribuem para a marginalização.

Beltrão (1980) é categórico ao afirmar que existem três contextos que manifestam a marginalização: rural, urbano e cultural, e cada traz consigo especificidades originadas de suas experiências de vida, crenças e valores que, necessariamente, devem ser transformados em saberes sistematizados na escola.

Desta forma, a EJA enfrenta o desafio de construir um currículo escolar que respeite essas particularidades, conferindo identidade e valor ao conhecimento do aluno. A escola é o espaço

institucional privilegiado, por onde circulam saberes e símbolos e deve incluir práticas que reflitam a realidade dos alunos, integrando sua diversidade cultural ao processo educativo. De acordo com a Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB), a formação integral deve estar fundamentada em uma concepção ampla do currículo. Segundo Carneiro (2012, p. 312):

[...] o redimensionamento das formas de organização e de gestão do tempo e espaço pedagógicos e deve ser objeto de discussão pelos sistemas de ensino e unidades escolares, de modo a humanizar e assegurar um processo de ensino aprendizagem significativo, capaz de garantir o conhecimento a todos e que venha a se consubstanciar no projeto político pedagógico da escola, por meio da discussão dos aportes teórico-práticos e epistemológicos da inter e da transdisciplinaridade, reconhecendo nos conselhos da escola, democráticos e participativos, instâncias legítimas e fundamentais nesse processo.

Nessa perspectiva, o redimensionamento do tempo e espaço pedagógicos é crucial para tornar o ensino mais humanizado e acessível, integrando saberes por meio da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Incorporado ao projeto político-pedagógico da escola, esse processo promove uma aprendizagem mais significativa e inclusiva. Os conselhos escolares, enquanto instâncias democráticas, garantem a participação de diferentes vozes, fortalecendo o diálogo entre teoria e prática e enriquecendo a formação dos alunos.

Assim, o currículo deve refletir as práticas sociais e culturais dos alunos e da comunidade local, funcionando como um conteúdo reflexivo e com potencial formador, articulado com a educação escolar. A escola, nesse contexto, torna-se um espaço de estudo, diálogo, troca de ideias e participação política, onde todas as opiniões são respeitadas com o objetivo de construir uma política educacional mais igualitária.

Nesse sentido, segundo Freire (apud Gadotti, 1969, p.72), “a Educação de Adultos é entendida como uma educação de base linear a todas as modalidades da educação formal”, sublinhando que a educação deve ser uma ferramenta de conscientização e emancipação, e não apenas um meio funcional para o trabalho. Para Freire, a educação deve ser entendida como um meio de transformação social, e não apenas como um processo mecanicista ou utilitário voltado exclusivamente para a formação de mão de obra. Nesse sentido, ele propõe que a Educação de Adultos seja uma ferramenta de conscientização, ou seja, um processo que vai além da aquisição de habilidades práticas e abrange também o despertar para a realidade social, política e econômica dos indivíduos. A educação, dessa forma, deve capacitar os adultos não só para exercer funções no mercado de trabalho, mas também para reconhecerem seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação de adultos, sob essa ótica, se torna, portanto, um caminho para a autonomia, para a participação ativa na sociedade e para a superação das condições de opressão. Ao destacar a educação como um meio de emancipação, Freire propõe uma ruptura com a ideia de que o ensino deve ser uma simples preparação para o trabalho, ampliando sua função para a formação integral do ser humano, capaz de questionar, transformar e lutar por uma sociedade mais equânime. A crítica freiriana, então, sugere que a educação deve ser voltada para o fortalecimento da cidadania e para o exercício da liberdade, com os indivíduos se tornando agentes de sua própria história.

A esse respeito Arroyo (2005, p. 7) aponta que a educação de jovens e adultos é um campo carregado de complexidades que carece de definições e posicionamentos claros. É um espaço político denso que carrega consigo o rico legado da Educação Popular.

Arroyo (2005) observa que o currículo destinado à EJA frequentemente se limita a um padrão humanístico limitado e estreito, que ignora a diversidade do repertório cultural dos alunos ao reduzir os conteúdos a uma carga horária mínima, e a estruturas padronizadas, como exames e níveis rígidos de ensino.

Para Fischer (1992), o currículo destinado à EJA não deve ser um conjunto mínimo de conhecimentos sistematizados com caráter compensatório de reparação, mas um currículo robusto que respeite os princípios formativos da atual Legislação Educacional Brasileira (LDB 9.396/96), que determina em seu art. 1º o seguinte: “A educação abrange os processos formativos que se usa na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Nessa trilha, as ideias se coadunam já que vários estudos apontam que, apesar de haver discursos favoráveis à inclusão, a política educacional da EJA ainda carece de um currículo específico que promova a liberdade e o desenvolvimento integral dos alunos. Nesse sentido, a concepção curricular pedagógica da EJA precisa, portanto, se desvencilhar de pensamentos e tendências pedagógicas que desconsiderem a complexidade e o potencial dos alunos, construindo um caminho entre a sistematização curricular e os conhecimentos prévios dos educandos.

A LDB (9.394/96) E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EJA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos jovens e adultos em sala de aula vai além de afirmar a educação como um direito universal; ela também reforça a necessidade de inclusão e acolhimento. Carneiro (2012) aponta que, para alcançar qualidade educacional, é essencial implementar práticas inclusivas e criar uma organização escolar aberta, apta a integrar a diversidade. Para ele, a escola deve

ser um espaço acessível e acolhedor para todos, inclusive para alunos com algum tipo de limitação orgânica ou dificuldades de aprendizagem. Ele afirma que:

O critério da inclusão, como consagração do princípio da igualdade, pressupõe uma escola comum, espaço aberto para a introdução de todos os alunos no mundo social, cultural e científico. Se o mundo é de todos, a escola não pode ser de alguns (Carneiro, 2012, p. 50).

A LDB 9.394/96 defende que é dever das escolas contextualizar os programas escolares a fim de se tornem instrumentos vivos de formação crítica e de cidadania moderna e participativa. Baseada na visão de “Educação para Todos” (UNICEF, 1991), a LDB é uma legislação educacional que parte do princípio de que o processo de ensino- aprendizagem deve ocorrer de maneira ampla e significativa, por meio de parceria entre o setor público e o privado, e sempre focado na realidade dos alunos.

Desde a sua promulgação a LDB 9.394/96 vem sendo constantemente atualizada para resgatar as pessoas que não tiveram acesso à Educação Básica constituída pela Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos. No campo da Educação de Jovens e Adultos, o propósito não é apenas garantir o acesso à educação, mas oferecer um ensino de qualidade que inclua formação profissional e o desenvolvimento de uma postura crítica, capacitando os alunos a atuar como cidadãos conscientes e proativos. O Artigo 37 destaca:

A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria [...] parágrafo 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, interesses, condições de vida e de trabalho.

Por conta disso, atualmente o Poder Público, conforme o parágrafo 2º, também se responsabiliza por articular programas de formações integrados para EJA, flexibilizando horários e condições para facilitar o acesso dos alunos, especialmente aqueles que trabalham ou tem outras responsabilidades Para isso, são mantidos cursos e exames supletivos, garantindo a continuidade da formação de jovens e adultos (Art. 38).

Atualmente, as práticas da EJA refletem mudanças que desafiam governantes, sociedade, escola, alunos e famílias a compartilhar o compromisso de estimular a participação e o envolvimento dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, promovendo o desejo racional e emocional de aprender ao longo da vida. As práticas atuais da EJA não se limitam mais a um simples repasse de conteúdos acadêmicos, mas visam à formação integral do sujeito, valorizando a construção de conhecimento que seja significativo, relevante e capaz de transformar a realidade do aluno e da comunidade em que ele está inserido. A proposta de uma educação voltada para a cidadania, para o

exercício de direitos e para a reflexão crítica é um avanço importante, que torna a EJA um instrumento poderoso para a emancipação social e pessoal dos adultos.

Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC) revisa constantemente a base curricular da EJA nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em que propõe metodologias inovadoras que orientam o ensino para a transversalidade e cidadania, cujos conteúdos vão além das áreas tradicionais do conhecimento. As metodologias inovadoras propostas, que abordam a transversalidade e a cidadania, são um exemplo claro dessa evolução, indo além das disciplinas tradicionais para incluir temas que envolvem a realidade social, política e cultural dos alunos. Esse enfoque amplia a visão da educação, permitindo que os conteúdos abordem questões que impactam diretamente a vida dos estudantes e os preparem para uma participação ativa e crítica na sociedade.

No estado de Mato Grosso, as Diretrizes Curriculares atualmente adotadas para a Educação de Jovens e Adultos buscam desenvolver propostas que superem históricos de fracasso escolar, compensando o atraso intelectual motivado por práticas educativas baseadas em conteúdos infantis e supletivos. Essas diretrizes procuram evitar o processo fragmentado de ensino-aprendizagem, em que os conteúdos costumavam ser descontextualizados e desconectados da realidade dos alunos, promovendo agora uma educação voltada para a formação integral e inclusiva (Mato Grosso, 2010).

METODOLOGIA

Este estudo, de caráter exploratório e descritivo, adota um estudo de caso centrado no Centro de Estudo Supletivo denominado CEJA Almira de Amorim e Silva, uma unidade educacional urbana dedicada à modalidade da EJA. O centro de ensino atende atualmente cerca de 1000 alunos matriculados nos períodos matutino e noturno, oferecendo cursos presenciais nos níveis fundamental e médio. A instituição possui registro no INEP sob o n. 51038021.

Conforme Ludke e André (1986), o estudo de caso possui características qualitativas, voltadas para a descoberta e compreensão aprofundada do contexto. Neste caso, a revisão bibliográfica realizada nos capítulos anteriores ofereceu uma fundamentação teórica essencial para abordar a inclusão social de alunos da EJA.

Os participantes da pesquisa são professores atuantes nas quatro áreas do conhecimento na modalidade EJA, utilizando metodologias da interdisciplinaridade e transversalidade, com enfoque na valorização da diversidade cultural.

A coleta de dados incluiu métodos que possibilitam maior precisão e profundidade na obtenção das informações desejadas. A observação permite ao pesquisador estar presente no ambiente estudado, registrando a dinâmica do contexto e dos sujeitos envolvidos. Esse contato *in loco* garante

uma compreensão mais próxima da perspectiva dos participantes e fortalece a credibilidade da pesquisa (Ludke e André, 1986).

Segundo Zago (2003, p. 303), é essencial que a pesquisa ofereça flexibilidade de diálogo, possibilitando ao pesquisador alcançar o nível desejado de informações. Porém, para manter o foco investigativo, é fundamental utilizar um roteiro que direcione o pesquisador às metas pretendidas.

Além da observação e dos questionários, as entrevistas também foram realizadas como técnica complementar, promovendo uma interação mais aprofundada entre o pesquisador e os entrevistados, e permitindo uma compreensão mais detalhada das experiências e percepções dos professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa foi inicialmente pensada com o objetivo de realizar uma explanação reflexiva sobre a cultura da Educação Inclusiva no contexto da Educação de Jovens e Adultos. Para isso, foram abordados temas relativos às mudanças que vêm ocorrendo no currículo da modalidade EJA, desde o seu surgimento como movimento de educação popular até seu reconhecimento pela Constituição Federal 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), como uma modalidade da Educação Básica.

No contexto específico da escola analisada, os relatos apontam que a instituição tem se empenhado em manter e aprimorar uma cultura de educação inclusiva. As respostas obtidas, durante a entrevista com os professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos “Almira de Amorim e Silva”, em relação à Educação Inclusiva revelam uma compreensão sólida sobre a concepção no contexto da inclusão. Essa percepção se destaca principalmente em dois aspectos fundamentais do processo: a metodologia e o conteúdo, ambos considerados como instrumentos essenciais para a promoção da inclusão no ambiente educacional.

Para os professores, a educação inclusiva é uma prática realizada com dedicação e empatia, porque envolve a inclusão de pessoas de nacionalidades diferentes, pessoas com deficiência e aquelas em situações de vulnerabilidade, promovendo a interação e o respeito mútuo entre esses alunos e os alunos regulares. Assim, as estratégias inclusivas dependem de um currículo e flexível e adaptado, cuja metodologia e conteúdo exigem amplas ações estrategicamente estruturadas para atender, por meio de aulas práticas, as expectativas dos alunos, de modo diferenciado.

Quando questionados sobre o papel da escola como mediadora de inclusão, os professores afirmaram que, dentro das possibilidades, a instituição se empenha em incorporar diversas formas de aprendizagem para responder à diversidade própria da Educação de Jovens e Adultos. Esse

compromisso é voltado para atender à necessidade de formar sujeitos críticos e reflexivos, algo que constitui uma preocupação constante para professores e coordenadores. Eles reconhecem que a metodologia, bem como os recursos materiais e humanos, são essenciais para construir habilidades e competências que possibilitem a permanência ativa dos alunos no processo de inclusão.

Em relação à elaboração do conteúdo de inclusão, os professores reconhecem que esses é um dos maiores desafios, devido à diversidade de experiências e culturas presentes na sala de aula. O grupo que envolve alunos estrangeiros, pessoas com deficiências visuais e de locomoção, além de reeducandos de instituições de ressocialização. Segundo os professores, essa heterogeneidade torna difícil atender plenamente às necessidades de todos; no entanto, eles se esforçam para desenvolver atividades significativas que possam alcançar e beneficiar cada aluno, dentro das possibilidades.

Nessa perspectiva, a escola, que é uma referência na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, busca desenvolver projetos pedagógicos que agregam diversas possibilidades de aprendizagens, respondendo à rica diversidade cultural dessa modalidade e atendendo às variadas necessidades educacionais dos alunos.

Para isso, são desenvolvidas atividades que promovem a interação entre os diferentes grupos de alunos, cada qual com suas necessidades específicas. Esse espaço permite o diálogo, a comunicação, o compartilhamento e a troca de conhecimentos e experiências, o que direciona as práticas educativas de aprendizagem ao longo da vida.

Nessa perspectiva, os professores da EJA destacam a importância de uma visão ampla para atender às dificuldades de assimilação dos alunos. Para isso, utilizam recursos como materiais escritos e audiovisuais, incluindo projetores, vídeos e outros atrativos. A aprendizagem compartilhada adquire um significado peculiar, pois facilita a integração cultural e elimina barreiras; desse compartilhamento surgem contribuições valiosas e transversais.

As atividades promovem a interação entre diferentes grupos, proporcionando diálogo e troca de conhecimentos e experiências, elementos que orientam práticas educativas voltadas para a aprendizagem ao longo da vida. Para que essa aprendizagem seja significativa e construa um conhecimento real e crítico, é necessário que o professor tenha uma formação contínua.

Quando solicitados a relatar brevemente suas experiências com alunos jovens e adultos, alguns professores destacaram que a troca de conhecimentos é fundamental, pois aprendem com as experiências dos alunos. No entanto, apesar da interação e do coleguismo, eles sentem que faltam recursos para colocar em prática tudo o que definido na sala do educador, para implementar plenamente o que é planejado na sala do educador, de modo a otimizar o aprendizado dos alunos. Outros professores enfatizaram que é preciso enfrentar desafios e barreiras para dar aulas contextualizadas,

Apesar dos esforços da escola, os professores acreditam que é necessário maior apoio do governo por meio da SEDUC/MT, e ressaltam que a capacitação permanente é fundamental para trazer inovações à prática pedagógica. Essa formação permite que compreendam melhor as necessidades dos alunos em relação às constantes transformações sociais, capacitando-os a aprender e a se tornar agentes críticos e ativos nas mudanças de forma consciente.

Nesse sentido, o aluno deixa de ser alienado e se torna um sujeito crítico, o que representa o propósito do direito — antes negado aos alunos da EJA — de aprender de forma contínua sobre seu contexto e cotidiano ao longo da vida. O professor da Educação Básica Inclusiva, por sua vez, precisa adaptar atividades e desenvolver estratégias para possibilitar um recomeço permanente, levando em conta as circunstâncias e condições de vida dos alunos.

Para isso, é preciso apostar nas relações éticas e afetivas entre os alunos, sejam aqueles com alguma deficiência — de locomoção, visual ou de comunicação, como no caso de alguns estrangeiros por conta da linguagem — sejam aqueles considerados alunos regulares. Os professores destacam também que a distinção entre *alunos regulares normais* e *alunos com deficiência*, assim como entre estrangeiros e egressos do sistema prisional, muitas vezes reforça preconceitos e estigmas.

Ainda assim, os professores são unânimes em afirmar que trabalhar na Educação de Jovens e Adultos é uma experiência de grande enriquecimento profissional, pois a aprendizagem ocorre em uma via de mão dupla. Os alunos, com suas diversas vivências, trazem conhecimentos valiosos que constantemente contribuem para o desenvolvimento das aulas. Dessa forma, a prática educativa na EJA não só promove a inclusão e o aprendizado contínuo, mas também se reafirma como um espaço de transformação mútua, onde professores e alunos se enriquecem e crescem juntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se mostrou altamente significativo do ponto de vista teórico, por meio de intensas leituras e de relevantes trabalhos voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas fontes revelaram práticas pedagógicas oriundas de políticas públicas fragmentadas e, muitas vezes, discriminatórias que inviabilizavam a inclusão plena no contexto da EJA, cujo objetivo é proporcionar aos alunos a oportunidade de serem tratados de forma igualitária aos da escola regular, conforme o sistema nacional de ensino.

Um dos principais achados foi em relação aos conteúdos, metodologias e temas recorrentes nos discursos do campo pedagógico e na formação dos professores, considerados fundamentais para a pedagogia inclusiva. Esses conteúdos, muitas vezes, deixavam de valorizar as experiências de vida, a cultura e os costumes dos alunos da EJA. Em razão do analfabetismo que prevalecia entre os anos

1960 e 1990, as práticas sociais desses alunos não eram formalmente reconhecidas no contexto escolar.

Houve muitos problemas, desafios e barreiras em torno do reconhecimento desse direito. Um dos principais obstáculos foi a formação dos professores para atuar com esse público, considerado à época *quase imperfeito*. Os docentes não tinham preparo específico, e tanto a metodologia de ensino quanto os recursos materiais disponíveis não atendiam às reais necessidades desses alunos. Foram realizadas várias tentativas, especialmente no combate ao analfabetismo, focando apenas na decodificação e no reconhecimento de letras para finalidades funcionais, muitas vezes voltadas aos interesses dominantes.

Os professores não estavam adequadamente preparados para lidar com as expectativas dos alunos da EJA, que traziam experiências de vida significativas e, ao mesmo tempo, se sentiam isolados, limitados e oprimidos por conteúdos e metodologias descontextualizadas. Nesse sentido, faltava uma abordagem que valorizasse a diversidade e respeitasse as limitações dos alunos, promovendo a superação de barreiras atitudinais, como o preconceito e a discriminação, e de barreiras físicas, como a falta de interação e de comunicação. A ausência de diálogo entre alunos e professores tem sido um dos maiores entraves na construção de um ambiente pedagógico inclusivo e interativo.

Nesse contexto, observou-se que a escola pesquisada vem buscando alternativas pedagógicas inclusivas. As práticas observadas são um exemplo dessas conquistas, embora a Educação de Jovens e Adultos ainda enfrente desafios, especialmente na política de formação continuada de professores, que visa atender às necessidades dos alunos.

Os entrevistados afirmaram que é ínfima a participação da Secretaria de Educação do Estado em ofertar cursos de formação continuada para os professores. Fora isso, a escola se apoia em eventos como encontros, congressos e seminários pontuais. Atualmente, cerca de 80 alunos com múltiplas deficiências, estrangeiros e egressos do sistema prisional estão matriculados. Esses alunos, incluindo aqueles com deficiência, participam das aulas regulares e têm acesso a atividades de apoio em turnos alternados.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos Almira de Amorim e Silva se destaca como referência em educação inclusiva, buscando agregar todas as possibilidades de aprendizado e abordando a diversidade por meio de um currículo aberto e flexível, com o objetivo de formar sujeitos críticos. Para tanto, adota metodologias e recursos materiais e humanos padronizados, garantindo que sua equipe tenha habilidades e competências para atuar de forma ativa no processo de inclusão.

Para os professores, a elaboração de conteúdos inclusivos é um dos maiores desafios, considerando a diversidade de experiências e culturas em sala de aula. Esse é um dos aspectos mais

preocupantes, pois é difícil contemplar todas as necessidades; no entanto, os docentes se esforçam para desenvolver atividades significativas que alcancem todos os alunos.

Segundo os professores, a Educação Básica inclusiva precisa flexibilizar as atividades, desenvolvendo estratégias para proporcionar recomeços constantes, adaptados às circunstâncias e condições de vida dos alunos. As relações éticas e afetivas entre alunos e professores são essenciais, tanto para aqueles com alguma deficiência (de locomoção, visual ou de comunicação, como os alunos estrangeiros) quanto para os alunos regulares.

Os professores se opõem à separação e distinção entre *alunos normais* e alunos *com deficiência* ou *estrangeiros e egressos do sistema prisional*, pois essa visão, segundo eles, acaba gerando estigmas no processo de aprendizagem inclusiva.

Em relação à avaliação, as atividades pedagógicas diárias mostram que a escola rompe com uma visão fragmentada, interligando as diferentes disciplinas e valorizando o pluralismo de ideias, as subjetividades e as diferenças dos alunos. Assim, a avaliação ocorre de maneira contínua, por meio de relatórios dos professores, questionários, trabalhos desenvolvidos em oficinas e análises do impacto das intervenções pedagógicas. Esses dados são socializados em grupos de estudo, nos quais são definidas novas estratégias metodológicas.

Embora este estudo tenha sido realizado em apenas uma unidade educacional da EJA, os resultados são positivos, especialmente à luz dos referenciais teóricos que destacam a importância da educação inclusiva. As opiniões dos professores entrevistados e as evidências documentais indicam o compromisso com a metodologia inclusiva defendida pelas diretrizes curriculares de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BELTRÃO, Luís. **Folk comunicação**: a cultura dos marginalizados. São Paulo: Cortez. 1980.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** – Revisão do Artigo 33 – Lei nº 9.475/1997. Brasília: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19475.htm. Acesso em: 05 jul. 2024.

CARNEIRO, M. L. F.; SILVEIRA, M. S. Objetos de aprendizagem sob o ponto de vista dos alunos: um estudo de caso. **RENOTE** - Revista Novas Tecnologias na Educação, porto Alegre, v. 10, n.3, p. 312, 2012.

FERNANDES, F. **Os círculos da história**. São Paulo: Hucitec, 1977.

FISCHER, N. B. Uma política de educação pública popular de jovens e adultos. **Revista em Aberto**, Brasília, ano 11, n. 56, 1992.

FORQUIN, J.C. As abordagens sociológicas do currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n.1.1996, p.187.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1969.

HOHLFELDT, A. A Comunicação enquanto diálogo em Paulo Freire e Luiz Beltrão. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], n. 11, 2011. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/35>. Acesso em: 5 jul. 2024.

LISITA, V.; SOUSA, L. (org.) **Práticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação/SEDUC, Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais/SAPE, Superintendência de Educação Básica/SEB. **Orientações Curriculares para a Educação Básica**. Cuiabá. 2010.

SILVA, A. M. M. **Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social**. Recife: ENDIPE, 2006.

UNICEF. Plano de Ação para Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. **Conferência Mundial de educação para Todos** (Jomtien/Tailândia, 5 a 9 de março de 1990). Brasília: UNICEF, 1991.

VIEIRA, P. Á. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ZAGO, N. **Itinerários de pesquisa: Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARIO BENEDETTI: ENTRE MEMÓRIAS E DIÁSPORA EM “GEOGRAFÍAS”

Ana Paula Ennes de Miranda Eto

Mestre em Educação pela UFMT

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFMT

anaennesmiranda@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho surge na ideia de aproximação de questões ligadas às vivências e experiências daqueles que, imersos em meio a um contexto político-social de ditadura latino-americana do séc. XX, sofreram mudanças bruscas, tolhidos em sua liberdade de permanência em solo nativo, tendo que se deslocarem para outros países. Com isso, surgem rupturas que se desdobram em angústia, nostalgia e, em idealizações utópicas, surge a esperança do ideal através de projeção ficcional de suas memórias. O trabalho é dividido em três partes: a primeira, sobre cenário político-social latino-americano dos noventa; a segunda com a perspectiva intelectual e ideológica de Benedetti e, a terceira, sobre a análise do conto ‘Geografías’ sob a ótica da autoficção e do fenômeno da Diáspora. Para análise e discussão será utilizado autores da pós-modernidade como Foucault, Baumann, Stuart Hall entre outros.

Palavras-chave: Mario Benedetti. Intelectual. Diáspora.

ABSTRACT

El presente trabajo surge de la idea de reunir temas relacionados con las experiencias vividas por quienes, en el contexto político y social de la dictadura latinoamericana del siglo XX, XX, experimentaron cambios repentinos, obstaculizados en su libertad de elección territorial a la que pertenecen, debiendo trasladarse a otros países, experimentando rupturas que fomentaron angustias, nostalgias y utopías en la esperanza del ideal a través de la proyección ficcional de sus memorias. La obra se divide en tres partes: la primera, sobre el escenario político y social latinoamericano del siglo XIX; el segundo con las perspectivas intelectuales e ideológicas de Benedetti y, el tercero, sobre el análisis del cuento 'Geografías' desde la perspectiva de la autoficción y el fenómeno de la Diáspora. Para el análisis y discusión se utilizarán autores de la posmodernidad como Foucault, Baumann, Stuart Hall entre otros.

Keyword: Mario Benedetti. Intelectual. Diáspora.

DOS NOVECENTOS: CENÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO LATINO-AMERICANO

No decorrer dos últimos dois séculos a identificação social, cultural e política latino-americana tem sido objeto de atenção, o que proporcionou várias interpretações a respeito de sua formação, realidade e futuro. Segundo (Aggio; Pinheiro, 2012, p.32), em um contexto de múltiplas elaborações, a figura do *intelectual* se tornou relevante, pois vem desempenhando um papel essencial nos apontamentos críticos de natureza social e política quanto às contradições e tensões, direcionando encaminhamentos.

Desde o período colonial e especialmente a partir da independência, os intelectuais latino-americanos manifestaram de muitas maneiras uma perspectiva identitária diferencial do modelo anglo-americano, quanto do europeu. Dentre os que abraçaram essa perspectiva, alguns intelectuais escritores que, em posição de engajamento e função, militaram em partidos políticos, e vieram a ocupar cargos políticos no Estado.

Diante desse protagonismo, sua figura se apresenta carregada de diferentes representações geográficas e identitárias, aderindo ideários de acordo com as manifestações sociais, políticas e culturais. Muitos destes atores sociais, atrelados ao poder, e a um contexto de Revolução e Democracia, se entrelaçam em interpretações sobre o continente latino-americano. Desta forma, (Aggio; Pinheiro, 2012, p.32) concebe intelectuais como uma categoria social definida, motivada por inclinações político-éticas cuja função está no encaminhamento, elaboração e difusão de ideias.

No ano final da década de 1950 e início de 1960, eclodiu a Revolução Cubana (1959), movimento de tomada de poder por Fidel Castro e seus companheiros contra a oposição ditatorial de Fulgencio Batista. Segundo Emir Sader (2005), esse processo ocorreu acompanhado da decepção do povo perante o quadro de miséria, corrupção, falta de liberdade e dependência em relação aos Estados Unidos. Todo esse processo aconteceu dentro de um quadro histórico de lutas frustradas de independência iniciado na segunda metade do século anterior. E, a nomeação do processo de Revolução se deu a partir das mudanças ocorridas pelo movimento, transformações essas nas ordens política, social, econômica e ideológica.

Esse movimento se tornou um marco histórico para a Latino América pela sua característica literal de *Revolução*, que veio marcar e influenciar um ideário de unidade e identidade latino-americano. Segundo Bobbio (2015), a partir deste período o intelectual deixa sua forma tradicional de *viver para as ideias* para uma nova concepção — *viver das ideias*, o que o encaminhou para a legitimação de uma nova configuração crítica e especializada. Para (Aggio; Pinheiro, 2012), esse novo campo de produção, os novos estilos de pensamento servem aos diferentes grupos da sociedade moderna, sendo eles representados como sujeitos éticos e morais que, na esfera política, servem como ponte entre necessidades da sociedade e o Estado.

Esse papel intelectual fora exercido muita das vezes por escritores que, se utilizando da circulação de suas opiniões por meio dos instrumentos de comunicação, contribuíram nos encaminhamentos e formação de opiniões públicas. Em meio a este cenário, especificamente no Uruguai, a partir de 1939 surge a formação de escritores de uma nova geração denominada posteriormente, por Emir Rodriguez Monegal, de *Geração dos 45* (terminologia usada como denominação de um grupo de literatos uruguaios em sua obra *Literatura uruguaya del médio siglo* publicada em 1966). O grupo tinha como característica o espírito crítico juntamente com o processo

de modernização. Teve como marco a publicação da obra *El Pozo*, em 1939, por Juan Carlo Onetti, juntamente com abertura do semanário *Marcha*, jornal em formato diário dirigido por Aníbal Quijano.

O semanário ganhou expressão cosmopolita, por ter colunas assinadas por escritores de toda a América Latina. Segundo (Blanco, 2006), com essa característica, o *Semanario Marcha* serviu de referência e vetor influenciador de posicionamento crítico aos leitores.

Ángel Rama, em sua obra *La generación crítica*, publicada em 1972, denomina este grupo de “Geração Crítica”, pois acredita representar a expressão crítica-política-social que seus integrantes determinaram em seus escritos nesta época. Para Rama, esse movimento se estende no Uruguai de 1939 a 1969, no qual se questionam a realidade nacional em todas as suas dimensões. Essa nova geração, formada por periodistas, professores, ensaístas, políticos, abriu uma época cultural que se caracterizou por sua modernidade, entendida como rupturas formais com os pressupostos socioculturais vigentes e como crítica ao passado, ao atual e ao imediato. Literariamente, promulgou-se o realismo pela modernização ideológica burguesa, deixando de lado o discurso oficial, estabelecendo em seu lugar a importância da cidade, sua realidade e transformações. Para tanto, deixou-se de lado o vislumbre do Uruguai como Suíça da América, iniciando uma análise ácida sobre o seu real contexto político o qual refletiria em seus aspectos sociais e econômicos. (Blanco, 2006, p. 33-37).

Diante deste contexto, um intelectual nos termos descritos acima, tendo a escrita como meio de manifestação e atuação, protagonista deste artigo, integrante do movimento uruguaio da Geração dos 45, se fez notar por seu espírito poético e ao mesmo tempo crítico, notório por sua simplicidade na forma de escrita, voltando sua escrita ao leitor não só erudito como popular. Seu nome: Mario Benedetti.

Mario Benedetti, segundo (Volpe, 2003), representa para a literatura do Uruguai um marco intelectual que se destaca na literatura latino-americana. Como escritor, possui uma produção literária de mais de sessenta títulos, entre romances, contos, poesias, ensaios, crônicas, crítica literária, teatro e jornalismo. Na atualidade, devido à procura de suas obras, muitas delas foram traduzidas em mais de vinte línguas e adaptadas para televisão e cinema e, alguns de seus poemas, musicados. Mario Benedetti, no Uruguai, é considerado um dos poetas mais populares, pois consegue exprimir por meio de suas palavras sentimentos, ações, que ora se traduzem em transfigurações do popular, ora em ideologias e contextos políticos disfarçados em meio a narrativas contadas ou explicitadas em seus escritos. Diante de tal representatividade literária, não podemos deixar de destacar o que virá como cenário deste artigo: a produção crítica, social e política demarcada em seus escritos em período anterior ao exílio, mais precisamente durante o período do *boom* literário, compreendido entre as décadas de 60 a 70, o qual será posteriormente explicitado.

Mario Benedetti foi exilado do Uruguai em 1974, retornando apenas em 1984, passando, portanto, dez anos entre Argentina, Peru, Cuba e Espanha. Vivenciou o impacto social e político da Revolução Cubana e se instrumentalizou dos recursos que o mundo das letras lhe proporcionou (livros, jornais, revistas)

Cronologicamente, como literato jornalístico exerceu em 1943 o cargo de diretor da revista literária *Marginalia*, publicando também um volume de ensaios denominando *Peripeçia y novela*. Continuamente, em 1945 participou da equipe de outro jornal, o *Semanário Marcha* e, em 1949, se tornou membro do conselho de redação da revista *Numero*. Destacou-se por sua participação ativa como militante político em prol da valorização do nacional e da democracia, foi membro do secretariado provisório do *Movimiento de Independientes 26 de Marzo*, fundado em abril de 1971, e membro do partido *Frente Amplio*, assim como diretor em Montevideu do Departamento de Literatura Ibero-americana na Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidade da República. (Poyes, 2010).

Como vários outros intelectuais latino-americanos do período, seus escritos em linguagem simples, com objetivo de alcance universal, serviram de meio de denúncia, pronunciamento transformador contra a opressão, trazendo esperança e meios de reversão a esse fato.

Para (Benedetti, 1967), o intelectual, em particular o escritor latino-americano, detém a obrigação de assumir em seus escritos uma condição de transformação político-social em prol do bem estar social. Acredita que os especialistas mais experimentados, incluindo os chefes de governo, por deterem mais informações do que a população, não podem ocultar suas intencionalidades e sim ter suas convicções voltadas ao bem maior social. Um simples militante político pode refugiar-se operacionalmente de modo confortável em relação aos seus ideais, mas o intelectual, por ter função de indagador, não tem outra saída a não ser pensar com sua própria ideia. Vislumbra esta tarefa como ingrata no sentido de se situar, devido a suas tarefas e ideologias, em fogo cruzado pela própria condição de ‘agente’, o que afirma sua posição como intelectual. Acredita também na ligação que o escritor tem com seu leitor, pois o escritor deve escrever suas ideias de forma que estejam ao alcance de seu leitor, que o façam pensar, que o contagiem, seja por contradições ou provocações. Essas afirmações de Benedetti lhe configuram um perfil de autor crítico que busca transformação e posições político-sociais que venham a valorizar e engrandecer a sociedade hispano-americana.

Benedetti com sua escrita simples, acessível e, de certa forma, direta e objetiva, sempre em tom poético, traz em Geografia seu olhar de pertencimento, de original, que pelo exílio, é carregado de saudade e crítica felina ao sistema.

MARIO BENEDETTI: GEOGRAFIAS E PERSPECTIVA DE UM INTELLECTUAL LITERATO ENGAJADO

Autor do objeto de análise deste artigo, o conto “Geografías”, Benedetti passou a maior parte de sua vida em *Montevideo*, local de presença e de grande significância na maioria de seus escritos. Escritor de novelas, contos, poesias e romances, traçava em suas linhas todo sentimento pelo Uruguai, retratando a realidade, o cotidiano, fatos, geografias e relacionamentos. Considerado por muitos críticos literários como um escritor ‘realista’, procura compartilhar com seus leitores seu olhar e perspectiva sobre a latino américa, vislumbrando-a de um olhar comum, de forma humanizada, transbordando na palavra sentimentos, realidades e utopias em movimento

para uma emancipação. Sua escrita, de forma clara e simples, tem o poder de capturar o leitor, levando-o a sentidos, significações que lhe proporcionam adentrar em um novo de estado de sentidos entre pensamento/sentimento. Focado no comum e no cotidiano, consegue desmistificar a figura do poeta, pois seus escritos estão em uma linguagem clara, simples e ao acesso de todos. Em outras palavras, ajuda o leitor, a partir da realidade dita, a reencontrar uma outra, transformando a original. De forma a investir na polifonia, ecoa sua palavra e ideologia por vários gêneros literários, com a intenção de trazer à tona uma realidade latino-americana, fruto de uma *hibridação*, mas com vozes locais que falam de seu lugar, de sua identidade. Para (Canclini, 2013), *hibridação* implica o trânsito, tanto de grupo humanos como de ideias, formas, valores, gostos, informações e sentidos, todos porosos e, portanto, permeáveis.

Esse engajamento ideológico e essa forma literária trazem como perspectiva a busca da cumplicidade do leitor na avaliação das tradições a partir de sua própria realidade.

Nessa prática, foi escritor, editor e ensaísta de jornais como *Número*, *Marcha e Marginália*, nos quais, pela crítica, exerceu sua identidade político-social-cultural, bem como defendeu a perspectiva de liberdade e direitos.

Criada no século dos embates ideológicos, *Marcha* foi uma “trincheira de ideias”. *François Dosse* sustenta que o ano de 1968 representa o marco de transição entre a modernidade e a pós-modernidade. Mesmo que o projeto intelectual do belicoso periódico de Montevideú tenha transposto esse marco, os intelectuais que tomaram o seu timão [...] formaram-se todos sob o influxo do *zeitgeist* da primeira metade do século XX; foram, portanto, na acepção dada por *Zygmunt Bauman* [...] intelectuais polifônicos, que acreditavam na ligação entre Literatura e política e da estética e da ética (Couto, 2008, 31).

Em afirmativa, (Foucault, 1979), “O intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência”.

Sendo membro da “Geração de 45”, um grupo preocupado em mediar trocas culturais contribuindo para a formação de uma identidade social e cultural do país e latino-americana,

Em seu exercício como poeta, ensaísta e narrador, contribuiu de forma fundamental para o plano ideológico e cultural após o período pós-modernista da literatura hispano-americana uruguaia e latino-americana, enaltecendo a “realidade sem enfeites” e, delineando de forma ficcional, comportamentos, geografias de espaço e tempo, o Uruguai. (NODAL, 2014, p.19)

Em seu livro *Letras del continente mestizo*, Benedetti estabelece a importância do intelectual literato na formação do pensamento crítico-reflexivo do leitor:

[...] a comunicação que evidentemente se vai estabelecendo entre autor e leitor, esse alcance da obra literária a setores públicos cada vez mais amplos, traz consigo também novos reflexos, novos deveres, novas leis de inter-relação. Qualquer leitor medianamente sensível ou inteligente está hoje disposto a admitir que o escritor lhe provoque, o contradiga, o faça pensar, lhe contagie dúvidas. (BENEDETTI, 1967, p. 15)

O engajamento crítico-político de Benedetti entre literatura e política foi evidenciado pelos jornais, e se mostrou mais fortemente após o caso Padilla (caso em que jornalista e intelectual cubano, Padilla, foi preso em março de 1971, pelo regime de Fidel Castro, por denunciar em seus livros *Fuera de Juego e Provocaciones* as mazelas das autoridades cubanas). Diante do ocorrido, Benedetti, em seus artigos, critica o cerceamento à liberdade de expressão em Cuba e a perseguição política de intelectuais cubanos pelo governo de Fidel Castro.

[...] deixa claro sua separação entre literatura comprometida e literatura política. A primeira “manteria o valor literário ao lado (ou talvez antes) do compromisso, até para dar validade à estrutura da obra que carregará uma intenção ou uma mensagem. (ROCCA, 2014 p. 83)

Neste cenário de engajamento político, também tem como pretensão requerer, pelos seus escritos, a amortização da passividade dos uruguaios:

Falta paixão, e paixão gritada, ou pensada aos gritos. É preciso gritar nos ouvidos das pessoas, já que sua aparente surdez é uma espécie de autodefesa, de covarde e má autodefesa. É preciso conseguir acordar nos outros a vergonha de si mesmos, substituir neles a autodefesa pelo nojo de si mesmo. No dia em que o uruguaio sentir repulso pela sua própria passividade, esse dia se transformará em algo útil (BENEDETTI, 2011, p. 181)

Tais afirmativas configuram ao autor um perfil crítico engajado em posicionamentos que venham a valorizar e engrandecer a sociedade hispano-americana. Sob essa égide, (Benedetti, 1960) defende o que denomina, ética do comprometimento: comprometer-se significa falar de acordo com o que pensa, agir de acordo com o que se fala, e, finalmente, assumir a responsabilidade dos próprios atos.

DA DIÁSPORA

Bobagens que você inventa no exílio para tentar se convencer de que não está ficando sem paisagem, sem gente, sem céu, sem país. As geografias, que delírio bobo (BENEDETTI, 2013, p.16).

É assim que o narrador, nas primeiras linhas do conto, descreve seu estado, em fenômeno de ‘Diáspora’. Um lamento configurado em identidade-espaco-pertencimento. A figuração é composta por paisagem, gente, céu e pátria. Todo um entorno com elementos que retratam uma territorialidade habitada, sentida e significada. Exprime sua identidade na falta, no não pertencimento, que o remete a uma tentativa de convencimento de que não está perdendo sua ‘Identidade’.

Esse estado de identidade abalada em seus sentidos e significações, que tenta ser fixada como o que o narrador denomina de ‘delírio bobo’, é explicado como processo de produção da identidade:

O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. [...] Tal como a linguagem, a tendência da identidade é

para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade. (Silva, 2000, p.87)

Essa configuração identitária parte de memórias, de significações as quais Pierre Nora (1993) denomina de *Lugares de memória*. Nora debate sobre as particularidades da história e memória. A primeira nos remete ao passado, a reconstrução problemática e incompleta de algo que não existe mais, sendo um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Já a memória, ela é viva, podendo ser sacralizada, por conter subjetividades e fatos de vínculo afetivo, o que lhe torna suscetível à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente do que irá ou não ser lembrado, com deformações sucessivas, com acréscimos ou decréscimos de conteúdo, vulnerável aos usos e manipulações. Diante disso, o conto *Geografias* se mostra como uma autoficção em que Benedetti, a partir dos personagens Roberto, Bernardo e Delia, retrata o resgate desse lugar sagrado, Montevideo, com suas experiências afetivas, ideológicas, singulares e sociais, transmutado em personagens, fatos e sentimentos. Segundo (Graziadei, 2015), a autoficção propicia ao autor expor, em sua criação literária, o não dito de uma história, a partir da transformação de uma experiência vivida em narrativa criativa. Possibilita ressignificar ou enfatizar fatos históricos, através de personagens e enredos fictícios.

Nesse movimento de vivência-ficção, tece com palavras as experiências daqueles que sofreram a violência do exílio, o sentimento da diáspora e o da materialização, mesmo que utópica, de seu lugar sagrado.

Pelo menos uma vez por semana, Bernardo e eu nos encontramos no café Cluny para mergulhar (diante de um *beaujolais*, ele; de um *alsace*, eu) nas benditas geografias. Um jogo elementar e meio opaco, que só se explica pela chatice. Mas a chatice, porra, é uma realidade. Me chateio. Logo existo. E por isso o jogo tem lá o seu encanto. (Benedetti, 2013, p.16).

O exercício que o autor traz, em rememoração ao que lhe pertence, ao que lhe é sagrado, é um jogo em que Bernardo e Roberto se colocam, o que denomina de *mergulho nas benditas geografias*.

Rememorando essas geografias traz também, em contraponto, a percepção de sua impotência, da impossibilidade de não fazer mais parte da realidade utópica, almejada, de estar em sua terra sagrada. E logo o descreve como *um jogo elementar e meio opaco*, que gera um sentimento de chatice, mas por sua vez, oferece um certo encanto, por essa realidade não pertencer ao local almejado, seu país, o Uruguai.

Segundo (Said, 2005), a experiência daquele que não foi somente forçado a deixar seu país, mas como a viver longe de casa, dos seus, por forças de poder, não por opção, experimenta, o tempo todo, o estado permanentemente de ligação torturante e vazio:

Há algo fundamentalmente desconcertante nos intelectuais que não têm escritórios seguros, nem território para consolidar e defender; por isso, a autoironia é mais frequente do que a pomposidade, a frontalidade melhor do que a hesitação e o gaguejo. Mas não há como evitar

a realidade inescapável de que tal representação por intelectuais não irá trazer-lhes amigos em altos cargos nem lhes conceder honras oficiais. É uma condição solitária, sim, mas é sempre melhor do que uma tolerância gregária com o estado das coisas. (Said, 2005, p. 17).

E nesse jogo de rememoração, há um desprendimento da realidade, do presente, de retorno ao passado, por fragmento de lembranças, objetivando locais, paisagens, sujeitos com sua história, em prol do resgate de uma configuração utópica, de memória, como que a compor um cartão-postal no qual essas memórias viram elementos dessa composição que podem levar à finalização ou não dessa configuração:

[...] E, portanto, o jogo tem suas cócegas. É assim: um dos dois pergunta sobre um detalhe (não privado, mas público) da longínqua Montevideu: um prédio, um teatro, uma árvore, um pássaro, uma atriz, um café, um político foragido, um general aposentado, uma padaria, qualquer coisa. E o outro tem que descrever aquele detalhe, tem que aproveitar sua memória para extrair dela seu cartão-postal de dez anos atrás ou desistir e admitir que não se lembra de nada, que aquela figura ou aquela informação foram apagados, eles não ficam mais em seu arquivo mnemônico [...]. (Benedetti, 2013, p. 16).

Nessa perspectiva, levada para uma realidade utópica, aquela em que possa tocar os sentidos e sentimentos:

A utopia é um lugar fora de todos os lugares, mas é um lugar onde terei um corpo sem corpo, um corpo que será belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal em sua potência, infinito em sua duração, desligado, invisível, protegido, sempre transfigurado; e é bem possível que a utopia primeira, aquela que é a mais inextirpável no coração dos homens, seja precisamente a utopia de um corpo incorpóreo. O país das fadas, dos duendes, dos gênios, dos magos, e bem, é o país onde os corpos se transportam à velocidade da luz, onde as feridas se curam imediatamente, onde caímos de uma montanha sem nos machucar, onde se é visível quando se quer e invisível quando se deseja. (Foucault, 2013, p. 8).

Contempla a formação da figuração de Identidade por meios de recordações e relato de figuras, fatos e espaços públicos, descrevendo detalhes, feitos e ideologias:

[...] detalhe da frente do cavalo perna no monumento ao gaúcho, e outra, não menos venenosa, sobre as janelas do Palacio Salvo, décimo primeiro andar, que dão para a Plaza Independência. (Benedetti, 2013, p. 17).

Pelo traçado do perfil ideológico e ativista dos personagens:

Em 1969, antes do delírio militante e da loucura repressiva e do grafite nas paredes e na clandestinidade irreversível [...]. [...] Depois vieram os tempos difíceis e os respetivos militantes começaram a nos separar. Os horários (também luta política também tem horários e quão severa) conspiraram contra nós. Às vezes passávamos quinze dias nos vendo apenas em alguma assembleia e, mesmo assim, começamos a discordar: mais de uma vez, no momento-chave da votação da madrugada, eu levantava a mão e ela não, ou ela se levantava dela e o meu no bolso. (Benedetti, 2013, p. 17).

Para (Hall, 2003, p. 15-16), [...] a identidade é um lugar que se assume, uma costura de composição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada. E nesse movimento de rememoração entre os personagens, é forjada uma composição transfigurada por fragmentos de fala, como num jogo de quebra-cabeças, cujas peças vão compondo o cenário vívido de Montevideo:

Ah, mas acho que você não reconheceria a cidade. Ambos perderiam aquele jogo de

geografias. Por exemplo? Dezoito de julho não tem mais árvores, sabia? Oh. De repente, percebo que as árvores do Dezoito foram importantes, quase decisivas para mim. Sou eu que eles mutilaram. Fiquei sem galhos, sem braços, sem folhas. Impercetivelmente, o jogo das geografias torna-se uma indagação ansiosa. Começamos a rever a cidade, a nossa, a minha e a do Bernardo, com perguntas prementes. Ocorre a Bernardo perguntar sobre La Platense. Nossa, que idade, diz Delia. Derrubaram, hoje é o Banco Real, um prédio moderno, bem bonito, cheio de cristais. Digo que *La Platense* cumpriu sua tarefa na rica história do kitsch vernacular, jamais esquecerei seus vitrais, com aquelas pinturas berrantes, de velhos esqueléticos de lágrimas gordas, e filhos desamparados da pobreza generosamente reconstruídos. Delia interrompe para me dizer para não ser injusto, que naquela vitrine também havia lápis e compassos e aquarelas e pincéis e pastéis e molduras e papelão. Sim, claro. Que? O teatro Artigas? É isso, pessoal. Tem um estacionamento, um estacionamento como dizem agora. Merda. Bernardo lembra de uma época de ouro em que Artigas dava bons filmes pornô, que outra nostalgia se pode esperar de uma cara que conta as janelas do décimo primeiro andar. Por outro lado, penso na noite em que Michelini fez um discurso lá. E também que meu velho disse que Alicia Alonso havia dançado naquela sala. Quebrou Scholberg? Kaputt. Existe um cartório do Registro Civil. E a Maiorquina? A gôndola? Angenscheidt? Três vezes kaputt. Além disso, relata Delia, por toda a parte, há andaimes para obras suspensas, ou lotes com entulho. (Benedetti, 2013, p.20).

Finalizando o conto, em reflexão, Benedetti traz a questão do exílio, não de forma literal, mas através da percepção, pelo leitor, da mudança corporal e emocional da reação da personagem Delia perante as questões sobre exílio e seus desdobramentos.

[...]começo a filosofar sobre o exílio, falo sobre esse assunto só para dizer alguma coisa, como poderia ter me referido aos ecologistas alemães ou ao arenque holandês. Porém, basta ela desembarcar e não sorrir mais para alguma coisa, mas para alguém, digamos para mim. [...] Ela olha para mim com nova atenção e diz quanto tempo eh, quanto tempo e quantas coisas. De repente, como se dez anos tivessem caído em seu rosto, não com rugas ou olheiras ou pés de galinha, mas com desânimo e tristeza. E não com uma tristeza do momento provisório, efêmero, mas outra incurável, aparafusada até os ossos, com raízes em algum enigma que para ela não é. Cinco minutos de silêncio[...]. Andamos de braços dados, sem nos falarmos, mas o contato refaz uma história. (Benedetti, 2013, p.22).

O conto encerra com a mudança, ou seja, a transformação no olhar para vida e para suas experiências perante a realidade existente. Todas as paisagens mudaram, em todos os lugares há andaimes, em todos os lugares há escombros. Isso é o que diz. Minha geografia, Roberto. Minha geografia também mudou. Isso é o que diz. (Benedetti, 2013, p.24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre Mario Benedetti nos dias atuais é trazer à reflexão temas como engajamento, liberdade, altruísmo e conscientização.

Engajamento, porque sua história e seus escritos levam a pensar sobre como viver? Que importância dar ao lugar em que se vive? O que esperar dele? Como agir em sociedade nos tempos atuais?

Todas estas reflexões remetem a questões atuais, que apesar de globalizado, permite olhar para micro, para o particular, como também para o macro, o geral. Cada qual com suas especificidades e intensidades, conforme o nível de conscientização e formação de cada um. O importante está no

exercício de politização e conscientização do porquê, de como, quando e onde se colocar. O uso da escrita autoficcional enfatiza experiências vividas. Traz à tona sentimentos e sentidos, reflexos de condutas externas, opressoras, mas que podem ser combatidas com ideais e a escrita.

Benedetti, tendo como ferramenta a palavra, perpassando por vários gêneros literários, não só informou, mas também conscientizou mentes, atitudes, influenciando ideários, ora por uma linguagem afiada, em seus ensaios, ora por manifestações nacionalistas, de enaltecimento de sua terra e povo, em seus romances, novelas e poesias.

O conto *Geografias* é resultado de um trabalho de engajamento político-social de Mario Benedetti. É dito como sendo de autoficção, pois Benedetti aproveita de suas experiências vividas para criar, de forma ficcional, a obra.

partir de uma narrativa polifônica, atravessada por perspectiva de engajamento, de denúncia, de tentativa de composição e fixação de uma *geografia humanizada*, configurada por paisagens, pessoas, traz também os sentidos, o trauma, daqueles que, em Diáspora, possuem sua Identidade em estado de deslocamento espacial e temporal. Traz à tona, pelos personagens Roberto, Bernardo e Delia, a utopia da cidade de *Montevideo*.

Essas questões nos levam a pensar sobre, e a problematizar essa realidade. O quanto uma violência gerada por regimes de poder pode ceifar a humanidade no que ela tem mais de humano, seus sentimentos, sentidos, significações.

Origem, pertencimento, coisas que nos são naturais, corroboram com nosso sentido de Identidade.

Aos que sofrem o exílio, há mudanças drásticas, resultando em alguma proporção, em experiência traumática, de desestabilização. Restando apenas a vontade utópica, de recriar por memória, mesmo que transfigurada, mesmo que com algumas deformações, imagens, sutilezas, marcas, lugares, cheiros, sentimentos. Elementos que corroboram para o resgate de sua origem, sua identidade e dignidade.

Para Benedetti, sua ação está em retratar o cotidiano, o cenário social e político na qual sua dignidade, de poder estar em sua terra, que em seus escritos de outrora defendia, e descrevia, como verdadeiro lar. Diz-se lar, porque seu sentimento e apreço transbordava em seus vários escritos, dentre vários gêneros literários, e, em especial aqui o citado e analisado, *Geografias*, obra escolhida para tal.

Em *Geografias* retrata momentos de transferência à terra natal, àquela que em memória, preenche o sentimento de pertencimento. Traz narrativas detalhadas de locais, situações vividas como cheiro, cores, luzes, sentidos. Fruto de um sentimento que, pela distância e impossibilidade de estar, traz também em suas palavras a falta, a saudade, a tristeza se contrapondo com a motivação e o fato da expectativa de saber que, em um retorno, ao seu Uruguai, tudo, esse passado guardado na memória, suas impressões e sentidos, que outrora lhe trazia satisfação e gozo, podem não ser os mesmos. Essa

comprovação, Benedetti vai retratar em *obra posterior: Montevidéanos*, quando depois do exílio, retorna ao Uruguai.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. **Os intelectuais e as representações da identidade latino-americana. Dimensões**, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, vol. 29, p. 22-49, julho, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. Legisladores e intérpretes - *Sobre la modernidad, la posmodernidad y los intelectuales*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.

BENEDETTI, Mario. *Letras del continente mestizo*. 2. ed. Montevideo: Arca, 1967.

_____. *Geografías*. Madrid: Punto de Lectura, 2010.

_____. *“Situación actual de la cultura cubana.”* Montevideo: Marchanúm., 1968.

_____. *Montevideanos*. São Paulo: Ed. Mundareo, 2016.

BLANCO, Elvira. *La creación del imaginário. La generación literária del 45 en Uruguay*. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. São Paulo. USP. 2006.

BOBBIO, Norberto. **Política e cultura**. São Paulo: Unesp, 2015.

CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2013. p. 34.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Cuadernos de Marcha (Primeira Época, Montevidéu, 1967-1974): uma “trincheira de ideias” desde o Uruguai para o mundo**. Santa Catarina: UFSC, 2008, p.31.

FERNÁNDEZ, Wilson. Mario Benedetti: Biografía y Poemas. **Cadernos PROLAM/USP**. Ano 9, Vol. 1, p. 192-199, 2010.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico: As heterotopias**. São Paulo: n-I Edições, 2013, p.8.

CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2013. p. 34.

GRAZIADEI, Neiva Maria. **Fronteiras da memória: o exílio de cada um: a narrativa dos rastros em Mario Benedetti e Marta Traba**. 2015.202f. Tese (Doutorado em Letras) Instituto de Letras Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. Tradução: Regina Helena Fróes e Leonardo Fróes. Revisão técnica: Marília de Andrade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. N°24 Ano: 1996.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende... et all. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MAGNELLI, A.; RAMA, Ángel. Uma paixão latino-americanista. **Caderno de Letras**, n. 43, p. 419-424, 2022.

NODAL, Antônio; ASSUMPÇÃO, Cândida; et. Al. **In: Literatura e Resistência: olhares e perspectiva.** Belém: UFPA, 2014, p.19.

POYES, Gabriel Macêdo. **Mario Benedetti e as Alternâncias da Modernidade Uruguaia.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas. UFRJ, 2010.

RAMA, Ángel. *La generación crítica; 1939-1969.* Montevideo: Arca, 1972.

ROCCA, Pablo. *Mario Benedetti: Crítico literário y ensayista.* Montevideo: Cal y canto, 2014.

SADER, Emir. **A Revolução Cubana.** São Paulo: Moderna, 1985.

SAID, Edward. **Representações do intelectual.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais** / Tomaz Tadeu da Silva (Org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVEIRA, Maria Laura; COSTA, Daniel De Lucca Reis. **Norteando-se pelos limites do Sul: Uruguai na Imaginação Geográfica de Mario Benedetti.** São Paulo: USP, 2008.



ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL E A TRANSFORMAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO

Elieth Barros Mendes

Doutoranda de Pós-Graduação em História da UFMT
Secretária Executiva do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena-CEEI/MT
ebarrosmdes@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho de doutoramento propõe uma reflexão sobre a alimentação tradicional e suas transformações, a partir de discussão dos fatores que favorecem essas mudanças, o processo de colonização implementado pela Igreja Católica e pelo Estado. A partir da Constituição Cidadã de 1988, a proposta de educação escolar indígena procurou valorizar os saberes tradicionais e o bem viver das populações indígenas. Em face ao exposto, foi a partir da pesquisa participante e da análise dos relatórios e atas produzidos em reuniões, com os conselheiros indígenas, gestores das unidades escolares, e no Seminário da Saúde Indígena, realizado pelo Ministério da Saúde, em Cuiabá, através de reflexões nos eixos temáticos que foram identificadas as dificuldades vivenciadas por esse segmento. A pesquisa demonstrou que nesses vários momentos, a transformação da alimentação tradicional e escolar como resultado de um processo que se iniciou a quinhentos anos e exige-se um esforço para garantir o bem viver dessas comunidades e também os seus direitos constitucionais.

Palavras-chave: Tradicional. Educação. Indígena.

ABSTRACT

This doctoral work proposes a reflection on traditional food and its transformations based on a discussion of the factors that favor these changes, the colonization process implemented by the Catholic Church and the State. From the Citizen Constitution of 1988, the proposal for Indigenous school education sought to value traditional knowledge and the well-being of Indigenous populations. As part of a qualitative research, it was based on participant research, and the analysis of reports and minutes produced in meetings, with indigenous counselors, managers of school units, and at the Indigenous Health Seminar, held by the Ministry of Health in Cuiabá, through reflections on the thematic axes, the difficulties experienced by this segment were identified. The research demonstrated that in these various moments, the transformation of traditional and school food is the result of a process that began five hundred years ago and requires an effort to guarantee the well-being of these communities and the guarantee of constitutional rights.

Keywords: Tradicional. Education. Indigenous. Food. Living well.

INTRODUÇÃO

“Todo documento de civilização é também uma história de barbárie” (Benjamin, 2003 *apud* Said, 2007, p.69)

A Europa era o centro do capitalismo global e que, além de ter o controle do mercado mundial, importou o domínio colonial para América, Ásia, África e Oceania, resultando em novas categorias: indígenas, Oriente e Ocidente, entre outras. Durante o processo de dominação e exploração, as populações colonizadas foram expropriadas e reprimidas de maneira brutal com a supressão dos

conhecimentos tradicionais e culturais. Em seu lugar, os conhecimentos ocidentais e a religião judaico-cristã foram introduzidos. O autor questiona a estrutura do poder global e ressalta que o objetivo principal é impor a submissão aos povos "descobertos" ou que tiveram contato com os europeus (Quijano, 2005, p.117-121)

O capitalismo europeu teve como estratégia, de expansão e acumulação de riquezas, a exploração e dominação de outras regiões no Oriente e na América, nos séculos XV e XVI. Com apoio da Igreja Católica, monarcas da Espanha e Portugal implementaram o Sistema de Padroado, transformando-se em financiadores de viagens com objetivos comerciais e de colonização/dominação de regiões e povos considerados pagãos. Nesse processo de encontro de culturas, os colonizadores e os representantes das congregações religiosas, para pacificar as populações que viviam na terra de Santa Cruz, precisaram conhecer as culturas desses povos, a fim de, posteriormente, catequizar e civilizar.

COLONIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS PELA IGREJA

A relação entre a coroa portuguesa e os representantes da Companhia de Jesus atendia os interesses econômicos e religiosos dos monarcas ibéricos. No âmbito religioso, buscavam combater as Reformas Protestantes e expandir o Cristianismo. Inicialmente, esse contato com o colonizador trouxe a mortandade das populações indígenas, como consequência do chamado “encontro de culturas”. Carneiro demonstra que a catástrofe demográfica na América ocorreu pelos seguintes motivos: “morreram por doenças, fomes, intensificação dos apressamentos de escravos, guerras de conquistas, fugas, desestruturação social (1992, p.15).

Primeiramente, a catequese ocorria pelo convencimento através da “mímica, saudação chorosa, presentes e discursos”. Após esse processo, os jesuítas compreenderam que precisavam realizar os encaminhamentos ao contrário, em vez da evangelização teriam de entender e ir incorporando aspectos da cultura e tradições dos gentis para transformá-la e depois suprimi-las. (Costa, 2023, p.1-7). Segundo Pereira (2007, p.21-31), os jesuítas praticavam, para aqueles que não se adequavam à pedagogia empregada, métodos medievais como castigos corporais, pois acreditavam “que com sangue a letra entra”. Os menores poderiam ser punidos com açoites, os médios com palmatórias e os maiores repreendidos primeiro em particular e posteriormente, em público, sendo uma maneira de educar para não seguissem os exemplos paternos.

No século XVIII, a Reforma Pombalina determinou a obrigatoriedade do uso da “língua portuguesa”, proibindo os indígenas de utilizarem a “língua geral” ensinada pelos jesuítas nas aulas e catequeses. Esse decreto estabeleceu o método de ensino das primeiras letras, resultando na

supressão das manifestações culturais locais e na segregação das atividades, de acordo com o gênero, promovendo o preconceito europeu em relação às mulheres. Foi determinado que, em cada aldeamento, construíssem duas escolas separadas, uma para os meninos e outra para as meninas. As meninas indígenas eram preparadas para as tarefas domésticas, enquanto os meninos aprendiam a ler, escrever, falar, rezar e argumentar (Oliveira, 1994, p.60-66).

A educação oferecida aos povos indígenas até a década de 70, do século XX, era aquela que seguia o modelo colonial: Assimilacionista, integracionista, autoritária. Na década de 90, a Constituição Cidadã de 1988 reconheceu a pluralidade cultural dos povos indígenas brasileiros, possibilitando a oficialização de uma proposta de educação escolar indígena específica, diferenciada, bilíngue e intercultural, de acordo com o anseio de cada comunidade, estruturada no respeito das tradições e saberes tradicionais, com a participação de professores indígenas e valorização da língua materna.

ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS

O homem, há milhões de anos, viveu retirando da natureza somente o necessário para a sua sobrevivência através da caça, pesca e coleta de frutos e raízes. Com o desenvolvimento das relações capitalistas, a partir do século XV, quando aportaram os primeiros colonizadores portugueses, segundo Souza, viam as terras brasileiras como um paraíso, onde “abundavam aves mansas, pescados, mariscos e caranguejos ao alcance das mãos, ovos sem contas, frutas maravilhosas” (2005, p.41).

A partir do século XVII, os relatos de cronistas que viajaram pelas terras brasileiras, como o padre Manoel de Nóbrega, ao fazer comparação com a Europa destacou que “aqui não há trigo, nem vinho, nem azeite, nem vinagre e carne por milagre”. O religioso olha a peculiaridade do Novo Mundo, com os olhares eurocêntrico e via a alimentação consumida como “fraca”, em razão da diversidade das nossas matas, florestas, piscosidades dos rios, as proteínas consumidas eram totalmente diferentes das grandes regiões que de onde vieram, principalmente, os religiosos e colonizadores (Souza, 2005, p.46-47).

Segundo Souza (2005, p.48) essa comparação entre o Novo Mundo e a Europa foi alimentada pelas ideias preconceituosas e eurocênicas dos europeus, os quais percebiam a América como um “continente úmido, inferior, coalhado de animais inferiores como os insetos e répteis”, bem como os próprios indígenas. Hall (2016, p.13) e Canclini (2008, p.31) ao discutirem a construção da identidade híbrida, destacam que desde os primórdios da humanidade existem os intercâmbios culturais, seja por migrações ou por conflitos políticos, guerras, mudanças climáticas e dessa forma não existe uma identidade nacional ou de um grupo, porque essas relações fazem a nossa identidade ser transitória

pelas trocas constantes que estabelecemos durante nossas relações cotidianas. A cultura é alterada historicamente na ação sistemática do cotidiano.

Neste contexto, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2022, mostra que 51,2% da população indígena vive na Amazônia Legal, região formada pelos Estados da Região Norte, o estado de Mato Grosso e parte do Maranhão. Mato Grosso destaca-se no cenário brasileiro pela sua diversidade e o coloca como o segundo estado em número de etnias indígenas do país, com 46 povos e 10 referências de grupos isolados. São 33 línguas faladas no cotidiano e nos diferentes dialetos linguísticos pertencentes aos troncos Macro-Jê, Tupi, Aruak e Karib, além de povos de línguas ainda isoladas, o que faz de Mato Grosso um estado essencialmente marcado pela diversidade étnica, linguística e cultural (IBGE,2022).

A diversidade das etnias nos permite dizer que existem momentos de muitas trocas culturais, isso permite a transformação das identidades desses povos que se intensificam com os contatos com a sociedade não-indígena. Nesse estudo, abordarei, primeiramente, aspectos importantes das culturas e das tradições do povo Kisêde, como um exemplo da complexidade cultural e os sentidos sociais das práticas alimentares.

O povo Kisêde de Mato Grosso vive no Alto Xingu. Vale destacar que, antigamente, eles não consumiam qualquer alimento, preferindo sabores tradicionais, tais como, o cará, pamonha de milho, biju de milho, caça ou peixes assados e enrolados em folhas de bananeiras, e tinham uma boa saúde. As comunidades indígenas de Mato Grosso estão passando por um processo de introdução de novos hábitos, o que envolve não somente a inserção de novos alimentos, mas o surgimento de doenças ausentes anteriormente, reflexo da interação da sociedade não indígena. Além disso, foram introduzidas tecnologias: o uso de computadores, a participação no mundo digital, com a produção de vídeos sobre suas práticas culturais que são divulgadas em aplicativos como o Tik Tok, e redes sociais, como o Facebook, com a estratégia para a valorização da identidade indígena. A região também sofre os avanços das políticas do agronegócio, principalmente tendo em vista que todos os seus biomas foram se modificando, em consequência da devastação promovida por essa atividade agrícola, que pode gerar contaminação do solo, rios, e das comunidades que vivem nas redondezas.

A alimentação tradicional era definida pela faixa etária das crianças, homens, mulheres, anciões e tinha relação com a cultura e cosmologia, como garantia da saúde conservavam a natureza e a manutenção dos recursos naturais. “Uma pessoa mais nova que ingerir a alimentação fora da faixa etária dela, fica doente, sente dor de cabeça, cansaço e preguiça”. Os produtos estão relacionados ao respeito às regras da sociedade, por exemplo, quando a mulher Kisêde engravidava, o marido não pode realizar as atividades cotidianas, tais como construir casa, usar flecha ou arco ou o casal comer

qualquer tipo de peixe ou caça (mutum, macaco, veado ou peixe-cachorro) (Wetanti, et al.,2012). Uma das regras é: a mulher com filho pequeno não poder dormir com o marido para evitar as relações sexuais; os pais não podiam comer peixe-cachorro, peixe-elétrico ou pacu, senão o filho sofre convulsão.

A desnutrição em crianças causa doenças como gripe, diarreia, cárie nos dentes, quando ocorre o não cumprimento das regras e os pais jovens não tendo conhecimentos, das regras sociais, não cuidam de si ou dos filhos. Antigamente, usavam “areia, talinho de inajá, palitinho para tirar o resto de comida e bochechavam água” e não tinham cárie. Atualmente muitos Kisêde consomem peixe, caça, biju e alimentos encontrados nas cidades tais como; balas, biscoito, doces, açúcar e rapaduras e por falta de cuidados com os dentes adquirem as cáries (Wetanti *et al*,2012).

O povo Kisêde para deixar sua pele mais bonita e proteger o corpo de contrair doenças usava o óleo de pequi; aqueles que não obedecem às regras, dormem até tarde e não se levantam cedo para tomar banho, o espírito da natureza joga pragas e ficam doentes, adquirindo abscesso e furúnculo. A alimentação tradicional era definida pela faixa etária das crianças, homens, mulheres, anciões e tinha relação com a cultura e cosmologia, como garantia da saúde conservação da natureza e manutenção dos recursos naturais. “Uma pessoa mais nova que ingerir a alimentação fora da faixa etária dela fica doente, sente dor de cabeça, cansaço e preguiça”.

A mudança climática tem afetado muito as comunidades indígenas, Pereira (2024) destaca que, no mês de julho de 2024, “358 terras indígenas estavam em situação de seca e 17 em seca extrema”, afetando a rotina dessas comunidades e culminando em falta de água para beber e que, em momentos de queimada, eram obrigados utilizá-la no combate às queimadas intensas, trazendo prejuízo à produção tradicional, falta de alimentos, prejuízo à saúde e a destruição de área do território, com desaparecimento de vegetação, plantas frutíferas e de animais.

MUDANÇAS NA ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL

Segundo Salgado (2007, p.143), o SPI e a FUNAI, como forma de primeiro contato com as populações indígenas, ofereciam produtos industrializados que ajudavam na sua sobrevivência, criando hábitos do uso de “ferramentas, armas de fogo, tecidos, roupas e alimentos”. Com a escassez de recursos na FUNAI e as carências da produção tradicional, instituições do próprio Estado brasileiro ou de secretarias como a Assistência Social em nível estadual, passaram a atender as necessidades emergenciais ocasionadas pela falta de alimento em determinadas aldeias doando cestas básica e introduzindo outros alimentos. Escolhem o território pela existência de recursos naturais, plantas, animais, e proximidades de rios. O território possibilita a prática de sobrevivência de um povo,

envolvendo a construção de laços culturais e significação dos espaços coletivos e míticos da comunidade.

As mudanças nas formas da produção e nas práticas alimentares, com a diminuição dos territórios tradicionais, demarcação de terras já degradadas. Por exemplo: o território dos Xavantes que abrange os seguintes municípios de Mato Grosso: Alto de Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Felix do Araguaia, sendo conhecido como Maraiwatsede, tinha, na época, suas terras ocupadas por 22 fazendas dos latifundiários e políticos que relatavam que tinham comprado as áreas e foram devolvidas para o povo xavante, depois de anos de lutas e conflitos (Franzeres *et al*,2012).

Ao retornarem, como eram um povo de caçadores, viram as terras devastadas pelo desmatamento, solos degradados e rios contaminados. A produção é pequena e acompanha o período de seca e chuva, florescimento e frutificação das frutas, ajudando no cardápio dessa etnia. Em determinadas regiões, que estão próximas às cidades, a população mais jovem não tem interesse em dedicar-se ao cultivo de produtos tradicionais e prefere se dedicar as outras atividades tais como professores, agente de saúde, gestores, comprando produtos industrializados nas cidades próximas. Os Nambikwara, etnia que vive no município de Comodoro, está produzindo mandioca nas roças tradicionais e também: cará, urucum, batata, entre outros produtos; comercializam produtos na cidade de Vilhena, em Rondônia, que está a 20 Km da comunidade, buscando adquirir os alimentos industrializados.

Quando da realização, em Cuiabá, nos dias 4 a 7 de novembro de 2024, do Seminário da Saúde Indígena, um SASISUS, para o Bem Viver, participei com relatora de oficinas que tinham como objetivo definir, de forma participativa, os avanços necessários para o Subsistema de atenção à Saúde Indígena, estratégias para uma política nacional de Saúde Indígena. Esse foi um evento bastante significativo, pois dele participaram conselheiros distritais e locais da saúde indígena, gestores e trabalhadores do SASISUS, instituições públicas e organizações indígenas.

O Seminário foi organizado em seis eixos: 1- articulação dos sistemas indígenas de saúde; 2- Programa Nacional de Saneamento Indígena; 3- Modelo de Atenção e Organização dos serviços de Saúde; 4- Determinantes Sociais; 5- Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e 6- Controle Social, Gestão Participativa e Financiamento.

É de fundamental importância discutir a saúde nos territórios indígenas, pois Bachelard (1978) defende que “os elementos não existem de forma isolada”, não podem ser compreendidos de forma separada “pois os elementos e as coisas existem a partir de interligações”. A educação escolar indígena interage com o território, suas culturas e tradições, cosmologias e as transformações internas e externas que afetam as comunidades de formas positivas ou negativas.

Um dos pilares da vida comunitária indígena vem da expressão andina “Sumak Kausay”, que significa Viver Plenamente e se popularizou, mundialmente, como bem viver, caracteriza-se por estar bem consigo, com os outros e com a natureza. Cada sociedade indígena tem seu bem viver, e o ponto de encontro das mais de 43 etnias de Mato Grosso é a educação cultural, visto que, atualmente, sofrem a influência da cultura ocidental, das propostas de produção do agronegócio, trazendo consequências negativas para esse bem viver.

Problemas com demarcação das terras indígenas, invasão de territórios regularizados ou não, falta de saneamento nas aldeias, falta de água nas escolas e nas comunidades, de tratamento e resíduos sólidos, sendo obrigados realizar a queima dos lixos, o que prejudica o solo. A Aldeia de Jaguapiru, localizada em Dourados/MS, possui 9000 mil indígenas, portanto é considerada a maior reserva do Brasil. No entanto, o atendimento das instituições públicas é muito precário na referida localidade.

Os problemas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, em relação às condições de vida nas regiões do agronegócio, mais especificamente nos territórios xavantes e do povo Caiapó, se referem à pulverização dos agrotóxicos nas lavouras de soja. Esse processo atinge as comunidades indígenas, contaminando a água existente e trazendo doenças para as pessoas. Quando as propriedades rurais estão próximas às escolas, acabam por prejudicar, também, a saúde dos estudantes e professores.

As mudanças climáticas afetaram os territórios indígenas, com a falta de água que, muitas vezes, já é escassa nessas áreas, queimadas intensas que prejudicaram a vida e sobrevivência, uma vez que muitas roças coletivas foram perdidas com as queimadas. Em razão dessas problemáticas, muitas comunidades como o povo Karajá sofreram também com a possibilidade de um futuro mais favorável aos povos originários com problemas emocionais, surgindo doenças não existia anteriormente, tais como alcoolismo, câncer, suicídio e AIDS (Mendes, 2024).

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E MERENDA ESCOLAR

No que tange à Modalidade da Educação Escolar Indígena, temos aproximadamente 221 escolas indígenas, 71 na rede do ensino estadual e 145 atendidos pelos municípios, sendo que cada uma delas tem a sua especificidade, com seus costumes, tradições, cosmologias e formas de organização social, além de 274 salas anexas atendidas em escolas indígenas e escolas urbanas estaduais e municipais, perfazendo aproximadamente 15.000 (quinze mil) estudantes matriculados Na Educação Básica (Relatório Circunstanciado, 2021).

Inicialmente, os movimentos sociais arrecadavam fundos para fornecer alimentos para os estudantes, na década de 30 e 40), apesar de o Estado reconhecer a importância de combater a desnutrição infantil, somente em 1955 foi implantada a Campanha da Merenda Escolar para Escolas Não Indígenas. Em 1979, a Campanha evoluiu para o Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE), tornando-se uma política importante para atender as populações mais desassistidas. Atualmente, o PNAE é fiscalizado pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que garante a distribuição de recursos para os estados e municípios.

Segundo Oliveira (2013, pp.40-41), um dos maiores avanços na política da PNAE foi a Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, priorizando as áreas de assentamentos “da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas”. A lei estabelece que 30% de recursos destinados para a compra da alimentação escolar devem ser comprados dos produtores familiares.

O decreto Nº 6.861 de 27 de maio de 2009, em seu Art.12, define que “a alimentação escolar destinada às escolas indígenas deve respeitar os hábitos alimentares das comunidades, suas práticas sociais e alimentação local”. Em 2021, a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos (Catrapovos) foi instituída pelo Ministério Público Federal, buscando assegurar que as crianças das famílias de baixa renda e das comunidades tradicionais tivessem uma alimentação saudável. A mesa permanente de diálogo Catrapovos é constituída de representantes de instituições públicas e da sociedade civil.

Numa reunião ampliada do Projeto Catrapovos/MT, realizada no Ministério Público, foi informado para os presentes que foi instituída, pelo Decreto Nº145/2022, a comissão que tem como objetivo viabilizar o acesso a venda da produção tradicional dos povos indígenas e comunidades tradicionais de Mato Grosso, por meio da compra pública, contribuindo para geração de renda “alimentação saudável e adaptada às culturas, valorizando os sistemas tradicionais de produção” (Mendes,2022).

O conselheiro indígena, do território do Xingu, detalhou de que forma tem garantido a merenda escolar da escola indígena da qual é gestor, e relatou o processo de surgimento da unidade como escola municipal. Entretanto, não garantiam as condições necessárias para a mesma gerir os produtos da aldeia, preferiam comprar cesta básica, porém não havia equipamentos, espaço para o preparo da merenda (Mendes,2022).

Com a estadualização, em 1998, a compra da merenda ainda não estava regulamentada, entretanto com a criação do Conselho Deliberativo “para nós tudo era novo e não queríamos comprar

produtos do mercado”. Neste contexto, o cardápio tinha de ser aprovado pelas nutricionistas, as escolas recebiam o cardápio pronto e com o tempo foram entendendo a especificidade de cada uma dessas comunidades. Todavia, destacou-se que, a cada década, a aldeia muda para um outro local. Segundo Klemer gestor de uma escola Ikpeng, nesse tempo a aldeia já mudou sete vezes e não podem voltar para os lugares onde viveram “porque pertence àqueles que já se foram” (Mendes,2022). Ao longo do tempo, esse cardápio foi se modificando, tornando-se mais adequado ao povo Ikpeng.

Atualmente encontram dificuldade para cumprir as exigências para participar como pequeno agricultor da chamada pública. Organizaram uma comissão para realizar a chamada pública no chão da comunidade, comprando 100% dos produtos na aldeia, não entravam manufaturados na época, sendo que a farinha e peixe demandavam fiscalização da vigilância sanitária.

Com a Lei Nº 21.796 de 2023, passou a ser permitida a compra (Mendes,2022). Com o tempo houve a inserção arroz que é para fazer mingau, sal e óleo, porém 10 % da produção da roça é para atender a escola e 90 % para o consumo da comunidade. A própria escola faz a chamada pública e acompanha, sendo necessário, segundo o gestor Klemer, a diminuição da burocracia.

A legislação e a própria Coordenadoria da Alimentação Escolar da SEDUC-MT, em reuniões, informaram que o próprio Estado não consegue atender a porcentagem estipulada de 30% para a compra dos produtos tradicionais das comunidades indígenas. No meio do ano, solicitaram o preenchimento de formulários com informações sobre quais alimentos irão consumir no próximo ano, calculam as quantidades e as formas de preparo. A comunidade, segundo relato das nutricionistas da SEDUC-MT, pode aprovar ou não o cardápio e, se quiserem, sugerirem mudanças.

No município de Campinápolis/MT, apenas uma cooperativa de agricultores que agrega os produtores indígenas e comercializam banana, abóbora e mandioca. Em Barra do Bugres/MT, vendem para o município as frutas e hortaliças que não fazem parte do cardápio indígena. Os alimentos que são considerados tradicionais e fazem parte da alimentação nas escolas indígenas são: abóbora, abacaxi, babaçu, batata doce, cana, graviola, limão, manga, murici, peixe, pequi, sal indígena (Mendes,2022)

Na região do Xingu, o Conselho Deliberativo Escolar é responsável por toda a chamada pública, pois possuem 300 salas anexas., e das 70 escolas estaduais indígenas, apenas 09 escolas a alimentação é considerada tradicional. Segundo a vice-presidente do Conselho de Educação Escolar de Mato Grosso, com a substituição das Assessorias Pedagógicas pelas DREs (Diretorias Regionais de Mato Grosso), muitas das assessoras que atendiam as comunidades foram substituídas ou lotadas em outros setores e, anteriormente, estavam localizadas mais próximas das comunidades. Atualmente,

necessitam de qualificação antropológica para trabalhar e entender as diferenças culturais das comunidades.

Quanto à compra da produção de agricultores indígenas, torna-se necessário o entendimento de todo processo burocrático para participação em certames de licitação. Segundo, conscientizar que a produção para merenda escolar permite o aumento da renda. Terceiro, exige investimento dos agricultores através de crédito em bancos públicos, porém as terras indígenas pertencem a União e os mesmos têm direito de usufruto e não podem apresentar a terra como garantia. Além disso, devem se credenciar como agricultores.

Sobre a alimentação escolar, o Estado entra com a contrapartida que é maior do que a do governo federal. Isso melhorou muito de 2023 para cá, com o aumento de um real para todas as modalidades, as escolas indígenas e quilombolas. Mas percebemos que o valor por aluno ainda é muito baixo, demandando maiores investimentos. O recurso enviado pelo FNDE é disponibilizado em uma conta e, o do Estado, em uma outra diferente, para facilitar as prestações de conta. Muitas escolas estão mudando a alimentação tradicional, o que não pode ser classificado como “errado”, embora essa mudança impacta na modificação de seus hábitos alimentares, trazendo problemas de saúde.

Nas escolas atendidas por Canarana/MT, a base da alimentação eram frutas, mandioca, milho, abóbora, batata, batata doce, farinha, biju, etc., todos os anos eram as mesmas preparações que faziam parte do cardápio. Em 2023, pediram para incluir, arroz, óleo, sal, era somente de agricultores familiares indígenas, as escolas indígenas do Parque do Xingu são muito distantes do município, dificultando a logística; tudo era feito dentro da aldeia, próximo às escolas, assim, agora necessitam ir à Canarana para participar dos Pregões (Mendes, 2023).

A solicitação de arroz, o sal, óleo de soja, açúcar, carne bovina criou necessidade de frete por ficarem longe da cidade e de participarem de pregões, realizados para as escolas não indígenas. A nutricionista da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso tem de observar a questão nutricional, pois os alimentos tradicionais não atenderiam, visto que a base alimentar é composta por frutas, mandiocas, caldo, mingau, tem pouca proteína, assim como suco com mel e banana não atende a Resolução do FNDE, e de outro lado tem de respeitar a especificidade cultural das comunidades atendidas pelas escolas estaduais. A alimentação equilibrada contribui para a cura de doenças e outras enfermidades relacionadas à deficiência nutricional.

No que tange aos Riktkbasa, o cardápio é igual ao dos não indígenas; já na sala anexa dos Enawenê Nawê, não se consome carne vermelha, a Coordenadoria de Alimentação Escolar/SEDUC-MT envia frango, não o cardápio tradicional que é a base de peixe. Na escola Marimbu, houve a

inclusão de algumas preparações como abóbora e outras coisas que as nutricionistas não conseguiam comprar como broto de abóbora. Na Escola Estadual Indígena Mayrowi, a dificuldade é a falta de energia elétrica, somente conseguiam levar carnes in natura, além de solicitarem alimentos que as nutricionistas não autorizaram, tais como: bolacha, arroz-doce. Há muito tempo existe a limitação de açúcar no cardápio e é uma preparação que não supre as necessidades nutricionais (Mendes, 2023).

As nutricionistas procuram respeitar os hábitos culturais e não é permitida a inclusão de doces, embutidos e devido à distância e dificuldade com o traslado para a escola, os professores necessitam percorrer um caminho de 10 horas de barco, fazem frete para levar a merenda, pois os fornecedores não levam até a comunidade. Depois, através de carona no avião da Secretaria de Saúde e em caso de muita necessidade, atravessam uma ilha no meio do rio Teles Pires, a pé, cinco quilômetros, arrastando o barco; se demoram o dia todo para atravessar, os professores dormem no meio da ilha e, muitas vezes, os alimentos estragam, por isso acabam levando arroz, farinha e carne seca (Mendes, 2023).

Em Campinápolis/MT, embora o cardápio não seja tradicional, definem a preparação típica do povo Xavante, os gestores da escola informaram que alguns produtos são produzidos pela Cooperativa de Agricultores do município do qual os agricultores Xavantes fazem parte. Outras escolas querem a inclusão de alimentos que não compõem a lista da merenda, como carne de caça, que é proibida.

Para o agricultor indígena comercializar alimentos para a merenda escolar, este precisa ser caracterizado como agricultor indígena, ter o pedido de aptidão do PRONAV (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que migrou para o CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar). A FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) poderia ter emitido a documentação, mas tem de procurar a EMPAER (Empresa Mato Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural), e o sindicato do município para legalizar e passar pela Vigilância Sanitária. Anteriormente, existiam muitas dificuldades da comercialização na merenda quanto aos peixes e a farinha de biju, ambos tinham de passar pela Vigilância Sanitária e não poderiam gerar a nota fiscal se não cumprissem esses requisitos. Entretanto, no Estado de Mato Grosso foi aprovada pela Assembleia Legislativa, a Lei Nº12.246/2023, que no Art.1 inclui o peixe na alimentação escolar das escolas estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se necessário destacar as mudanças de cunho alimentar ou nas práticas culturais indígenas, que se transformaram nesses cinco séculos de contato com a sociedade urbana,

incorporando novos alimentos e, muitas vezes, refletindo-se em processos de desnutrição de adultos, crianças e idosos. A comunidade escolar sofre as consequências da expansão e aproximação do mundo capitalista, trazendo para o bem viver dessas etnias, conflitos culturais e os problemas que obrigam a vivência em dois mundos, o comunitário e o capitalista. Acredito que, enquanto historiadora, tenho o compromisso de discutir essa realidade para que os registros não fiquem apenas na memória individual e que essas reflexões registros possibilitem a elaboração de propostas que assegurem a implementação de políticas que garantam dignidade a essa parcela da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston, A filosofia do não. In: **Os pensadores**. São Paulo, abril Cultural,1978.

CANCLINI, Nestor García. **Leitores, espectadores e internauta**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo (SP): Cia. das Letras,1992.

CONSELHO Estadual de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso. **Relatório Circunstanciado da Situação da Educação Escolar Indígena de Mato**.Cuiabá,2022.

COSTA, Jamile Oliveira Bastos. **Uma província de cruz e mui penosa: dificuldades e conflitos para a expansão da fé na Bahia quinhentista**. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, Santa Catarina,2023.

FRANZERES, Andreia. Santini, Daniel. **Invasores começam a ser retirados da terra indígena Maraiwatséde**.Disponível em:<https://reporterbrasil.org.br/2012>. Acesso em 27 de agosto de 2024.

GROSGUÉL, Ramon. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico das Populações Indígenas**.DF: IBGE, 2022.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto,2006.

LEITE, Mauricio Soares. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O, and. GUGELMIN, S. Â., orgs. **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

MENDES, Elieth Barros. Atas de reuniões. **Propostas estratégicas para a Educação Escolar Indígena de Mato Grosso**. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), Coordenadoria de Educação Escolar Indígena (COEI) e Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso (CEEI/MT) Realizada de março a julho de 2023.

_____. **Ata da Reunião** realizada no Ministério Público de Mato Grosso. Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena,,2023.

_____. **Relatório do Seminário da Saúde Indígena**. Conselho de Educação Escolar Indígena,Cuiabá,4 a 7 de novembro de 2024.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade o Lado mais obscuro da Modernidade**. Tradução de Marcos Tradução de Marcos Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.21, Nº94.

OLIVEIRA, Zelandes Alberto. **Segurança Alimentar nas escolas Indígenas**. Centro Willmon da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Brasília,2013.

PEREIRA, Érica Carolina. **Os curumins da terra brasílica: a educação da criança no século XVI e a Pedagogia Jesuíta**.São Carlos: UFSCAR

PEREIRA, Julle. **Nove em cada 10 terras na Amazônia enfrentam seca, levando a falta de alimentos e água**. **Infoamazonia**.Disponível em: infoamazonia.org/2024/08/15/nove-em-cada-10-terras-indigenas-da-amazonia-enfrentam-seca-levando-a-falta-de-alimentos-e-agua/. Acesso em:28 de agosto de 2024.

QUIJANO, Anibal. A Colonidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. **A Colonidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas Latino-Americanas, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latino-americano de Ciências Sociales,2005.

SAID, E. W. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALGADO, Antônio Bezerra. **Revista de Estudos e Pesquisas**. FUNAI, Brasília, v.4, n.1,2007, p.131-186.

SOUZA, Laura de Mello. **O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras,1986.

WETANTI, SUYÁ, Kokatá Suyá, Ropkrãsê Suyá, Nhikraberri Suyá, Mbentykrari Suyá, Kaiusa Suyá, Wenteme Suyá, Amtôtixinti Suyá, Tepmtongôkatxi Trumai Suyá, Koiroro Suyá, Teptanti Juruna Suyá, Poãn Trumai Kaiabi, Ngáty, Kaiabi Suyá. **Livro Produzido para o curso de Formação dos Agentes de Saúde para Médio, Baixo e Leste Xingu**. UFMG, Literaterras,2012, p.16-24.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE DO CULTIVO DE COMMODITIES NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO



REDM
ISSN: 2176-5804

Indio Campos

Doutor em Economia pela Freie Universität Berlin. Professor de Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso
indiocmps@gmail.com

Dilamar Dallemole

Doutor em Ciências agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Professor de Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso
ddallemole@gmail.com

RESUMO

A forte expansão do cultivo de commodities nas savanas do Centro-Oeste deve-se a uma combinação extremamente favorável entre desenvolvimento de cultivares adaptadas a baixas latitudes; solos planos e profundos; regularidade do clima, com estações chuvosas bem definidas; e sua integração regional à logística de transporte nacional a partir da década de 1980. Entretanto, esta atividade tem experimentado reveses causados por anomalias climáticas cada vez mais frequentes. Este artigo aborda as causas e consequências destas anomalias, que estão relacionadas ao desmatamento crescente das áreas de savanas, à diminuição dos fluxos de umidades, os assim chamados “rios voadores”, para a região em função do desmatamento crescente da floresta amazônica e, por fim, à maior frequência e intensidade de períodos de seca na própria região amazônica associadas ao processo de aquecimento global do planeta. A solução desta crise passa necessariamente por alianças estratégicas em prol da sustentabilidade da agricultura e das condições de vida da população urbana da região Centro-Oeste.

Palavras chave: Mudança Climática. Agricultura. Sustentabilidade.

SUMMARY

The rapid expansion of commodity cultivation in the savannas of the Midwest is primarily driven by a favorable combination of factors, including the development of low-latitude cultivars, the presence of flat and deep soils, a consistent climate characterized by well-defined rainy seasons, and regional integration into national transport logistics that began in the 1980s. However, this growth has faced significant challenges due to increasing climatic anomalies that have emerged in recent years. The primary causes of these anomalies can be traced back to the escalating deforestation of the savannas and decrease in moisture flows, commonly referred to as "flying rivers.", to the region. This is due to persistent deforestation activities in the Amazon rainforest. Additionally, the Midwest has been impacted by more frequent and intense droughts in the Amazon Basin itself, a situation exacerbated by global warming. It is evident that addressing these climatic challenges requires the establishment of strategic alliances aimed at ensuring sustainable agricultural practices and improving the living conditions for urban populations in the Midwest.

Keywords: Climate Change. Agriculture. Sustainability.

A EXPANSÃO DO CULTIVO DE COMMODITIES NA REGIÃO CENTRO-OESTE

A colonização do cerrado do Centro-Oeste, hoje o maior polo produtor de commodities no Brasil, principia na década de 1970 com a chegada das primeiras famílias de agricultores provenientes do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Este processo se acelera por meio de parcerias criadas o INCRA (Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária) e empresas colonizadoras do sul do país ainda nos anos 1970. A abertura de estradas como a Br. 163 em muito contribuiu para a ocupação desta região e o seu asfaltamento até o município de Sinop em 1984 terminou por integrá-la à infraestrutura logística de transporte e à economia do Centro-sul do Brasil, da qual os colonos foram os primeiros tentáculos.

Assim como em outras áreas de fronteira agrícola nas franjas na Bacia Amazônica, o extrativismo da madeira logo se tornou a principal atividade econômica da região, sendo praticado por madeireiras contratadas pelas colonizadoras ou pelos próprios colonos. Entretanto, diferentemente de outras regiões de fronteira, ao extrativismo da madeira não se seguiu a exploração de pastagens.

Tradicionalmente praticantes de uma agricultura familiar diversificada no Sul, os colonos inicialmente se dedicaram ao cultivo de arroz, a única opção viável para os recém-chegados de inserção mercantil capaz de assegurar renda às famílias, a qual era complementada pelo cultivo de subsistência de milho e outras culturas e pela criação de pequenos animais. Nos anos iniciais, as safras eram boas, porém a produtividade caía drasticamente após o terceiro ano de cultivo devido à perda crescente da matéria orgânica dos solos pobres e desmatados do cerrado. Assim, o cultivo de arroz seguia sempre em busca de terras virgens nas novas áreas de colonização mais ao norte, na esteira deixada pelas madeireiras.

Tão somente a partir dos anos 80, o cultivo da soja veio a se constituir em uma alternativa viável ao arroz. Para tal contribuíram dois fatores primordiais. O primeiro está relacionado às limitações edafoclimáticas da região. A soja é uma cultura proveniente de climas temperados e altamente exigente em nutrientes. Aqui, a EMBRAPA desempenhou um papel fundamental, gerando novas variedades de soja aclimatadas às baixas latitudes e às condições do cerrado brasileiro. Somase a isso a adoção de práticas culturais de correção e adubação dos solos da região.

Tabela1 - Expansão Cultivo de soja - Brasil e Região Centro-Oeste 1982/83 a 2022/23

Safr	Área (mi. Há)			Produção (mi. Ton.)		
	Br	CO	%	BR	CO	%

1982/83	8.412,0	1.647,0	19,8	14,53	3,137	21,6
1992/93	10.717,0	3.808,6	35,5	23,04	8,484	36,8
2002/03	18.474,8	8.048,4	43,6	53,02	23,532	44,4
2012/13	27.736,1	12.778,2	46,1	81,50	38,091	46,7
2022/23	44.080,1	20.494,5	46,5	154,61	77,778	50,3

Fonte: Conab, safra, séries históricas 2024.

Resolvidas as restrições impostas pelas condições de baixa latitude, os solos planos e profundos do cerrado mato-grossense se prestaram excepcionalmente ao cultivo mecanizado de commodities em larga escala, como pode ser observado na tabela 1. A produção de soja do Centro-Oeste saltou de 3,1 milhões de toneladas na safra 1982/83 para 77,7 milhões de toneladas na safra 2022/23, quando a região se torna responsável por 50,3% da produção brasileira desta leguminosa

Na esteira da expansão da produção da soja, o cultivo de milho passou a ser fortemente estimulado, visando tanto um aproveitamento mais intensivo dos solos quanto a redução da ociosidade de máquinas e implementos agrícolas, quer na rotação de culturas, quer no cultivo sucessivo das mesmas áreas. A rotação de cultura permite um controle mais eficiente de nematoides e outras pragas da soja. Em anos de boa distribuição de chuvas é possível a colheita sucessiva de até três safras na mesma área.

Outrora insignificante a nível nacional, na safra 2023/23 a região a região Centro-Oeste colheu 68,6 milhões de toneladas de milho (tab. 2) e 1,25 milhão de toneladas de algodão, respectivamente 58,7 % e 75% da produção nacional.

Tabela 2 - Expansão Cultivo de Milho (1^o, 2^o e 3^o Safra), Brasil e Região Centro-Oeste 1982/83 a 2022/23

Safra	Área (milhões de Ha)			Produção (milhões de Ton.)		
	Br	CO	%	BR	CO	%
1982/83	11,66	1,14	9,8	19,02	2,40	12,6
1992/93	12,44	1,44	11,6	29,21	4,24	14,5
2002/03	13,23	2,33	17,6	47,41	9,93	20,9
2012/13	15,83	6,20	39,1	81,51	35,91	44,1
2022/23	22,27	11,65	52,3	131,89	77,37	58,7

Fonte: Conab, safra, séries históricas 2024.

Mais recentemente, o trigo surge como uma nova alternativa para o cultivo intensivo dos solos, a partir de cultivares melhoradas pela Embrapa. No entanto, uma maior expansão desta cultura esbarra no baixo volume hídrico característico dos meses de inverno, se limitando a áreas irrigadas ou melhor aquinhoadas pelas chuvas. Os elevados custos de investimentos em sistemas mecânicos de irrigação, por outro lado, constituem um obstáculo ainda não contornado pelas estruturas regionais de financiamento da produção.

AS RAZÕES DO SUCESSO

Para melhor entender a rápida expansão da produção de soja no Centro-Oeste se faz necessário sistematizar claramente os condicionantes à expansão recente do cultivo mesma soja no Brasil. De acordo com estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento o custo total de produção de soja em cultivo empresarial e plantio direto na região de Sorriso/MT para março de 2024 é de R\$ 6.607,47/ha. Os gastos anuais de custeio e investimento para o cultivo de 2.000 ha de soja – área mínima necessária para que um estabelecimento obtenha todas as vantagens de economia de escala do investimento em máquinas e implementos - ascendem a R\$ 13.214,840,00 (CONAB, 2024). Este valor é cerca de cerca de 20 vezes superior ao limite máximo de financiamento por produtor permitido pelo sistema oficial de crédito e está muito acima da capacidade de investimento próprio dos sojicultores. O custo por saca de soja foi estimado em R\$ 110,12. Quaisquer diminuições da produtividade para baixo da média regional de 60 sacas/há, seja por condições anormais do clima ou por ataque de pragas, doenças etc. afetam fortemente o resultado financeiro de um tal empreendimento.

A isto se somam flutuações da taxa cambial ou dos preços internacionais desta *commodity*. Portanto, o cultivo da soja, além de demandar fortes investimentos, é de alto risco. Assim, seja na Argentina, nos Estados Unidos ou no Brasil, o seu cultivo se concentra exatamente em áreas que dispõem regularmente de condições excepcionais de produção, aliando maximização da produtividade à minimização dos riscos inerentes à atividade. Preços baixos ou quebras de safra podem levar de tempos em tempos à ruína de muitos produtores, beneficiando de seus congêneres mais abastados, ávidos por suas terras, aumentando a concentração da produção. Assim, o mecanismo que viabiliza a ampliação da escala de produção de um sojicultor pressupõe, além do progresso técnico constante, a ruína de seus concorrentes e/ou a busca por novas áreas aptas ao cultivo da oleaginosa. Por conseguinte, a expansão espacial daí resultante não é aleatória, mas fortemente condicionada por fatores socioeconômicos e naturais, numa empreitada para a qual concorrem sojicultores, *trading companies*, investimentos em infraestrutura e agências de fomento.

Dado o nível tecnológico atual, Campos e Pessoa (Campos; Pessoa, 2008, p. 200) elencam quatro pré-condições necessárias, porém não suficientes à expansão do cultivo de soja em um dado polígono. Daí advém que a não ocorrência de uma ou mais delas inviabiliza todo o processo. Duas são socioeconômicas: a) redes de financiamento e b) infraestrutura e logística de transporte. Duas são naturais c) solos planos e profundos e d) condições climáticas propícias e regulares.

REDES DE FINANCIAMENTO

Os sojicultores dependem sobremaneira de financiamento para fazer face aos investimentos e custeio. Dada a crise do sistema nacional de crédito rural no Brasil nos anos 80, o crescimento exponencial da produção da soja no Brasil no Centro-Oeste e sua expansão para o MAPITOBA (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) seria impensável sem uma alternativa viável ao crédito oficial. Diversos mecanismos têm sido adotados, sendo mais frequentes aqueles envolvendo a antecipação de receitas por meio da venda total ou parcial da safra às *Tradings* antes mesmo do início o cultivo. As *Tradings* desfrutam de condições excepcionais de domínio dos contratos, transferindo os riscos para os produtores. Como corolário lógico, o agronegócio da soja criou um novo mecanismo de ganho especulativo na economia brasileira, via comercialização de contratos. Não há limites espaciais a atuação das *Tradings*, cujos lucros, agora produto também da intermediação comercial e financeira, crescem à medida que se expande a produção da soja. Para tal, é necessário que as outras pré-condições estejam presentes.

Por outro lado, o domínio de umas poucas grandes corporações sobre a aquisição e financiamento da produção de grãos as torna alvo preferencial de pressões ecológicas de ONGs nacionais e internacionais. Criam-se as precondições para um controle social efetivo à expansão indesejável do cultivo de soja para áreas destinadas a preservação ambiental.

Na assim chamada “Moratória da Soja”, acordo firmado inicialmente entre as indústrias filiadas a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e a ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), seus signatários se comprometeram espontaneamente que a não comercializar soja produzida em áreas ilegalmente desmatadas no Bioma Amazônia após 2006. Posteriormente, com a aprovação do novo código florestal, que anistiou desmatamentos anteriores a junho de 2008, esta data passou a ser a nova referência. A moratória da soja atualmente é chancelada pelo MMA e dela participam entidades da sociedade civil, como o *Green Peace* (Campos; Faria, 2016, p. 203).

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE

Historicamente, mesmos polígonos já há muito colonizados e dotadas de condições edafoclimáticas propícias, só experimentaram uma maior expansão do cultivo da soja e se tornaram grandes produtores após sua integração aos principais corredores de exportação brasileiros ligados a estrutura portuária do Centro-sul do país. Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, municípios situados ao longo da Br 163 em Mato Grosso que encabeçam as listas dos maiores produtores nacionais, só passaram a se dedicar massivamente ao cultivo de soja após a conclusão do asfaltamento da BR 163 até Sinop em 1984.

Os custos de escoamento da safra afetam sensivelmente a rentabilidade do cultivo da soja em um dado polígono. Tal se expressa no mercado por meio de um diferencial dos preços pagos ao produtor direto em função dos custos de transporte associados a uma região. Não se trata apenas de uma questão de localização, haja vista que alguns modais de transporte, como o fluvial e ferroviário, são mais econômicos. Por conseguinte, os preços pagos ao produtor direto no Paraná, por exemplo, são sempre significativamente superiores àqueles pagos aos produtores mato-grossenses. Daí a pressão constante e organizada dos sojicultores por investimentos em novas rotas e modais de escoamento da produção. Exemplo disso é a Associação de Desenvolvimento Regional para a Conclusão da BR 163, sediada em Sorriso, mais conhecida como Comitê Br 163, que há mais de trinta anos luta pela conclusão do asfaltamento desta rodovia até Santarém (PA).

Resta uma pergunta fundamental. Por quê áreas próximas a Santarém e Barcarena, no Pará, a Itacoatiara no Amazonas, a Porto Velho e mesmo a Itaquí, no entorno de São Luiz, cidades portuárias dotados de excelente infraestrutura para exportação de commodities, não se tornaram grandes polígonos produtores de soja, haja vista os baixíssimos custos de transporte? A resposta remete aos condicionantes naturais à produção de soja.

SOLOS PLANOS E PROFUNDOS

Os solos aptos a cultivo da soja devem ser profundos e planos, favorecendo maior rendimento nas operações mecanizadas de preparo do solo, tratos culturais e colheita. Em áreas planas, igualmente é minorado o efeito da erosão sobre solos a descoberto. Às vastas áreas de relevo plano ou suave ondulado do cerrado brasileiro se opõe o relevo acidentado das áreas de floresta que impedem a mecanização e onde chuvas constantes submetem solos descobertos a forte erosão laminar.

A fixação biológica do nitrogênio em oleaginosas dispensa a incorporação deste macronutriente nos solos pobres em matéria orgânica do cerrado. Assim, apesar da baixa fertilidade

natural, após a correção do PH e a adubação química, os solos planos do cerrado apresentam as maiores produtividades mundiais.

CLIMA E PRECIPITAÇÕES REGULARES

Uma boa disponibilidade de água, excluindo-se tanto excessos quanto déficits hídricos, é condição crucial para o cultivo da soja. Chuvas regulares no período da germinação, emergência, floração e de enchimento de grãos são imprescindíveis ao bom desenvolvimento das plantas. Por outro lado, excesso de chuva no período da colheita, além de dificultar a operação de máquinas no campo, induz a germinação dos grãos e facilita a proliferação de doenças, causando sérios prejuízos. Na pós-colheita, relevos acidentados e chuvas irregulares ao longo do ano constituem uma ótima combinação para a erosão, bastante adversa ao cultivo da soja.

O clima bastante regular dos cerrados brasileiros, com estações de chuva e seca bem definidas, revela-se uma ótima singularidade. A cada latitude, o emprego de variedades de soja de ciclo mais longo ou curto aliado a diferentes épocas de plantio permite ajustar com precisão as exigências das distintas fases da planta ao regime hídrico local e ao sistema de rotação de cultura (soja/milho/algodão).

Neste quesito reside tanto umas das principais razões do sucesso do cultivo de commodities no Centro-Oeste quanto o seu calcanhar de Aquiles. A hipótese central deste artigo afirma que, se por um lado, o cultivo de commodities não representa uma ameaça direta à floresta amazônica em função de suas condições edafoclimáticas desfavoráveis, por sua vez, a destruição da floresta amazônica representa uma clara ameaça à sustentabilidade do cultivo de commodities no Centro-Oeste.

Estudos climáticos apontam para os riscos potenciais que mudanças climáticas causadas pelo desmatamento na floresta amazônica podem acarretar à assim chamada zona de convergência do atlântico sul. Esta advém do encontro das frentes oriundas do Sul com o ar quente e úmido vindo da região amazônica, do qual a estação chuvosa – e sua regularidade - no cerrado do Centro-Oeste é tão dependente. Mais de que quaisquer outros, os produtores de commodities do Centro-Oeste seriam os primeiros a serem atingidos pelas mudanças no clima, pois dependem fortemente da conservação dos ecossistemas da região amazônica para continuarem em sua atividade.

A SUSTENTABILIDADE CLIMÁTICA DA PRODUÇÃO DE COMMODITIES NO CENTRO-OESTE

Na safra 2023/24, o cultivo de soja no Centro-Oeste sofreu alguns percalços climáticos. Inicialmente houve um retardo significativo nas chuvas da primavera. Entre setembro/2023 e dezembro/2023, as temperaturas elevadas, com recordes em todos os estados, intensificaram os problemas com deficiência hídrica nos solos em muitas lavouras, devido ao aumento da evapotranspiração e a diminuição dos níveis de umidade dos solos. Além do aumento dos custos de produção causados pela necessidade de replantio, muitos produtores perderam a melhor janela climatológica para o plantio da oleaginosa. Por sua vez, chuvas excessivas no início de 2024, atrasaram ainda mais o período de colheita, agravando as perdas perante uma incidência maior da ferrugem asiática e do ataque de mosca-branca.

Os dados da tabela 3, obtidos pela estação meteorológica automática da Embrapa Agrossilvipastoril em Sinop, MT, servem de *proxy* para a anomalia climática experimentada pelo Centro-Oeste na safra 2023/24, quando comparada com uma safra mais regular como a de 2019/20. Houve uma redução de 21% na precipitação pluviométrica em 2023/24. As chuvas mais significativas só retornaram a partir de outubro, porém se mantiveram em níveis baixos até dezembro, apresentando um pico extremo em fevereiro de 2024, que concentrou 37,8% das precipitações no período.

A produtividade média desta safra de soja em Mato Grosso foi de 3.156 kg/há, ante os 3773 kg/há da safra 2022/23, o que representa uma queda de 16,3 %. A produção total de 38,4 milhões de toneladas, encolheu 7,2 milhões de toneladas, uma queda de 15,8 % em relação à safra recorde anterior de produção de 45,6 milhões de toneladas, apesar da expansão de 100.000 ha da área cultivada no Estado, que saltou para 12,1 milhões de hectares (CONAB, 2024). Portanto, na safra 2023/24 o estado deixou de produzir 7.465.700 toneladas de soja, caso fosse mantida a produtividade da safra anterior. Tomando-se o valor médio da saca da soja em 2024 para Mato Grosso (IMEA, 2024) de R\$ 130,00/ saca, isto representa uma perda de valor bruto da produção por parte dos sojicultores do Estado da ordem de R\$ 16.175.683.290,00 devido a anomalias climáticas, a que se deve acrescentar as perdas de receita líquida em decorrência do aumento dos custos de produção para replantio e combate a doenças e pragas.

Tabela 3 - Precipitação acumulada (mm) registrada pela estação meteorológica automática da Embrapa Agrossilvipastoril (Sinop, MT), nos anos agrícolas de 2019/2020 e 2023/2024, Agosto a Março.

Mês	Safra	
	2019/20	2023/24

Agosto	0,3	10,9
Setembro	43,2	28,4
Outubro	257,3	147,8
Novembro	271,3	150,9
Dezembro	474,2	188,9
Janeiro	438,9	400,5
Fevereiro	507,7	609,9
Março *	51,1	79,8
Total	2.043,8	1.613,2

Fonte: Embrapa Agrossilvipastoril, Boletim Agrometeorológico, 2024. Elaboração do autor.

*Primeiro decêndio.

Na safra 2024/25, após o período de vazio sanitário de 90 dias implantados e fiscalizado pelo Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso, o plantio da soja foi liberado a partir de 08 de setembro de 2024 (INDEA, 2024), porém as chuvas ainda irregulares só retornaram na segunda quinzena de outubro. De acordo com o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária, em 20 de outubro de 2024 apenas 25,08% da área destinada ao cultivo de soja estava com a semeadura concluída - ante os 60% da safra 2023/2024 – devido ao atraso das chuvas (IMEA, 2024).

A chegada tardia das chuvas compromete sobremaneira os sistemas de rotação de culturas no nas áreas de cerrado. Postergar o plantio da soja para além de fins de outubro pode inviabilizar a janela climática para o cultivo do milho safrinha e do próprio algodão segunda safra, afetando a lucratividade do cultivo rotacionado de commodities (IMEA, 2024). O atraso na chegada das chuvas foi maior ainda em latitudes mais elevadas, mais afastadas do caminho das chuvas oriundas da borda da floresta amazônica, como no sul de Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul.

RIOS VOADORES E PERÍODO CHUVOSO NO CENTRO-OESTE

O termo “Rios Voadores da Amazônia” foi cunhado inicialmente por José Marengo, climatologista do CENADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais -, baseado no trabalho pioneiro do também climatologista e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) Enéas Salati (Salati, 1979, p 1250-58) e designa um fenômeno climático extremamente importante para vastas áreas da América do Sul. Segundo Carlos Nobre, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP, “...(Salati) foi pioneiro em mostrar a floresta

como um fator climático importantíssimo para sua própria manutenção. Assim, a Amazônia não é mera resposta ao clima, mas modifica o clima e cria condições próprias para sua permanência” (Nobre, 2024, p. 5).

Imensos volumes de vapor d’água provenientes do oceano atlântico transportados pelos ventos alísios que sopram do Leste para o oeste penetram na região amazônica e precipitam na forma de chuva. Após ser absorvida dos solos e metabolizada pelas plantas, a água retornando à atmosfera na forma de vapor pelo processo de evapotranspiração. Dados do INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - apontam que uma única árvore de 10 metros de altura lança na atmosfera cerca de 300 litros de água por dia (INPA, 2022), que são carreados mais para o oeste pelas correntes de ar. Sem a presença da cobertura vegetal, os rios voadores secam e suas águas escoam pela calha da bacia amazônica, retornando ao oceano atlântico. O processo contínuo de precipitação/evapotranspiração assegura que os rios voadores atinjam os contrafortes da cordilheira dos Andes, onde parte da umidade precipita na forma de neve ou chuva, realimentando as nascentes dos grandes rios da grande bacia. A outra parte é desviada, se deslocando para a Bolívia, o Paraguai e para os estados brasileiros de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo, por vezes alcançando os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde precipita na forma de chuva, alimentando também as planícies alagadas do Pantanal e a Bacia do Prata.

Desta forma, a regularidade e intensidade do período chuvoso na região centro-oeste está fortemente correlacionado com o período chuvoso e a preservação da floresta amazônica. Com a derrubada da floresta, os rios voadores secam, o volume de precipitações diminui e a umidade relativa do ar baixa, intensificando as ondas de calor e corroendo as bases da economia da região calcada na pecuária e no cultivo de commodities.

EI NIÑO, LA NIÑA E O AQUECIMENTO GLOBAL

Como visto acima, a formação dos rios voadores que regulam a estação chuvosa no Centro-Oeste depende fortemente da evapotranspiração das florestas amazônicas. Este processo, por sua vez, pressupõe fluxo contínuo de umidade para a bacia amazônica na estação chuvosa. No entanto, períodos de seca são fenômenos recorrentes na história da Amazônia, sendo atestados inclusive por indicadores paleoclimáticos.

Os períodos de seca têm sido associados à variabilidade interanual nos padrões de circulação e temperatura de superfície do mar nos oceanos Pacífico e Atlântico, decorrentes, principalmente, de oscilações naturais. No entanto, “...novos estudos já começam a discutir a possibilidade de influência humana nas secas, seja por meio dos impactos do desmatamento regional ou do efeito das queimadas,

que tendem a alongar a estação seca e a atrasar o início da estação chuvosa na Amazônia...” (Marengo, 2013, p. 12).

A longo do século XX houve duas secas severas na Amazônia nos anos de 1912 e 1925. Uma nova seca severa retorna 39 anos depois, em 1964, e se repete em 1980, 1983 e 1997/98. Já no século XXI se registram duas secas muito intensas em 2005 e 2010. Por fim, as secas de 2023 e 2024 sobrepujaram todas as anteriores, se refletindo por vários meses nos níveis mais baixos já registrados na história de rios e lagos da região, prejudicando a fauna e a flora, bem como as comunidades ribeirinhas que dependem de recursos pesqueiros para sobreviver e utilizam os rios e lagos como via de transporte. As secas de 1912, 1926, 1983, 1998, 2010, foram associadas ao *El Niño*, ao passo que as secas de 1964, 1980 e 2005 foram associadas ao oceano Atlântico tropical norte mais quente, na ausência de *El Niño* (Marengo, 2013, p. 13).

O aquecimento anormal das águas superficiais do oceano pacífico a partir de 0,5°C acima da média histórica, fenômeno este conhecido como *El Niño* e ainda não totalmente compreendido pela ciência moderna, altera a circulação global dos ventos e afeta fortemente o regime de chuvas em várias partes do planeta. *El Niño* foi particularmente intenso entre 2022 e 2024, provocando duas secas históricas na região amazônica.

No caso da região amazônica como um todo, a seca se acentua devido à elevação das temperaturas, à diminuição da umidade relativa do ar e à escassez de chuvas, com forte rebatimento no regime de chuvas na região Centro-Oeste, diminuindo as precipitações, atrasando o início do período chuvoso e concentrando o maior volume de chuvas nos meses de verão.

Já o fenômeno inverso, conhecido como *La Niña*, ocorre quando as águas superficiais do oceano Pacífico apresentam temperatura no mínimo a 0,5°C inferior à média histórica. Durante sua vigência, na região Amazônica e no Centro-oeste, as precipitações tendem a ser mais intensas, porém irregularmente distribuídas, concentradas em períodos mais curtos nos meses de verão, aumentando risco de cheias dos rios e de erosão dos solos cultivados.

Quer sob *El Niño*, quer sob *La Niña*, observa-se nos últimos anos um atraso persistente no início do período chuvoso e anomalias climáticas mais frequentes e intensas tanto na região amazônica, quanto na região Centro-Oeste, como consequência do aquecimento global, comprometendo a regularidade climática tão cara ao cultivo de commodities. Segundo o estudo *Climatic Limit for Agriculture in Brazil*, “...no cerrado pré-amazônico, as secas e o aquecimento regional já deslocaram 28% das terras atualmente em cultivo de sua janela climática ótima de plantio. Para 2030 projeta-se que este percentual atinja 30%, subindo para 60% em 2060” (Rattis, 2021, p. 1999).

O DESMATAMENTO NO CERRADO: UMA CATASTROFE ANUNCIADA

A área desmatada do Cerrado brasileiro em 2023 cresceu 68% em relação ao ano anterior, atingindo mais de 1,1 milhão de hectares e superando pela primeira vez a área desmatada na Amazônia (454.271 ha). Isso representa 61% de todo o desmatamento registrado no Brasil (IPAM, 2024). Após seu ápice na região Centro-Oeste, nas últimas duas décadas o desmatamento de áreas do Cerrado tem se concentrado nas novas áreas de expansão do cultivo de *comodities* no assim chamada Matopiba (que engloba os Estado do Maranhão, Tocantis, Piauí e Bahia). O cerrado é de longe o bioma brasileiro menos protegido. Apenas 8,21% de sua área é legalmente protegida com unidades de conservação (ICMBio, 2024)

Devido ao seu baixo custo, o uso do fogo como instrumento para “amansar” as terras do cerrado visando implementar grandes áreas de monocultivo tem sido uma constante na região Centro-Oeste desde a década de 1970. Entre 1985 e 2023, cerca de 199,1 milhões de hectares foram queimados pelo menos uma vez no Brasil, representando quase um quarto (23%) do território nacional. Quase metade (46%) da área queimada se concentra em três estados: Mato Grosso, Pará e Maranhão. Cerrado e Amazônia, juntos, representaram cerca de 86% desta área. No Cerrado, 88,5 milhões de hectares foram queimados, correspondendo a 44% do total nacional, e 44% de seu território, enquanto na Amazônia, 82,7 milhões de hectares foram afetados, representando 42% do total e 19,6% de seu território.

Nos centros urbanos, as queimadas no Cerrado afetam a qualidade do ar das cidades cobertas pela fumaça. No meio rural, além da perda de biodiversidade natural e do teor de matéria orgânica dos solos, o desmatamento e as queimadas afetam o regime hídrico, fortalecendo as ondas de calor e reduzindo a umidade dos solos. A vegetação nativa do cerrado presta serviços ecossistêmicos incalculáveis, regulando o ciclo das águas e alimentando as nascentes de diversos rios, tais como o Araguaia, Tocantins, Teles Pires, Rio das Mortes etc. Por conseguinte, sua destruição intensifica regionalmente os efeitos do aquecimento global.

ESTAÇÕES SECAS MAIS LONGAS

Os dados colhidos pela da Estação Meteorológica da Embrapa Agrossilvipastoril de Sinop apontam não somente que o início da estação chuvosa gradualmente se desloca de meados do mês de setembro para os primeiros decêndios de outubro, como também que o início da estação seca se antecipa de meados de abril para meados de março (Lulu, 2024, p.3). Tais dados estão em sintonia com os estudos o INPE sobre a climatologia no Brasil, apontando o número médio anual de dias consecutivos secos, (*Consecutive Dry Days*), cujos resultados estão expostos na figura 1.

No período de referência, entre 1960 e 1980, os CDDs variavam em torno de 80 a 85 dias por ano. Nas três décadas posteriores, apesar das constantes oscilações anuais, a média nacional cresceu acentuadamente para cerca de 100 CDDs anuais. Significativamente acima da média nacional está o polígono (Gráfico CDD Area1) formado pelos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará do Nordeste.

Em seguida, mas igualmente acima da média nacional, aparece o polígono central do País, englobando o norte de Mato Grosso do sul, as regiões sul, leste e nordeste de Mato Grosso, Goiás, Brasília, noroeste de Minas Gerais e os Estados do Matopiba, ou seja, uma imensa área que abrange praticamente todo o bioma do cerrado brasileiro onde, não por acaso se concentra o grosso da produção de commodities no Brasil desde a década de 1980 (Gráfico CDD Area2).

Nas palavras do pesquisador do INPE Lincoln Alves, responsável técnico pelo estudo em questão, "...Na área central do país essa situação é ainda mais crítica, pois o aumento dos CDDs combinado com o aumento das temperaturas cria ... um estresse hídrico elevado, o que impacta diretamente... a produção de alimentos e a gestão dos recursos naturais" (Alves, 2024, p.4). Uma piora de cenário neste polígono, pela sua extensão e nível de exploração econômica, teria efeitos muito mais profundos sobre o agronegócio e a economia brasileira como um todo.

Figura 1 - Anomalia CDD, Brasil, 1960 a 2020.

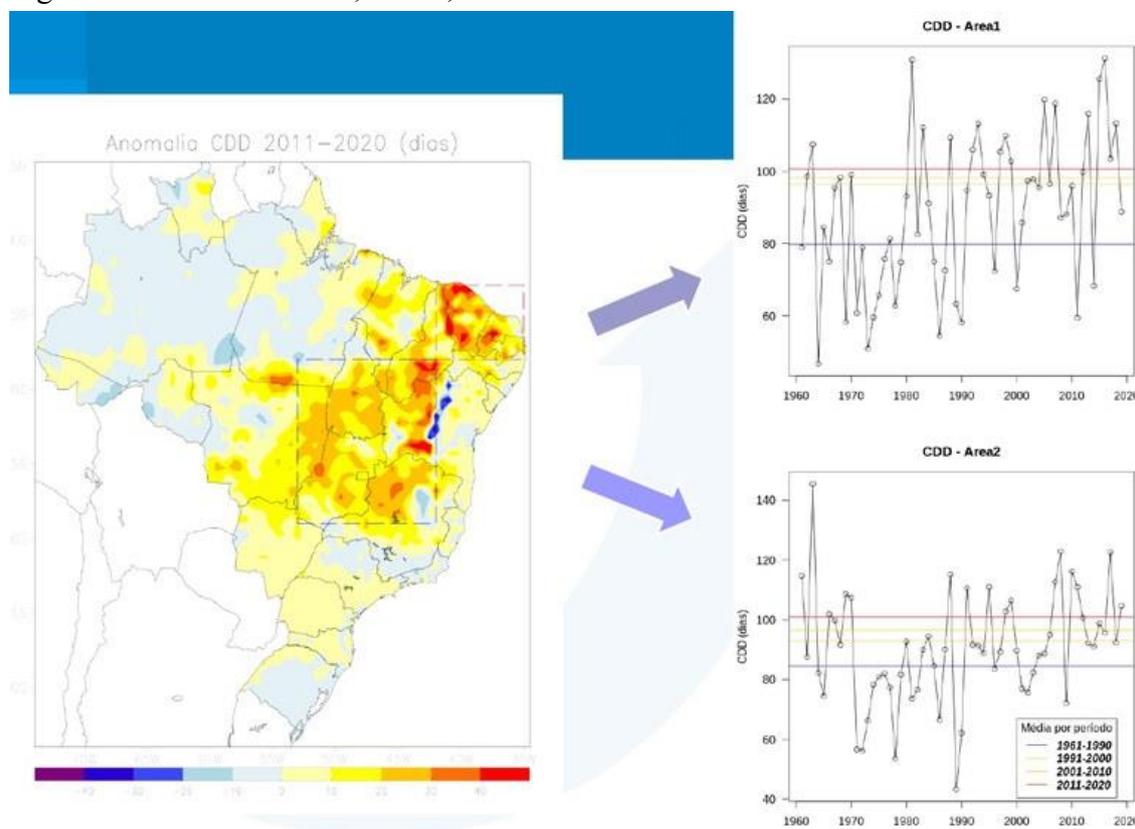


Imagem: INPE, 2024.

Percebe-se claramente em ambos os gráficos curvas de regressão linear ascendentes – e relativamente paralelas uma à outra – do número médio dos CDBs a partir de meados da década de 1970, num claro e preocupante indicador de que as mudanças climáticas já estão impactando o clima da região. Esta situação pode se agravar no futuro próximo, caso não se revertam suas causas ligadas ao desmatamento tanto do bioma do cerrado, quanto da floresta tropical amazônica e ao processo de aquecimento global como um todo.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Inúmeros estudos climatológicos apontam para anomalias climáticas mais intensas e frequentes na região Centro-Oeste. Períodos de seca prolongados associados a diminuição do volume e concentração das precipitações pluviométricas em períodos mais curtos impõem severos revesses ao cultivo de commodities. Em áreas crescentes da região torna-se mais difícil aos produtores se adequar às janelas ótimas de semeadura dos cultivares reguladas pelo fotoperíodo, dada a insuficiência de umidade do solo, o que se agrava ainda mais sob temperaturas elevadas. Consequentemente, compromete-se também a adequação às janelas para semeadura da segunda e terceira safra. Excessos de chuvas em períodos curtos e temperaturas elevadas, por sua vez, dificultam e atrasam as colheitas, sujeitando as plantações ao ataque de pragas e doenças. Crescem igualmente os riscos de erosão laminar dos solos.

Para os produtores diretos, este processo se traduz em aumento dos custos de produção e diminuição tanto da produtividade quanto das receitas por área cultivada. De forma reativa, práticas culturais mais sustentáveis tem sido adotadas pelos produtores de commodities. Lista-se aqui o emprego de novas variedades desenvolvidas pela Embrapa, mais resistentes a secas e ataque de doenças. Destaca-se aqui o cultivo direto (mínimo) dos campos sem revólver a palhada dos solos, protegendo-os da erosão e perda de umidade e matéria. Embora crescente, a adoção de sistemas mecânicos de irrigação movidos a eletricidade esbarra em elevados investimentos ainda não contempladas pelas formas tradicionais de financiamento da produção na região, bem como na escassez local de recursos hídricos. Entretanto, a irrigação mecânica contribui ainda mais para o aumento das emissões de CO² pela agricultura moderna.

Faz-se mister enfrentar as anomalias climáticas de forma proativa, assegurando a sustentabilidade do cultivo de commodities no médio e longo prazo. A nível regional, tal implica numa nova aliança entre produtores e movimentos ecológicos em prol da preservação das florestas

do cerrado e, principalmente da região amazônica, das quais as estações das chuvas são dependentes. Esta aliança se insere num esforço maior a nível global, visando a diminuição do consumo de combustíveis fósseis, dos quais a agricultura moderna é tão dependente.

REFERÊNCIAS

ALBEGARIA, Danilo. Eneas Salati, o pai dos rios voadores na Amazonia. **Revista FAPESP**, edição 313, mar 2022. Disponível em:

<https://revistapesquisa.fapesp.br/eneas-salati-o-pai-dos-rios-voadores-da-amazonia>.

ALVES, Lincoln. **Relatórios Bienais de Transparência – MCTI/INPE**. Disponível em:

<https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/em-60-anos-media-de-dias-seguidos-sem-chuva-aumenta-de-80-para-100-no-brasil-aponta-estudo-do-inpe>

BOSCHIERO, B.N. **Custo de produção de soja em 2024/2025**. Disponível em:

<https://agroadvance.com.br/custo-de-producao-de-soja-por-hectare-em-2024/>. Acessado em 10 de setembro de 2024.

CAMPOS, Indio ; FARIA, A. M.M. Mecanismos de Controle do Desmatamento na Amazônia. **Revista Eletrônica Documento Monumento**, v. 20, p. 279-318, 2016.

CAMPOS, Indio; PESSOA, R. Limites e Condicionantes à Expansão da Soja na Amazônia. Belém, **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, p. 197-216, 2012

CONAB, **safras, séries históricas**, Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>, acessado agosto de 2024.

CONAB **Planilhas de Custo**, safra 2024. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/info-agro/planilhas-de-custo>, acessado agosto de 2024.

EMBRAPA, Embrapa Agrossilvipastoril, Sinop (MT), **Boletim Agrometeorológico**, março 2024.

Disponível em: <https://www.embrapa.br/boletim-agrometeorologico>.

ICMBIO, **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protetidas/plataforma-cnuc-1>. Acessado em 10 maio de 2024.

IMEA, **Indicadores de Safra**. Disponível em:

<https://www.imea.com.br/imea-site/indicadores>, Acesso em: jun. 2024.

INDEA, **Exigências Fitossanitárias**, Disponível em:

<https://www.indea.mt.gov.br/noticias>.

INPA, **Rios Voadores**. Disponível em:

<https://www.gov.br/inpa/pt-br/assuntos/noticias>, acessado em julho de 2024.

IPAM, Rede MapBiomass, **Relatório Anual de Desmatamento**, maio de 2024.

IPAM Area queimada no Brasil entre janeiro e setembro foi 150% maior que no ano passado. Disponível em:

<https://brasil.mapbiomas.org/2024/10/11/area-queimada-no-brasil-entre-janeiro-e-setembro-foi-150-%-maior-que-no-ano-passado>, acessado em 28 de outubro de 2024.

LULU, Jorge, **Boletim Agrometeorológico**, Embrapa Agrossilvipastoril, Sinop (MT), março de 2024, acessado agosto de 2024.

MARENGO, José A. Prefácio. In: BORMA, Laura de Simone & NOBRE, Carlos (org.), **Secas na Amazônia: causas e consequências**, São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

RATTIS, Ludmila et al. Climatic Limit for Agriculture in Brazil. **Nature and Climate change**, volume11, 2021.

SALATI, E. *et. al.* Recycling of water in the Amazon Basin: An Isotopic Study. **Water Resources Research**, v. 15, n. 5, p. 1250-8. out. 1979.

UM ESTUDO DE CASO DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO/PB



REDM
ISSN: 2176-5804

Mateus Sampaio Maranhão

Graduado em Administração Pública-EAD pela UFPB
mateussampaio248@gmail.com

Allyne de Almeida Ferreira

Doutora em Economia pelo programa de Pós-Graduação da UFPB e professora adjunta da UFCG
allynealmeida3@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta como tema, um estudo de caso das vantagens e desvantagens da implantação do eSocial na prefeitura municipal de Livramento/PB. Tendo como objetivo mostrar quais foram os desafios após a implantação do sistema na prefeitura, mostrando suas vantagens e desvantagens. Ressalta-se que nos objetivos específicos buscou-se conceituar o sistema eSocial; conceituar os setores de recursos humanos na gestão pública; apresentar as principais vantagens e desvantagens do sistema eSocial na prefeitura municipal de Livramento/PB; e analisar os desafios do sistema eSocial na atuação do setor de recursos humanos no município. Para obter-se estas informações foi realizada uma pesquisa com base em levantamento bibliográfico, como artigos; artigos esses publicados entre 2014 e 2023, encontrados em sites como; *Sielo*; *Google acadêmico*; além de uma entrevista feita através de aplicativo de mensagens instantâneas ao servidor público do departamento de recursos humanos do município de Livramento/PB, classificando-se, assim, como uma pesquisa de caráter qualitativa. Após a análise, foi possível identificar que o eSocial apresenta inúmeras vantagens, como unificação de dados, desburocratização, dentre outros. Obteve-se como desvantagens; falta infraestrutura na prefeitura, um erro na alimentação de dados pode prejudicar os servidores etc. Os resultados da pesquisa mostram que o eSocial melhorou a vida de profissionais de recursos humanos e contábil do município de Livramento, além disso, reduziu custos em questões de impressões de papéis, mais agilidade, menos burocracia, concluindo-se que suas vantagens são bem mais benéficas do que as desvantagens, que afetam apenas em fases iniciais.

Palavras-chave: eSocial. Recursos Humanos. Livramento/PB.

A CASE STUDY OF THE ADVANTAGES AND DISADVANTAGES OF ESOCIAL IMPLEMENTATION IN THE CITY HALL OF LIVRAMENTO/PB

ABSTRACT

This article presents as its theme, a case study of the advantages and disadvantages of the implementation of eSocial in the municipal government of Livramento/PB. Aiming to show what were the challenges after the implementation of the system in the city hall, showing its advantages and disadvantages. It should be noted that the specific objectives sought to conceptualize the eSocial system; conceptualize the sectors of human resources in public management; to present the main advantages and disadvantages of the eSocial system in the municipal government of Livramento/PB; and analyze the challenges of the eSocial system in the performance of the human resources sector in the municipality. To obtain this information, a survey was carried out based on a bibliographical survey, such as articles; articles published between 2014 and 2023, found on sites such as; *Sielo*;

Academic Google; in addition to an interview made through an instant messaging application to the civil servant of the human resources department of the municipality of Livramento/PB, thus classifying itself as a qualitative research. After the analysis, it was possible *to identify that eSocial has numerous advantages, such as data unification, less bureaucracy, among others. It was obtained as disadvantages; there is no infrastructure in the city hall, an error in the data feed can harm the servers, etc. The research results show that eSocial improved the lives of human resources and accounting professionals in the municipality of Livramento, in addition, it reduced costs in matters of paper printing, more agility, less bureaucracy, concluding that its advantages are much more beneficial than the disadvantages, which affect only in the initial stages.*

Keywords: *eSocial. Human Resource. Livramento/PB.*

1. INTRODUÇÃO

Com avanços tecnológicos ocorridos no mundo nas últimas décadas e a necessidade de mais transparência e desburocratização no setor público, o governo brasileiro viu oportunidade de criação de um sistema que possibilite avanços nos setores contábeis e de recursos humanos, gerando mais agilidade e menos burocracia para profissionais e funcionários.

Diante desse cenário, criou-se através do decreto N° 8.373 de 11 de dezembro de 2014, o sistema eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (BRASIL, 2014), declarando ser um programa de unificação das informações, e que possibilita o servidor público ter acesso a benefícios e direitos (Canovas, Santos e Sousa; Pág. 2, 2022).

Zanin *et al.* (2015), consideram que o sistema eSocial é um dos maiores avanços na relação entre empregado e empregadores. De acordo com Moreira (2018), a implantação do sistema eSocial simplifica obrigações fiscais, e substitui entrega de formulários e declarações entregues de forma separadas nos órgãos federais como, Caixa Econômica Federal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Fiscal), dentre outros.

Silva e Fonseca (2019) destacam que o eSocial é uma nova era da relação entre o empregado e o governo. Essa nova ferramenta possibilita os servidores atuarem de forma mais correta e com mais atenção em suas determinadas obrigações. Já Ricardo e Pagnussat (2020) destacam a importância do eSocial para o próprio governo, ou seja, possibilita-se o cumprimento adequado da legislação, detectando mais facilmente possíveis erros dos órgãos públicos.

Diante do contexto, o presente artigo designa-se a responder o seguinte questionamento: Quais foram os desafios com implantação do sistema eSocial na prefeitura municipal de Livramento/PB, suas vantagens e desvantagens?

Assim, estabelece-se como objetivo identificar os desafios do sistema eSocial na prefeitura municipal de Livramento/PB. Tornando-se relevante para a literatura, pois, o estudo é algo novo e

estudos dessa natureza são importantes para contribuir com a literatura do Brasil, e principalmente para o município analisado, o que se possibilita mais conhecimentos, especificamente para os servidores do setor de recursos humanos.

A pesquisa, por sua vez, busca-se conceituar o sistema eSocial, conceituar o setor de recursos humanos na gestão pública, apresentar as principais vantagens e desvantagens do sistema eSocial na prefeitura municipal de Livramento/PB, e por fim, analisar os desafios do sistema eSocial na atuação do setor de recursos humanos no município.

Tendo-se como justificativa a contribuição acadêmica para profissionais dos departamentos de recursos humanos e contábeis dos municípios brasileiros, com novas informações sobre a implantação do sistema eSocial, além de contribuir para futuras pesquisas acadêmicas para discentes em Bacharelado em Administração Pública.

Além dessa introdução, o artigo encontra-se dividido em mais quatro seções. A seção seguinte é dedicada à fundamentação teórica. A terceira seção descreve a metodologia. Por sua vez, a quarta seção mostra os resultados e discussão. Por fim, a última seção refere-se às considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Conceito do eSocial

A partir do decreto N° 8.373, de 11 de dezembro de 2014, estabelecido pela a então presidente Dilma Roussef, cria-se em seu artigo primeiro o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhista - eSocial (BRASIL, 2014).

O decreto é um instrumento de unificação da prestação de informações. Encontra-se no seu artigo terceiro, os seguintes princípios: “viabiliza-se as garantias de direitos previdenciários e trabalhistas, racionalizar-se e simplificar-se os cumprimentos das obrigações, dentre outras” (BRASIL, 2014).

Diante do contexto, vários departamentos terão que adaptar-se às novas regras. De acordo com o cronograma disponibilizado pelo Governo Federal, os órgãos públicos entraram na última etapa de implantação do sistema eSocial, com previsão de início em janeiro de 2020 e conclusão até julho de 2021, fase final de implantação. (Ricardo e Pagnussat, 2020).

Dentre os departamentos, encontram-se os setores de recursos humanos, submetendo-se a algumas obrigações. Conforme os autores Ferreira e Soares (2019), os setores de recursos humanos terão que fazer envios de todas as obrigações fiscais mensalmente ao Governo Federal. Segundo Melo (2019), os dados que serão inseridos abrangem mudança de cargo, licença médica, acidente de trabalho, etc.

De acordo com os autores Ferreira e Soares (2019), com a implantação do eSocial, eliminam-

se algumas obrigações dos departamentos de contabilidade. Citam-se, entre essas obrigações, as seguintes:

“**CAGED**- (Cadastro Geral de Empregados). **GFIP**- (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informação a Previdência social). **DIRF**- (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte). **DIRF**- (Informação de Terceiro) **GPS**- (Guia da previdencia Social). **RAIS**- (Relação Anual de Informações Sociais). **Folha de pagamento**. **Livro de Empregados** e **MANAD**- (Manual normativo de Arquivos Digitais)”. (Ferreira e Soares, Pág. 5, 2019).

Observam-se as eliminações das obrigações citadas por Ferreira e Soares (2019), nas quais o sistema eSocial irá reduzir amplamente as obrigações dos departamentos contábeis e de recursos humanos, tornando os serviços mais ágeis e menos burocráticos, buscando a simplificação de processos.

Segundo Vier (2022), o eSocial contribuirá evitando fraudes e garantindo o cumprimento das regras e sanções previstas na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Para Niehus (2022), o eSocial é uma forma mais simplificada da folha de pagamento digital. Em outra seção de seu artigo, o autor Niehus (2022), acrescenta que o sistema foi uma forma dos trabalhadores assegurarem seus direitos.

Contudo, o eSocial garante uma modernização na maneira de envio de dados dos órgãos públicos, com menos burocracia e mais controle das instituições federais, garantindo informações atualizadas, que deverão ser enviadas obrigatoriamente.

2.2. Gestão de recursos humanos no setor público

Após o Decreto n.º 8.373/14, alguns setores sofreram mudanças na forma de envio de dados. Entre esses setores, estão os de recursos humanos, pois o setor é responsável por todos os dados documentais dos servidores públicos.

Os setores de recursos humanos pertencem tanto nas organizações privadas, como organizações públicas. Por sua vez, no setor público, a função do setor de recursos humanos, conforme os autores Matoso, Coriola e Reglio (2015), é dedicar-se principalmente a atividades operacionais, como folhas de pagamento, acompanhamento de concursos públicos, concessões de aposentadorias, entre outras. No entanto, a gestão de recursos humanos tem espaço restrito em periódicos acadêmicos, o que conseqüentemente aumenta a dificuldade de compreensão em determinados assuntos.

Costa (2019) considera os setores de recursos humanos de extrema importância, pois é através deles que se desenvolvem algumas competências, como motivação, liderança, compensação, etc. De acordo com os autores citados — Matoso, Coriola e Reglio (2015) e Costa (2019), observa-se a importância da gestão de recursos humanos para a nova administração pública gerencial.

Segundo Cardoso (2012), o objetivo dos setores de recursos humanos é adequar-se às ideias

da administração pública gerencial à realidade dos servidores públicos. Por sua vez, no Brasil, inicialmente, os setores de recursos humanos surgiram apenas para atender às exigências legais, diferentemente do que acontecia em países desenvolvidos. (Caldas, Tonelli e Lacombe, 2002).

Diante desse contexto, pode-se questionar: Quando a gestão de recursos humanos passou por mudanças? Santos (2021) afirma que os setores de recursos humanos passaram a sofrer mudanças principalmente a partir de 1990 até os dias atuais. Santos (2021), apud Carvalho et al. (2009), destaca que entre as principais mudanças estão a valorização da capacidade do Estado, a reestruturação de carreiras, e as compensações salariais, entre outras.

Nota-se a importância dos setores de recursos humanos nas prefeituras, principalmente após a implantação do sistema eSocial, ressaltando-se que esses setores têm contato com todos os dados documentais dos servidores da instituição pública. Além disso, esses setores procuram resolver possíveis problemas no ambiente de trabalho e atuam juntamente com os setores de contabilidade, atualizando periodicamente os dados, como férias, folhas de pagamento, entre outros.

2.3. Vantagens e desvantagens do sistema eSocial

2.3.1 Vantagens

Analisando-se os conceitos anteriores, questiona-se quais foram as vantagens e desvantagens do eSocial, pois, assim como todos os sistemas, o eSocial não seria diferente, apresentando tanto pontos positivos quanto negativos ao ser implantado nos órgãos públicos.

Silva et al. (2019) mostra que o sistema trouxe vantagens, como a simplificação dos processos e o aumento da produtividade, além de focar na desburocratização. Anicío e Silva (2019) destacam que o eSocial auxilia nos processos diários, fornecendo informações em tempo real. Eles também ressaltam a importância da desburocratização e do fornecimento de dados em um único sistema.

Uma das principais vantagens é para a Receita Federal, facilitando a fiscalização das informações. O eSocial contribui para que não haja salários pagos por fora, negligência ou omissão dos direitos trabalhistas (Sousa e Orth, 2020).

No setor público, o eSocial beneficiou várias áreas, tais como a diminuição de papéis, facilitando a vida da prefeitura e ocasionando a redução de gastos. Isso afeta diretamente o setor de recursos humanos, reduzindo a burocracia e aumentando a agilidade.

2.3.2 Desvantagens

Nesta subseção, o objetivo do texto é apresentar algumas desvantagens ocasionadas após a implantação do sistema eSocial no setor público.

Inicialmente, destaca-se que uma desvantagem é a necessidade de cadastramento de todos

os servidores públicos. Além disso, existem questões relacionadas ao preenchimento de formulários, que antes eram considerados obsoletos pelos funcionários do setor de recursos humanos.

Conforme Anício e Silva (2020), algumas desvantagens podem ser citadas, tais como: multas e penalidades, atualização de softwares, novas práticas para a equipe e impactos na rotina. De acordo com os mesmos autores:

Entre as desvantagens destacam-se: Ocorrência de multas e penalidades em caso de envio realizado de forma parcial; atualização de softwares para adequação do sistema de folha de pagamento e sua integração ao eSocial; criação de novas práticas para a equipe para o melhor desenvolvimento dos envio a qual a uma demanda de apreendizagem por parte dos funcionários. Impacto na rotina de trabalho onde processos internos do setor serão modificados para atender necessidades de fiscalização. (Anício e Silva; Pag. 7, 2020).

Assim, Anício e Silva (2020) apresentam as principais desvantagens que o eSocial pode ocasionar para as instituições e órgãos públicos. Destacam questões como a necessidade de contratação de profissionais formados em tecnologia da informação, o que pode gerar custos adicionais inicialmente.

Na prefeitura, as desvantagens que se destacam são os problemas relacionados à inexistência de infraestrutura e equipamentos atualizados, além das dificuldades na revisão de todos os dados dos servidores públicos, considerando que alguns exercem atividades há mais de vinte anos, e que, nesses casos, os documentos muitas vezes já estão em estado de decomposição devido ao tempo transcorrido.

Em resumo, algumas desvantagens da implantação do sistema eSocial foram geradas aos setores de recursos humanos, como a exigência da capacitação de seus profissionais, a reformulação da infraestrutura e dos softwares, entre outros aspectos.

2.3.3 Desafios do eSocial no Setor de Recursos Humanos

Diante dos fatos apresentados, com as vantagens e desvantagens do eSocial, surge o seguinte questionamento: Quais são os desafios da implantação do sistema nos órgãos públicos, especificamente nos setores de recursos humanos? Destacam-se os setores de recursos humanos por serem responsáveis pelo acesso a todos os dados documentais dos servidores públicos.

Ao consultar artigos que abordam a temática, percebe-se que o fator organizacional será um dos principais desafios, juntamente com as dificuldades de capacitação dos profissionais do setor de recursos humanos, questões de infraestrutura, entre outros que serão apresentados a seguir.

Silveira e Martins (2020), citados por Leal et al. (2016), ressaltam a necessidade de realizar investimentos, principalmente relacionados ao sistema. Ricardo e Pagnassat (2020) acrescentam que o sistema obrigou a contratação de profissionais capacitados e atualizados.

Adiante, aborda-se que entre os desafios estão a capacitação da mão de obra dos departamentos envolvidos, a entrega de informações (algumas mensais e outras em tempo real),

como, por exemplo, documentos voltados para admissões e afastamentos temporários (Ricardo e Pagnassat, 2020).

Amorim, Pereira e Golçalves (2023) estão em consonância com Silveira e Martins (2020), citados por Leal et al. (2016), ao afirmarem que o maior desafio foi a adequação do sistema e a capacitação dos profissionais responsáveis. De acordo com tais autores

Outro desafio encontrado foi que apesar de empregador e empregado serem beneficiados pelo o fato de poderem acompanhar de uma maneira simplificada as informações relativas ao vínculo, a concentração de um grande número de dados, exigiu muita organização na padronização, revisão e unificação de dados, além da alteração das rotinas de empregados responsáveis por rotina de contratos e admissões. (Amorim, Pereira e Golçalves; Pág. 14, 2023).

Ou seja, Amorim, Pereira e Golçalves (2023) afirmam que o eSocial exigiu mais atenção dos profissionais para evitar falhas de dados ou desvios dos padrões exigidos, além de exigir atenção especial em questões como férias, entre outros.

Percebe-se que diferentes autores, como Amorim, Pereira e Golçalves (2023), Silveira e Martins (2020), e Ricardo e Pagnassat (2020), apresentam alguns desafios encontrados na implantação do eSocial, destacando-se principalmente fatores como o treinamento dos profissionais responsáveis pelos setores afetados (recursos humanos e contábeis), além das melhorias na infraestrutura dos equipamentos.

Diante do exposto, os órgãos públicos (prefeituras) devem adequar os setores de recursos humanos e contábeis às inovações tecnológicas, como, por exemplo, notebooks capazes de atender à demanda que o eSocial exige, além da capacitação dos servidores responsáveis pelo setor de recursos humanos e da contratação de profissionais formados em TI (Tecnologia da Informação).

3. METODOLOGIA

O presente artigo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica. Gil (2008) explica que a pesquisa bibliográfica é elaborada por meio de consultas a livros e artigos científicos. Além disso, Gil (2008) afirma que pesquisar é um procedimento racional e sistemático com o objetivo de proporcionar respostas para algum problema. A pesquisa, por sua vez, aborda a problemática que esclarece quais são os desafios da implantação do sistema eSocial na Prefeitura Municipal de Livramento/PB, procurando mostrar suas vantagens e desvantagens.

Para responder a esta problemática, utiliza-se uma abordagem de pesquisa exploratória, que, de acordo com Gil (2008), é considerada ‘bastante flexível e serve para o aprimoramento de ideias, possibilitando a compreensão do tema estudado’.

Utiliza-se o estudo de caso a partir do momento em que foi realizada uma entrevista via aplicativo de mensagens (WhatsApp) com um servidor público do município de Livramento/PB. De

acordo com Gil (2008), o estudo de caso tem diferentes propósitos, sendo um deles ‘descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação’.

Nesse contexto, grande parte deste artigo baseia-se em levantamentos bibliográficos, com foco em artigos científicos, como os estudos de Ricardo e Pagnussat (2020), Silva et al. (2019), e Canovas, Santos e Sousa (2022), entre outros, que apresentam os conceitos, as vantagens e as desvantagens do eSocial.

Os artigos analisados foram publicados entre 2014 e 2023 e estão disponíveis no Google Acadêmico, Scielo e no site oficial do Planalto, especificamente o decreto (Planalto.gov.br). Para obter os resultados dos artigos científicos, foram utilizadas palavras-chave como: eSocial, recursos humanos, setor público e desafios do eSocial. Com isso, obteve-se um grande número de resultados, em torno de dezessete mil trabalhos encontrados.

Por sua vez, o critério de exclusão dos artigos deu-se pela análise de estudos de caso direcionados aos setores de recursos humanos, que apresentavam em suas pesquisas os desafios, as vantagens e as desvantagens do eSocial. Também foram encontrados estudos no formato de dissertações, teses e monografias, que abordavam estudos de caso relacionados à temática do eSocial.

Por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp), foi realizada uma entrevista com o servidor responsável pelo setor de recursos humanos do município de Livramento/PB, com o objetivo de entender os benefícios do sistema eSocial. Diante disso, foram feitas as seguintes perguntas: Qual foi o impacto do sistema eSocial para o setor de recursos humanos? Qual foi a vantagem desse sistema? Qual foi a desvantagem? Qual departamento foi responsável pela instalação, o departamento de recursos humanos ou o departamento de administração e finanças? As perguntas foram feitas no dia dezoito de março de 2023.

Por fim, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa tem como objetivo fazer uma análise, observar, descrever e realizar práticas para compreender determinado significado (Rodrigues, Oliveira e Santos; 2021).

Sendo assim, os resultados e discussões serão baseados nos principais conceitos dos autores citados anteriormente, assim como nos detalhes das respostas obtidas na consulta realizada, por meio de um aplicativo de mensagens, ao servidor público do município de Livramento-PB.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Resultados e discussões das vantagens e desvantagens do eSocial

Nesta seção, são apresentados os resultados e discussões obtidos a partir da pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base nos objetivos específicos expostos na introdução, com o propósito de responder ao objetivo geral proposto. Sendo assim, destaca-se inicialmente que o

Decreto nº 8.373/14 refere-se ao Sistema de Escrituração Digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas - eSocial (BRASIL, 2014).

Portanto, um dos principais intuitos do sistema eSocial é proporcionar mais vantagens, eliminando, assim, algumas obrigações, como afirmam Ferreira e Soares (2019) em suas pesquisas anteriores. Além disso, o sistema eSocial busca garantir avanços tecnológicos para a administração pública, assegurando, principalmente, que não ocorram fraudes e promovendo o cumprimento das regras previstas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), conforme demonstram as pesquisas de Vier (2022) e Niehus (2022).

Mais especificamente, ao observar as afirmações de Niehus (2022), Ferreira e Soares (2019) e Vier (2022), pode-se concluir que o eSocial é uma plataforma que visa simplificar os procedimentos realizados nos departamentos de contabilidade e recursos humanos, com o objetivo de facilitar as tarefas diárias nesses setores, além de assegurar os direitos dos empregados.

Nesse contexto, durante a pesquisa bibliográfica, foram identificadas as principais vantagens deste sistema, assim como os pontos negativos apontados por todos os autores analisados no período de 2014 a 2023. Uma das principais vantagens do sistema é a simplificação dos processos, o que aumenta a produtividade e tem como foco a desburocratização. Essa desburocratização ocorre porque o sistema centraliza diversos serviços em uma única plataforma, eliminando a necessidade de enviar os mesmos dados para várias plataformas governamentais diferentes, como era feito anteriormente.

Em relação às questões de desburocratização, destaca-se que o sistema centraliza o fornecimento de dados em uma única plataforma. De acordo com Anício e Silva (2019) e Silva et al. (2019), o eSocial oferece como vantagens a agilidade nos processos de trabalho dos profissionais de recursos humanos, além da redução da burocracia e da quantidade de papéis, uma vez que todos os dados são devidamente registrados na plataforma.

Além dos pontos positivos, as pesquisas abordam alguns aspectos negativos, entre os quais se destacam a necessidade de atualização de softwares, o que implica a contratação de novos profissionais. Essa demanda por contratações acarreta novos investimentos, sendo esse um dos principais pontos negativos, especialmente no início da implementação. Por fim, observa-se também como desvantagem para os profissionais já habilitados no uso do eSocial a exigência de maior atenção no momento de registrar os dados, a fim de evitar falhas.

Diante dos fatos expostos, observa-se que o eSocial é uma inovação que demanda esforços de todos para que sua função seja plenamente alcançada. Para facilitar o entendimento, a seguir é apresentado um quadro que destaca os principais resultados encontrados nas leituras realizadas:

Quadro 1: Vantagens e desvantagens do eSocial na literatura.

VANTAGENS DO DECRETO 8.373/2014	AUTORES	DESVANTAGENS DO DECRETO 8.373/2014	AUTORES
• Desburocratização	• Anício e Silva (2019); Ferreira e Soares (2019); Sousa, Orth (2020); Ricardo, Pagnassat (2020).	• Recadastramento de todos os servidores públicos.	• Elaborado pelo o autor (2023).
• Unificação de dados/ simplificação dos processos.	• Ferreira e Soares (2019).	• Atualização de Softwares.	• Anício e Silva (2019).
• Facilita fiscalização das informações.	• Sousa, Orth (2020).	• Contratação de profissionais formados em TI (Tecnologia da Informação).	• Anício e Silva (2020).
• Diminuição de Gastos (Compra de papéis pela prefeitura, Livramento/PB).	• Elaborado pelo o autor (2023).	• Falta de infraestrutura na prefeitura/Livramento/PB. (Falta de equipamentos).	• Elaborado pelo o autor (2023).
• Digitalização dos serviços públicos.	• Elaborado pelo o autor (2023).	• Novos equipamentos (Notebooks com bom armazenamento).	• Elaborado pelo o autor (2023).
• Avanços tecnológicos.	• Elaborado pelo o autor (2023).		

FONTE: Elaborado pelo o autores (2023).

O quadro acima apresenta os principais resultados da pesquisa, observados tanto na revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2014 e 2023 quanto na pesquisa realizada na cidade de Livramento - PB. Destacam-se fatores importantes, como a desburocratização e a facilidade de

fiscalização, que se configuram como os principais aspectos positivos. Por outro lado, o aumento de gastos decorrente da necessidade de contratar novos profissionais é apontado como um fator negativo.

Ressalta-se, portanto, que a implantação do sistema eSocial nos setores de recursos humanos apresenta como pontos positivos a maior agilidade, a redução do uso de papel e os avanços tecnológicos.

Em relação aos fatores negativos, estão os recadastramentos de todos os profissionais, o que para prefeitura é algo desafiador, devido alguns servidores atuarem há mais de vinte anos, e em alguns casos as documentações desses servidores estão em estado de decomposição, dificultando a atualização de dados.

Conclui-se que as vantagens desta nova plataforma são significativamente benéficas para o setor público, facilitando a vida de todos os profissionais e proporcionando avanços na gestão pública. Além disso, o setor público está acompanhando a globalização com os avanços tecnológicos necessários.

Na subseção dedicada à apresentar gestão de recursos humanos no setor público, foram apresentadas as definições de Costa (2019), Matoso, Coriola e Reglio (2015), entre outros autores. Concluiu-se que os setores de recursos humanos no âmbito público estão voltados principalmente para atividades rotineiras, como aposentadorias, acompanhamento de concursos públicos e outros processos desses tipos.

O setor de recursos humanos desenvolve competências como motivação, liderança e compensações, entre outras. No entanto, será que essas funções são realmente aplicadas na gestão pública atualmente? É importante destacar a afirmação de Matoso, Coriola e Reglio (2015), que mostram que, na realidade, os setores de recursos humanos têm se concentrado mais no cumprimento de questões burocráticas, como aposentadorias, férias e declarações.

Os principais desafios dos setores de recursos humanos com implantação do eSocial foram, principalmente, a capacitação de mão de obra dos departamentos envolvidos e a entrega de informação, algumas mensalmente e outras em tempo real. Mesmo diante desses desafios, ressaltou-se que o eSocial é uma ferramenta na qual traz mais facilidades do que dificuldades para os profissionais.

No quadro a seguir, abordam-se os principais artigos utilizados na pesquisa bibliográfica, destacando-se os autores e os anos de publicação, os objetivos de cada artigo científico investigado e, por fim, os principais resultados das respectivas pesquisas.

O Quadro 2 apresenta os principais objetivos de pesquisas anteriores que serviram de base para este artigo. Observa-se que houve um grande impacto na carreira dos profissionais de contabilidade, o que também ocorreu com os profissionais de administração de pessoal (Amorim, Pereira e Gonçalves, 2023).

Quadro 2: Apresenta os principais resultados e objetivos de pesquisas anteriores sobre o tema.

AUTORES	OBJETIVOS	PRINCIPAIS RESULTADOS
<ul style="list-style-type: none"> Amorim, Pereira e Gonçalves (2023). 	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrar os benefícios e desafios que as empresas enfrentaram na implantação do eSocial. 	<ul style="list-style-type: none"> “Houve um grande impacto na carreira dos profissionais de contabilidade, e o mesmo ocorreu em relação aos profissionais de administração de pessoal. Apesar de o eSocial ser um facilitador no envio de informações para os bancos de dados federais, a maior parte dos profissionais contadores afirmam que estavam despreparados para a realidade trazida pela obrigação acessória inovadora.”
<ul style="list-style-type: none"> Matoso, Coraiola e Roglio (2015). 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a percepção de servidores públicos quanto à qualidade dos papéis desempenhados pela área de Recursos Humanos (RH). 	<ul style="list-style-type: none"> “A análise dos dados indica que não existem diferenças significativas entre as médias de avaliação dos papéis de RH no Governo Estadual de Mato Grosso e as médias encontradas pelas pesquisas realizadas em empresas privadas. Os resultados mostram a necessidade do RH de estabelecer uma maior coerência entre a sua autoimagem e as expectativas e necessidades dos servidores com relação aos serviços prestados pela área.”
<ul style="list-style-type: none"> Moreira (2018). 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os desafios gerados pela implementação do eSocial nas rotinas e procedimentos de RH na Prodemge. 	<ul style="list-style-type: none"> “Foram identificados desafios e necessidade de mudanças de procedimentos, mas a implantação do sistema em ambiente nacional apresenta um avanço no que tange a modelos de construção coletiva e gestão compartilhada de informações.”
<ul style="list-style-type: none"> Vier (2022). 	<ul style="list-style-type: none"> Investigar a implementação do e-social nos municípios do Vale do Rio dos Sinos a partir do ciclo de vida dos sistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> “Quanto aos fatores sucesso e críticos na implementação do e-social nos municípios, cita-se respectivamente a capacitação dos servidores e os cadastros incompletos nas prefeituras”.
<ul style="list-style-type: none"> Silva e Fonseca (2019). 	<ul style="list-style-type: none"> Objetivo levantar nas empresas do município de São Luís quais são as dificuldades na implementação do eSocial. 	<ul style="list-style-type: none"> “Os resultados obtidos apresentaram que 59% das empresas concordam que praticavam atividades em discordância com o prescrito na lei trabalhista e, 46% concordam que possuem dificuldades tanto no registro de eventos periódicos e não periódicos do eSocial. Na dimensão apoio de outras áreas organizacionais ao RH na implantação do eSocial, obteve-se concordância de 58%.”
<ul style="list-style-type: none"> Sousa e Orth (2020). 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar uma breve análise sobre o sistema E-social e sua tecnologia, 	<ul style="list-style-type: none"> “Constatou-se que o programa trará mais segurança, e evitará as inconsistências de informações, sendo que essas, às vezes, defasadas entre os diversos formulários

	o lançamento se deu em 12 de dezembro de 2014 e foi publicado através do Decreto nº 8373, no âmbito federal.	entregues. As informações coletadas alimentarão, automaticamente, as bases de dados dos órgãos envolvidos no projeto. O envio dos documentos é online e pode significar redução de custos e tempo para o setor, evidenciando a realidade das empresas.”
• Ferreira e Soares (2019).	• Analisar a política do E-Social, a fim de identificar suas funcionalidades no cenário das organizações, exibindo consequentemente, a funcionalidade deste sistema.	• “Este, responsável pela utilização das informações, e também instrumento de unificação da prestação destas informações, referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Tem ainda, o papel de padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um ambiente nacional.”
• Leal <i>et Al.</i> (2016).	• Identificar as perspectivas dos profissionais contábeis acerca dos benefícios e desafios da implementação do eSocial.	• “Concluiu-se que os profissionais acreditam que a prestação de informações será mais controlada e fiscalizada, além de se tornar mais ágil e precisa devido ao sistema oferecer uma única base de dados a qual eliminará obrigações acessórias. Acreditam também que desafios como intensa organização dos dados, adequação aos prazos dos eventos, customização dos softwares, falta de profissionais qualificados devido à ausência de capacitações no momento, além do possível aumento nos custos administrativos, possam ser enfrentados na implementação do eSocial.”
• Ricardo e Pangssat (2020).	• Tem como objetivo de pesquisar quais foram as principais dificuldades que os escritórios de contabilidade do município de Juína–MT enfrentaram no momento da implantação do sistema eletrônico eSocial.	• “O resultado obtido pela pesquisa é de que, embora tenha havido melhora na qualidade dos serviços prestados, as dificuldades com a falta de preparação e capacitação disponíveis no mercado ocasionou maior responsabilidade aos profissionais responsáveis por este departamento. A pesquisa apontou que há dificuldade na adequação do cumprimento de prazos e normas que falta trabalhar a conscientização dos administradores e empresários para a importância de cumprir as normas estabelecidas pelo governo através do eSocial.”
• Anício e Silva (2020).	• Identificar as principais dificuldades encontradas ao longo do processo de implantação do	• “Foi constatado que não ocorreram problemas durante o processo de implantação do sistema. Entre as vantagens, destaca-se o fato de a empresa enviar informações em tempo real, o que acarreta que as tarefas não se acumulem ao longo do tempo. A principal desvantagem

	eSocial e quais as vantagens e desvantagens da utilização do sistema.	mencionada pela empresa em estudo foi relacionada ao envio de informações ao eSocial e demais sistemas exigidos pelo governo, tais como, Sefip e Caged.”
• Silveira e Martins (2020).	• Avaliar os impactos e desafios enfrentados pelos profissionais do departamento pessoal e empresários nos escritórios de contabilidade de cidades pernambucanas durante a implantação do eSocial.	• “De acordo com os resultados da pesquisa, verificou-se ainda que as dificuldades encaradas pelos escritórios de contabilidade durante a implementação do eSocial contribuíram para a não aceitação do eSocial por parte dos profissionais do departamento pessoal e empresários, devido a esse impacto, a maioria acredita que o eSocial deveria ser extinto, e não simplificado, como sugere o governo.”

Source: Research data (2023).

Também é citada a 'dificuldade na adequação ao cumprimento de prazos e normas, destacando a necessidade de maior conscientização por parte dos administradores' (Ricardo e Pangssat, 2020). Ressalta-se ainda que 'a prestação de informações será mais controlada e fiscalizada, além de se tornar mais ágil e precisa, graças ao sistema que oferece uma única base de dados, eliminando obrigações acessórias' (Leal et al., 2016).

Além de ter o 'papel de padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição de informações, constituindo um ambiente nacional', conforme apontam Silva e Fonseca (2019), conclui-se, com base em estudos anteriores, que o eSocial visa promover melhorias significativas na modernização das informações, tanto no setor público quanto no setor privado.

4.2 Uma análise do eSocial-Livramento/PB

A cidade de Livramento pertence ao Estado da Paraíba e fica a aproximadamente 243 quilômetros da capital, João Pessoa. Segundo o IBGE (2021), a população atual é de 7.274 pessoas. O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de aproximadamente 8,5 milhões de reais (IBGE, 2020). A sede do poder executivo estadual localiza-se na Rua Ministro José Américo de Almeida, nº 386, no Centro.

A prefeitura municipal de Livramento/PB é composta pelas seguintes secretarias: Ação Social, Administração e Finanças, Agricultura meio Ambiente e Recursos Hídricos, Educação, Saúde, Geral e Planejamento, Cultura Turismo, Esporte e Lazer (Livramento/PB, 2023).

Na Prefeitura, o setor de Recursos Humanos foi o foco da entrevista realizada em 18 de março de 2023, via WhatsApp, com o servidor responsável. O setor é ligado à Secretaria de Administração e Finanças, e, devido ao baixo número populacional da cidade, conta apenas com um único servidor público responsável por toda a demanda da área.

Ao ser entrevistado via aplicativo de mensagens (WhatsApp), foram feitas as seguintes perguntas: 1. Qual foi o impacto do sistema eSocial no setor de Recursos Humanos? 2. Qual foi a vantagem desse sistema? 3. Qual foi a desvantagem? 4. Qual departamento foi responsável pela instalação: o Departamento de Recursos Humanos ou o Departamento de Administração e Finanças?

No quadro 3 a seguir, são apresentadas as respostas obtidas durante a entrevista realizada em 18 de março de 2023.

Quadro 3: Respostas da entrevista realizada no setor de recursos humanos em Livramento/PB.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. What was the impact of the eSocial system on the Human Resources department?	“A implantação ¹ deste sistema no setor de pessoal na prefeitura causou um impacto na organização, ou seja, a unificação de dados nas esferas municipais, estaduais e federal, tendo assim uma maior conectividade em programas sociais para o servidor”.
2. Qual foi a vantagem desse sistema?	“A grande vantagem deste sistema é a facilidade e a desburocratização em retificação de dados e unificação em programas de folha de pagamento.”
3. Qual foi a desvantagem eSocial?	“A desvantagem do sistema é que um erro na alimentação de dados pode prejudicar o servidor”.
4. Qual departamento foi responsável por a instalação, o departamento de recursos humanos ou o departamento de administração e finanças?	“O responsável pela implantação deste sistema foi a secretaria de finanças em parceria com o escritório de contabilidade, proporcionando assim um melhor desempenho na alimentação de dados no setor de pessoal.”

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Diante das respostas do profissional do município de Livramento/PB, pode-se destacar que o eSocial proporcionou maiores vantagens ao setor de Recursos Humanos, conforme citado anteriormente por Silva et al. (2019), que observa a vantagem da simplificação dos processos, gerando, assim, mais produtividade na atuação do setor de Recursos Humanos.

Os achados de autores como Vier (2022), Amorim, Pereira e Gonçalves (2023), Anício e Silva (2020) também apontaram maior agilidade, desburocratização de serviços, unificação das folhas de pagamento e avanços tecnológicos para a gestão municipal.

Nas respostas do servidor público, nota-se a presença de informações relevantes, como a seguinte: 'O responsável pela implantação deste sistema foi a Secretaria de Finanças, em parceria com

¹ Informações fornecidas pelo chefe do departamento de recursos humanos, Livramento/PB. 18 de Mar. 2023.

o escritório de contabilidade, proporcionando assim um melhor desempenho na alimentação de dados no setor de pessoal.' Ressalta-se também que possíveis erros na alimentação dos dados podem prejudicar os servidores. Ou seja, após a implantação do sistema eSocial, é necessário ter mais atenção.

Conclui-se que a implantação do eSocial no município investigado proporcionou mudanças na rotina e na forma de trabalho, exigindo mais atenção. No entanto, destaca-se uma das maiores vantagens para o setor: a facilidade proporcionada aos profissionais devido à simplificação dos processos nas diversas atividades e práticas implementadas para gerenciar o pessoal. Esses processos são essenciais para o funcionamento eficaz da organização, contribuindo para o bem-estar dos colaboradores e para o alcance dos objetivos estratégicos da empresa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eSocial é um sistema do governo brasileiro destinado à escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Implementado para simplificar e unificar o envio de informações pelos empregadores ao governo, o eSocial integra dados que antes eram enviados separadamente a diferentes órgãos, como a Receita Federal, o Ministério do Trabalho, o INSS e a Caixa Econômica Federal. O objetivo desta pesquisa foi identificar as vantagens e desvantagens do sistema eSocial, além dos desafios enfrentados pela Prefeitura Municipal de Livramento/PB na adaptação após a implantação desse sistema. A pesquisa apresenta, assim, seus principais conceitos e definições dos setores de Recursos Humanos.

A pesquisa é importante para novos profissionais dos setores de Recursos Humanos e contribui para futuros trabalhos acadêmicos, não apenas para os discentes do curso de Bacharelado em Administração Pública, mas também para diversas áreas. Além disso, o estudo serviu para analisar tecnologias nos serviços públicos, identificando se essas tecnologias trazem mais dificuldades ou facilidades.

Durante a realização deste artigo, foram analisados diversos estudos publicados nos últimos nove anos. Com isso, foi possível identificar os principais conceitos, bem como os pontos positivos e negativos do sistema eSocial. Entre os pontos positivos, os resultados da pesquisa realizada nos artigos de Anício e Silva (2019), Ferreira e Soares (2019), Sousa e Orth (2020), e Ricardo e Pagnassat (2020) destacam: desburocratização, unificação de dados e facilitação da fiscalização por parte do governo federal.

Em contrapartida, os pontos negativos identificados pelos estudos de Anício e Silva (2019) e Ferreira e Soares (2019) incluem: necessidade de atualização de softwares, falta de infraestrutura e necessidade de contratação de novos profissionais.

Entre os desafios, os seguintes resultados foram identificados nos estudos de Ricardo e Pagnassat (2020), Silveira e Martins (2020) e Amorim, Pereira e Gonçalves (2023): entrega de informações em tempo real, treinamento de profissionais e recadastramento de todos os servidores públicos.

Dentre os resultados citados pelo servidor público do setor de Recursos Humanos do município de Livramento/PB, destaca-se como desvantagem o fato de que erros na alimentação de dados podem prejudicar os servidores. Por outro lado, a vantagem mencionada pelo servidor é a desburocratização e a unificação das folhas de pagamento.

O eSocial é uma plataforma que busca simplificar os procedimentos nos departamentos de contabilidade e no setor de Recursos Humanos, com o intuito de facilitar as tarefas diárias nesses setores e assegurar os direitos dos empregados. No setor de Recursos Humanos, os processos do software são voltados principalmente para atividades de rotina, como aposentadorias e acompanhamento de concursos públicos, entre outros.

Diante de todo o estudo, sugere-se que futuras pesquisas abordem temáticas de forma mais ampla, para permitir uma maior compreensão dos dados com uma análise mais aprofundada. Considerando que existem prefeituras com estruturas pequenas, como a de Livramento/PB, e prefeituras com estruturas grandes, como a da capital João Pessoa/PB, a implantação do sistema pode ser vista de maneira diferente. Assim, é importante que futuras pesquisas incluam comparações específicas para avaliar se a implantação do eSocial é mais vantajosa em cidades grandes com maior população ou em cidades pequenas, ou se fatores como o PIB também influenciam essa vantagem.

É importante também realizar novas pesquisas que comparem a implantação do eSocial no setor público e no setor privado, pois há uma escassez de trabalhos acadêmicos nesse sentido, o que foi uma das maiores dificuldades na realização deste artigo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, D. A.; PEREIRA, M. V. M.; GONÇALVES, L. A. Desafios e benefícios na implantação do eSocial. **Revista GeTeC**, v. 12, n. 38, 2023.

ANÍCIO, A. C. T.; SILVA, V. de C. Implantação do eSocial no setor de recursos humanos: um estudo de caso. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 1, p. e120911768, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014**. Institui sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível Em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8373.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

CANOVAS, L. S.; SANTOS, I. T. da S.; SOUZA, E. R. de. ESocial o Sistema Digital das Obrigações Trabalhistas. **Revista Científica**, São José do Rio Preto, v.1, n.1, 2022.

CALDAS, M. P.; TONELLI, M. J.; LACOMBE, B. Desenvolvimento histórico do RH no Brasil e no mundo. Boog, Gustavo; Boog, Magdalena. *Manual de gestão de pessoas e equipes*. São Paulo: Gente, p. 59-84, 2002.

CARDOSO, I. P. Desafios e soluções para a gestão de recursos humanos no setor público. *Revista eletrônica EJE*, n. 5., 2012.

FERREIRA, B. E.; SOARES, G. A. M. A implementação do Programa na área administrativa: Estudo sobre a implementação do e-social. Artigo Apresentado no curso de Administração na faculdade Doctum de João Monlevade. 2019.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População de Livramento**: Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LEAL, J. M. D. R. et al. Implementação do eSocial: benefícios e desafios sob as perspectivas dos profissionais contábeis da Paraíba. *Revista Gestão e Organizações*, v. 1, n. 1, p. 124-142, 2016.

MATOSO, J. O.; CORAIOLA, D. M.; ROGLIO, K. De D. Gestão de recursos humanos na administração pública: um estudo de caso no Governo Estadual de Mato Grosso. *Gestão & Regionalidade*, v. 32, n. 95, p. 34-51, 2016.

MELO, A. A. M. **Implementação do eSocial: uma análise da percepção dos contadores do município de Olho d'Água das Flores-AL. 2019**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Santana de Ipanema, AL, 2019.

MOREIRA, N. C. da S. **O processo de implantação do sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas–eSocial na Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais–PRODEMGE: um estudo de caso**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental), – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte-MG, 2018.

NIEHUES, P. G. **O impacto do e-Social sobre as rotinas do departamento de pessoal**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado de Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

RICARDO, S. M. A.; PAGNUSSAT, A. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (e-SOCIAL): Um estudo nas Organizações Contábeis do Município de Juína-MT. *Revista Científica da Ajes*, v. 9, n. 18, 2020.

RODRIGUES, T. D. de F. F.; DE OLIVEIRA, G. S.; DOS SANTOS, J. A. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. *Revista Prisma*, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

SANTOS, B. C. A. dos. **Os possíveis efeitos da proposta de reforma administrativa do governo Bolsonaro na gestão de pessoas da administração pública federal**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2021.

SILVA, R. C.; FONSECA, P. R. C. As dificuldades encontradas na implantação do e-social em empresas do município de São Luís do Maranhão. **Revista FOCO**. São Paulo/SP. ISSN: 1981-223x. V.12, n.3, p. 65-81. Dez., 2019

SILVA, R. C. et al. As dificuldades encontradas na implantação do e-social em empresas do município de São Luís do Maranhão. **Revista Foco**, v. 12, n. 3, p. 65-81, 2019.

SILVEIRA, L. dos S. F.; ZANIN, A.; BARICHELO, R.; DOMENICO, D.; REIS, J. A. F. Fatores dificultadores na fase pré-implantação do e-Social na concepção de instituições de ensino superior de SC. In: **XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT**, Resende, Rio de Janeiro, outubro 2015.

VIER, M. B. **A implementação do e-social na administração pública**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização de Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal de Santa Maria, Sapucaia do Sul-RS, 2022.

A CASE STUDY ON THE ADVANTAGES AND DISADVANTAGES OF IMPLEMENTING ESOCIAL IN THE MUNICIPAL GOVERNMENT OF LIVRAMENTO/PB



Mateus Sampaio Maranhão

Graduated in Public Administration (Distance Learning) from UFPB
mateussampaio248@gmail.com

Allyne de Almeida Ferreira

PhD in Economics from the Graduate Program at UFPB and Assistant Professor at UFCG
allynealmeida3@gmail.com

ABSTRACT

This article presents as its theme, a case study of the advantages and disadvantages of the implementation of eSocial in the municipal government of Livramento/PB. Aiming to show what were the challenges after the implementation of the system in the city hall, showing its advantages and disadvantages. It should be noted that the specific objectives sought to conceptualize the eSocial system; conceptualize the sectors of human resources in public management; to present the main advantages and disadvantages of the eSocial system in the municipal government of Livramento/PB; and analyze the challenges of the eSocial system in the performance of the human resources sector in the municipality. To obtain this information, a survey was carried out based on a bibliographical survey, such as articles; articles published between 2014 and 2023, found on sites such as; Scielo; Academic Google; in addition to an interview made through an instant messaging application to the civil servant of the human resources department of the municipality of Livramento/PB, thus classifying itself as a qualitative research. After the analysis, it was possible to identify that eSocial has numerous advantages, such as data unification, less bureaucracy, among others. It was obtained as disadvantages; there is no infrastructure in the city hall, an error in the data feed can harm the servers, etc. The research results show that eSocial improved the lives of human resources and accounting professionals in the municipality of Livramento, in addition, it reduced costs in matters of paper printing, more agility, less bureaucracy, concluding that its advantages are much more beneficial than the disadvantages, which affect only in the initial stages.

Keywords: eSocial. Human Resource. Livramento/PB.

1. INTRODUCTION

With the technological advancements that have occurred worldwide in recent decades and the need for greater transparency and reduced bureaucracy in the public sector, the Brazilian government saw an opportunity to create a system that would bring progress to the accounting and human resources sectors, generating more efficiency and less red tape for professionals and employees.

In this context, through Decree No. 8,373 of December 11, 2014, the eSocial system—Digital Bookkeeping System for Tax, Social Security, and Labor Obligations (BRASIL, 2014)—was created. It is a program aimed at unifying information and enabling public servants to access benefits and rights (Canovas, Santos, and Sousa; p. 2, 2022).

Zanin et al. (2015) consider that the eSocial system is one of the greatest advances in the relationship between employees and employers. According to Moreira (2018), the implementation of the eSocial system simplifies tax obligations and replaces the submission of forms and declarations that were previously sent separately to federal agencies such as the Federal Savings Bank, INSS (National Social Security Institute), among others.

Silva and Fonseca (2019) highlight that eSocial represents a new era in the relationship between employees and the government. This new tool allows civil servants to act more accurately and with more attention to their specific obligations. Meanwhile, Ricardo and Pagnussat (2020) emphasize the importance of eSocial for the government itself, as it enables better compliance with legislation and more easily detects potential errors by public agencies.

Given this context, this article aims to answer the following question: What were the challenges of implementing the eSocial system in the municipal government of Livramento/PB, and what are its advantages and disadvantages?

Thus, the objective is to identify the challenges of the eSocial system in the municipal government of Livramento/PB. This study is relevant to the literature because it addresses a novel issue, and studies of this nature are important for contributing to the body of knowledge in Brazil, especially regarding the municipality analyzed, by providing more insights, particularly for human resources personnel.

The research seeks to conceptualize the eSocial system, define the human resources sector within public administration, present the main advantages and disadvantages of the eSocial system in the municipal government of Livramento/PB, and finally, analyze the challenges of the eSocial system in the operation of the human resources sector in the municipality.

The justification for this study lies in its academic contribution to professionals in human resources and accounting departments in Brazilian municipalities, offering new information on the implementation of the eSocial system, as well as contributing to future academic research for students pursuing a Bachelor's degree in Public Administration.

In addition to this introduction, the article is divided into four more sections. The following section is dedicated to the theoretical framework. The third section describes the methodology. The fourth section presents the results and discussion. Finally, the last section contains the final considerations.

2. THEORETICAL FRAMEWORK

2.1. The Concept of eSocial

Based on Decree No. 8,373, of December 11, 2014, established by then-President Dilma Rousseff, Article 1 creates the Digital Bookkeeping System for Tax, Social Security, and Labor Obligations - eSocial (BRASIL, 2014).

The decree serves as a tool for unifying the submission of information. Article 3 outlines the following principles: “it ensures social security and labor rights, rationalizes and simplifies the fulfillment of obligations, among others” (BRASIL, 2014).

In this context, various departments will need to adapt to the new rules. According to the schedule provided by the Federal Government, public agencies entered the final phase of eSocial implementation, which began in January 2020 and was set to be completed by July 2021 (Ricardo and Pagnussat, 2020).

Among the departments affected are human resources sectors, which will have to comply with certain obligations. According to Ferreira and Soares (2019), human resources departments will be required to submit all monthly tax obligations to the Federal Government. According to Melo (2019), the data to be submitted will include job changes, medical leave, workplace accidents, etc.

According to Ferreira and Soares (2019), with the implementation of eSocial, some obligations of the accounting departments will be eliminated. These obligations include:

“**CAGED** - (General Employment Register). **GFIP** - (FGTS Collection Form and Social Security Information). **DIRF** - (Withholding Income Tax Statement). **DIRF** - (Third-Party Information). **GPS** - (Social Security Payment Form). **RAIS** - (Annual Social Information Report). **Payroll. Employee Register and MANAD** - (Normative Manual for Digital Files)” (Ferreira and Soares, p. 5, 2019).

The obligations highlighted by Ferreira and Soares (2019) show that the eSocial system will significantly reduce the responsibilities of the accounting and human resources departments, making services more efficient and less bureaucratic, aiming to simplify processes. According to Vier (2022), eSocial will help prevent fraud and ensure compliance with the rules and penalties outlined in the CLT (Consolidation of Labor Laws). Niehus (2022) notes that eSocial is a simplified form of digital payroll. In another section of his article, Niehus (2022) adds that the system ensures workers' rights.

Therefore, eSocial guarantees a modernization in how public agencies submit data, with less bureaucracy and more control by federal institutions, ensuring that updated information is sent as required.

2.2. Human Resources Management in the Public Sector

After Decree No. 8,373/14, some sectors experienced changes in how they submit data. Among these sectors is human resources, as it is responsible for managing all the documentary data of public servants.

Human resources sectors exist in both private and public organizations. In the public sector, however, the role of human resources, according to Matoso, Coriola, and Reglio (2015), primarily focuses on operational activities such as payroll, monitoring public service exams, granting retirements, among others. Nevertheless, human resources management has limited space in academic journals, which consequently makes it more challenging to understand certain topics.

Costa (2019) considers human resources departments to be extremely important, as they develop certain competencies such as motivation, leadership, compensation, etc. According to the aforementioned authors—Matoso, Coriola, Reglio (2015), and Costa (2019)—the importance of human resources management to the new managerial public administration is evident.

According to Cardoso (2012), the objective of human resources departments is to align managerial public administration ideas with the realities of public servants. In Brazil, however, human resources departments initially emerged solely to meet legal requirements, unlike what happened in developed countries (Caldas, Tonelli, and Lacombe, 2002).

Given this context, one may ask: When did human resources management undergo changes? Santos (2021) claims that human resources departments began to change significantly from 1990 onwards. Santos (2021), citing Carvalho et al. (2009), highlights that the main changes included the enhancement of the state's capacity, career restructuring, and salary adjustments, among others.

The importance of human resources departments in municipalities is especially notable after the implementation of the eSocial system. These departments manage all the documentary data of public servants and work to resolve potential workplace issues. Additionally, they collaborate with accounting departments, periodically updating data such as vacations, payrolls, and more.

2.3. Advantages and Disadvantages of the eSocial System

2.3.1. Advantages

Based on the previous concepts, it is important to analyze the advantages and disadvantages of eSocial. Like all systems, eSocial has both positive and negative aspects when implemented in public agencies.

Silva et al. (2019) show that the system brought advantages such as process simplification and increased productivity, in addition to focusing on reducing bureaucracy. Anício and Silva (2019) emphasize that eSocial helps with daily processes by providing real-time information. They also highlight the importance of reducing bureaucracy and consolidating data in a single system.

One of the main advantages is for the Federal Revenue Service, as it makes it easier to audit the information. eSocial helps prevent under-the-table payments, negligence, or the omission of labor rights (Sousa and Orth, 2020).

In the public sector, eSocial has benefited various areas, such as reducing the use of paper, simplifying administrative processes for municipalities, and reducing expenses. This has a direct impact on the human resources sector by decreasing bureaucracy and increasing efficiency.

2.3.2. Disadvantages

This subsection aims to present some disadvantages that arose after the implementation of the eSocial system in the public sector. One of the initial drawbacks is the need to re-register all public servants. Additionally, there are issues related to filling out forms that were previously considered obsolete by human resources staff.

According to Anício and Silva (2020), some disadvantages can be highlighted, such as: fines and penalties, software updates, new practices for the team, and impacts on daily routines.

According to the same authors:

Among the disadvantages are: The occurrence of fines and penalties in cases of partial submission; software updates to adapt payroll systems and their integration with eSocial; the creation of new practices for the team to improve the submission process, which requires employees to undergo training. It also impacts the work routine as internal processes in the department are modified to meet auditing needs. (Anício and Silva, p. 7, 2020).

Thus, Anício and Silva (2020) present the main disadvantages that eSocial can cause for institutions and public agencies. They highlight issues such as the need to hire professionals trained in information technology, which may lead to additional initial costs.

In the municipality, the prominent disadvantages are related to the lack of infrastructure and updated equipment, as well as the challenges in reviewing all public servant data, especially considering that some have been working for more than twenty years, and in such cases, documents are often deteriorated due to the passage of time.

In summary, some disadvantages of implementing the eSocial system have affected human resources departments, such as the need to train staff, update infrastructure and software, among other aspects.

2.3.3. Challenges of eSocial in the Human Resources Sector

Given the facts presented, with the advantages and disadvantages of eSocial, the following question arises: What are the challenges of implementing the system in public agencies, specifically in the human resources sectors? The human resources sectors stand out because they are responsible for accessing all the documentary data of public servants.

By consulting articles that address the topic, it is clear that the organizational factor will be one of the main challenges, along with the difficulties of training human resources professionals, infrastructure issues, among others that will be presented below.

Silveira and Martins (2020), cited by Leal et al. (2016), highlight the need for investments, especially related to the system. Ricardo and Pagnassat (2020) add that the system required the hiring of trained and updated professionals.

Moreover, it is mentioned that among the challenges are the training of the workforce in the involved departments, the delivery of information (some monthly and others in real-time), such as documents related to admissions and temporary leaves (Ricardo and Pagnassat, 2020).

Amorim, Pereira, and Gonçalves (2023) agree with Silveira and Martins (2020), cited by Leal et al. (2016), when they state that the biggest challenge was the system's adaptation and the training of the responsible professionals. According to these authors

Another challenge encountered was that, although both employer and employee benefit from being able to track information related to employment relationships in a simplified manner, the concentration of a large amount of data required extensive organization in terms of standardization, review, and unification of data, as well as changes in the routines of employees responsible for contracts and admissions processes. (Amorim, Pereira, and Gonçalves; p. 14, 2023).

In other words, Amorim, Pereira, and Gonçalves (2023) state that eSocial required increased attention from professionals to avoid data errors or deviations from required standards, as well as special attention to issues such as vacation management, among others.

It is evident that different authors, such as Amorim, Pereira, and Gonçalves (2023), Silveira and Martins (2020), and Ricardo and Pagnassat (2020), identify several challenges in the implementation of eSocial, with a particular emphasis on factors such as the training of professionals responsible for the affected sectors (human resources and accounting), in addition to improvements in equipment infrastructure.

Given the above, public agencies (municipalities) must adapt their human resources and accounting sectors to technological innovations, such as acquiring laptops capable of meeting the demands of eSocial, as well as training the human resources staff and hiring professionals with degrees in IT (Information Technology).

3. METHODOLOGY

This article is based on bibliographical research. Gil (2008) explains that bibliographical research is developed through consultations of books and scientific articles. Additionally, Gil (2008) states that research is a rational and systematic procedure with the aim of providing answers to a specific problem. In this case, the research addresses the problem of clarifying the challenges of implementing the eSocial system in the Municipal Government of Livramento/PB, while aiming to highlight its advantages and disadvantages.

To address this issue, an exploratory research approach is used, which, according to Gil (2008), is considered "quite flexible and serves to refine ideas, allowing for a better understanding of the studied topic."

A case study was employed after conducting an interview via a messaging application (WhatsApp) with a public servant from the municipality of Livramento/PB. According to Gil (2008), the case study serves different purposes, one of which is "to describe the situation within the context of the specific investigation."

In this context, much of this article is based on bibliographical surveys, focusing on scientific articles such as the studies of Ricardo and Pagnussat (2020), Silva et al. (2019), and Canovas, Santos, and Sousa (2022), among others, which present the concepts, advantages, and disadvantages of eSocial.

The analyzed articles were published between 2014 and 2023 and are available on Google Scholar, Scielo, and the official website of Planalto, specifically the decree (Planalto.gov.br). To gather results from these scientific articles, keywords such as eSocial, human resources, public sector, and eSocial challenges were used. This resulted in a significant number of hits, around seventeen thousand works.

The exclusion criteria for the articles were based on the analysis of case studies focused on human resources sectors that presented the challenges, advantages, and disadvantages of eSocial in their research. Additionally, studies in the format of dissertations, theses, and monographs that addressed case studies related to the eSocial topic were also identified.

Through a messaging application (WhatsApp), an interview was conducted with the public servant responsible for the human resources department in the municipality of Livramento/PB to understand the benefits of the eSocial system. As a result, the following questions were posed: What was the impact of the eSocial system on the human resources department? What was the advantage of this system? What was the disadvantage? Which department was responsible for the installation, the human resources department, or the administration and finance department? The questions were asked on March 18, 2023.

Lastly, qualitative research was conducted. The qualitative research aimed to analyze, observe, describe, and implement practices to understand a specific meaning (Rodrigues, Oliveira, and Santos; 2021).

Thus, the results and discussions will be based on the key concepts of the authors previously cited, as well as on the details of the responses obtained from the consultation conducted via a messaging application with the public servant from the municipality of Livramento-PB.

4. RESULTS AND DISCUSSIONS

4.1 Results and discussions of the advantages and disadvantages of eSocial

This section presents the results and discussions derived from the bibliographic research, developed based on the specific objectives outlined in the introduction, aiming to address the proposed general objective. Initially, it is important to highlight that Decree No. 8,373/14 refers to the Digital Bookkeeping System for tax, social security, and labor obligations – eSocial (BRAZIL, 2014).

One of the main purposes of the eSocial system is to provide more advantages, thereby eliminating some obligations, as stated by Ferreira and Soares (2019) in their previous research. Additionally, the eSocial system seeks to ensure technological advances for public administration, primarily by preventing fraud and promoting compliance with the rules established in the CLT (Consolidation of Labor Laws), as demonstrated in the research by Vier (2022) and Niehus (2022).

More specifically, when observing the statements of Niehus (2022), Ferreira and Soares (2019), and Vier (2022), it can be concluded that eSocial is a platform designed to simplify the procedures performed in accounting and human resources departments. Its goal is to streamline daily tasks in these sectors while ensuring employee rights.

In this context, during the bibliographic research, the main advantages of this system were identified, as well as the negative points highlighted by all the authors analyzed from 2014 to 2023. One of the main advantages of the system is the simplification of processes, which increases productivity and focuses on reducing bureaucracy. This reduction in bureaucracy occurs because the system centralizes various services into a single platform, eliminating the need to send the same data to multiple different government platforms, as was previously required.

Regarding the reduction of bureaucracy, it is important to note that the system centralizes the provision of data in a single platform. According to Anício and Silva (2019) and Silva et al. (2019), eSocial offers advantages such as streamlining the work processes of human resources professionals, reducing bureaucracy, and minimizing the amount of paperwork, as all data is properly recorded in the platform.

In addition to the positive points, the research also addresses some negative aspects, including the need for software updates, which implies hiring new professionals. This demand for hiring leads to additional investments, making this one of the main negative points, especially at the start of implementation. Finally, another disadvantage for professionals already trained in the use of eSocial is the requirement for greater attention when registering data to avoid errors.

Given the facts presented, it is evident that eSocial is an innovation that demands effort from everyone for its functions to be fully achieved. To facilitate understanding, a table is presented below, highlighting the main results found in the readings:

Table 1: Advantages and Disadvantages of eSocial in the Literature

ADVANTAGES OF DECREE 8,373/2014	AUTHORS	DISADVANTAGES OF DECREE 8,373/2014	AUTHORS
• Debureaucratization	• Anício and Silva (2019); Ferreira and Soares (2019); Sousa and Orth (2020); Ricardo and Pagnassat (2020).	• Re-registration of all public servants.	• Prepared by the author (2023).
• Data unification/ simplification of	• Ferreira and Soares (2019).	• Software update.	• Anício and Silva (2019).

processes.			
• Facilitates information auditing	• Sousa and Orth (2020).	• Hiring of professionals with degrees in IT (Information Technology).	• Anício and Silva (2020).
Reduction of Expenses (Purchase of paper by the municipality of Livramento/PB).	• Prepared by the author (2023).	Lack of infrastructure in the municipality of Livramento/PB (Lack of equipment).	• Prepared by the author (2023).
• Digitization of public services.	• Prepared by the author (2023).	• New equipment (Notebooks with good storage).	• Prepared by the author (2023).
• Technological advancements.	• Prepared by the author (2023).		

SOURCE: Prepared by the authors (2023).

The table above presents the main results of the research, observed both in the literature review of articles published between 2014 and 2023 and in the research conducted in the city of Livramento - PB. Important factors stand out, such as the reduction of bureaucracy and the ease of supervision, which are identified as the main positive aspects. On the other hand, the increased expenses due to the need to hire new professionals are highlighted as a negative factor.

It is therefore emphasized that the implementation of the eSocial system in human resources sectors presents positive aspects such as greater agility, reduced paper usage, and technological advances.

As for the negative factors, the re-registration of all professionals is a challenge for the municipality, as some employees have been working for over twenty years, and in some cases, the documentation of these employees is in a state of decay, making data updating difficult.

In conclusion, the advantages of this new platform are significantly beneficial to the public sector, facilitating the work of all professionals and advancing public management. Additionally, the public sector is keeping pace with globalization and the necessary technological advances.

In the subsection dedicated to presenting human resource management in the public sector, the definitions of Costa (2019), Matoso, Coriola, and Reglio (2015), among other authors, were presented. It was concluded that human resource departments in the public sector are primarily focused on routine activities, such as retirements, monitoring of public competitions, and other similar processes.

The human resources sector develops skills such as motivation, leadership, and compensation, among others. However, are these functions really being applied in public management today? It is important to highlight the statement by Matoso, Coriola, and Reglio (2015), which shows that, in reality, human resources departments have been more focused on fulfilling bureaucratic tasks such as retirements, vacations, and declarations.

The main challenges for human resources departments with the implementation of eSocial were mainly the training of personnel in the involved departments and the timely submission of information, some monthly and others in real-time. Despite these challenges, it is emphasized that eSocial is a tool that brings more ease than difficulty to professionals.

In the following table, the main articles used in the literature review are addressed, highlighting the authors and years of publication, the objectives of each scientific article investigated, and finally, the main results of the respective research.

Table 2 presents the main objectives of previous research that served as the basis for this article. It is observed that there was a significant impact on the careers of accounting professionals, which also occurred with personnel administration professionals (Amorim, Pereira, and Gonçalves, 2023).

Table 2: Presents the main results and objectives of previous research on the subject.

AUTHORS	OBJECTIVES	MAIN RESULTS
<ul style="list-style-type: none"> Amorim, Pereira and Gonçalves (2023). 	<ul style="list-style-type: none"> To demonstrate the benefits and challenges that companies faced during the implementation of eSocial. 	<ul style="list-style-type: none"> "There was a significant impact on the careers of accounting professionals, and the same occurred with personnel administration professionals. Although eSocial serves as a facilitator for submitting information to federal databases, most accounting professionals stated that they were unprepared for the reality brought by the innovative ancillary obligation."
<ul style="list-style-type: none"> Matoso, Coraiola and Roglio (2015). 	<ul style="list-style-type: none"> To assess the perception of public servants regarding the quality of the roles performed by the Human Resources (HR) department. 	<ul style="list-style-type: none"> "The data analysis indicates that there are no significant differences between the average evaluations of the HR roles in the Mato Grosso State Government and the averages found in research conducted in private companies. The results show the need for HR to establish greater coherence between its self-image and the expectations and needs of public servants regarding the services provided by the department."
<ul style="list-style-type: none"> Moreira (2018). 	<ul style="list-style-type: none"> Identify the challenges generated by the implementation of eSocial in HR routines 	<ul style="list-style-type: none"> "Challenges and the need for procedural changes were identified, but the implementation of the system on a national scale represents progress regarding collective construction

	and procedures at Prodemge.	models and shared information management."
• Vier (2022).	• Investigate the implementation of eSocial in the municipalities of the Vale do Rio dos Sinos based on the systems life cycle.	• "Regarding the success and critical factors in the implementation of eSocial in the municipalities, the training of public servants and incomplete records in the city halls are mentioned, respectively."
• Silva and Fonseca (2019).	• The objective is to identify the difficulties in the implementation of eSocial in companies in the municipality of São Luís.	• "The results showed that 59% of the companies agreed they were performing activities in disagreement with labor law requirements, and 46% agreed they have difficulties with the registration of both periodic and non-periodic eSocial events. In terms of support from other organizational areas to HR in the implementation of eSocial, 58% agreed."
• Sousa and Orth (2020).	• Conduct a brief analysis of the eSocial system and its technology. It was launched on December 12, 2014, and published through Decree No. 8373 at the federal level.	• "It was found that the program will bring more security and prevent inconsistencies in information, which are sometimes outdated between the various forms submitted. The collected information will automatically feed the databases of the agencies involved in the project. The submission of documents is online and can mean cost and time reduction for the sector, highlighting the reality of companies."
• Ferreira and Soares (2019).	• Analyze the eSocial policy in order to identify its functionalities within the organizational landscape, consequently showcasing the functionality of this system.	• "This one is responsible for the use of information, and is also an instrument for unifying the provision of this information related to the recording of tax, social security, and labor obligations. It also has the role of standardizing its transmission, validation, storage, and distribution, forming a national environment."
• Leal <i>et al.</i> (2016).	• Identify the perspectives of accounting professionals regarding the benefits and challenges of the implementation of eSocial.	• "It was concluded that professionals believe that the provision of information will be more controlled and monitored, as well as becoming faster and more accurate due to the system offering a single database that will eliminate ancillary obligations. They also believe that challenges such as intense data organization, meeting event deadlines, software customization, lack of qualified professionals due to the absence of training at the moment, and the potential increase in administrative costs, may be faced during the implementation of eSocial."
• Ricardo and	• It aims to investigate	• "The result obtained by the research is that,

Pangssat (2020).	the main difficulties that accounting firms in the municipality of Juína-MT faced during the implementation of the eSocial electronic system."	although there has been an improvement in the quality of services provided, the difficulties with the lack of preparation and training available in the market have placed greater responsibility on the professionals in charge of this department. The research indicated that there is difficulty in adapting to the compliance with deadlines and regulations, and that there is a need to raise awareness among administrators and business owners about the importance of following the regulations established by the government through eSocial."
• Anício and Silva (2020).	• Identify the main difficulties encountered during the eSocial implementation process and the advantages and disadvantages of using the system.	• "It was found that there were no problems during the system implementation process. Among the advantages, the company highlighted the ability to send information in real-time, which prevents tasks from accumulating over time. The main disadvantage mentioned by the company under study was related to the submission of information to eSocial and other systems required by the government, such as Sefip and Caged."
• Silveira and Martins (2020).	• Evaluate the impacts and challenges faced by HR professionals and business owners in accounting firms in cities of Pernambuco during the implementation of eSocial.	• "According to the research results, it was also found that the difficulties faced by accounting firms during the implementation of eSocial contributed to the non-acceptance of eSocial by HR professionals and business owners. Due to this impact, the majority believe that eSocial should be abolished, not simplified, as suggested by the government."

The 'difficulty in adapting to deadlines and regulations, highlighting the need for greater awareness on the part of administrators' is also cited (Ricardo & Pangssat, 2020). It is further emphasized that 'the provision of information will be more controlled and monitored, as well as becoming more agile and precise, thanks to the system that offers a single database, eliminating accessory obligations' (Leal et al., 2016). In addition to having the 'role of standardizing the transmission, validation, storage, and distribution of information, constituting a national environment,' as pointed out by Silva and Fonseca (2019), it is concluded, based on previous studies, that eSocial aims to promote significant improvements in the modernization of information, both in the public and private sectors.

4.2 An Analysis of eSocial in Livramento/PB

The city of Livramento is located in the state of Paraíba, approximately 243 kilometers from the capital, João Pessoa. According to IBGE (2021), the current population is 7,274 people. The Gross Domestic Product (GDP) of the municipality is approximately 8.5 million reais (IBGE, 2020). The headquarters of the local executive power is located at 386 Ministro José Américo de Almeida Street, in the city center.

The municipal government of Livramento/PB is composed of the following departments: Social Action, Administration and Finance, Agriculture, Environment and Water Resources, Education, Health, General Planning, Culture, Tourism, Sports, and Leisure (Livramento/PB, 2023).

In the City Hall, the Human Resources department was the focus of the interview conducted on March 18, 2023, via WhatsApp, with the responsible public servant. The department is linked to the Department of Administration and Finance, and due to the city's low population, there is only one public servant responsible for all demands in this area.

During the interview via messaging app (WhatsApp), the following questions were asked: 1. What was the impact of the eSocial system on the Human Resources department? 2. What was the advantage of this system? 3. What was the disadvantage? 4. Which department was responsible for the installation: the Human Resources Department or the Administration and Finance Department?

In Table 3 below, the answers obtained during the interview conducted on March 18, 2023, are presented.

Table 3: Responses from the interview conducted in the Human Resources department in Livramento/PB.

QUESTIONS	ANSWERS
1. Qual foi o impacto do sistema eSocial para o setor de Recursos humanos?	"The implementation ¹ of this system in the personnel department at the city hall had an impact on organization, meaning the unification of data at the municipal, state, and federal levels, thus providing greater connectivity in social programs for public servants."
2. What was the advantage of this system?	"The main advantage of this system is the ease and reduction of bureaucracy in data correction and the unification of payroll programs."
3. What was the disadvantage of eSocial?	"The disadvantage of the system is that an error in data entry can negatively affect the public servant."

¹ Information provided by the head of the Human Resources department, Livramento/PB. March 18, 2023.

<p>4. Which department was responsible for the installation, the Human Resources department or the Administration and Finance department?</p>	<p>"The department responsible for the implementation of this system was the Finance Department, in partnership with the accounting office, thereby providing better performance in data entry within the personnel department."</p>
--	--

Source: Research data (2023).

Based on the responses from the professional in the municipality of Livramento/PB, it can be highlighted that eSocial has provided significant advantages to the Human Resources department. As previously noted by Silva et al. (2019), the system's benefit lies in simplifying processes, thereby generating greater productivity in the performance of the Human Resources sector.

The findings of authors such as Vier (2022), Amorim, Pereira, and Gonçalves (2023), and Anício and Silva (2020) also pointed to increased efficiency, the streamlining of services, the unification of payroll, and technological advancements for municipal management.

In the public servant's responses, relevant information can be observed, such as the following: 'The department responsible for the implementation of this system was the Finance Department, in partnership with the accounting office, thereby providing better performance in data entry within the personnel department.' It is also emphasized that possible errors in data entry may negatively affect the public servants. In other words, after the implementation of the eSocial system, more attention is required."

It is concluded that the implementation of eSocial in the investigated municipality brought about changes in the routine and work processes, requiring greater attention. However, one of the main advantages for the department stands out: the ease provided to professionals due to the simplification of processes in the various activities and practices implemented to manage personnel. These processes are essential for the effective functioning of the organization, contributing to the well-being of employees and the achievement of the company's strategic objectives.

5. FINAL CONSIDERATIONS

eSocial is a system developed by the Brazilian government for the digital bookkeeping of fiscal, social security, and labor obligations. Implemented to simplify and unify the submission of information by employers to the government, eSocial integrates data that was previously sent separately to different agencies, such as the Federal Revenue Service, the Ministry of Labor, the

National Social Security Institute (INSS), and Caixa Econômica Federal. The goal of this research was to identify the advantages and disadvantages of the eSocial system, as well as the challenges faced by the Municipal Government of Livramento/PB in adapting after the system's implementation. The research thus presents its main concepts and definitions in the Human Resources sector.

This study is important for new professionals in Human Resources and contributes to future academic work, not only for students in the Bachelor's in Public Administration program but also for various fields. Furthermore, the study served to analyze the use of technologies in public services, identifying whether these technologies bring more difficulties or benefits.

During the preparation of this article, several studies published over the past nine years were analyzed. As a result, it was possible to identify the main concepts, as well as the positive and negative aspects of the eSocial system. Among the positive aspects, the research findings from the articles by Anício and Silva (2019), Ferreira and Soares (2019), Sousa and Orth (2020), and Ricardo and Pagnassat (2020) highlight: streamlining of processes, unification of data, and the facilitation of government oversight.

On the other hand, the negative aspects identified in the studies by Anício and Silva (2019) and Ferreira and Soares (2019) include: the need for software updates, lack of infrastructure, and the need to hire new professionals.

Among the challenges, the following results were identified in the studies by Ricardo and Pagnassat (2020), Silveira and Martins (2020), and Amorim, Pereira, and Gonçalves (2023): real-time information submission, professional training, and the re-registration of all public servants.

From the results cited by the public servant in the Human Resources department of the municipality of Livramento/PB, a disadvantage stands out: that data entry errors may harm the public servants. On the other hand, the advantage mentioned by the public servant is the streamlining of processes and the unification of payroll.

eSocial is a platform that aims to simplify procedures in the accounting and Human Resources departments, making daily tasks easier in these sectors and ensuring employees' rights. In the Human Resources department, the software's processes are mainly aimed at routine activities such as retirements, and monitoring of public competitions, among others.

In light of the entire study, it is suggested that future research should address these themes more broadly to allow for a deeper understanding of the data with more in-depth analysis. Considering that there are small municipalities, like Livramento/PB, and large municipalities, like the capital João Pessoa/PB, the implementation of the system may be perceived differently. Thus, it is important that future research includes specific comparisons to evaluate whether the

implementation of eSocial is more advantageous in larger cities with larger populations or in smaller cities, and whether factors such as GDP also influence this advantage.

It is also important to conduct new research that compares the implementation of eSocial in the public and private sectors, as there is a scarcity of academic work in this regard, which was one of the main challenges in completing this article.

REFERENCES:

AMORIM, D. A.; PEREIRA, M. V. M.; GONÇALVES, L. A. Desafios e benefícios na implantação do eSocial. *Revista GeTeC*, v. 12, n. 38, 2023.

ANÍCIO, A. C. T.; SILVA, V. de C. Implantação do eSocial no setor de recursos humanos: um estudo de caso. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 1, p. e120911768, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014**. Institui sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível Em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8373.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

CANOVAS, L. S.; SANTOS, I. T. da S.; SOUZA, E. R. de. ESocial o Sistema Digital das Obrigações Trabalhistas. *Revista Científica*, São José do Rio Preto, v.1, n.1, 2022.

CALDAS, M. P.; TONELLI, M. J.; LACOMBE, B. Desenvolvimento histórico do RH no Brasil e no mundo. Boog, Gustavo; Boog, Magdalena. *Manual de gestão de pessoas e equipes*. São Paulo: Gente, p. 59-84, 2002.

CARDOSO, I. P. Desafios e soluções para a gestão de recursos humanos no setor público. *Revista eletrônica EJE*, n. 5., 2012.

FERREIRA, B. E.; SOARES, G. A. M. A implementação do Programa na área administrativa: Estudo sobre a implementação do e-social. Artigo Apresentado no curso de Administração na faculdade Doctum de João Monlevade. 2019.

Gil, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População de Livramento**: Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LEAL, J. M. D. R. et al. Implementação do eSocial: benefícios e desafios sob as perspectivas dos profissionais contábeis da Paraíba. *Revista Gestão e Organizações*, v. 1, n. 1, p. 124-142, 2016.

MATOSO, J. O.; CORAIOLA, D. M.; ROGLIO, K. De D. Gestão de recursos humanos na administração pública: um estudo de caso no Governo Estadual de Mato Grosso. *Gestão & Regionalidade*, v. 32, n. 95, p. 34-51, 2016.

MELO, A. A. M. **Implementação do eSocial: uma análise da percepção dos contadores do município de Olho d'Água das Flores-AL**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Santana de Ipanema, AL, 2019.

MOREIRA, N. C. da S. **O processo de implantação do sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas–eSocial na Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais–PRODEMGE: um estudo de caso.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental), – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte-MG, 2018.

NIEHUES, P. G. **O impacto do e-Social sobre as rotinas do departamento de pessoal.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado de Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

RICARDO, S. M. A.; PAGNUSSAT, A. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (e-SOCIAL): Um estudo nas Organizações Contábeis do Município de Juína-MT. **Revista Científica da Ajes**, v. 9, n. 18, 2020.

RODRIGUES, T. D. de F. F.; DE OLIVEIRA, G. S.; DOS SANTOS, J. A. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

SANTOS, B. C. A. dos. **Os possíveis efeitos da proposta de reforma administrativa do governo Bolsonaro na gestão de pessoas da administração pública federal.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2021.

SILVA, R. C.; FONSECA, P. R. C. As dificuldades encontradas na implantação do e-social em empresas do município de São Luís do Maranhão. **Revista FOCO**. São Paulo/SP. ISSN: 1981-223x. V.12, n.3, p. 65-81. Dez., 2019

SILVA, R. C. et al. As dificuldades encontradas na implantação do e-social em empresas do município de São Luís do Maranhão. **Revista Foco**, v. 12, n. 3, p. 65-81, 2019.

SILVEIRA, L. dos S. F.; ZANIN, A.; BARICHELLO, R.; DOMENICO, D.; REIS, J. A. F. Fatores dificultadores na fase pré-implantação do e-Social na concepção de instituições de ensino superior de SC. In: **XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT**, Resende, Rio de Janeiro, outubro 2015.

VIER, M. B. **A implementação do e-social na administração pública.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização de Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal de Santa Maria, Sapucaia do Sul-RS, 2022.

INDICE DA REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO - REDM

www.ufmt.br/ndihr/revista

Vol. 1, n. 1 (dez. 2009)

AARTE DOS MANUSCRITOS ILUMINADOS EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII - NOTAS DE PESQUISA, percorrendo os livros de Compromisso, verdadeiros estatutos que regiam as irmandades em Minas Gerais no século XVIII, traz reflexões referentes ao discurso visual, especialmente as relações entre a escrita e a oralidade, entre visualidade, legibilidade e compreensão de significados subjacentes. *(Autora- Márcia Almada)*.

LAZER NO PARQUE: MEDIANDO OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, enfoca o lazer no Parque Urbano Mãe Bonifácia, cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, analisando os olhares de pessoas da Terceira Idade que, no interior do referido parque, buscam uma nova maneira de ver, de se situar e se relacionar no mundo. *(Autores- Suíse Monteiro Leon Bordest; Manoel Francisco de Arruda Filho)*.

A PERDA DA LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL NA CRISE DO LIBERALISMO (1920 - 1940), apresenta resultado das leituras do jornal católico A Cruz, no período de 1920 a 1940, sobrelevando os indícios de cultura letrada (erudita) no periódico, tais como crítica literária e/ou artística, em geral e as suas variadas manifestações e meios de propagação. *(Autor-Otávio Canavarros)*.

ÍNDIOS NAMBIQUARA: MÃOS MASCULINAS E FEMININAS NA CONFECÇÃO DOS ARTEFATOS, discorre sobre os artefatos indígenas confeccionados e utilizados pelos Nambiquara, especialmente os grupos da Chapada dos Parecis: Halotesu, Kithãulhu, Sawentesu, Wakalitesu, Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu, cotejando a representação real dos artesanatos com sua significação cultural. *(Autora- Anna Maria Ribeiro F. M. Costa)*.

HISTÓRIA ORAL: UMA POSSIBILIDADE METODOLÓGICA QUALITATIVA À PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, é abordado o uso da História Oral como recurso e possibilidade metodológica diferenciados de se fazer pesquisa em Serviço Social e no Mundo do Trabalho, sob uma ótica interdisciplinar. *(Autora-Arlete B. de Oliveira)*.

A AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO GROSSO, analisam a agricultura familiar em Mato Grosso, com base no ano-safra 1995/1996, onde observam que os maiores estabelecimentos seguem o modelo de produção da agricultura patronal, e que a grande maioria sofre sérias carências de assistência técnica, energia elétrica, irrigação, máquinas, entre outros fatores Tecnológicos. *(Autores- Janice Alves; Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo; Sandra Cristina de Moura Bonjour; Maysa Gomes)*.

ACERVOS E FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E LIVROS DIDÁTICOS, apresentam resultados de pesquisa realizada junto às bibliotecas escolares do estado do Espírito Santo (Brasil), que

possibilitando a construção de acervo digital e virtual composto de imagens e livros didáticos; a seguir, analisa a participação popular durante a Primeira República em Mato Grosso, uma história através de imagens: Os cartões-postais dos Festejos Commemorativos de 15 de Novembro de 1906. **(Autores—Juçara Luzia Leite; André Luiz Bis Pirola).**

AS RELAÇÕES ESTADO IGREJA NA DOCUMENTAÇÃO ECLESIASTICA: FONTES PARA A COMPREENSÃO DA AUTORIDADE EPISCOPAL, numa perspectiva de longa duração, apresenta momentos de tensão entre a Igreja Católica e algumas coroas do Ocidente europeu, a partir de análise das correspondências dos papas e bispos medievos e dos sermões da Época Moderna.
(Autora- Patrícia Ferreira dos Santos).

UM OLHAR PARA A LAVOURA: OS RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS E DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA NO FINAL DO IMPÉRIO, analisa as ideias preconizadas nos relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e dos Presidentes de Província, no processo de implantação das medidas de modernização, que se refletiram na valorização das políticas de auxílio à lavoura nacional.
(Autora-Roberta Barros Meira).

RESENHA DESCRITIVA DE “OS ÍNDIOS KADIWÉU NO SÉCULO XIX: ALTERIDADE, IDENTIDADE E TRANSCULTURAÇÃO”, apresenta resenha descritiva de Os Índios Kadiwéu no século XIX: alteridade, identidade e transculturação.
(Autora-Valéria Nogueira Rodrigues).

O POVO NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM MATO GROSSO: OS CARTÕES-POSTAIS DOS FESTEJOS COMEMORATIVOS DE 15 DE NOVEMBRO DE 1906, analisa a participação popular durante a Primeira República em Mato Grosso, uma história através de imagens: Os cartões-postais dos Festejos Commemorativos de 15 de Novembro de 1906.
(Autor- Lauro Virginio de Souza Portela).

DOCENTES DA UFMT - REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO E DA APOSENTADORIA EM UM CONTEXTO DE CONTRA-REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, apresentam resultados de estudos que investigaram, numa perspectiva de gênero, a passagem do tempo do trabalho para o tempo da aposentadoria, tendo como sujeitos de investigação docentes da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, permitindo uma representação feminina e masculina estes dois tempos.
(Autoras-Marluce Aparecida Souza e Silva; Madalena Rodrigues dos Santos Vieira; Arana Souza Alves).

NO REINO DAS ÁGUAS: ENCANTADOS, NATUREZA E CULTURA DO PANTANAL, têm como foco central o imaginário de homens e mulheres que habitam o espaço Pantanal, fazendo fulgurar a percepção que desenvolvem de seu próprio espaço, a relação que estabelecem nele e com ele através dos mitos d'água, seus encantados. Aqui reinos são seres e seres são reinos e, de certo modo, tudo é água.
(Autor-Mário Cezar Silva Leite).



O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional coloca a disposição de seus usuários a versão interativa da Revista Eletrônica Documento/Monumento, periódico eletrônico voltado a divulgação de artigos científicos produzidos por professores, alunos e técnicos.

NDIHR

